

REVISTA CULTURAL | 2023

Orpheu Taredes

Pintura de **Belmiro Belém de Sousa**
Vencedor do Prémio de
Artes Plásticas "Henrique Silva"

FIGHA TÉCNICA

Revista Cultural de Paredes

DIREÇÃO

ALEXANDRE ALMEIDA,
PRESIDENTE DA CM PAREDES

COORDENAÇÃO

BEATRIZ MEIRELES,
VEREADORA DA CULTURA
DA CM PAREDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

MARIA ANTÓNIA SILVA

CONCEPÇÃO E PAGINAÇÃO

TIAGO GASPAR - GABINETE DE
COMUNICAÇÃO DA CM PAREDES
FLÁVIO MARQUES RIBEIRO (DICIONÁRIO
DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES)

COLABORAÇÃO

TERESA CARVALHO

REVISÃO:

CIDÁLIA PACHECO NETO GEADA

PROPRIEDADE

MUNICÍPIO DE PAREDES
PARQUE JOSÉ GUILHERME
4580-130 PAREDES
TELEFONE 255 788 800
CMPAREDES@CM-PAREDES.PT
WWW.CM-PAREDES.PT

IMPRESSÃO

GRÁFICA DE PAREDES, LDA

DEPÓSITO LEGAL

452562/19

ISSN

2975-8653

TIRAGEM

1.000 EXEMPLARES

CAPA

BELMIRO BELÉM DE SOUSA
VENCEDOR DO PRÉMIO DE
ARTES PLÁSTICAS "HENRIQUE SILVA"

CONVIDADOS *

A. fe
AGOSTINHO SANTOS
AIRES MONTENEGRO
ALBERTO GUIMARÃES
ALBERTA RÂNGEL
ALDA NETO
ALEXANDRA DUARTE
AMANTE DAS LEITURAS
ANA MARIA FERNANDES
ANABELA MACHADO
ANDRÉ BARROS
ÂNGELO CÉSAR NETO
ANTÓNIO ARÊSTA
ANTÓNIO JOSÉ DE ASSUNÇÃO
ANTÓNIO JOSÉ QUEIROZ
ANTÓNIO LUÍS CRESPI
ANTÓNIO MONTEIRO
AVELINO A. FERNANDES
BEATRIZ MEIRELES
BELMIRO BELÉM DE SOUSA
CARLA PINHO
CARLOS A. B. BARROS CASTRO
CARLOS DIAS
CÉSAR DE BARROS AMORIM
CLAÚDIA BESSA
CLAÚDIO DUARTE
CRISTIANO MARQUES DA COSTA
DANIEL LEMOS
DAVID ROCHA
DIANA BARBOSA
DIOGO DIAS
DONZÍLIA MARTINS
EDUARDO LUÍS ESPÍNOLA TAVARES
ELIANA PINHO
ELISA LEAL
EMERENCIANO
FÁBIO CARNEIRO
FERNANDA DE QUÉYROZ
FERNANDA FELÍCIA

FERNANDA LOUREIRO
FERNANDA MALHEIRO
FERNANDA PEREIRA
FERNANDO SALVADOR
FILIPA MACHADO
FILIPE BRAGA
FLÁVIO MARQUES RIBEIRO
FRANCISCO QUEIRÓS
FRANCISCO RODRIGUES
GONÇALO MENESES RIBEIRO
GUALTER SILVA
HENEDINA BARBOSA
HENRIQUE SILVA
HERNÂNI GOMES
HUGO VASCONCELOS
HUMBERTO NELSON
IAN CALDAS
INÊS RIBEIRO
ISABEL ALVES PEREIRA
JOÃO CARDOSO
JOÃO MACHADO
JOÃO VIEIRA
JOSÉ LEÃO
JOSÉ MENDONÇA DA COSTA
JOSÉ NETO
KRAVECHENKO
LEONOR SOUSA
LILIANA CORREIA
LUANA RODRIGUES
LUÍS AGUIAR
LUÍS ÂNGELO FERNANDES
LUÍS ANTÓNIO RIBEIRO
LUÍS FERREIRA
LUÍS MIGUEL LEÃO
MANUEL ABRANCHES DE SOVERAL
MANUEL CUNHA
MARCO ROCHA
MARIA ALBINA BARBOSA DA SILVA
MARIA ANTÓNIA SILVA
MARIA DO ROSÁRIO MONTEIRO PIRES
MARIA GARCEZ
MARIA JOÃO PÊRA
MARIA MADALENA NOGUEIRA
MARIA PRECIOSA FERREIRA
MARIA ROSAS

MARIANA SANTOS
MARISA DUARTE ESPÍNOLA
MICAELA DUARTE
MIGUEL GOMES
MÓNICA MOREIRA
NAPOLEÃO MONTEIRO
NASSALETE MIRANDA
NORBERTO RIBEIRO
NORBERTO VALÉRIO
NUNO COUTO
NUNO F. SILVA
ODÍLIA ROCHA
OLINDA LOUREIRO
OLÍVIA CLARA PENA
ORLANDO CASTRO
PADRE AFONSO DA CUNHA DUARTE
PEDRO MORAIS
RAFAEL BORGES
REGINA FERREIRA
RICARDO DIAS
ROSÁRIO NUNES
RÚBEN ZACARIAS
RUI GUEDES
SARA ALMEIDA ROCHA
SERAFIM FERREIRA
SÓNIA DUARTE
TIAGO MENDES
TIAGO SOUSA
TOMÁS GUEDES
VALTER HUGO MÂE
VANDA MEIRELES
VASCO SANTOS
WALTER ALMEIDA
ZEFERINO SILVA

* Os textos são da
responsabilidade dos
autores, que podem
não seguir as normas do
novo acordo ortográfico.

ÍNDICE

- 2 CONSEQUES VER AS MENINAS DE VERDE NO MEU SONHO?
- 4 CAFÉ LITERÁRIO
- 8 CAFÉ LITERÁRIO JÚNIOR
- 10 UNIDADE PATRIMÓNIO CULTURAL, BIBLIOTECA E ARQUIVO
- 12 UNIDADE DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL E TURISMO
- 14 FESTIVAL DAS ARTES EM MADEIRA DE PAREDES
- 16 EXPOSIÇÃO E CONCURSO DE ESCULTURA
- 18 100 ANOS DE JOSÉ SARAMAGO
- 20 100 ANOS DE JOSÉ SARAMAGO (DESENHOS)
- 22 100 ANOS DE AGUSTINA BESSA-LUÍS
- 26 50 ANOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES
- 29 AMIGOS DA CULTURA DE PAREDES
- 30 NOITES NEGRAS
- 31 CONCURSO DE TALENTOS
- 32 PRÉMIO LITERÁRIO "ANTÓNIO MENDES MOREIRA"
- 39 DIA DO AUTOR PORTUGUÊS
- 41 PRÉMIO ARTES PLÁSTICAS "HENRIQUE SILVA"
- 46 EXPOSIÇÕES
- 50 WORKSHOP PATRIMÓNIO E PINTURA
- 53 ORPHEU PAREDES SOCIAL "OFICINA DE ARTES"
- 54 DESCOBRIR PAREDES
- 56 PRIMAVERA FESTIVAL DA FLOR
- 57 CULTURA NUM MINUTO
- 60 APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA
- 71 O ENIGMA DE MARGARIDA CANTADEIRA DE PAREDES
- 72 PÃO NOSSO
- 75 A MÚSICA DA CASA DA CASTRÁLIA
- 79 A DEVOÇÃO DE LOUREDO DA SERRA A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 83 O RETÁBULO DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DE SOBROSA
- 85 PEDRAS DE ARMAS DO CONCELHO DE PAREDES (2ª PARTE)
- 87 ALMINHAS DO CONCELHO DE PAREDES
- 90 A RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA DA FREGUESIA DE CRISTELO
- 92 A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: O EXEMPLO DE JOAQUIM BERNARDO MENDES, VISCONDE DE PAREDES
- 98 PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS DE PAREDES
- 101 CAMÉLIAS
- 104 EDUARDO DE SEQUEIRA
- 106 FRANCISCO MOREIRA DAS NEVES E O REAL CONSELHEIRO INFANTIL
- 110 VERGÍLIO PEREIRA
- 113 PROF. TOMÁS DE BARROS
- 115 ALGUMAS ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA DOS MOREIRAS, DA CASA DA LOUSA, EM GANDRA
- 121 D. ANTÓNIO BARBOSA LEÃO
- 128 SEM TÍTULO
- 129 A LUZ
- 130 SEM TÍTULO
- 131 O SORRISO COMO SUBSTANTIVO
- 132 ELA ESPERA POR VÓS
- 133 RETRATOS
- 134 ALEGRA-TE
- 135 VIDAS, VÁRIAS!
- 136 LUGARES
- 137 CHUVA
- 138 AFRODITE
- 139 ÍCARO
- 141 TOSANTOS
- 142 DESEJOS DE UMA VIDA DE RIQUEZA
- 144 O MEU PAÍS
- 146 MENSAGEM
- 148 FUTUROS

EDITORIAL



Foto: Gabinete de Comunicação

CONSOLIDAMOS O TRABALHO NA CULTURA

A Revista Cultural Orpheu Paredes que conta já a sua quinta edição é razão mais do que suficiente para afirmarmos que temos vindo a consolidar o trabalho desenvolvido na cultura.

Para além dos Amigos da Cultura de Paredes, das associações e dos agentes locais, conseguimos atrair, para a construção de um projeto comum, muitas personalidades e agentes que se destacam, a nível nacional e internacional, em diferentes áreas: teatro, literatura, música, pintura, escultura...

São muitos os projetos imateriais salientados nesta Revista, em claro crescimento, que justificam muitas das opções políticas tomadas, a nível material, por exemplo, as construções do Auditório Municipal, do Pólo de Literacia e Desenvolvimento Pessoal (Daniel Faria) e do Pólo de Valorização Integrada do Mobiliário e Artes em Madeira de Paredes (Mosteiro de Vilela).

Queremos munícipes ativos, com competências desenvolvidas e diversificadas em termos de criatividade, pensamento crítico, comunicação, colaboração, curiosidade, iniciativa, persistência, adaptabilidade, liderança, consciência social e cultural, entre outras, a partir da literatura, artes, filosofia e de outras ferramentas e disciplinas de base cultural/intelectual.

Queremos munícipes que conheçam e valorizem as artes e o património de Paredes, que contagiem todos os demais, sendo a Revista Cultural Orpheu Paredes, tão rica e diferenciada, um importante meio para cumprir este desiderato.

Destaco, no ano de 2022, o I Festival das Artes em Madeira de Paredes (FAMP, em formato bienal), que, com a resiliência dos que participaram e dos que virão a participar, enriquecerão a cultura, tradição e inovação de Paredes.

Agradeço-vos o empenho e a dedicação a mais uma Revista Cultural Orpheu Paredes, quer aos que a escreveram e a ilustraram, quer aos seus leitores, igualmente em crescimento, que a folheiam com notório agrado.

Alexandre Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Paredes

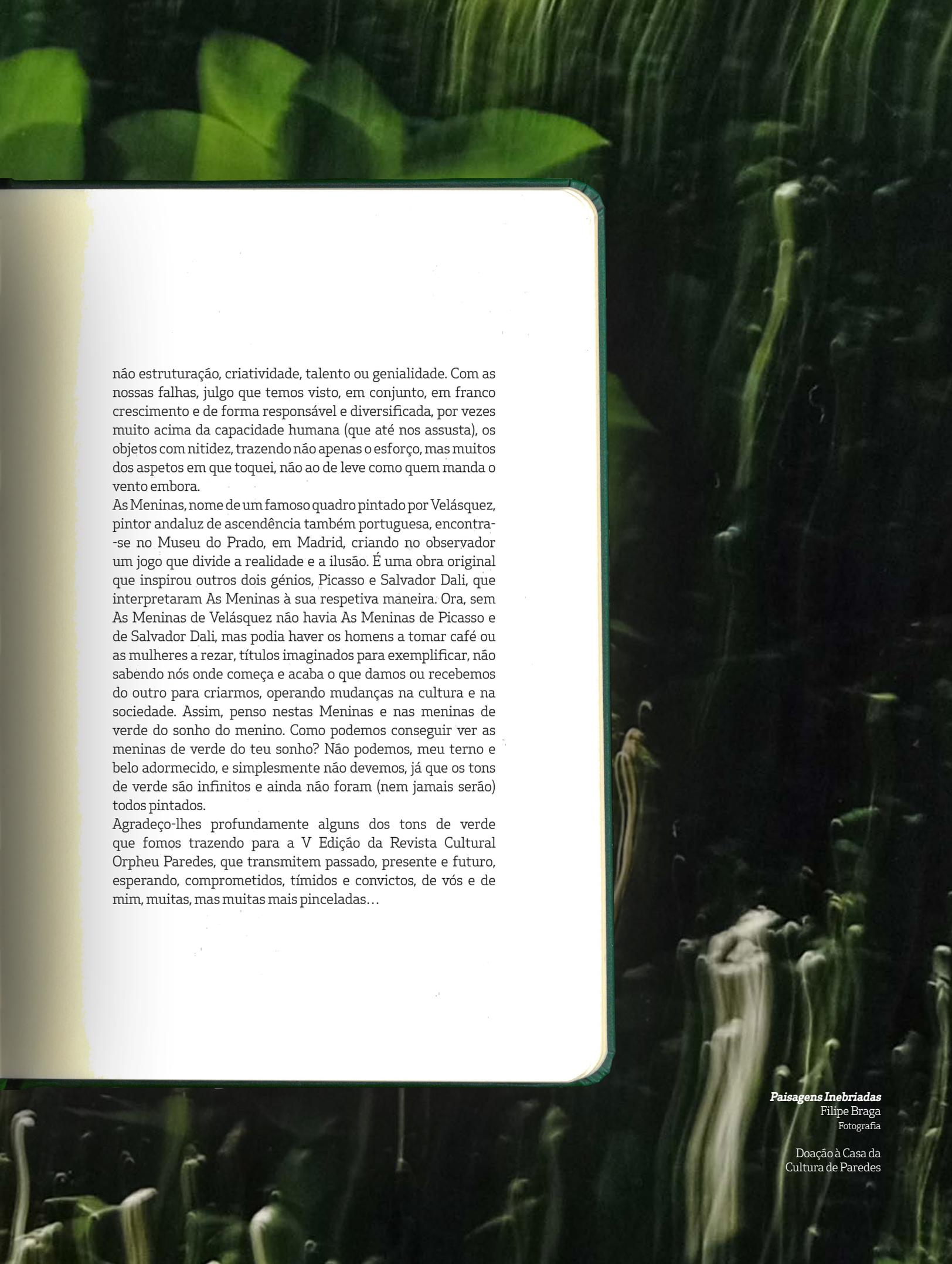
V EDIÇÃO DA REVISTA
CULTURAL ORPHEU PAREDES

CONSEGUES VER AS MENINAS DE VERDE DO MEU SONHO?

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura
da Câmara Municipal de Paredes

Imaginemos uma mulher que depois de operada com sucesso aos olhos continua a dizer que não consegue ver com nitidez os objetos; ou imaginemos um menino que repousa as asas voadoras das pálpebras, mas que, agitado e sorrindo, pergunta, *freudiano*, consegues ver as meninas de verde do meu sonho? Desconheço como os dois hipotéticos cenários me acordaram do meu próprio sono subconsciente, chegando até aqui, revelando-vos algumas das interpretações que aduzi, passando-as para este singelo texto que introduz a V edição da mais do que nossa Revista Cultural Orpheu Paredes.

No que há cultura diz respeito, é inegável o nosso esforço, palavra que tem sido consecutivamente empregue pelos Amigos da Cultura de Paredes (incluo-me), mas que nem sempre gosto, confesso-lhes, pois demonstra sacrifício e dedicação,



não estruturação, criatividade, talento ou genialidade. Com as nossas falhas, julgo que temos visto, em conjunto, em franco crescimento e de forma responsável e diversificada, por vezes muito acima da capacidade humana (que até nos assusta), os objetos com nitidez, trazendo não apenas o esforço, mas muitos dos aspetos em que toquei, não ao de leve como quem manda o vento embora.

As Meninas, nome de um famoso quadro pintado por Velásquez, pintor andaluz de ascendência também portuguesa, encontra-se no Museu do Prado, em Madrid, criando no observador um jogo que divide a realidade e a ilusão. É uma obra original que inspirou outros dois génios, Picasso e Salvador Dali, que interpretaram As Meninas à sua respetiva maneira. Ora, sem As Meninas de Velásquez não havia As Meninas de Picasso e de Salvador Dali, mas podia haver os homens a tomar café ou as mulheres a rezar, títulos imaginados para exemplificar, não sabendo nós onde começa e acaba o que damos ou recebemos do outro para criarmos, operando mudanças na cultura e na sociedade. Assim, penso nestas Meninas e nas meninas de verde do sonho do menino. Como podemos conseguir ver as meninas de verde do teu sonho? Não podemos, meu terno e belo adormecido, e simplesmente não devemos, já que os tons de verde são infinitos e ainda não foram (nem jamais serão) todos pintados.

Agradeço-lhes profundamente alguns dos tons de verde que fomos trazendo para a V Edição da Revista Cultural Orpheu Paredes, que transmitem passado, presente e futuro, esperando, comprometidos, tímidos e convictos, de vós e de mim, muitas, mas muitas mais pinceladas...

Paisagens Inebriadas
Filipe Braga
Fotografia

Doação à Casa da
Cultura de Paredes

CAFÉ LITERÁRIO ANO 2022

CAFÉ LITERÁRIO ENQUANTO ESPAÇO POTENCIADOR DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA

Norberto Ribeiro, Investigador. CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas –
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

No passado dia 2 de setembro, fui convidado para fazer a apresentação do meu livro, *Olhos que Comiam Medo*, no Café Literário, uma iniciativa cultural promovida pela Câmara Municipal de Paredes e que decorre na primeira sexta-feira de cada mês, na Biblioteca Municipal. Além de toda a vibração social e cultural que nos oferece aquela experiência, que eu vou querer aflorar com mais algum detalhe adiante, também nos é possível partilhar esse néctar negro, o café, que nos serve tantas vezes de pretexto para conversas sérias ou sem importância nenhuma, trágicas ou cómicas, realistas ou delirantes, e que são imprescindíveis para não nos esquecermos da nossa dimensão humana. A apresentação correu bem. Não me arriscaria a dizer mais do que isto – prefiro sempre que sejam os outros e outras a tecerem livremente as suas considerações sobre as minhas atividades e trabalhos sem o viés do meu ego – não fosse ter sido também convidado a escrever um texto para a Revista Cultural ‘Orpheu Paredes’, que é este que começa a ganhar corpo aqui defronte dos vossos olhos. Aceitei de imediato, sem hesitar. Era uma honra e o mínimo de cordialidade exigível para retribuir a simpatia e a generosidade que recebi. Esse foi o meu lado emocional a falar. O racional apareceu mais tarde, irrompendo, como sempre faz nos momentos de prazer e serenidade, os pensamentos.

Comecei, então, por pensar no tipo de texto que poderia escrever, contudo esbarrei-me na minha recém-criada identidade de investigador e escritor. Querem um texto literário ou académico? – perguntei-me. Sem resposta, fiz a mesma pergunta a algumas pessoas responsáveis pela organização da revista que me disseram, muito simpaticamente, que era um texto livre, mas que poderia escrever algo relacionado com o concelho. A parte de ser “livre” levei-a tão à letra que me estou a permitir escrever assim desta forma tão prosaica, cuja leitura espero não estar a aborrecer os caros leitores. Já a parte relacionada com o concelho de Paredes não foi assim tão automática. Depois de moer algumas ideias levantadas por mim, e outras ainda sugeridas por amigos próximos que se juntaram à reflexão falada, decidi que podia dar a vez ao meu lado académico: um investigador da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, que trabalha as questões da educação política/ educação para a cidadania, e da participação cívica e política de jovens. Imbuído desse espírito, a pergunta que se me acometeu ato contínuo foi: Por que não



falar do próprio Café Literário enquanto experiência educativa não formal de acesso livre a todos e a todas interessados? Na verdade, esta era apenas uma pergunta retórica. A resposta já tinha sido dada antes, a mim mesmo, tal foi o manancial de argumentos que encontrei para me convencer de que o Café

Literário se constituía como um espaço potenciador de uma consciência crítica e emancipatória, condição indispensável para a construção e manutenção de sociedades democráticas. Permitam-me que coloque aqui à vossa consideração alguns desses argumentos. O primeiro argumento, e talvez o mais central, tem que ver com o facto de ser uma experiência sociocultural baseada na partilha e discussão de leituras que nos permitem, grosso modo, a apropriação de palavras e conceitos que nos tornam a todos menos cegos e que nos mostram, por isso, mais mundo – quem nunca sentiu ter viajado pelo mundo sem nunca ter saído do lugar? Bem entendido, este tipo de experiência faz-nos, literalmente, ir para casa a pensar numa palavra ou num conceito novo que conhecemos (quem nunca?), ou então na ligação de algumas ideias que antes nos era desconhecida ou nos parecia inverosímil, que nos muda a forma como passamos a ver determinada realidade individual e coletiva. É esse o poder transformativo do domínio de conceitos e de ideias, o de iluminar áreas escuras que antes não existiam para nós. Para tal, contribui também de forma muito significativa a possibilidade que estes encontros nos dão de contactarmos com uma diversidade de perspetivas e mundivisões das pessoas que participam na experiência: o contacto, dentro de um espírito de respeito pelo pluralismo de ideias (dos autores e leitores), permite-nos aprofundar a compreensão do outro e a colocar-nos no seu lugar, promovendo desse modo o combate ao pensamento único e intolerante.

De facto, o Café Literário abrange também um encontro intergeracional. Vi lá várias gerações representadas. Não sei se será sempre assim – foi a primeira vez que participei neste espaço e espero que não seja a última –, mas era desejável que se mantivesse como tal. Creio que uma saudável miscigenação de gerações tem um papel importante, não negligenciável, na promoção da coesão social das sociedades.

Por conseguinte, considero que o Café Literário é um espaço de “pensamento demorado” (tomando de emprestada a expressão de Lídia Jorge a respeito do pensamento colocado em livro), que permite desenvolver o nosso domínio concetual, tão necessário para questionarmos o mundo e, em conformidade, exercermos uma cidadania crítica e inconformada. Crítica e inconformada porque considero, como tenho vindo a defender em alguns estudos (e.g., RIBEIRO, in press; RIBEIRO, NEVES & MENEZES, 2017), que uma cidadania verdadeiramente ativa e politizada tem de ser capaz de identificar situações que violam princípios democráticos, como a liberdade e a igualdade para todos e todas, e de agir em conformidade, fazendo uma vigilância permanente dos regimes e ordens políticas que nos governam. Ignorar esta dimensão crítica e politizada da cidadania é subscrever posições apolíticas e conformadas que se limitam, sem questionar, a obedecer cegamente às ordens estabelecidas. É nesta cegueira que pode residir o perigo da “banalidade do mal” (HANNAH ARENDT, 1964), isto é, perante o mal agirmos como se fossemos uma peça acéfala de uma máquina, que se limita a seguir a ‘manada’ sem se questionar das reais consequências das suas ações. Por outras palavras, como se fossemos um ser despojado de qualquer sentido ético, que ignora as injustiças e sofrimentos que provoca nos outros. Ora, a experiência de exploração, partilha e discussão de ideias que o Café Literário constitui, permite-nos uma maior consciência de nós no mundo, que nos torna mais cientes da nossa imperfeição, mais capazes

de nos colocar no lugar dos outros, enfim, que nos torna mais humanos. Pensar num mundo com restrições de pensamento e linguagem é equacionar a possibilidade de viver num mundo (orwelliano) oprimido pela crescente ignorância que nos incapacita de interrogar o que nos rodeia e, por conseguinte, de viver livremente. O Café Literário, pelo estímulo que dá ao pensamento e à linguagem, é um espaço que contribui, justamente, para a manutenção da nossa Liberdade.

Os sinais do tempo presente – a guerra e os crimes contra a Humanidade aqui bem perto, na Ucrânia, como noutros lugares mais longínquos e menos mediatizados, a crescente radicalização de posições antidemocráticas (racistas, xenófobas, misóginas, entre outras), um pouco por todo o mundo – não são muito animadores. Experiências com potencial para promover o pensamento crítico nos cidadãos e cidadãs, como creio acontecer com o Café Literário, um fórum protegido de algoritmos de redes sociais que provocam a polarização política (ver BRADY et al., 2017), são indispensáveis para contrariarmos essa tendência. Parece desenhar-se na literatura científica a coexistência de duas leituras sobre a natureza das interações humanas. Uma, diria mais fatalista-pessimista, procura mostrar que o cérebro humano evoluiu no sentido de se preocupar sobretudo em ganhar as discussões e não em procurar a verdade (MERCIER & SPERBER, 2011). Outra, diria mais esperançosa, divulgada recentemente no New York Times (SIEVERS et al., 2020, pre-print), procura destacar que o diálogo é um dispositivo poderoso para alinhar mentes, para chegar a consensos, argumentando que este é um processo que não emerge do vácuo, mas da interação com outros e outras diferentes. Portanto, esta última leitura oferece-nos uma premissa que nos abre a porta da possibilidade de transformação de mentes e, conseqüentemente, de mudança social na procura de um bem comum que seja o mais amplo e inclusivo possível. O Café Literário inscreve-se, precisamente, no domínio dessa possibilidade transformativa, enquanto espaço potenciador de uma maior consciência crítica e emancipatória de quem nele participa, como procurei aqui argumentar.

Bibliografia

- ARENDT, Hannah (1964) – *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*. New York: The Viking Press.
- BRADY, William J.; WILLS, Julian A.; JOST, Jonh T.; TUCKER, Joshua A.; VAN BAVEL, Jay J. (2017) – *Emotion shapes the diffusion of moralized content in social networks*. Proceedings of the National Academy of Sciences, 114(28), pp. 7313-7318. Disponível em <http://www.pnas.org/content/114/28/7313.abstract>
- MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan (2011) – *Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory*. Behavioral and Brain Sciences, 34(2), pp. 57-74. doi:10.1017/S0140525X10000968
- RIBEIRO, Norberto (in press) – *Breve ensaio sobre a cidadania em tempos de pandemia: cidadão neurótico ou inconformado?* Revista Brasileira de Educação.
- RIBEIRO, Norberto; NEVES, Tiago; MENEZES, Isabel (2017) – *An Organization of the Theoretical Perspectives in the Field of Civic and Political Participation: Contributions to Citizenship Education*. *Journal of Political Science Education*. 13(4), pp. 426-446. doi:10.1080/15512169.2017.1354765
- SIEVERS, B., Welker, C., HASSON, U., Kleinbaum, A. M., & WHEATLEY, T. (2020, pre-print). *How consensus-building conversation changes our minds and aligns our brains*. doi:10.31234/osf.io/562z7

Café Literário...



Nuno Higinio (janeiro, 2022)



Jorge Castro (fevereiro, 2022)



Aniversário (março, 2022)



Aniversário (março, 2022)



Aniversário (março, 2022)



Aniversário (março, 2022)



Orlando Castro (abril, 2022)



Sónia Fernandes (maio, 2022)



Maria Cecília Barbosa (junho, 2022)



Pedro Moreira (julho, 2022)



Norberto Ribeiro (setembro, 2022)



Agostinho Santos (outubro, 2022)



André Furtado (novembro, 2022)



Aureliano Costa (dezembro, 2022)



Valter Hugo Mãe (janeiro, 2023)



Valter Hugo Mãe (janeiro, 2023)

CAFÉ LITERÁRIO JÚNIOR

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes

Seguindo o exemplo do Café Literário, o Município de Paredes, consciente da importância da literatura e da escrita para o crescimento do ser humano e desenvolvimento crítico, tem

trazido os autores e os alunos das escolas concelhias à Biblioteca Municipal de Paredes para uma aprendizagem recíproca. Veja alguns desses alegres momentos!

2019

NUNO HIGINO

2021

ISABEL STILWELL

2022

MARIA JOSÉ GUIMARÃES
SÓNIA FERNANDES
JOAQUIM COSTA
MARISA PEDROSA & RÚBEN ZACARIAS

2023

VALTER HUGO MÃE



Nuno Higinho (novembro, 2019)



Nuno Higinho (novembro, 2019)



Isabel Stilwell (novembro, 2021)



Isabel Stilwell (novembro, 2021)



Maria José Guimarães (abril, 2022)



Maria José Guimarães (abril, 2022)



Sónia Fernandes (maio, 2022)



Sónia Fernandes (maio, 2022)



Joaquim Costa (junho, 2022)



Joaquim Costa (junho, 2022)



Marisa Pedrosa & Rúben Zacarias (setembro, 2022)



Marisa Pedrosa & Rúben Zacarias (setembro, 2022)



Valter Hugo Mãe (janeiro, 2023)



Valter Hugo Mãe (janeiro, 2023)

UNIDADE DE PATRIMÓNIO CULTURAL, BIBLIOTECA E ARQUIVO ABERTURA DE PORTAS

Maria Antónia Silva, Coordenadora da Unidade de Património Cultural, Biblioteca e Arquivo

O ano de 2022, depois de tantos constrangimentos nos contactos sociais, foi um abrir de portas. A equipa da Unidade de Património Cultural, Biblioteca e Arquivo pôde desempenhar as suas funções, dentro de cada setor, dirigidas à comunidade, mas agora com um contacto mais de proximidade. Desde dar a conhecer o património e a história local, divulgar documentação que pode sustentar esse conhecimento até às iniciativas que proporcionaram o gosto pelo livro e pela leitura. Tudo foi concebido e preparado para crianças, jovens e adultos. As portas do Património arquitetónico religioso reabriram-se para dar continuidade aos projetos de Nyckelharpa Metting, ao Young Guitar Masters, aos Sons no Património, aos Carmeli Voces, que de uma forma descentralizada, para além de divulgarem a música, permitiram que se desse a conhecer monumentos em diferentes freguesias. O património geológico e mineiro foi visitado por cerca de 800 portugueses e estrangeiros. E, neste âmbito, o Município de Paredes fez-se representar no 13º Encontro anual dos parceiros do Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, do qual faz parte, que se realizou nas Minas da Urgeiriça.

Locais de valores patrimoniais emblemáticos foram alvo de uma observação direta, na V edição do Workshop de Património e Pintura e com os Urban sketchers, fazendo saltar para o papel ou tela, o que o olhar captou, através do traço ou da pintura, nas freguesias de Recarei, Aguiar de Sousa e Louredo. Como só conhecendo podemos proteger e divulgar, este setor contribuiu, ainda, para a informação histórica e arqueológica, a constar em placas/sinaléticas e mesas de leitura da paisagem, dos trilhos do Parque das Serras do Porto (PSeP), em território de Paredes. Como o património se alicerça na História, a rubrica "Apontamentos da nossa História" deu a conhecer, mensalmente e online, breves fragmentos do legado histórico e identitário do Município de Paredes. A Identidade coletiva dos paredenses está muito presente no saber-fazer trabalhar a madeira pelo que se trata de um património material e imaterial a preservar e valorizar, daí que, numa associação ao Festival das Artes em Madeira de Paredes, aderimos à plataforma de divulgação das Jornadas Europeias do Património, desta vez subordinadas ao tema 'Património Sustentável'. O projeto do FAMP contribuiu para a reabertura de portas desta Unidade, já que o setor do



Arquivo teve uma participação ativa na exposição de Escultura e Fotografia, com a componente material e documental, extensivo ao trabalho de pesquisa para o livro das Artes da Madeira em Paredes e para o Seminário, cujo livro de Atas se publicou. A abertura de portas do Arquivo também se tem efetivado na pesquisa e divulgação da informação documental, com os contributos para a “Trilogia do mês”, através da qual destacamos, mensalmente, uma peça, um documento e um livro, conjugando a diversidade informativa das três áreas desta Unidade.

As portas da Biblioteca reabriram-se para inúmeras atividades presenciais. Desde logo, a continuidade do Café Literário que, ininterruptamente, se realizou em todas as primeiras sextas-feiras de cada mês, há cinco anos, com a presença de escritores e a moderação da Vereadora do Pelouro da Cultura, Dr.^a Beatriz Meireles e ultimamente enriquecido com “partilha de leituras”, preparada pelos Amigos da Cultura. O Café Literário Júnior à imagem do Café Literário, mas dirigido a um público infanto-juvenil, trouxe, também à Biblioteca, quatro autores convidados e cerca de 200 alunos do 1º ciclo do Município, que puderam experienciar contos de encantar. Mas as portas também se reabriram para verem e ouvirem concertos pedagógicos com o *Concentus PerTempora* – Emsemble, *Histórias com Música* e “Música com bebés e papás”. A Hora do Conto, realizada ao 3º sábado de cada mês, passou a contar com a colaboração dos Amigos da Cultura e trouxe à Biblioteca crianças e suas famílias, que conjuntamente se divertiram.

Continuamos a articulação com a Rede de Bibliotecas do Concelho, com destaque para as Escolares, com as quais colaboramos, nas diferentes fases do Concurso Nacional de Leitura. Neste intercâmbio destacamos, ainda, a oferta, ao longo do ano de 2022, de 11 títulos às Bibliotecas Escolares,

quer editados pela Câmara Municipal, como adquiridos com esse intuito.

Mas a Biblioteca Municipal voltou a realizar a Feira de Trocas com o desafio “Traz um livro e leva outro em troca” tendo-se trocado e recebido 57 livros, aos quais acresceram 601 ofertados pelos munícipes ao longo do ano de 2022.

A adesão ao Prémio Literário António Mendes Moreira foi uma verdadeira abertura de portas aos participantes, que aumentaram exponencialmente em número e em qualidade, tendo-se até, ultrapassado as fronteiras nacionais, já que só do Brasil rececionamos oito candidatos. Este Prémio, como habitualmente, foi anunciado nas Noites Negras, projeto que neste ano de 2022 teve uma programação cultural muito centrada no livro, na leitura e na capacitação, com apresentação de estratégias motivacionais de incentivo à leitura, à reflexão e à capacidade crítica, dirigida a diferentes faixas etárias e públicos.

Algumas efemérides foram assinaladas, como o Dia do Autor Português e o 25 de abril, este com a participação de alunos do Ensino Secundário das escolas do concelho de Paredes, que declamaram poemas de Manuel Alegre, Miguel Torga, José Fanha, Sidónio Muralha e Sophia de Mello Breyner Anderson.

O espaço expositivo esteve aberto na receção de exposições de carácter pedagógico-escolar, de sensibilização e de arte contemporânea.

A abertura à comunidade esteve presente no acolhimento de estágios curriculares, proporcionando-lhes uma experiência e aprendizagem em contexto de trabalho, com destaque para o enquadramento de um jovem invisual, através do Programa de inserção de emprego, que transcreveu para Braille artigos da Revista Orpheu nº 4, bem como poesia e contos infantis.

E foi assim que as portas se foram abrindo.



UNIDADE DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL E TURISMO

DESCENTRALIZAR E CONSOLIDAR AS DINÂMICAS CULTURAIS EM PAREDES

Fernando Salvador, Coordenador da Unidade de Dinamização Cultural e Turismo

Já “libertos” de todos os condicionalismos da pandemia, os 365 dias do ano de 2022 foram o reflexo de todo o trabalho cultural produzido e realizado ao longo dos últimos tempos, verificando-se não só uma forte adesão dos munícipes aos eventos, mas também o interesse generalizado do público em conhecer a programação cultural planeada para o seu concelho.

A descentralização das atividades e eventos culturais foi uma constante, que trazemos de aprendizagens anteriores, continuando com a preocupação de levar diversos registos culturais às freguesias do concelho de Paredes. Nesta esteira, foram realizados no início do ano três espetáculos de teatro, da peça “Branças Memórias”, da autoria da companhia Astro Fingido, em locais distintos do concelho.

A 4ª edição do “Primavera Festival da Flor”, realizada no mês de março, veio imbuída num novo aroma floral, construída sobre novas dinâmicas de programação, tendo sempre como objetivo principal a celebração da chegada da Primavera. Sendo já um ex-libris do evento o concurso de vestidos e chapéus de flores, destacou-se pela forte e brilhante presença da maioria das Juntas de Freguesia, ficando na memória a riqueza criativa do desfile, culminando a atividade num dia de festa e confraternização entre os paredenses.

No âmbito do evento cultural “Matéria Cruzada”, recebemos,

nos dias 02 e 03 de abril a apresentadora de televisão, Catarina Furtado, que esteve à conversa com a Vereadora da Cultura, Beatriz Meireles, abordando o tema “Direitos e Género” seguindo-se um espetáculo de música de câmara “ars ad hoc”, na Casa da Cultura de Paredes. No dia 03 de abril, a atividade continuou no auditório da Fundação A Lord, na freguesia de Lordelo, com o debate sobre “como nasce um objeto artístico” com a presença do paredense e músico Nuno Aroso, do ator João Reis e do escritor Gonçalo M. Tavares, terminando o evento com o espetáculo “A Fog Machine e outros poemas para o teu regresso”.

Reconhecemos que a cultura abraça a história e, como não poderia deixar de acontecer, realizámos as celebrações do 25 de abril em dois momentos distintos: no dia anterior os paredenses tiveram oportunidade de assistir ao espetáculo musical “Concerto Canções de Abril”, no Parque José Guilherme, interpretadas pelo músico de intervenção João Paulo Oliveira e, no próprio dia, assinalamos as cerimónias oficiais do 25 de abril no auditório da Cooperativa ACELER, recordando assim a história para não esquecer-la.

O programa “Paredes no Palco”, iniciativa de promoção da cultura e do envolvimento dos cidadãos do concelho de Paredes, cuja missão é a promoção, o apoio e o desenvolvimento do teatro amador local, levou a cabo algumas apresentações de peças de



teatro de associações culturais que integram o programa.

Como plataforma de crescimento cultural, e do teatro amador em particular, o programa “Paredes no Palco” incentiva os grupos participantes a realizarem produções/espetáculos, que integrem outras formas de cultura popular e associativa do concelho.

No mês de maio, foram realizados quatro dias de programação na Casa da Cultura de Paredes do projeto “Holograma da Casa na Área Metropolitana do Porto”, uma parceria com a Casa da Música do Porto, vocacionado para públicos sem práticas culturais, criando momentos emotivos, que os vinculem à música mais erudita, através do acesso a iniciativas muito variadas e especialmente concebidas para o efeito.

Progredimos com o tempo e com ele emerge a vontade de cativarmos novos públicos. Assim, perspetivando esse rumo, promovemos a atividade “Diálogos Improváveis”, onde pretendemos desafiar os mais jovens a sentarem-se na nossa plateia a assistir a uma conversa motivadora, protagonizada por dois jovens entrevistadores do concelho e um convidado especial. Nestas conversas informais abordaram-se várias questões relacionadas com problemáticas no campo cultural, social e económico, desta vez com a presença do músico Pedro Abrunhosa.

Acreditámos que deve permanecer no tempo o que de qualidade foi realizado em anos anteriores e, orientados por essa premissa, continuámos com os espetáculos de Jazz e Blues, que estiveram presentes num fim de semana de música, no auditório da Casa da Cultura de Paredes, em mais uma edição do Festival de Jazz - “Paredes Jazz e Blues Fest”, que se estendeu até ao final do mês de junho, com atividades relacionadas com este registo musical, na freguesia de Parada de Todeia.

No mês de julho realizaram-se as tradicionais Festas da Cidade e do Concelho de Paredes, com uma programação variada e dinâmica, culminando o último dia das festividades com a realização do Desfile Concelhio, que evidencia a identidade do concelho, numa perfeita harmonia entre o Município e as Juntas de Freguesia, que têm aqui a oportunidade de mostrar a riqueza cultural e etnográfica das suas associações locais.

Os “Amigos da Cultura de Paredes” afirmaram-se cada vez mais como um projeto de intervenção comunitária e municipal, desempenhando um papel fundamental na promoção e produção das atividades culturais. De referir que se realizou o “I Encontro dos Amigos da Cultura de Paredes”, onde foram dadas a conhecer as diversas valências dos núcleos que integram este projeto.

Orgulhosos, assistimos à crescente consolidação da Casa da Cultura como um centro de artes plásticas, com a presença de artistas de reconhecido mérito, levando a que as salas expositivas estejam já cativadas até ao ano de 2025. Sabemos que temos vindo a crescer, mas reconhecemos que não se evolui sozinho e continuámos a contar com os nossos, os de sempre, os da terra; por conseguinte, realizámos a 3ª edição da exposição dos artistas do Vale do Sousa, intitulada “Henrique Silva – Vida e Obra”, com a presença de 30 artistas locais e com a curadoria de José Rosinhas. Paralelamente, foram expostas as obras referentes do concurso do “Prémio de Artes Plásticas Henrique Silva” e uma mostra de trabalhos desse artista paredense.

O Município de Paredes organizou pela 1ª vez a I Bienal - Festival de Artes em Madeira de Paredes. Foram 16 dias com uma programação abrangente em que se pretendeu promover

as profissões ligadas à madeira, perpetuando as memórias, as artes e o “saber-fazer” dos artistas e artesãos, convidando os munícipes a entrar naquele que é o seu mundo de conhecimento e experiência nas artes de trabalhar a madeira. Nesta Bienal, através de roteiros e itinerários em destinos da nossa terra, convidámos o público a visitar e a conhecer mais sobre a história do nosso concelho. Desejamos dar continuidade ao legado da tradição e das artes de trabalhar a madeira, para que, juntos, honremos o trabalho dos Mestres da nossa terra, que marcam a identidade do nosso território, que é o principal produtor e exportador de mobiliário português, aliando tradição e inovação, com concertos, teatro, dança, seminários, *workshops* e muita diversão.

Na I Bienal - Festival de Artes em Madeira de Paredes pode escolher-se entre o novo circo, despique de bandas filarmónicas, um seminário sobre instrumentos de madeira e a recolha de música tradicional portuguesa, *workshops* de dança, de nyckelharpa ou percussão, oficinas de talha ou escultura, roteiros para melhor conhecer o concelho de Paredes e as suas tradições nas artes da madeira, exposições, a Big Band de Paredes ou um concerto do Luís Bittencourt, os Galandum Galundaina ou o Bando das Gaitas. Os eventos decorreram em várias freguesias do concelho de Paredes.

O projeto “Descobrir Paredes” continuou a dar a conhecer todas as potencialidades turísticas do concelho, desta vez noutras vertentes que não só os trilhos pedestres, mais concretamente, “O Azulejo em Paredes”, “Passeio de Carros Clássicos - Casas dos Brasileiros Torna- Viagem”, “À Mesa com Etnografia” e “Quintas Senhoriais”.

O “Espalhar Magia por Paredes” promoveu diversas atividades natalícias, nas freguesias do concelho, com muita animação, com os tradicionais comboios de natal a percorrerem todos os locais no território, variados espetáculos musicais, teatro e dança, realização de uma marcha solidária e iluminação das ruas da cidade. De destacar a 3ª edição da atividade “Correio de Natal” - Uma Carta do Pai Natal”, numa tentativa de nos tornarmos ainda mais inclusivos, pois considerámos importante alargar a possibilidade da atividade chegar a um maior número de crianças; para o efeito, proporcionámos, em conjunto com todas as Juntas de Freguesia, a colocação de uma caixa de correio de natal por freguesia. As mais de 2.500 cartas respondidas pelos serviços da cultura evidenciaram o sucesso desta descentralização. Aproveitando a época natalícia, o Município, em parceria com a Associação de Empresas de Paredes, promoveu o concurso “Montras e Rifas de Natal” com o principal objetivo de dinamizar o comércio local. Para que o natal se sentisse de uma forma especial por todo o concelho, resultou da união de várias sinergias, como empresas locais, Associação de Empresas de Paredes, Juntas de Freguesia e Município, a presença de um espaço dedicado ao Pai Natal em todas as freguesias, onde miúdos e graúdos poderiam visitar o Pai Natal.

A descentralização cultural com uma oferta de qualidade, diversificada e permanente, contribui para um público mais crítico e consumidor de cultura e deve ser partilhada e agilizada entre o município e os agentes culturais locais, estimulando a criatividade e sentido de crítica construtiva nos projetos culturais que se pretende que sejam integrados e identificados por todos os paredenses.

FESTIVAL DAS ARTES EM MADEIRA DE PAREDES 2022

ASSIM NASCEU O FAMP

Criado em 1836 e assente no antigo julgado de Aguiar de Sousa, o concelho de Paredes é, atualmente, parte integrante do Vale do Sousa e da Área Metropolitana do Porto.

Além de integrar uma região paisagística interessante, o Vale do Sousa, em Paredes, remonta à origem da nacionalidade portuguesa e possui várias tradições artesanais, destacando-se a arte de trabalhar a madeira.

No concelho de Paredes, nomeadamente nas freguesias de Duas Igrejas, Lordelo, Rebordosa e Vilela, a arte de trabalhar a madeira é uma atividade muito antiga, transmitida por sucessivas gerações e testemunhada por antigos artífices, como o marceneiro e o entalhador, assim como pelos centenários engenhos hidráulicos de serração de madeira localizados ao longo dos rios Ferreira e Sousa.

A figura da cadeira (ou carreteira), já extinta nos dias de hoje, marca eminentemente a história do concelho de Paredes, fazendo parte da memória da população mais envelhecida. As cadeiras eram mulheres cujos familiares trabalhavam como marceneiros e a quem cabia transportar às costas ou à cabeça o mobiliário produzido. Estas mulheres carregavam cadeiras, armários e outras peças de mobiliário, a pé, por caminhos e montes, com a ajuda da silha ou estribeira (pano com corda), para destinos muitas vezes longínquos, como Porto, Vila do Conde, entre outros.

Atualmente, o concelho de Paredes conta com uma forte capacidade no que toca à indústria do mobiliário, destacando-se como o maior produtor nacional de peças de mobiliário.

Com o desenvolvimento tecnológico e com a industrialização, a arte de trabalhar a madeira manualmente tende a desaparecer. De forma a colmatar o desaparecimento desta tradição artesanal e a valorizar a indústria atual, o concelho de Paredes tem vindo a desenvolver diferentes estratégias de valorização social, turística e cultural das artes em madeira e do setor do mobiliário, preservando e promovendo esta arte que tanto representa a região.

Assim nasceu o FAMP - Festival de Artes em Madeira de Paredes!

É um projeto de valorização integrada das Artes em Madeira que, na sua primeira edição, integrou um programa cultural diversificado, com várias iniciativas que decorreram ao longo de 2022, destacando-se o evento-âncora, realizado de 24 de setembro a 9 de outubro, a primeira edição de um formato Bienal a continuar no futuro.

fonte:
festivaldeartesemmadeiradeparedes.pt/

PRAÇA JOSÉ GUILHERME

A PRAÇA É NOSSA! 24/09
INSTALAÇÃO ARTÍSTICA
DE PATRICK HBMANN

VOID! {VAZIO} 24/09

**DESPIQUE DE BANDAS
FILARMÓNICAS**

VILELA E CÊTE 24/09
CONCERTO

GALANDUM GALUNDAINA 08/10
CONCERTO

BANDO DAS GAITAS 09/10
CONCERTO

CASA DA CULTURA DE PAREDES

**EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA
E ESCULTURA** 25/09
EXPOSIÇÃO | RESULTADO DO
CONCURSO DE FOTOGRAFIA
E ESCULTURA

**MASTERCLASS DE NYCKELHARPA
COM VICKI SWAN** 28/09

**A MADEIRA DO SOM,
O SOM DA MADEIRA** 30/09
SEMINÁRIO

MEMÓRIAS LÍQUIDAS 06/10
CONCERTO DE LUÍS BITTENCOURT

EXPOSIÇÃO 08/10
RESULTADO DAS PARCERIAS
CRIATIVAS E DAS OFICINAS
DE TALHA E ESCULTURA

ROTEIROS

**PAREDES E A INDÚSTRIA
DO MOBILIÁRIO, PINTURA
NA MADEIRA** 24/09

**EXPERIÊNCIA + ITINERÁRIO
VISITA À OFICINA + ARTE SACRA** 01/10

**ROTA DOS ENGELHOS
E DOS SERRADORES** 02/10

DO TRONCO À CADEIRA 08/10

OFICINAS

OFICINA DE TALHA 30/09e 07/10

OFICINA DE ESCULTURA 30/09e 07/10

FENABEL S.A.

**EXPOSIÇÃO DE PINTURA E ESCULTURA
DE AGOSTINHO SANTOS** 24/09
CEM ANOS DE SARAMAGO
CURADORIA: VALTER HUGO MÃE

BALTARARTE

MARCENARIA DE VERSOS 27/09
SESSÃO DE POESIA COM ISAQUE
FERREIRA, RUI SPRANGER E AMIGOS
DA CULTURA DE PAREDES

AGUIAR DE SOUSA

**DA PROFUNDIDADE DA RAIZ À QUEDA
DA FOLHA E A FLORESTA DANÇA** 01/10
OFICINA DE MOVIMENTO E DE
COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA
COM MARIANA AMORIM

ALAMEDA DE S. PEDRO

PAREDES BIG BAND 01/10
CONCERTO

BIBLIOTECA DE REBORDOSA

CUMULUS 02/10
PERFORMANCE SONORA E
POÉTICA PARA FAMÍLIAS COM
O SOM DO ALGODÃO

CENTRO PAROQUIAL DE GANDRA

HISTÓRIAS COM MÚSICA LÁ DENTRO 02/10
MÚSICA E NARRAÇÃO ORAL COM
O SOM DO ALGODÃO

IGREJA DE LOUREDO

**CONSERVATÓRIO DE
MÚSICA DE PAREDES** 04/10
CONCERTO

PAVILHÃO MULTUSOS DE ASTROMIL

**DANÇAS TRADICIONAIS
DO MUNDO** 05/10
OFICINA DE DANÇA COM RUTE MAR

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PAREDES

MASTERCLASS DE PERCUSSÃO 06/10
MASTERCLASS COM LUÍS BITTENCOURT



EXPOSIÇÃO E CONCURSO DE ESCULTURA FESTIVAL DAS ARTES EM MADEIRA DE PAREDES 2022

O Festival das Artes em Madeira de Paredes (FAMP - 2022) foi uma das iniciativas do Município para perpetuar a memória e a tradição, pondo em diálogo artistas e artesãos em duas exposições resultantes do concurso de escultura, das parcerias criativas e das oficinas de talha e escultura.

fonte:
festivaldeartesemmadeiradeparedes.pt/

FOTOGRAFIAS DE: MONTEIRO, NAPOLEÃO 2022

1º PRÉMIO

Partes Insignes #1
de Eliana Pinho

MATERIAL: LARANJEIRA



MENÇÃO HONROSA

**Rostos de Memórias:
"Os Torna-Viagem"**
de Rosário Nunes

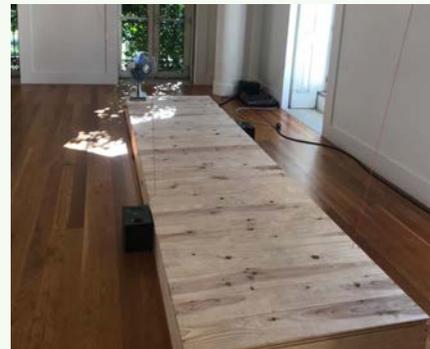
MATERIAL: PINHO



MENÇÃO HONROSA

São Simão
de Francisco
Rodrigues

MATERIAL: TOLA



PARCERIAS CRIATIVAS

- LEONIE KOHUT
- PAULO MOREIRA
- CLÁUDIA RIBEIRO
- MARIA CLARA LEAL
- ARLINDO MOURA
- JOSÉ AUGUSTO MACHADO
- ADRIANA PACHECO
- MARIA RITA MOREIRA DA SILVA (RITA DO SERRADOR)

OFICINA DE TALHA PARTICIPANTES

- MARGARIDA GONÇALVES
- CLÁUDIA MARUJO
- ELIANA MANUEL PINHO
- FREDERICO CARVALHO
- RUI VIANA
- CÉSAR FILIPE ESTRELAS DA COSTA
- SÉRGIO JOSÉ COSTA
- ROSÁRIO NUNES

OFICINA DE ESCULTURA PARTICIPANTES

- ELIANA MANUEL PINHO
- FREDERICO CARVALHO
- CÉSAR FILIPE ESTRELAS DA COSTA
- VITOR ESCALEIRA
- HÉLDER GANDRA
- RÚBEN ZACARIAS
- OLENA PONOMARENKO

100 ANOS DE JOSÉ SARAMAGO DE AGOSTINHO SANTOS COM CURADORIA DE VALTER HUGO MÃE

Valter Hugo Mãe, Escritor

O percurso de José Saramago (1922 – 2010) é marcado por um forte sentido do improvável, tornando-se o único Nobel da Literatura da língua portuguesa (1998) e justificando-o pela atenção à expressão popular, fazendo de certa fala “sem escola” a pedra de toque de um estilo que se impõe à arte e à academia. Saramago, cuja obra se define algo tardiamente, universaliza a questão portuguesa e prima pelo importante foco humanista que critica a contemporaneidade e suas demagogias.

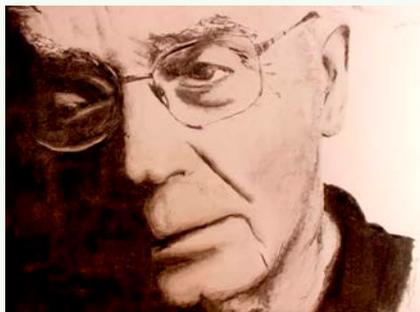
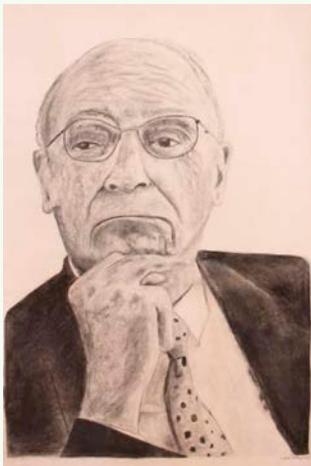
A obra de Agostinho Santos (1960) tem que ver com a insubmissão e com um frontal exercício de cidadania. Interessado em cortar amarras e reencontrar a linguagem espontânea dos que obedecem apenas à sua própria natureza, é empenhado na defesa de causas essenciais para a consciência mais atenta dos nossos dias. A obra ao serviço de suas convicções coloca-o claramente na esteira do que foi sempre o gesto de Saramago. Ambos inscrevem a multidão nos seus discursos, essa dos oprimidos ou esquecidos, dos que são preteridos ou adiados.

O encontro de Agostinho com Saramago aconteceu em franco entusiasmo mas deixou o repto para que os livros sobre os quais o pintor não se debruçara viessem a merecer ainda essa interpretação. Esta exposição é uma resposta de Agostinho ao pedido que Saramago lhe fez. Prossegue a transformação dos livros em imagens, segundo a imaginação indomável de Agostinho. Modo de agora festejar os cem anos de Saramago, um mestre e um amigo comum.

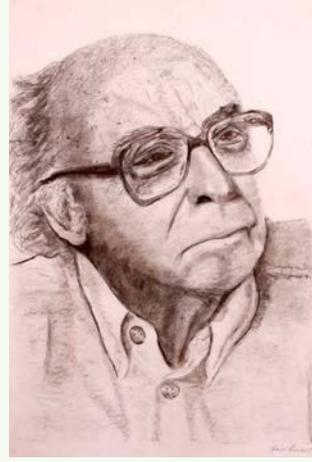
Texto inserido no catálogo da exposição da Reitoria da Universidade do Porto “Ver Cegueira Adentro” e no catálogo 100 Anos de Saramago da exposição na Fenabel S.A., promovida pelo Município de Paredes.







100 ANOS DE JOSÉ SARAMAGO,
ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES
CASA DA CULTURA DE PAREDES



ALEXANDRA DUARTE
 CLÁUDIA BESSA
 CLÁUDIO DUARTE
 DAVID ROCHA
 DIANA BARBOSA
 DIOGO DIAS
 FÁBIO CARNEIRO

FILIPA MACHADO
 IAN CALDAS
 INÊS RIBEIRO
 JOÃO MACHADO
 LEONOR SOUSA
 LILIANA CORREIA
 LUANA RODRIGUES

MARCO ROCHA
 MARIA GARCEZ
 MICAELA DUARTE
 PEDRO MORAIS
 RICARDO DIAS
 TIAGO MENDES
 TOMÁS GUEDES

100 ANOS DE AGUSTINA BESSA-LUÍS AGUSTINA E A BOTINHA DE BRONZE

António José Queiroz, Historiador

“Em Vila Meã, na rua principal e coração da vila, eu nasci num domingo de chuva, às seis horas da tarde. A casa tem fachada que parece anexo do mosteiro de Las Huelgas, de tão ampla e solene”. Foi assim que Agustina Bessa-Luís se referiu ao seu local de nascimento num texto que publicou numa revista literária¹.

Filha de Artur Teixeira de Bessa (1882-1964), natural de Travanca (Amarante), e de Laura Jurado Ferreira (1897-1994), de Corrales del Vino (província de Zamora, Espanha), nasceu no dia 15 de Outubro de 1922, em Vila Meã, freguesia de Real, concelho de Amarante. Foi registada em Travanca com o nome de Maria Augusta Ferreira Teixeira Bessa. O baptismo foi realizado a 20 de Novembro do mesmo ano. Em óbvia homenagem a sua avó materna (e madrinha), Agustina Jurado Franco, por despacho do juiz da comarca de Amarante, de 28 de Dezembro de 1931, adoptou oficialmente o nome de Maria Agustina.

Após o casamento, que se realizou no Douro, os pais foram viver para a freguesia amarantina de S. Tiago de Figueiró². Nove meses mais tarde, em casa dos avós maternos, em Ariz, nascia o primeiro filho do casal, José Artur (1920-1978). Tal como Agustina, foi também registado em Travanca, o que implicou, mais uma vez, a prestação de declarações incorrectas à Conservatória do Registo Civil. A razão é conhecida: para que as crianças pudessem ser baptizadas na igreja românica da freguesia. Diga-se, a propósito, que, no caso de Agustina, o respectivo assento (que suscita algumas perplexidades e interrogações) não refere o local do baptismo, feito alegadamente “em caso de necessidade”. Já escrevi sobre o assunto, mas talvez volte a fazê-lo, pois creio subsistirem ainda algumas “pontas soltas”...

Em 1921, os pais de Agustina já residiam em Vila Meã e disso é prova o facto de Artur Teixeira de Bessa aqui ter presidido à assembleia eleitoral para as legislativas de 10 de Julho desse ano³. Nesta terra (como me disse Agustina numa das conversas



Vila Meã, 4 de Janeiro de 2003

que tivemos no Porto), os pais permaneceram dois anos e meio. Como nasceu a 15 de Outubro de 1922, significa isto que só terá vivido em Vila Meã cerca de um ano, ou nem tanto, pois em 1923 (em mês que não pude ainda apurar) o pai vendeu a casa ao “brasileiro” Rodrigo de Oliveira Carvalho (meu tio-bisavô, de quem guardo ternas recordações).

Foram então viver para Vilar de Andorinho (Gaia) e depois para Águas Santas (Maia). Por esta altura, Artur Teixeira de Bessa passou a gerir o Jardim Passos Manoel, elegante centro de diversões portuense, que tinha sala de cinema, salão de festas e restaurante⁴. Nas traseiras funcionava uma discreta sala de jogo, o Clube do Porto, de que era proprietário. Esta actividade não lhe era estranha. De facto, foi também através do jogo que fez fortuna no Brasil, para onde emigrara muito novo. Por lá ficou 25 anos, a maior parte dos quais vividos no ambiente agitado e perigoso do submundo carioca.

Os contactos que estabeleceu no Passos Manoel abriram-lhe

¹ “Onde Nasci”, in *Anto*, n.º 1, Amarante, Primavera, 1997, p. 7. O facto de ter nascido em Vila Meã, e não em Travanca ou Godim, onde residiam (respectivamente) os avós paternos e maternos, situação frequente nessa época, deverá ter-se devido ao facto de os pais morarem junto à Casa da Botica e a pouco mais de 100 metros da Casa do Marmoiral onde vivia o famoso e prestigiado médico Dr. Torquato Brochado (1868-1937), especialista em partos.

² O casamento dos pais de Agustina realizou-se em Ariz, freguesia de Godim, concelho de Peso da Régua, no dia 24 de Fevereiro de 1920. Em Figueiró, na fachada da casa onde os pais terão morado, há uma placa em que se lê, erradamente, que Agustina viveu aí. De facto, nesse tempo ainda não era nascida.

³ Em Vila Meã, a assembleia eleitoral tinha a sede em Ataíde. Para além desta freguesia, integrava também as de Real, Oliveira, Louredo, Vila Caiz e Passinhos.

⁴ Inaugurado a 18 de Março de 1908, o Jardim Passos Manoel foi demolido em 1938 para a construção do Coliseu do Porto.

⁵ Pelo Decreto n.º 15572, de 13/6/1928, o governo transferia a zona de jogo de Santa Luzia, Viana do Castelo (cujo concurso ficara vazio), para a Póvoa de Varzim. Nesse mesmo ano, durante alguns meses, a concessão funcionou na Assembleia Povoense. De 1929 a 1933 passou para o antigo Café Chinês. A 10 de Junho de 1934 era finalmente inaugurado o edifício do Casino.

as portas para a concessão do jogo na Póvoa de Varzim ⁵. Nesta antiga vila piscatória e de veraneio, Agustina fez a instrução primária nas Doroteias (Colégio do Sagrado Coração de Jesus), em regime externo. Frequentou depois, durante três anos incompletos, o Liceu Eça de Queiroz. A Póvoa, onde “engordou” e se fez “antipática e bonita”, foi a “grande terra” da sua “idade de prata” ⁶.

Quando o pai deixou a sociedade gestora do jogo, rumou ao Porto com a família, instalando-se num palacete da Rua da Boavista. Inesperadas dificuldades financeiras ditaram, porém, a mudança para Godim, no Douro, “a província mais capaz de paixões governadas e desgovernadas que há em Portugal”.

Para Agustina os quatro anos passados em casa dos avós maternos foram uma espécie de retiro intelectual, pois aí leu os grandes clássicos e começou a escrever. São desse tempo *Ídolo de Barro* (que o pai mandou dactilografar), *Água de Contradição* (cujo manuscrito se perdeu) e *Deuses de Barro* ⁷.

Tendo regressado ao Porto com “uma informação intelectual bastante bizarra”, teve aulas de inglês no Instituto Britânico (Rua do Breyner, 79), mas porque duvidava da sua “veia literária”, decidiu frequentar o Salão Silva Porto (Rua de Cedofeita, 285) onde foi seu mestre o pintor Cremez. Exasperada por perceber que não faria grande carreira com os pincéis e ciente de que “a solteira” a distraía de “maiores realidades”, pensou pela primeira vez em casar. Do pensamento à acção, o tempo foi curto. Na verdade, a sua vida tomou um novo rumo quando, nos inícios de 1944, decidiu publicar um inusitado anúncio no diário *O Primeiro de Janeiro* ⁸. Foi com um jovem estudante de Direito que Agustina decidiu encontrar-se pessoalmente, após terem trocado correspondência durante alguns meses. Chamava-se Alberto Luís, nascera em Portalegre e vivia em Coimbra ⁹. Em

meados do ano seguinte, numa cerimónia que contou apenas com a presença de quatro testemunhas ¹⁰, casavam na Igreja de Cedofeita ¹¹. A noiva ia de preto, ao gosto da tradição castelhana-leonesa da sua família zamorana. Não houve copo-de-água, mas apenas um chá na Confeitaria do Bolhão.

Coimbra, onde o jovem casal se instalou após a breve lua-de-mel em Lisboa, foi “um estágio para a vida”. Agustina engravidou, teve uma filha ¹² e escreveu vários contos, três dos quais foram premiados nos Jogos Florais da velha Universidade ¹³. Em finais de 1948, ano da sua estreia literária “a sério”, publicou a novela *Mundo Fechado*, que escreveu enquanto “a filha dormia”. De matriz camiliana, considerou-o “um livro airoso e profético” ¹⁴. Um dos seus episódios mais significativos e cujo simbolismo é inegável, decorre em Vila Meã, nos jardins da Casa de Santa Cruz, a pouca distância da casa onde a autora nascera. A principal personagem do livro (que já esboçara nos contos) é inspirada em António Nobre, poeta que iria evocar algumas vezes noutros belíssimos textos ¹⁵.

Em 1950 foram morar para o Porto. O ano, porém, ficou marcado



Vila Meã, 4 de Janeiro de 2003



Vila Meã, 4 de Janeiro de 2003

⁶ As férias eram então maioritariamente passadas na Quinta dos Cavaleiros, em Bagunte (Vila do Conde), propriedade dos pais.

⁷ Escrito quando Agustina tinha 19 anos, este romance foi publicado em 2018.

⁸ Era este o teor do anúncio publicado na edição de 5/2/1944, p. 5: “JOVEM INSTRUÍDA desejava corresp. c/ pessoa intelig. e culta. Resp. Admin. N.º 61”.

⁹ Alberto de Oliveira Luís (Portalegre, 2/3/1923 – Porto, 12/11/2017) terminou o curso de Direito em 10 de Julho de 1950. Inscreveu-se na Ordem dos Advogados em 2 de Agosto de 1952, instituição em que exerceu diversos cargos: Vogal do Conselho Distrital do Porto no triénio 1987/1989, Vice-Presidente do Conselho Distrital no triénio 1990/1992 e Vogal do Conselho Geral nos triénios 1993/1995 e 1996/1998.

¹⁰ Da parte da noiva, foram testemunhas o irmão (José Artur) e uma prima (Laura Alice); as do noivo foram Maria Bessa Assunção (médica) e Carlos Alberto de Almeida Dias Costa (médico), ambos residentes em Coimbra.

¹¹ O casamento realizou-se às 5 horas da tarde do dia 26 de Julho de 1945 (quinta-feira), na Igreja de Cedofeita. O aspecto do edifício era então bem diferente do actual. O projecto primitivo era do arq. Marques da Silva. A primeira pedra fora assente em 1899. As obras, porém, pararam em 1911. Não tendo avançado em 1924, como então se anunciara, só seriam retomadas em 1963, já com um novo projecto, assinado pelo arq. Eugénio Alves de Sousa.

¹² A filha, Laura Mónica Bessa de Oliveira Luís (após o casamento passou a assinar Laura Mónica Bessa-Luís Baldaque Lobo), nasceu no dia 13 de Maio de 1946, em Godim (Peso da Régua).

¹³ Os contos foram premiados em edições sucessivas: em 1947, “O Cenáculo” (revista *Ver e Crer*, n.º 30, Outubro de 1947); em 1948, “Mendigos” (revista *Ver e Crer*, n.º 39, Julho de 1948); em 1949, “Três vezes” (jornal *Via Latina*, 9 de Maio de 1949). Como não era estudante da Universidade, concorreu com o nome “Alberto Luís”. A récita de despedida do V ano jurídico, em 1950, “fantasia em 4 actos” intitulada *Fausto*, é também um original de Agustina e não de Alberto Luís, como surge no rosto do livro.

¹⁴ Concluído a 13 de Dezembro de 1948, o livro foi impresso logo no dia 20 do mesmo mês, nas Oficinas da Gráfica de Coimbra.

¹⁵ Num desses textos, “Nome e Lugar dum Poeta” (*Anto*, Primavera, 2000, pp. 6-7), Agustina sublinha as raízes vilameanenses de António Nobre.

pela acesa polémica entre Agustina e o crítico literário Jaime Brasil, suscitada pelo romance *Super-Homens*, cuja publicação foi financiada por seu pai ¹⁶. Agustina acabaria por retirá-lo do mercado e, anos mais tarde, considerou o livro “meio falhado por ter mais pretensões do que razões”.

No prédio em que viviam (Rua da Boavista, 604, 1.º d.to), Agustina escreveu *A Sibila*, romance que concluiu a 16 de Janeiro de 1953 e nesse ano venceu o Prémio Delfim Guimarães, abrindo-lhe “as portas das letras” ¹⁷. Inspirado na figura de Amélia Teixeira, sua tia paterna, e no pequeno mundo da Casa do Paço, em Travanca, foi um “milagre” que “teve lugar na praça pública”, afirmou Eduardo Lourenço, que concluía, dizendo: “esse mundo romanesco, pelo seu simples aparecimento, deslocou o centro da atenção literária”.

A etapa que se seguiu, a partir de 1961, passou-se em Esposende, que era então um “lugar confidencial e poético”. Nos quatro anos aí vividos, Agustina teve “dias bons com o mundo” e consigo. Escreveu muito e leu Freud como se fosse “um romance devastador”. Na casa que habitou (que comprara com o dinheiro que fizera com a venda de uma propriedade que as tias do Paço lhe haviam deixado, no lugar de Gorgolosa, em Travanca) recebeu, entre outros, Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, José Régio, Fausto José e António Pedro. Aos fins-de-semana encontrava-se por vezes com Ilse Losa. Nesse tempo (Setembro de 1963), com Alberto Luís e Sophia de Mello Breyner Andresen, faria uma inesquecível viagem à Grécia ¹⁸.

De volta ao Porto, que “é um sentimento para quem o habita e geografia para quem não o conhece”, Agustina e Alberto Luís moraram sucessivamente em Miragaia (Rua da Restauração) e na zona da Foz (Rua Garcia de Orta, 37, e Avenida Marechal Gomes da Costa). A partir de 1973 assentaram definitivamente em Massarelos (Rua do Gólgota, 100). A relação com a cidade foi como um “casamento de conveniência”: começara por obrigação e acabara em amor.

Em vida, Agustina publicou uma novela, quatro dezenas de romances, seis biografias, cinco peças de teatro e diversos livros de contos, crónicas, memórias, textos ensaísticos e de literatura infantil ¹⁹. Correspondeu, pois, com todas as forças, ao seu destino de escritora, que quis revelar “até às últimas

consequências” ²⁰. Comparava os seus livros à Via Ápia, por neles procurar sempre o local da partida, porque “é na origem que reside uma coroa real da perdida integridade humana”. Os livros valeram-lhe inúmeros prémios e honrarias, em Portugal e no estrangeiro ²¹, sendo o mais expressivo o Prémio Camões (2004). O seu nome foi também indicado para o Prémio Nobel da Literatura, que, porém, não lhe foi atribuído. Mas entre o Nobel e Agustina é bem provável não ter sido esta quem ficou a perder, situação que, diga-se, não é inédita.

Em Outubro de 2022 passaram 100 anos sobre o nascimento da genial escritora e a efeméride foi comemorada dentro e fora de Portugal. Em Maio de 1998, quando se celebrava o 50.º aniversário da sua Vida Literária, na Universidade Fernando Pessoa, Agustina confessou não gostar das comemorações. Lembravam-lhe o gesto de algumas mães que, saudosas dos seus filhos de colo, mandavam fundir em bronze uma botinha que haviam usado. Mas esse “símbolo burguês” fora há muito devorado por outras praxes, sendo, pois, “uma liturgia efémera”. Na sua alocução, Agustina dizia também sentir-se “efémera”. Fora, porém, “anunciada como qualquer coisa que vai resistir ao tempo e à memória”. Há motivo para que assim seja, porque, como escreveu António José Saraiva, em carta a Óscar Lopes, “Agustina é o maior escritor em prosa de toda a literatura portuguesa”. É caso, pois, para acreditar que a sua obra não terá o mesmo destino da botinha de bronze, até porque o que nela mais há “é o afecto para com a vida”. E, se o afecto é eterno, por que razão uma obra tão singular e tão viva – construída na mais fina filigrana literária, mas bem mais sólida do que qualquer botinha de bronze – não poderá aspirar também à eternidade?

¹⁶ No rosto deste livro surge ainda Coimbra como local da edição. A impressão, porém, foi feita na Imprensa Portuguesa (Porto).

¹⁷ Após a sua publicação, em 1954, foi-lhe também atribuído o Prémio Eça de Queiroz.

¹⁸ A primeira vez que Agustina e Alberto Luís viajaram para o estrangeiro foi em Julho de 1959: uma longa viagem de automóvel pelo sul da Europa, visitando Espanha, França e Itália. À Grécia voltariam mais vezes. Em 1970 o poeta Eugénio de Andrade fez-lhes companhia. Mas Agustina, por razões de ordem literária, haveria de viajar inúmeras vezes, não só por outros países europeus, mas também por Israel, China e Macau.

¹⁹ Alguns dos seus livros foram adaptados ao cinema. A partir deles, o seu amigo Manoel de Oliveira realizou os seguintes filmes: “Francisca” (de *Fanny Owen*); *Vale Abraão*; “O Convento” (de *Terras do Risco*); “Party” (de *Party: Garden-Party dos Açores – Diálogos*); “Inquietude” (de *A Mãe de um Rio*); “O Princípio da Incerteza”; “Espelho Mágico” (de *A Alma dos Ricos*). João Botelho realizou o filme “A Corte do Norte”. O seu texto “Três Mulheres com Máscara de Ferro” serviu de libreto para a ópera homónima de Eurico Carrapatoso.

²⁰ Nos inícios de 2007, Agustina sofreu um AVC que teve várias réplicas e a impediu de voltar a escrever. Em Setembro do ano anterior fora impresso em Viseu, para a Guimarães Editores, o seu último romance, *A Ronda da Noite*. Faleceu no Porto, no dia 3 de Junho de 2019.

²¹ Agustina foi distinguida com a Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (Grande Oficial e Grã-Cruz) e com a Ordem das Artes e das Letras de França (Oficial). Recebeu a Medalha de Honra da Cidade do Porto e foi Sócia Emérita da Academia das Ciências de Lisboa. Foi-lhe atribuído o Doutoramento Honoris Causa pelas Universidades do Porto, Lusíada, Trás-os-Montes e Alto Douro e “Tor Vergata” de Roma. Foi Directora do Teatro Nacional D. Maria II e a primeira mulher em Portugal a dirigir um jornal diário (*O Primeiro de Janeiro*).

AGUSTINA



Maternidade - Agustina Bessa-Luis
Desenho de Agostinho Santos (2022)

50 ANOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES NUNCA SERÁ BASTANTE O INCÊNDIO*

Francisco Queirós, Diretor da Escola Secundária de Paredes

Em nome da Escola Secundária de Paredes, no ano do cinquentenário deste estabelecimento de ensino, agradeço a presença dos convidados e participantes neste colóquio sobre a vida e a obra do poeta Daniel Faria.

Permitam os mais velhos que me dirija de forma especialmente calorosa aos nossos alunos do 12.º ano, por estarem dispostos a uma experiência espiritual e intelectual que é uma espécie de mergulho em águas geladas: faz contrair os músculos e estirar os nervos, no princípio, mas depois o sangue corre mais quente e seivoso nas veias. Obrigado por terem vindo.

Queria cumprimentar as Senhoras Professoras Luíza Cortesão e Amélia Lopes pela honra que dão à escola, estando presentes no colóquio.

Sr.ª Professora Luíza Cortesão! Nesta escola valoriza-se a autonomia do professor e promove-se a consciência crítica. A Senhora Professora citou muitas vezes na sua intervenção pública a célebre frase de Newton: “vi mais longe por estar apoiado em ombros de gigantes”. Hoje, para nós, professores, na reflexão que fazemos da profissão, a Senhora Professora é um gigante. Muito obrigado.

Saúdo a presença da Sr.ª Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes, Sr.ª Dr.ª Beatriz Meireles, antiga aluna e visita regular desta casa nas iniciativas e actividades culturais de serviço público, na dupla condição de política e de escritora. Agradeço a presença da Sr.ª Directora do Agrupamento de Escolas Daniel Faria, Sr.ª Dr.ª Celeste Valério, e sublinho o muito que tem contribuído na divulgação do poeta na nossa terra, em especial nas comemorações do cinquentenário do poeta. Obrigado por ter vindo.

Cumprimento também o Sr. Presidente da Associação Cultural José Guilherme Pacheco, com quem a escola mantém um protocolo de articulação das actividades lectivas há longos anos.

Exma. Sr.ª Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária de Paredes

Srs. Convidados

Estimados colegas:

Tenho ainda de cumprimentar publicamente a arquitecta operária deste encontro, a nossa professora Margarida Sousa. É bem o exemplo da genuína ética republicana que serviu de matriz a grandes professores e servidores públicos. Uma vida inteira dedicada ao ensino do português e da cultura portuguesa, o que não é pouco, e ainda à formação de professores e à investigação educacional.

Queria a Margarida que, hoje, por ocasião dos 50 anos, eu tentasse explicar um pouco a nossa escola, e pediu, de um

modo bastante directivo e circunstanciado, como é seu hábito, uma *comunicação sobre a sociologia da escola*, por ocasião do cinquentenário. Receei, naquela altura, que a plateia, vista agora à minha frente, estivesse mais interessada em Daniel Faria do que na história de uma instituição escolar que, de resto, nada diferencia de outras semelhantes, excepto, possivelmente, na perspectiva demasiado próxima dos olhares afectuosos de quem aqui trabalha.

E também me faltava alento para lhe fazer a vontade, porque vejo mais miséria no cinquentenário da escola do que motivos de celebração. Veja-se que em 1972, Paredes, com mais de 50 mil habitantes, oferecia como mais alto grau académico na escola pública o actual 6.º ano de escolaridade. Tem apenas 50 anos o princípio do fim do obscurantismo e do analfabetismo que a revolução do 25 de Abril sustentaria dois anos mais tarde. Como escreve a professora Olinda Loureiro na edição especial do número 14 da revista *Papel de Paredes*, num tom justificadamente emocionado, “a viragem política repercutia-se no ensino: a alegria e a esperança do fortalecimento da democracia tornavam a escola um lugar luminoso”.

A comemoração do cinquentenário tem este outro lado deprimido, inimaginável hoje, de milhares de crianças que deixavam a escola aos 12 anos de idade e eram encaminhadas para as fábricas no Porto ou então ficavam a ajudar os pais, nos trabalhos domésticos ou no campo.

Ainda assim, eu queria fazer a vontade à Margarida e começar pelo princípio, o ano de 1972, a inauguração da escola, o embaraço de se constituir apenas como uma secção de um liceu do Porto, a turbulência directiva dos primeiros anos, o crescimento exponencial de alunos, a independência da escola em 1976, a mudança do palacete da Av. da República para este novo lugar e o desejo persistente e legítimo de autonomia que se estende até hoje.

Mas, nas reuniões de preparação do colóquio, o entusiasmo da Margarida e, sobretudo, o fascínio crescente pelo poeta Daniel Faria, ao ponto de reclamar a sua titularidade nos currículos escolares, fez-me decidir ler com novo ímpeto os três livros da idade adulta de Daniel Faria, poeta que eu conhecia sem profundidade, talvez apenas da antologia “Anos 90 e Agora”.

Tenho o hábito de tomar notas de leitura e, quase sem dar conta, alinhabei-as numa espécie de reflexão que fui refazendo e reconstruindo a cada nova leitura e ocorreu-me partilhá-la aqui em vez de estar a maçá-los com este número redondo dos 50 anos.

Não é, nem aproximadamente, o retrato da escola que a Margarida quer, mas, em qualquer caso, serve para descarnar

um dos fios condutores mais importantes do pensamento da escola: a necessidade absoluta da desocupação do silêncio e do tempo para meditação e reflexão. Dito de outro modo, na câmara escura que é a sala do professor, a aceleração do tempo e a oscilação da luz perturbam e afectam o ofício de ensinar. Acontece como nas fotografias:

“Amarelece o retrato pouco a pouco;/ enquanto o magnésio/ entra no seu crepúsculo;/ e a imagem,/ exposta a um ácido excessivo,/ começa a decompor-se”.

(Carlos de Oliveira)

Feita a embraiação e fracturada a velocidade, chego a “Nunca será bastante o incêndio”, o verso de Daniel Faria que a comissão organizadora escolheu para os cartazes de apresentação do colóquio. Trata-se do último verso do último poema do conjunto que dá início ao *Dos Líquidos*. Não foi uma escolha inocente: no esforço de compreensão de Daniel Faria, quisemos saber ler este verso que encerra a meditação sobre o sacrifício de Isaac: seria uma última expiração silenciosa, uma desesperação, ou um brado de fé, semelhante ao de Jesus, pouco antes de morrer? “Nunca será bastante o incêndio” é, no contexto, uma exortação directa a Deus:

“Queimarás o monte, o filho, a lenha

A morte, as areias, a viagem

O deserto, a túnica, as estrelas.

Nunca será bastante o incêndio”.

Lembram-se certamente da história de Isaac: Deus pôs à prova Abraão, ordenando-lhe que tomasse o filho pela mão e o levasse até às montanhas de Moriha para ser imolado pelo fogo. Kierkegaard, que se ocupou do texto, escreve assim: “Era de manhãzinha. Abraão levantou-se, abraçou Sara, companheira da sua velhice, e Sara deu um beijo a Isaac, o seu orgulho e esperança para toda a posteridade. Caminharam em silêncio. Abraão conservou o olhar obstinadamente fixo no chão até ao quarto dia. Só então levantou os olhos e vendo no horizonte a montanha de Moriah, baixou-os de novo. Em silêncio, preparou o holocausto e ligou Isaac. Então viu o cordeiro que Deus prouvera, sacrificou-o e regressou. A partir deste dia, Abraão envelheceu; não pôde esquecer aquilo que Deus lhe exigira. Isaac foi crescendo, mas os olhos de Abraão haviam perdido o brilho; nunca mais tornou a ver a alegria”.

Em outro poema de Daniel Faria, *Explicação do Homem*, estão uns versos cinematográficos que ilustram de forma particularmente límpida a figura anciã de Abraão, como o podemos imaginar, a murmurar, dirigindo-se a Deus, enquanto caminha curvado para o monte Moriah:

“Não me verga a velhice nem o peso do crânio

Mas os olhos cansados na dor de te não ver.

O chão tornou-se a última paisagem.

No mais longínquo da terra te levantas

E vejo erguer-se a poeira dos teus pés”.

Não creio que seja possível entender profundamente a poesia de Daniel Faria sem procurar compreender a espécie de fé que anima este homem concêntrico com Deus:

“Se fores pelo centro de ti mesmo, basta respirares e olharei em redor”

“Se fores pela direita ou pela esquerda, o meu olhar há-de acompanhar-te”.

É uma formulação com afinidades à regra beneditina, “Inclina o ouvido do teu coração”.

Num poema anterior, referindo-se aos homens desesperados que põem ninhos nas árvores e encostam a cabeça aos ferros, Daniel Faria afirma:

“A força deles é para fora, mas a sua espera é a fé inabalável no mistério que inclina os homens para dentro”.

Deus está então para além do que é visível.

Daniel Faria exprime-o, de resto, mais do que uma vez nos seus poemas, debruçado no lugar essencial que é a janela do quarto de Singeverga:

“Está para além do que se vê a janela onde me debruço definitivo

Não é uma aparição

Nem se pode alcançar sem se ir em frente caindo”.

Nas ciências, chama-se atrator à circunstância para que evolui um sistema dinâmico. A oscilação do pêndulo, por exemplo, tende para um período constante, o atrator. Contra a infinidade de atratores do mundo natural, na poesia de Daniel Faria, Deus é o único atrator. É a única circunstância. É a singularidade.

“Não és a luz/ és mais que a luz.”

O poeta podia ser agrupado no conjunto de ermitões visionários em demanda do castelo de Corbenic e da Graça celestial, tributários de Galaaz, o principal herói da Távola Redonda. Como Galaaz, aspiram virginalmente à santidade, esperam ser admitidos na eucaristia presidida pelo próprio Deus e finalmente ver-lhe os olhos resplandecentes.

A contemplação mística é a entrada principal do arquivo de catalogação de Daniel Faria, mas pode induzir um erro grave; considerar o poeta refém da imaginação quando, aplicando uma distinção de Simone Weil, lida em Tolentino Mendonça, parece mais acertado filiá-lo na atenção. Daniel Faria observa mais e imagina menos. No último livro, “*Dos líquidos*”, como se houvesse uma mudança de lente no microscópio do poeta, o campo de observação reduz-se para que a atenção esteja mais concentrada. As deslocções são lentas e a exploração é minuciosa, aproximando-se Daniel Faria tangencialmente dos terrenos de Fernando Echevarría e cruzando mesmo os de Cristina Campo:

“O tempo/ em que ardiam no fundo de cada vento/ mãos vivas, cercando-me” (CC).

“Prometo-te a palma da minha mão para a escrita./ Cerca-a de magnólias. Cerca-me” (DF).

A intersecção com Cristina Campo é da ordem estética e é da ordem da formulação meditativa. Mais do que inclinarem-se para dentro, ambos aspiram a adentrar-se, isto é, a embrenharem-se silenciosamente no seu próprio corpo:

“Tento dizer, finalmente, que procuro cada dia um modo de engolir a voz, até que esse pulsar ocupe todos os movimentos do corpo, da memória, do amor” (DF).

“Ai que a Tigre/ a Tigre Ausência/ ó amados,/ devorou tudo deste rosto voltado para vós” (CC).

Estando nisto, abro um parêntese cauteloso, uma espécie de e, contudo, move-se, galileano, para uma evidente concessão do poeta ao simbolismo: o poema “*Cruz/ Rosa-dos-ventos sem direcção que não seja o centro*” inicia-se inesperadamente com o verso mínimo “Cruz, Rosa” e faz o compasso com as palavras rosa coluna rosa, assumindo claras ressonâncias iniciáticas rosacrucianas. Também a composição da epígrafe de *Dos Líquidos* é uma declinação (muito bela, de resto) de um verso de S. Bernardo, sobre a rosa primigénia. Há aqui justificação para

linhas de pesquisa futuras que podem vir a intersectar-se com o percurso do próprio bispo do Porto, figura maior em Ermesinde no tempo em que Daniel Faria passou no Bom Pastor, e do Bispo D. António Meireles, cujos túmulos, bem perto aqui de Paredes, estão precisamente marcados pela rosa e pela cruz. Ainda no simbolismo, anotei mais presenças: a flor estelar da magnólia e, sobretudo, a janela: um elemento de Mallarmé, que é revisitado por Daniel Faria com a mesma funcionalidade:

“No vidro, lavado por orvalhos eternos / Brilha a manhã casta do infinito./ Olho-me e vejo um anjo!” (Mallarmé)

“O homem que te olha por detrás da janela onde te escrevo./ No Inverno, os vidros vão embaciando – aproxima/ a tua mão da paisagem que resta/ como se fora o lado do verbo que encarnou”. (DF)

Como Abraão em direcção a Moriha, Daniel caminha inclinado, debruçado, dobrado sobre si próprio **“até pôr a boca no pó iluminado”**. Vai só e segue inclinado. É a agitação cinética do pó, isto é, a presença de Deus, que o faz estremecer. Mais tarde, há-de gritar: **“Chegou o fim/ o pó subiu e entrou-me para os olhos”**. A intimidade com a morte, por intermédio da fé, é um assunto muito sério e complexo. Mais do que um espaço imenso, infinito em todas as direcções, vazio de qualquer partícula, a morte é a ausência de amor e está do lado de fora da vastidão de Deus. É necessário preparar a passagem, fazer como Cristina Campo: **“Sobre acutíssimas lâminas/ em branca camisa de urtigas,/ te ensinarei, minha alma,/ este passo do adeus...”**

Kierkegaard explica que no recinto da fé, onde já chegou Daniel, há uma suspensão teleológica da moral, isto é, as convenções sociais e culturais são superadas e o homem espera solitário a revelação de Deus. É neste perímetro absurdo que Abraão, na formulação poética de São Paulo, **“espera, contra toda a esperança”**. É a fé que dispensa Abraão do dever moral de salvar Isaac, embora ame mais o filho do que a si próprio; é também a fé que traz a morte para a intimidade dos poemas de Daniel Faria. Que sentido faz isto? Que espécie de fé é esta? Não é certamente num Deus distante, racionalmente impenetrável, inatingível e oculto. Pode estar, contudo, e daí radicar, no prólogo do Evangelho de João: **“No princípio era o logos e o logos estava com Deus”**. O agir de Deus, como logos, isto é, como razão e palavra, é explicado assim por Bento XVI: **“Deus agiu e age cheio de amor em nosso favor e o amor é capaz de apreender mais do que o simples pensamento”**.

No Novo Testamento, encontramos um exemplo no comportamento de Pedro a caminho de Getsémani, depois da última ceia. Pedro segue ao lado de Jesus. Acredita Nele e, por isso, ama-o. Vai desinteressado da ressurreição. Não entende nem quer o sofrimento de Jesus. Um homem judeu comum teria aceitado o sacrifício como mediação da redenção, mas Pedro não é um homem comum. Confiou no projecto inicial e aceitou o mandamento novo. Já antecipou o tempo que há-de vir: o tempo do amor. Tem fé no projecto do amor por oposição ao projecto da paixão. Como escreveu Herberto Helder: **“E por dentro do amor, até somente ser possível/ amar tudo/ ser possível tudo ser reencontrado por dentro do amor”**.

Nunca será bastante o incêndio, nem que alastre da lenha ao monte, das areias às estrelas, do filho à morte. Na profissão de fé de Daniel Faria, como em Abraão, apenas Deus basta. Nem um nem outro temem a morte, mas é preciso ensaiar o passo do adeus. Preparar a passagem que o absurdo dispõe fora da

vastidão infinita do amor de Deus. Há-de ser tremendo, o passo do adeus. Abraão regressa com Isaac, mas envelhece e não volta a sorrir. É um Daniel definitivamente afligido que afirma:

“Tu me cultivaste

Tu deixaste a geadá sobrevir”.

Quando estiver preparado, há-de escrever ainda:

“O meu projecto de morrer é o meu ofício

Esperar é o modo de chegares

Um modo de te amar antes do tempo”.

Vimos no início da manhã o documentário sobre Daniel Faria. Conseguimos imaginar Daniel junto da janela embaciada do quarto de Singeverga. Enquanto espera e se prepara, dirige-se a Deus, com versos doces:

“Não me importo de adoecer no teu colo/ de dormir ao relento entre as tuas mãos”.

“Se soubesses/ como queria amar-te tanto”.

“Afasta-me o cabelo dos olhos/ com o dedo indicador”.

Suspensos, contra os vidros frios da janela da magnólia, os versos de Daniel condensam, ganham densidade física e caem num jorro torrencial, elegíaco, líquido e inesgotável.

“Quem se eu gritasse, me ouviria dentre as ordens dos anjos?” (Rilke)

Depois, no fim, já não distingue fé e amor:

“Amo o coração que partes e distribuis com as mãos”.

Algures no meio do caminho entre a alegria face às possibilidades do Homem em Deus e a melancolia da fé, viveu Daniel Faria. Achou-se, são versos dele, **“suspenso como os santos/ como se fosse um homem que levita”**. Bruscamente, aos 29 anos, cessou a suspensão. Num soneto espantoso, dedicado ao Bispo do Porto, Fernando Echevarría termina deste modo: **“E, havendo assim cessado a suspensão,/ Relâmpagos sejamos novamente,/ Vibrando além de haver um coração. // Que seja sobretudo a sua mente./ E seremos em Deus. Estar nele então/ é havermos sido sempre em seu presente.”**

Nunca será bastante o incêndio.

Quase no fim, regresso às efemérides, de onde, afinal, não parti. Faz agora 5 séculos um dos versos mais surpreendentes da nossa poesia, um caso extraordinário de antecipação estética de que Lobo Antunes se apropriou para o título de um dos seus livros: **“que farei quando tudo arde”**, de Sá de Miranda.

Pudesse o apaixonado poeta renascentista emprestar mais uma vez o famoso verso e teríamos, num dístico redobradamente belo no arco imenso de 500 anos, a síntese dos pensamentos de Daniel Faria quando ensaiava o passo do adeus:

Nunca será bastante o incêndio.

Que farei quando tudo arde?

AMIGOS DA CULTURA DE PAREDES

Anabela Machado, Técnica Superior da Casa da Cultura de Paredes

A Cultura ganhou uma nova vida, depois de termos convidado "os Amigos" a associarem-se a nós, oferecendo-lhes um leque variado de opções de atividades de teor cultural/social e lúdico. De facto, temos que dizer que foi bem acolhida esta iniciativa, uma vez que temos cerca de 300 "amigos", num curto espaço temporal, a beneficiar das atividades que lhes são oferecidas e a desenvolver muitos projetos.

Acrescentamos que a inscrição é gratuita, não impõe condições de sexo ou idade, nem qualquer obrigatoriedade. Podem ser "amigos" todas as pessoas, crianças, jovens ou adultos.

Das 9 atividades iniciais regulares, passámos a ter 20 opções regulares, atendendo ao gosto e disponibilidade de cada um! Yog'Art, Yoga do Riso, Visitas Culturais para Amigos da Cultura, Danças de Salão, Agulha e dedal, Pintura, Jogos tradicionais e populares, Teatro- Artes Performativas, Danças tradicionais, Lendas e tradições, Caminhadas pela cidade, Coro dos Amigos da Cultura de Paredes, À descoberta da Nyckelharpa, Jardinagem, Meditação, Hora do Conto, Partilha de Leituras, Teatro de Revista, O livro e o registo e Culinária.

Destacámos ainda que, em outubro passado, o Coro dos Amigos da Cultura foi convidado a representar o Município no concerto que a Área Metropolitana do Porto realizou na cidade de Espinho.

Ressalva-se que, em junho último, decorreu o primeiro Encontro de Amigos da Cultura de Paredes, em que participaram todos os núcleos e realizou-se uma demonstração dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. O Encontro contou com uma tertúlia "80 dias a caminhar sozinha pelas fronteiras marítima e terrestre de Portugal Continental" com Isabel Pessôa - Lopes, com a apresentação e demonstração do desempenho dos diferentes núcleos dos Amigos da Cultura de Paredes e com o concerto "JorDan Duo".

Verdade seja dita que tudo isto só é possível graças ao empenho do município e à boa vontade e disponibilidade dos nossos "amigos" que, de uma forma gratuita e simpática, se dispõem a dar algum do seu tempo e saber a favor de todos os outros amigos e da cultura! A eles um bem-haja!

O Pelouro da Cultura publica e envia a agenda, mensal, no início de cada mês para que os amigos sejam, também eles, um meio de divulgação.

Que a CULTURA seja uma constante na vida deste concelho e os AMIGOS continuem a beneficiar deste projeto, para que possam usufruir de uma vida ativa e feliz!



NOITES NEGRAS

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes

Já contamos muitas Noites Negras! O programa cultural da edição de 2022 decorreu entre 27 e 31 de outubro, com várias iniciativas e diferentes locais.

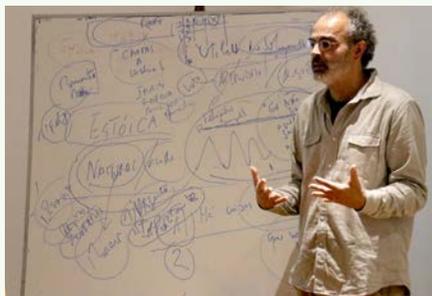
Em Astromil, no Pavilhão Multiusos, Meia História *Encaixou* os alunos do Ensino Secundário do concelho de Paredes, a propósito do Centenário de Nascimento de José Saramago, Coreografia do Memorial do Convento da companhia Dança em Diálogos, seguindo-se um concurso de ideias, Como Ler?, que teve igualmente como objetivo o incentivo à leitura. As escolas com as ideias vencedoras foram a Escola Básica e Secundária de Rebordosa e a Escola Básica e Secundária de Vilela.

Para além da divulgação do Prémio Literário António Mendes Moreira, que contribui e estimula a produção e divulgação literárias junto da população em geral, foram apresentados na Biblioteca Municipal de Paredes, os livros de Gonçalo M. Tavares, O Diabo, e de Vitor Moreira, Poeira. O escritor Gonçalo M. Tavares capacitou, igualmente, em sessões de dois dias, os participantes, na ação Como Viver? O projeto CDLS-4G foi o principal parceiro da atividade.

Já os alunos de artes do concelho reuniram-se para conversarem com José Rosinhas sobre livros de artista e as crianças do pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico escutaram a leitura encenada de Fátima Neto, da obra infantil Malvina, a Bruxa Malvada, de Miguel Borges Silva.

A Câmara Municipal de Paredes promoveu as Monstras de Halloween, juntamente com a Associação de Empresas de Paredes, atribuindo três primeiros prémios a estabelecimentos comerciais do concelho.

Num programa cultural diversificado, assistimos também ao talento de onze jovens de Paredes na área da música, em diferentes bares do concelho, que culminou, durante o mês de dezembro, na final na Casa da Cultura de Paredes. O primeiro prémio foi atribuído a Nuno Couto, em segundo lugar ficou Regina Ferreira e, em terceiro, Mariana Santos. Felicitamos todos os vencedores e participantes, bem como todos os parceiros que contribuíram para o sucesso das várias iniciativas! Para o ano, contaremos mais Noites Negras na vossa companhia, que nos contagiam de uma luz imensa!



CONCURSO DE TALENTOS



1.º Lugar Nuno Couto

'Couto' apresenta-se como o rapper mais novo da SEDERAP. Tem 23 anos, é natural de Paredes e jura trazer com ele o mais puro Hip Hop, em letras baseadas na sua experiência de vida, que começou a escrever desde muito novo.

O seu primeiro lançamento surgiu há apenas um ano, porque acreditou que era o momento certo para apostar na música. Um sonho antigo!

Em setembro de 2021 lançou "DOPE", o seu primeiro 'feat' com a participação de "Kolabiz", em abril de 2022 "ACREDITA" e, mais tarde, em novembro, "2Dias".

Tem mostrado algum do seu trabalho em festas e convívios, tendo passado pelo palco dos *highlight* no Pavilhão Rota dos Móveis, em Lordelo.



2.º Lugar Regina Ferreira

Ana Regina tem 16 anos e é natural da freguesia da Sobreira. Gosta de cantar e de tudo o que está relacionado com a música desde pequena. É algo que sempre esteve presente na sua vida. Uma forma de expressar os seus sentimentos, de adquirir novas experiências, de se divertir e de aprender.



3.º Lugar Mariana Santos

Mariana Santos tem 19 anos. Desde muito pequena que tem uma conexão enorme com a música.

Iniciou as primeiras aulas de música aos 8 anos e não parou desde então. Admite que um dia sem cantar ou compor é um dia incompleto. Considera impossível imaginar um futuro sem estar envolvida na indústria musical.

PRÊMIO LITERÁRIO

“ANTÓNIO MENDES MOREIRA”

4.ª EDIÇÃO

Fernanda Malheiro, Técnica Superior na Casa da Cultura de Paredes

Fernanda de Queýroz, Ilustração

Instituído pelo Pelouro da Cultura, este Prémio é promovido anualmente pela Câmara Municipal, com o objetivo de fomentar o gosto pela leitura e pela escrita e, simultaneamente, homenagear e divulgar o escritor paredense António Mendes Moreira, incentivando ao mesmo tempo a produção literária sobre tradições do concelho.

A temática da quarta edição do Prémio Literário António Mendes Moreira teve como objetivo valorizar os lugares inspirados na “Monografia de Paredes”, obra de José do Barreiro que comemorou em 2022 os cem anos.

O júri, constituído por Laura Guimarães, Maria José Santos e Ana Maria Fernandes, congratulou-se com a qualidade, diversidade e elevado número de textos apresentados a concurso, fatos que denotam a divulgação da cultura paredense e o papel da Câmara Municipal de Paredes.

Após leitura e análise atentas dos textos, o júri deliberou, por unanimidade, atribuir o 1.º prémio ao trabalho “Água-pedra arqueada na raiz”, da autoria de Luís Aguiar, residente em Águeda, o 2.º prémio ao trabalho “Lugares”, da autoria de Ruben Zacarias, residente no Porto, e o 3.º prémio ao trabalho

“Lugares que nos prendem à terra...”, da autoria de António José Assunção, residente na Póvoa do Varzim.

Os prémios atribuídos destacam-se dos restantes pela originalidade, jogo de tensão dramática, cumprimento das normas gráficas e ortográficas, respeito pelo tema.

O *continuum* deste prémio é promover e valorizar a língua portuguesa, a diversidade cultural, a identidade do concelho de Paredes e ainda incentivar e revelar novos talentos no domínio da criação literária.

Para os interessados em concorrer à próxima edição, os trabalhos a enviar devem refletir o tema: Lugares, no âmbito do centenário da Monografia de Paredes, de José do Barreiro, textos inéditos e redigidos em Língua Portuguesa. O prazo para entrega de originais é até ao final do mês de setembro. Os vencedores do concurso receberão um prémio pecuniário de 250 euros e a edição dos textos nesta revista cultural.

O regulamento da 4ª edição do prémio António Mendes Moreira encontra-se disponível nesta revista e no site do município de Paredes.

1.º Prémio

ÁGUA-PEDRA ARQUEADA NA RAÍZ

Luís Aguiar (António Taylor de Remígio)

Tudo se desvenda quando as lanternas
deixam de vigiar um novo dia,
o Canhão da Senhora do Salto é, indubitavelmente,
morada de paixão,
enquanto se apagam nas raízes os restos da lama.
Um jovem pássaro eleva-se ao mundo,
porque a vida assim o incita,
também a saudade atormenta a terra-mãe,
terra de minha mãe, mãe-terra
ou simplesmente terra misturada nas rochas do rio Sousa.

Vens de longe, filho, estás perto da margem de outro rio,
onde os acordes da manhã estão fechados no mistério
das Serras do Porto.
Aqui, plantarei um rio,
ou uma ponte entre a Capela da Senhora do Salto
e a Igreja Matriz de Aguiar de Sousa.



Sobre os meus braços morreu um vento,
 desperto de neve,
 vento agarrada às laranjeiras
 e às asas das andorinhas das rochas,
 já que os cães ainda ladram demasiado alto,
 e os ciprestes ateiam o lume do amor
 nos lugares mais recônditos –
 clichê de solidão, é certo, se a solidão for o colo da mãe –
 falcão peregrino que vagueia
 pelos montes desaparecidos dos antigos mapas.

A caminho de Sobrosa encontrarei o calor da paisagem,
 encontrarei, também, a agonia dos que partem durante a noite.
 Doem-me os pés, calcaram as pedras negras da branca voz
 ao tentarem encontrar nos rios o sangue de Deus.
 Procurarei em ti, ó cidade, a dor da minha dor,
 perto das margens (leia-se regaços de luz) do rio Asmes.
 Tudo o que amei ainda permanece num moinho –
 os açudes e levadas guardam paixões antigas –
 águas que já não existem. Colherei, então, o calor das palavras
 no umbigo dos fenos, enquanto a luz, a derradeira luz,
 pernoita no chão, na serenidade de um livro de poesia.

Agora, contemplo, entorpecido,
 (já que as lágrimas dos deuses enlouquecem
 o mais sereno mortal),
 a talha dourada da Igreja de São Cristóvão.
 Talvez determinadas liras ancestrais tenham como principal
 afluente o próprio sol, ou a força de Louredo.

As terras estão em alvoroço,
 os gatos deambulam pelos muros baldios,
 já as nuvens espelham nas ruas o silêncio das madrugadas.
 Sinto na carne, a escassos metros,
 o Mosteiro de São Pedro de Cete –
 sempre me doe o canto
 da Rota do Românico do Vale do Sousa.

Há amargura nas fontes e uma certa sede nas linhas de água.
 No afloramento granítico há um apelo à Torre dos Alcoforados.
 Os meses passam e não sustentam os dias.
 Comovo-me, confesso, ao ler a vida, ao reler a nascente do silêncio,
 a sina, ou o lamento dos homens que se passeiam pelas ruas lívidas
 até à entrada da Igreja Matriz de Paredes.
 Aí rezam, indolentes, à alvorada dos incêndios, às chuvas mais puras,
 e ao crime de despertar felicidade na fonte magra.

Mil árvores perscrutam o céu, porém, os azulejos amarelos,
 e as enormíssimas janelas e portas do Palacete da Granja,
 fazem-me recordar a infância – setenta anos foi há pouco,
 mas as janelas ainda permanecem fechadas, fachadas ímpares,
 perfumadas pelas camélias solitárias, ainda sem apelido,
 rasgadas pelas cicatrizes do tempo, casa intemporal para os melros
 e para as cotovias que martirizavam o canto dos que já não têm voz.

Voar talvez seja, ainda, o maior glaciador da insónia.

Quase não durmo, a fome chega aos tanques de Cima de Vila,
 a água apenas sacia as sete luas,
 e esse caldo amargo que tens entre dedos é maresia longínqua,
 um lírio a florescer no meu corpo.

Adormeci na Capela da Quintã, o vento palavra lá fora,
 era tarde, o sol ardia na árvore azul,
 os moinhos giravam sem água,
 sem os séculos que perduravam na carne,
 e hoje receio tudo e nada me salvará destas incertezas,
 desta pele mirrada pelo linho do tempo.



Escrevo sobre a enorme mesa onde não há ninguém,
a linguagem de pedra saboreia a ignorância.

Uma porta, apenas uma porta me separa dos degraus
da Igreja de Santo Estêvão e Mosteiro. O outono chegou rasteiro,
com os seus calcanhares de vidro, resta-me um pintassilgo
e uma carta rasgada com o teu nome rubricado a lápis.

Todas as aldeias ainda cheiram a primavera,
as cinzas das lágrimas são mel para as novas abelhas.
Nas mãos possuo os pontos cardeais,
o norte será sempre o norte das pedras retiradas à sombra –
Aras de Santa Comba, o tempo não te apaga.

A cidade respira entre os ventos da Serra do Muro de Vandoma.
Nada nos empurra para lá da loucura,
pétalas de lagos tranquilos que habitam o sangue dos homens –
eco indomável que perscruta a impura cicatriz,
e tudo dói nos escombros da alma,
se no interior da luz apenas recordo o Solar da Venda,
ou a Ponte das Penhas Altas.

Envelheci sobre a tempestade – irmão, irmã, filho, filha.

Parti e regresssei. Agora, derramo o meu rosto gasto
sobre quem amo.
Arrasto-me pela cadeia da Comarca,
esvoaço até à Torre dos Mouros,
mas tudo arde nas mãos de um homem velho,
onde o tempo não se escusou de bordar linhas de lume.

Neste século contemplo, junto à lareira,
o suspiro de um cão que dorme perto de um livro sagrado.
A biblioteca reclama um novo livro,
a igreja matriz, perfumada flor, soletra, ainda, uma palavra,
até que se cumpra um novo exílio.



2.º Prémio LUGARES

Rúben Zacarias (Rita Fernando)

Corre na bruma noturna, consumida pelo escuro que desagua
num lugar estranho da sua alma. Dele nascem grandes
esculturas negras de ratos que a fazem aumentar velocidade,
enquanto tenta decifrar a rua.

Quanto mais ela corre, mais os ratos aumentam o seu tamanho
e velocidade. A sua respiração ofega, e eles multiplicam-se atrás
dela, enquanto outros abrem as suas asas.

Ela ouve um sino e, guiada pelo som, grita por ajuda. Sem
sucesso, continua a correr em direção ao chamado, horrorizada
pela respiração de um rato, de aspeto diabólico, que pousa no
seu pescoço. A saliva forte desperta nela o seu maior medo, a
escuridão. O som aproxima-se, e ela é sugada pela luz da rua.
Distraída, perfura-a e joga-se de joelhos num edifício secular,
majestoso e imponente.

Olha para trás com medo, e não os vê. Finalmente.... Esgazeada,
sente tranquilidade enquanto a luz tenta confortá-la.

Tira um telemóvel com aspeto moderno, do bolso das calças, e
ouve:

- *Neusa, chegaste bem... ?*

A voz é madura, masculina e sedutora.

Trémula, desliga-o e deita-se de barriga para cima. Olha,
fixamente, o teto do edifício e aquieta-se, depois, a interiorizar:
Igreja Matriz de Paredes.

O seu corpo e expressão revelam quase cinco décadas de
existência. Cabelos sedosos, olhos amendoados e um pingo
de mel no seu centro. A luz que se entorna pelos seus ombros,
lábios e cabelos, destacam a linda veia que atravessa a sua testa,
como um camelo no deserto.

Os contornos dos seus trajes falam *Paredes*. Com a alma
finalmente a pousar no edifício, começam a nascer imagens
concêntricas da sua distante infância, que a conectam ao lugar.
Pensa nos pais, nos amigos e deixa-se hipnotizar.... Há quase 37

anos, fez a sua primeira comunhão naquela igreja! A memória soube-lhe a cavacos do “Cozinha da Terra”, em Louredo. Atraída pelo sono, os registos distendem-se como um cobertor.

Entre as inesquecíveis flores, que recebera de presente, e tantas outras que perfumam as suas mãos, no corredor da igreja, o seu lindíssimo vestido branco costurado no coração da cidade, e o seu pai ansioso, ela rendeu-se.

Depois de longas horas, o frio faz-se cada vez mais presente, e com ele, movimentos das pernas, alternados pela posição fetal intrauterina. O seu corpo fala o idioma do inverno, despertador de sonhos.

O lugar é belíssimo e familiar. No seu coração, uma estátua de expressão heroica movimenta o seu pescoço, adotando uma postura reflexiva.

Feliz, pensa na capela da Nossa Senhora da Ajuda que restaurou, e Jornal de Notícias que cofundou, e poderosamente, desprende-se de cima da estrutura que a suporta e assiste à dança dos catecúmenos, no parque com o seu nome.

José Guilherme senta-se, no banco mais próximo ao sol. Entrega-se ao suculento cheiro a cabrito assado que vem do restaurante “O da Terra”, enquanto tente decifrar um enigma do tribunal. Interrompido pela música intensa dos catecúmenos, o herói olha para o topo da Igreja, ajeitando a sua postura, no verde do Parque. De repente, Neusa ouve minúsculas vozes a chamar por ela, em uníssono. Entre o sonho e o frio dos pés, ela sente mãos no seu ombro, a fazer movimentos de barco no alto-mar. Assustada, acorda e vê-se dentro de um círculo de jovens. Pelo menos está claro, pensou.

O olhar dos jovens é eclético e doce. Carregado de compaixão e vontade de cuidar. Vestidos de forma decente, uns carregam diversas bíblias, e outros terço ao pescoço.

Falam silêncio. O mesmo que a permite admirar em profundidade, a Igreja e o Sol acolhido pelos vitrais belíssimos e ímpares. Os janelões parecem um Santo de olhar pujante e de madura alma.

Os degraus pavimentados com calcário e criatividade humana, criam insights nela. Pensa no Santo Antoninho de Beire e na sua grande entrega a Deus. Consumidos de curiosidade, os pequenos santos fazem perguntas e oferecem ajuda. Sobre tudo água quente, como aprenderam na catequese.

Estes, esperam pelos seus mentores, desfazendo o círculo para a entrada do ar para ela, que se alonga aos bocejos, pensando no cenário da noite anterior, enquanto entrega os seus braços, para que possam ajudá-la a levantar-se. Misteriosa, pelo silêncio que veste, Neusa agradece e oferece-lhes um adeus. Empurra, lentamente, o seu corpo, sentindo o amarelo-torrado do Sol nos seus ombros. Agora que está só, invoca a escuridão da sua alma e os ratos demónicos.

O seu corpo arrepia-se, a respiração aumenta e, aos poucos, um eclipse lunar interno faz-se sentir, na esplanada bem em frente à Câmara Municipal. Caminha como se não quisesse, espantando o medo com os diversos estímulos matinais ao seu redor.

Desde meninos acompanhados dos seus avós a caminho da creche, aos turistas com mochilas às costas e ao casal que brinca com o seu pastor alemão, na berma da estrada.

Determinada, aguarda a abertura da biblioteca para estudar sobre a *Sombra*. Em simultâneo, admira a arquitetura corporal da Câmara, de olho num gigante cartaz sobre a “Rota do Românico”.

Neusa aprendeu, desde tenra idade, que livros são também lugares. Sentada no parque, atira o olhar à porta da biblioteca, sedenta dos lugares mais misteriosos da sua cidade. Reflete sobre o seu medo, as possíveis respostas e as possibilidades de cura:

Poesia ou Psicologia?

Pensa continuamente no fármaco que irá tomar, desviando-se dos comprimidos e das injeções.

É melhor a poesia, confabulou, pois ela entra pelos olhos, mas também pelos ouvidos. Ecoa nos diversos quartos da alma e abre as janelas, conclui.

Num pestanejar, vê-se lá dentro que o funcionário abriu o a grande porta. Passa pelas prateleiras das ciências exatas, focada na prateleira mais distante: “Literatura”. Passeia, lentamente, enquanto assiste aos livros. De repente, uma lombada *castanho-terra* atrai a sua atenção. Neusa para e aproxima-se. Amarra os seus cabelos, aproxima-se mais um pouco, e lê: “Dos Líquidos”, Daniel Faria.

Franze a testa pelo desconhecimento do autor!

Um vento inocente entra pela janela e termina num gigante retrato do escritor, a acrílico. Apaixonada pela sincronicidade, retira o livro da prateleira para o seu peito, seduzida pela voz do génio.

Baixinho, fala com ele sobre o lugar da noite anterior, enquanto recebe da irresistível textura da capa, o lugar certo para o sentir. Sentada, experimenta, continuamente, diversos lugares em cada linha.

Num determinado momento, levanta a cabeça para intuir, enquanto os seus medos se metamorfoseiam num quadro, diante dos seus olhos. No mesmo, um jornal chama a sua atenção pela sua peculiaridade. É antigo, mas muito bem conservado. Em letras garrafais, lê-se:

“E SOPHIA DE MELLO BREYNER, QUANDO O LEU, DISSE: VERSOS QUE PÔEM O MISTÉRIO A RESOAR EM NOSSO REDOR”

Neusa desconhece o que sente. É um sentimento forte, doce e indecifrável.

Apesar da meia – idade, Neusa é hábil em desconhecer. Desde a doce sensação de trepadeiras que sobem os espigeiros do seu espírito e descansam no peito, à magia por detrás das palavras, ao berço do Mago que, aos poucos, cura a sua dor.

Pensa, continuamente, no mistério refletido pela artista, enquanto sente o bálsamo de Daniel Faria. Não é um bálsamo qualquer, pois cada grama cheira à sua terra natal, projetada em slides interiores. Impactada, fala baixinho, em resposta ao que absorveu:

Por mais que queiramos ser conterrâneos de Homens que esculpem *Lugares* como Daniel Faria, Deus tem de permitir, disse sorrindo, orgulhosa.

Depois de longas horas, naquele lugar, outro fio de luz desabrocha do livro, destecendo, lentamente, a sombra gigantesca do rato que se escondera no seu inconsciente. Assustado pela luz que a inunda, o mamífero grita às lágrimas. Com o riacho, o roedor desfaz-se como uma imagem nas dunas ou barco de papel jogado no rio Ferreira.

Cheia de si, Neusa volta à realidade. Ouve passos no corredor e reconhece vozes. A biblioteca recebe outros leitores. O assistente da biblioteca sorri, ajudando um adolescente estrangeiro que, curiosamente, procura informações sobre a Igreja Matriz de Paredes.

Grata pelo que absorveu, Neusa levanta-se. Com um sorriso, entrega o livro, pensando, continuamente, no autor. Nele e numa forma de imortalizar o seu bálsamo.

Ele e o *Lugar* que os viu nascer. Com a mão no rosto, para o proteger do sol, pensa.

Pensa continuamente, em diversas hipóteses...

De repente, sentada num dos degraus do edifício entra na sala da sua existência e encontra um sonho: criar brincos.

Brincos políglotas.

Solta uma intensa gargalhada para a rua. As pessoas olham para ela, enquanto Neusa veste um disfarce. A artesã pensa nas formas dos brincos.

Pensa na forma das frutas : pêssegos, morangos, abacates... e, na vigésima sétima fruta, desiste.

Pensa numa parede e desiste pela vulgaridade. Pensa em duas, três e interessa-se!

O peso é confortável, com o material certo. Inundada pelo brilho da ideia e paz interior, Neusa termina os brincos, escrevendo num dos cantos: Paredes, *Lugares de Daniel Faria*.

3.º Prémio

LUGARES QUE NOS PRENDEM À TERRA...

António José da Assunção (Varzino)

“Ele há lugar mais bonito do que aquele onde eu nasci?!“

Assim começou a conversa com o Rafael, tão perentório e, ao mesmo tempo, erguendo o semblante em jeito de quem não tem dúvidas, por achar que está certo naquilo que diz.

Sem jeito para contrariar anuí, com significativo acenar de cabeça. Palavras para quê?

Estimulado pelo meu silêncio cúmplice, desertou o olhar para lonjuras que só ele o saberia dizer, enquanto ambos, sentados no banco do jardim, de frente para um edifício de construção centenária, para cujo acesso se torna imperioso ultrapassar uns quantos degraus em pedra, permanecíamos indiferentes ao movimento de quem passava, naquela tarde de domingo acalorado de junho.

Era a primeira vez que a visitava e, desde então, considere-i-a cativante, a cidade de Paredes.

Ávido por a conhecer, entabulei conversa com aquele homem já entradote na idade, para mim completamente desconhecido – com aparência cuidada e simpático -, que deixava ver uns olhos vivos e felizes como os de criança, por a deixarem brincar no tal lugar, para si de eleição, ostentando um quase permanente, mas suave sorrir para os passantes.

Talvez por essa razão é que lhe dirigi a palavra, indagando onde se situava a Biblioteca Municipal.

Ora, a pergunta acerca de tal equipamento cultural foi apenas o motivo para a aproximação e conversa. Não esqueço que, para a minha pergunta, teve como reação, simplesmente, o apontar do dedo. Era ali mesmo, estava à nossa frente.

Só depois é que vieram as palavras, cheias de entusiasmo do Rafael, pela oportunidade de falar de si, dos seus e da sua terra. Notava-se-lhe esse desejo.

Sabe – começou por dizer -, nasci aqui e aqui penso acabar os meus dias.... Oxalá dure mais uns anitos para continuar a contemplar este e outros lugares que trago nos meus olhos, já cansados pela idade....

Percebi de imediato onde ele queria chegar e, então, de forma sincera, respondi-lhe: - Ainda é muito cedo para pensar nisso. O

ceifeiro que espere!

Foi quanto bastou. Olhou-me e, sem mais, abriu um sorriso.

Delicadamente foi desembulhando as memórias, carregadas de um certo “cheiro “a saudade do seu longo rol de vida, de experiências nem sempre embebidas de algodão doce, e até fiquei a saber que foi naquele jardim, que ele pomposamente designou de parque, que conheceu a companheira de toda a vida, a sua mulher Ermelinda.

Como não podia deixar de ser, falou da sua profissão: marceneiro.

Neste passo do relato da sua vida parou, notando-se-lhe uma certa emoção.

De seguida, recordou que já o seu pai trabalhava na mesma profissão, mas o que lhe causou maior emoção deu-se ao fazer vir à memória a mãe. Sem pestanejar, como que seguindo um guião com pormenores precisos, falou longamente da sua infância e das muitas vezes que a acompanhou, a pé, nas longas caminhadas para longes terras, na tentativa de vender ou para entregar, a mercadoria que transportava à cabeça, quase sempre, as cadeiras em madeira.

Findo este relato, remeteu-se ao silêncio. Que outras reminiscências não povoariam a sua memória....

O certo é que estivemos calados um longo espaço de tempo até que, virando-se para mim, diz no seu jeito categórico: – Sabe, por tudo quanto lhe contei, e só de ver em redor até onde a vista alcança os lugares que me encham de satisfação, insisto em dizer que não há lugar mais bonito do que esta terra onde nasci! Os anos passaram. Sempre que volto a Paredes, procuro aquele banco do parque, sentar-me naquele sítio, porque tenho bem presente a conversa da primeira vez, naquele mesmo lugar. Não, não voltei a ver o simpático Rafael, mas imito-o, perdendo o olhar em tantas lonjuras de verde que se revelam a meus olhos. Mas não me fico apenas por aqui. Há tanto para contemplar e incontáveis lugares que me seduzem....

Prossigo absorvido, desfrutando, embrenhando-me por entre

a penedia disfarçada nos outeiros, onde se distinguem quintas e solares brasonados, mas maioritariamente as pequenas leiras, pedaços atapetados de verde, escurecidos pela ramaria indistinta do arvoredado, evidenciando os contornos bem definidos das veredas e dos muros de pedras soltas, assim dispostos por calejadas mãos.

Mais além, no imparável deslizar da impetuosa correria, rios e ribeiros forçando passagem e vencendo obstáculos naturais de encostas de verde, faz-se ouvir o bucólico som das águas, limando percursos de sempre para chegarem a destino certo.

Aqui e além destacam-se vultos de pessoas e animais em movimentos de trabalho, no empilhamento das palhas batidas pelo sol, realçando o tom loiro, resplandecente, em contraste com os diversos matizes sobre o lajedo das eiras. Gerações contínuas num apego obstinado, persistente, não deixando nunca de tentar a sobrevivência no amanhã da terra, numa região de espaços minguados por tão retalhados.

Quase sempre presente por aqui, inclinada, a insegura e tosca escada de madeira feita de um só tronco, envelhecida e suja, apoiada no decrépito freixo desramado que sustenta,

enroscado, o pé de vinha de enforcado.

Ocupando em pleno os campos e socalcos até às bordas, a seu tempo, a verdura dará lugar a rasgados sulcos, bem negros, nas terras esventradas que esperam pela semente prenhe de vida....

Tenho pressa de tudo contemplar, pois, em breve, a latada luxuriante de verde, com o seu sombreado tranquilizador, vestirá belas cores de outono, protagonizado de múltiplos matizes, oferecendo calma e prazer em presença do quente, mas inconstante sol em fim de verão.

É o tempo dos pátios das casas surgirem decorados – quase todos -, por genuína paleta de cores, atapetados pela folhagem.

É o Vale do Sousa, uma paisagem maioritariamente coberta de verde, sim, entre serras e vales.

É um permanente estar nos lugares e nas vidas presentes e, como tal, os há de plena eleição: onde nascemos, brincamos e crescemos, onde moramos, a escola onde aprendemos os gatafunhos das primeiras letras, onde recordamos o terno primeiro beijo de namoro... há sempre um lugar dentro de nós, bem juntinho ao coração.

Menção honrosa

UMA ALDEIA QUE JÁ FOI VIDA

Carlos Alberto Cruz Martins Dias (Manuel Cantubelo)

Nunca tinha pedido tantos desejos numa noite estrelada.

O céu da noite estava vivo, brilhante, quase nem parecia de noite até olhar a bruma à minha volta. Lá em cima os traços surgiam e sumiam em meros segundos e eu procurava pedir desejos o mais rapidamente possível. Tão rápido que perdi alguns desejos na confusão dos meus pensamentos. Como um rapaz habituado à cidade, não tinha como não ficar fascinado com tamanha imensidão daquela manta escura, decorada com imensos pontinhos brilhantes. Perdi-me tanto nessa viagem que já me tinha esquecido do jogo do meu pai, do meu irmão, dos meus tios e amigos de Aguiar de Sousa que acontecia mais abaixo, que decorria com vários queixumes pelo meio de um futsal amador. Isto era habitual a um sábado à noite e, no meio de conversas, trocas de roupa e convívio, entre conversas de jogar para o lixo ou de meter a conversa em dia, passava da meia-noite. Depois disso, era uma viagem longa até casa, pelo meio dos montes.

A vida persiste enquanto existem histórias por viver.

A aldeia renascia todos os domingos, quer nas visitas a Alvre, quer na casa natal do meu lado parental, próxima do centro, mas quase sem habitações nas redondezas, rodeada de campo e vegetação. Essa minha veia de aldeia constitui uma família grande de 10 filhos, incluindo o meu pai, e 24 netos, comigo. Se hoje me perguntassem pelos nomes dos meus primos, com certeza não conseguiria dizê-los todos. Existe muita variedade de idades, várias circunstâncias de vida, várias personalidades. Por isso, na hora de brincar, o meu grupo eram os primos que faziam parte da minha geração.

Em cada grupo existia sempre o líder, ou o administrador, o que decidia as atividades ou as aventuras que viveríamos no dia, por isso já aconteceu um pouco de tudo.

Dentro da enorme casa de campo da minha avó, jogávamos ao quarto escuro num quarto que já não era utilizado. A divisão era apertada e antiga, por isso cheguei a bater com a cabeça várias vezes no pé da cama. Noutra divisão jogávamos ao Sr. Doutor, onde juntávamos as mãos e fazíamos uma espécie de nó para quem viesse de fora depois desatar, sem nós tirarmos as mãos. Em dias de chuva, jogávamos às cartas, eu assistindo os restantes a jogar sueca e a jogar no momento do peixinho ou dos cagalhos. Eram os únicos jogos em que era relativamente bom. No quinteiro, jogávamos aos polícias e ladrões, pelo meio dos tratores, a gritar "PAU, APANHEI-TE!". Era muito mau neste jogo, para os dois lados. Na parte de fora, virada para o campo, havia uma plataforma em xisto e aí chegamos a brincar um pouco de tudo.

Uma vez, numa noite de verão, os meus primos descobriram focos e cadeiras de plástico e partiram para uma ideia inovadora: fazer um concerto para a família presente na altura. Enquanto uns preparavam os seus talentos, outros preparavam tudo para o momento. À noite, levamos todos para o terreno mais abaixo, onde deixamos as cadeiras, e, pelo meio das graçolas e momentos de ganhar vergonha alheia, alguns dos meus primos corajosos cantaram o seu repertório, que consistia nomeadamente em músicas tradicionais. A música do pão com manteiga do Tino de Rans foi o que teve mais sucesso.

Em dias de sol, as redondezas eram o palco para o nosso recreio, por isso traquinices não faltaram. Uma vez houve uma competição de quem lançava frutas verdes, pequenas e duras o mais longe possível através de uma fisga que um de nós trouxe. Essa brincadeira acabou connosco a fugir, porque alguém lançou tão longe que, ao aterrar, alguém gritou, bem no final

38 da rua. A rua era descendente, já eu só reparei numa cabeça queixosa. Passeávamos pela floresta mais próxima, deparámo-nos com uma cobra no meio dos arbustos. O primo mais maluco afastou-a com um ramo. Também chegávamos a fazer partidas: uma vez, um de nós pôs um brinco falso como partida aos tios e uns que eram mais conservadores quase partiam para a violência com ele. “Tiro-te à chapada”, resmungou um deles. Existiram vários desafios, vários dias diferentes e criativos, vários momentos que faziam todos ansiarem o dia de domingo, as férias, os eventos em família em Aguiar de Sousa. No meio dessa história repleta de ingenuidade normal de uma criança, não tínhamos apercebido de que a verdadeira união era a minha avó, solitária desde os meus seis anos. Com a sua gradual perda de força física e ganhos nos números da sua idade, eventualmente ela deixaria a sua casa imensa e iria ser levada aos cuidados de um lar na zona de Sarnada. Não saiu de Aguiar de Sousa, mas não era o seu verdadeiro lar. Felizmente era um bom lugar para ela, era uma quinta acolhedora, pelo menos ela parecia gostar. Por dentro culpávamos o nosso crescimento por diminuir os encontros em família e a famosa frase “a vida aconteceu”. No lar já só eram umas visitas, uns encontros e uma convenção de primos que chegou a acontecer uma vez ou outra. Mal entendíamos que a raiz desta minha família parental era o

motivo para existir tal união. Não deixaríamos de nos amar, só não saberíamos as vontades ou motivos para nos encontrarmos. E inevitavelmente isso aconteceu. A minha avó faleceu em dois mil e dezasseis e fora enterrada em Serande. De certa forma seria expeável a partida dela, pelo sofrimento que tinha levado durante longos anos em cadeira de rodas, mas isso não tornou as coisas mais fáceis para ninguém. No funeral até chegou a precipitar. Foi o meu primeiro funeral e pareceu demasiado como um filme que não queria ver. Após tudo isto, no seu egoísmo, a minha avó levou a vida de Aguiar de Sousa consigo e os domingos em família perderam-se no horizonte. Agora sinto o calor da terra quando viajo com o meu amor, com a minha família, com o meu futuro, mas atualmente mais pela nostalgia de cada curva, de cada monte, de cada campo cultivado ou abandonado. No final, sinto-me cada vez mais turista numa terra que fez uma boa parte da minha infância. Sinto tanta falsidade em mim nestes caminhos, que mostro mais a Senhora do Salto, o maior ponto turístico da terra, do que a casa que contém as minhas memórias, os caminhos estreitos, os muros em xisto, as casas de pedra. Perdi a voz a esses momentos, porque já não sei como os contar. E tudo continua o mesmo, parece que nada mudou com o passar dos anos. Os domingos continuam, mas todos crescemos sem olhar para trás. Deixámos a infância lá, em Aguiar de Sousa.

PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA” REGULAMENTO

1. O PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA” É PROMOVIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES PRETENDENDO CONTRIBUIR E ESTIMULAR A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO LITERÁRIA JUNTO DA POPULAÇÃO EM GERAL.

2. O PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA” DESTINA-SE A DISTINGUIR TEXTOS INÉDITOS, A EDITAR PELO MUNICÍPIO DE PAREDES, NA REVISTA ORPHEU CULTURAL DE PAREDES DO ANO SEGUINTE E CONSISTIRÁ NA ATRIBUIÇÃO DOS SEGUINTE PRÉMIOS:

1º PRÉMIO: O VALOR PECUNIÁRIO DE 500 EUROS E PUBLICAÇÃO NA REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO (IMPRESSA OU DIGITAL);

2º PRÉMIO: 250 EUROS E PUBLICAÇÃO NA REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO (IMPRESSA OU DIGITAL);

3º PRÉMIO: 100 EUROS E PUBLICAÇÃO NA REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO (IMPRESSA OU DIGITAL).

2.1. PODERÃO, AINDA, SER ATRIBUÍDAS 2 MENÇÕES HONROSAS;

2.2. TODOS OS CONCORRENTES RECEBERÃO UM CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO.

3. NOS TEXTOS A PUBLICAR DEVERÁ CONSTAR O TÍTULO DO PRÉMIO - “PRÉMIO ANTÓNIO MENDES MOREIRA”, O LUGAR DE CLASSIFICAÇÃO, BEM COMO O ANO DA SUA ATRIBUIÇÃO.

4. OS TEXTOS CONCORRENTES TÊM DE SER INÉDITOS, ESCRITOS EM LÍNGUA PORTUGUESA OU DE QUALQUER PAÍS DA LUSOFONIA, RESPEITANDO A TEMÁTICA PREVIAMENTE PROPOSTA PARA O EFEITO.

5. OS TEXTOS CONCORRENTES CONSTITUÍDOS NO MÍNIMO DE DUAS PÁGINAS E MÁXIMO DE SEIS PÁGINAS, DEVEM SER ENVIADOS PARA O E-MAIL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL (BIBLIOTECA@CM-PAREDES.PT), APRESENTADOS EM FORMATO PDF, EM A4, ESCRITOS EM TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, COM ESPAÇAMENTO DE 1,5 ENTRE LINHAS, DEVIDAMENTE PAGINADOS, SENDO OBRIGATORIAMENTE ASSINADOS COM PSEUDÓNIMO.

5.1. NO CORPO DO TEXTO DO EMAIL, O CONCORRENTE DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INDICAR OS SEGUINTE DADOS: NOME COMPLETO, NIF, CARTÃO DE CIDADÃO, CONTACTO TELEFÓNICO, RESIDÊNCIA, NATURALIDADE, NACIONALIDADE, IDADE, PROFISSÃO, PSEUDÓNIMO E TÍTULO.

5.2. OS CONCORRENTES DEVERÃO, AINDA, INDICAR NO ASSUNTO DO EMAIL A REFERÊNCIA: PRÉMIO LITERÁRIO ANTÓNIO MENDES MOREIRA.

6. OS TEXTOS DEVERÃO SER ENVIADOS ATÉ AO FINAL DO MÊS DE SETEMBRO

DO ANO RESPEITANTE AO PRÉMIO.

7. OS TEXTOS DEVERÃO SER PREPARADOS PARA APRECIAÇÃO DO JÚRI, QUE NÃO TERÁ EM QUALQUER MOMENTO ACESSO AOS DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO, CABENDO AO SECRETARIADO ZELAR PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DURANTE TODO O PROCESSO DE APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS.

8. O JÚRI RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DOS TEXTOS A CONCURSO SERÁ CONSTITUÍDO PELOS SEGUINTE ELEMENTOS: UM REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, SEM DIREITO A VOTO, QUE PRESIDIRÁ E TRÊS ELEMENTOS DE RECONHECIDO MÉRITO NA ÁREA DA LITERATURA.

9. AS DECISÕES DO JÚRI SERÃO TOMADAS POR UNANIMIDADE OU POR MAIORIA.

10. O PRÉMIO PODERÁ NÃO SER ATRIBUÍDO SE O JÚRI ENTENDER QUE AS OBRAS APRESENTADAS NÃO REÚNEM A QUALIDADE EXIGIDA.

11. OS MEMBROS DO JÚRI E OS ELEMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO NÃO PODERÃO CONCORRER A ESTE PRÉMIO.

12. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DARÁ CONHECIMENTO PÚBLICO DA OBRA E AUTOR PREMIADOS NOS CANAIS DO MUNICÍPIO DESTINADOS PARA O EFEITO.

13. A DIVULGAÇÃO DOS VENCEDORES E A ATRIBUIÇÃO DOS RESPECTIVOS PRÉMIOS ACONTECERÁ NUM EVENTO A REALIZAR PELO MUNICÍPIO, CONVOCANDO PARA O EFEITO TODOS OS PARTICIPANTES.

13.1. OS CONCORRENTES QUE FALTAREM AO EVENTO SERÃO INFORMADOS POR EMAIL DO RESULTADO DO CONCURSO.

14. OS CONCORRENTES SERÃO DESCLASSIFICADOS, CASO NÃO MENCIONEM TODOS OS DADOS SOLICITADOS, NEM RESPEITEM O TEMA E CARACTERÍSTICAS FORMAIS DO TEXTO.

15. TODOS OS CASOS OMISSOS NO PRESENTE REGULAMENTO SERÃO APRECIADOS E DECIDIDOS PELO JÚRI, NÃO HAVENDO LUGAR A RECURSO DA DECISÃO PROFERIDA.

MAIS INFORMAÇÕES:

SITE: WWW.CM-PAREDES.PT
MAIL: CULTURA@CM-PAREDES.PT
TEL. 255 788 800

Temática para 2023: “Mulheres”*

* Inspiradas na Vida e Obra de Henrique Silva (1933-2023).

DIA DO AUTOR PORTUGUÊS

Hernâni Gomes, Técnico Superior na Biblioteca Municipal de Paredes

No contexto das comemorações do Dia do Autor Português, a Biblioteca Municipal de Paredes lançou uma iniciativa para dinamizar a produção escrita, tendo como tema José do Barreiro, o autor da Monografia de Paredes que foi publicada em 1922 e que foi recentemente alvo de uma edição fac-similada inserida nas Comemorações do Bicentenário do Nascimento de José Guilherme Pacheco (1821-2021).

José do Barreiro é pseudónimo de José Corrêa Pacheco, nascido a 1857 no concelho de Paredes, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cuja persistência e pesquisa

rigorosa e exaustiva resultaram na publicação da monografia de Paredes.

Uma monografia é uma obra centrada em apenas um assunto, tendo José do Barreiro focado Paredes, dividindo o conteúdo em 24 partes, cada uma correspondendo às freguesias que compunham Paredes à data, com o objectivo de divulgar o concelho e de imortalizar de forma palpável o conhecimento da sua história, do seu património e das gentes e seus costumes.

SÊ-TE CAMINHO

Miguel Gomes, Texto

Mota de Abreu, Ilustração



Sem Título

Técnica mista sobre papel, 2020

Doação à Casa da
Cultura de Paredes

Mota de Abreu - 2020

Início a caminhada morosamente, gosto do arrastar do tempo por mim, como se me bebesse uma brisa fremente e, procrastinando a visita à vida, me deglutisse a ventura e, carinhosamente, me indicasse a saída.

Há na memória a secular imagem do que fomos desde que nascemos. Aqui ou ali, por onde habitemos. E não mormente possamos usufruir de um quinteiro de anos por cá, os lugares por onde passamos são delineados numa localização do que já não há. São assim os muros empedrados e gastos, carentes de balaustradas a que sucumbiram aos golpes das espadas. Ou do tempo. Aquele que nos povoa de vários nadas. E nisto não há lamento.

Pé ante pé crio o vácuo à minha frente, sem o grasnar de adolescente, saúdo um vulto por entre as sombras das carvalhas. Existe um amedrontado saudar a quem não se conhece e nos olha das cimalthas. Adulto agora nos muros que, tais ameias de castelo mourisco, custosamente subi aquando mancebo e se erguem como ermidas contínuas que convidam ao eremitismo social (a cada homem seu mal), permito-me pautar a miragem de me ver gigante, adamastor, quando em sonhos de petiz me sonhava apenas pastor.

O musgo no granito enegrece a sombra de uma recordação da leveza, no enferrujado arame de uma abandonada ramada mira-me uma coruja plácida, o planar sereno não vacilante, o piar soturno que incutiu medos. Até nisso a idade adulta tira o fulgor a segredos, não existe lugar para receios, catraio, lembra-te do milagre que deu um rei nascido de aio.

Continuam os passos a marcar nocturna toada a que me velo, no silêncio que me convida a vivê-lo. Subsistem ruínas do inexistente, resquícios de paredes com janelas pela metade ao negro infinito em riste.

No vazio até a tristeza é triste.

Seriam fogos de uma só casa as casas de um só lugar, não me surge outro ocaso divino subliminar, os locais sem nome porque a vida alimenta-se da fome, a mesma que faz circundar a lareira e, ao toque do soco paterno no empoeirado ventre da cozinha, engolidos como Jonas por uma fé na ausente brisa marinha, o fogo era casa porque ardia o amor onde confluíam cansados corpos paridos pelo labor.

Sem o saberem os historiadores, os homens criavam a história com ruas em nomes de outrora, regressados da diligência de sol a sol, de hora a hora. Na binária existência de respirar quando se pode, trabalhava-se sempre porque a larica morde. Ouvia-se o seu ranger em ofícios acabados à calejada mão, labutas terminadas em aparas de pinho na serração, mulheres esquecidas por Vénus sob um punhado de pranchas à cabeça, costela de Adão, órfãs de Eva, lavravam a suor, sangue ou dor, assim era a leva.

Ao desaguar o caminho, traz-me a maré à orla de um campo de milho. Ali, onde uma manada de vacas de um pai partido cedo, herdou-se a um filho, vasilha de leite na mãe e no peito, medo.

Um crocitar órfão debulha-me a imaginação. Não sei se caminho ou se o caminho hei. Nem o firmamento, na oleada orbe celeste abaulada, solta um ruído, nem um queixume gasta. É-o e isso lhe basta.

Chegado a esta encruzilhada, à receita exaurida recorro: para trás não volto, vivo ou morro. A sombra do mosteiro projectada por um holofote de falsa luz (observo curioso a ausência de cruz) faz-me sentido e direcção e, desabsortando-me, reinício a passada larga, mas lenta. Quero-me em presença atenta.

Poderia auscultar as orações diárias beneditas que posteriormente qualquer franciscano atiraria ao ar, na esperança de Deus as agarrar, mas a religião a que nos votam, austera como se quer a uma sorumbática divindade, não se compadece de amores apócrifos, chamavam-lhes apenas maldade. Aqui, a importância do local exhibia justiça próprias sem a inevitável e inefável lei divina, a mesma que o Homem orgulhoso abomina, todos os clérigos eram ateus, porque excediam o próprio Deus.

Mergulho nas recordações pueris de domingos matinais, o meu

rasto na noite é abafado pela sombra que me persegue, quem espera sempre consegue.

Um tapete alcatroado ornamenta a pequena planície desprovida de vida.

É noite. E por isso nada mais se nubla, além do que a consciência nos relembra em açoite.

O regato acorda-me. Emociono-me quando, volvidas passadas automáticas, dobro a esquina do amante de crisântemos que plantou uma escola para a pequenada, como eu, onde recordando-me crescer, camuflei a minha inocência.

E agora, nos pequenos amontados de pedras que ladeiam o meu andar, vejo-me infante, cachopo, ganapo nos sinónimos em que me teço, com medo do mundo onde quase esmoreço, ao recordar as muralhas elevadas separando-me do ruborescer.

O homem é-se quando se sabe envelhecer? Será isto o crescer?

Eis o maior mérito da humanidade, independente do que nos canse, há sempre um bocadinho de espaço para a humildade.

Ultrapassados as ausentes flores de ouro, recobro marcha alcançando-me umas passadas adiante. Acompanha-me a insónia diurna nas noites onde vagueio. E Deus, porque já não me creio.

Adormecem Seth e Zetho. Longe ficaram cidades marítimas de orbes e lendas, de onde vimos ou para onde vamos, o que acrescenta isto à terra que nos suporta em fendas?

Quase claudicando, ausculto os suspiros celestes do autor de poesia cego e sem filhos, humilde suporte de quem nas suas palavras costura frases numa semente, o mesmo que, quando faleceu, levou Camões a fechar os olhos, definitivamente.

É no leito, ou quando me sento no próprio peito, que termino a minha caminhada.

Debruço-me na balaustrada.

Chego-me quase soçobrando.

A vida tem um passal curto onde não cabem os meus passos longos.

A história não me sabe colocar em que eras era eu próprio.

E de regresso à origem no pendular caminho que me viu crescer, sei-o, um homem é-o sempre que se sabe não ser!

Volto-me.

Compreendo.

Será apeado de um corpo que a terra esquecerá, pois aqui não é meu lar, que em mim mesmo me farei lugar.

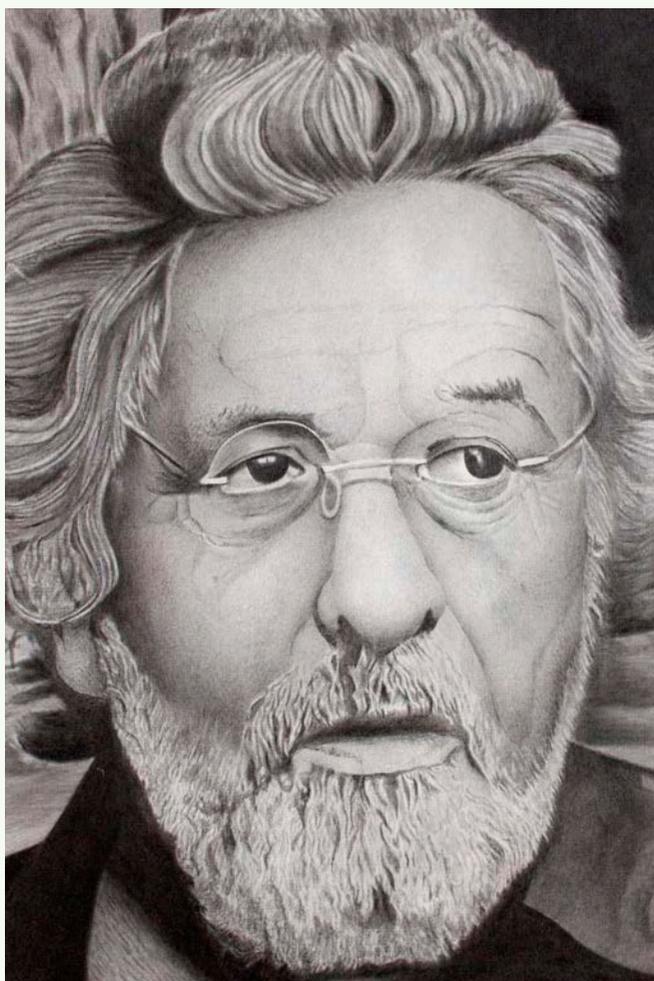
PRÊMIO ARTES PLÁSTICAS

“HENRIQUE SILVA”

4ª EDIÇÃO

Fernando Salvador, Coordenador da Unidade de Dinamização Cultural e Turismo

Seguindo a dinâmica que tem sido implementada na promoção das artes plásticas, o Município de Paredes, através do Pelouro da Cultura, promoveu a quarta edição, após a sua reativação, do Prémio de Artes Plásticas “Henrique Silva”. O principal objetivo é incentivar novas manifestações criativas no campo das artes plásticas e distinguir obras inéditas. A atribuição deste prémio tem-se revelado de extrema importância, pois, para além de incentivar o processo de criação artística, difunde a identidade cultural e artística do Concelho de Paredes. Os trabalhos a concurso foram avaliados por um júri de reconhecido mérito na área das artes plásticas, Agostinho Santos, Nassaete Miranda e Nuno Higino, que decidiu atribuir os seguintes prémios: o primeiro prémio ao artista Belmiro Belém de Sousa, com a obra intitulada “Sem título” e duas menções honrosas a João Diogo Fonseca Cardoso e José Ferreira Neto (Nepotis), com as obras intituladas “Delta Óscar – Mike Echo Uniforme – Québec Uniforme Alfa Romeo Tango Óscar” e Escultura/instalação “Vírus”, respetivamente.



Retrato
António Monteiro
Grafite sobre Tela, 2022

Doação à Casa da
Cultura de Paredes

BIOGRAFIA

Belmiro Belém de Sousa nasceu em Pangim, em Goa, Índia. Tirou o curso de Artes Visuais na Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque, em Maputo, Moçambique. Atualmente, exerce a atividade de Designer Gráfico. Participou em várias exposições desde 1978 até ao presente.

Recebeu 4 distinções: 2001 (Prémio Mestre Albino J.

Moreira, Vila de Moreira, Maia); 2003 (3ª Bienal de Artes Plásticas da Maia, Forum da Maia); 2004 (Prémio Mestre Albino J. Moreira, Vila de Moreira, Maia); 2020 (prémio de Artes Plásticas Henrique Silva, Paredes).

1º Prémio
(próximas páginas) ►





Sem Título

Pintura de
Belmiro Belém de Sousa

Menção Honrosa

*“Delta Óscar – Mike Echo
Uniforme – Québec Uniforme Alfa
Romeo Tango Óscar”*

João Diogo Fonseca Cardoso

**BIOGRAFIA**

Nasceu a 6 de junho de 1987 e é natural de Amarante. Estudou Artes Visuais na Escola Secundária de Amarante e, mais tarde, enveredou pelo curso de Cinema e Audiovisual na Escola Superior Artística do Porto, não tendo concluído. Mais tarde, estudou Artes Plásticas na Escola Superior de Artes e Design nas Caldas da Rainha, onde concluiu a licenciatura. Atualmente, leciona aulas de Artes Plásticas na Academia da Gatilho em Amarante, conciliando com o seu trabalho de Artista Plástico. Desde 2008, data da sua primeira exposição, tem vindo a expor e a trabalhar na área, destacando-se algumas exposições: “Pintura, Vídeo Arte, Poesia – Aveiro Jovens Criados 2022”; “Pintura, Bienal de Arte de Arcos de Valdevez 2021, Casa do Castelo de Sistelo e Casa das Artes”; “Cinema: e assim se foi a esperança - Festival de Cinema, Mediterrâneo, Sicília, Itália”, etc.

Menção Honrosa

“Vírus” (escultura/instalação)

José Ferreira Neto (Nepotis)

**BIOGRAFIA**

Nasceu a 16 de agosto de 1948, em Sousela, Lousada, Porto e reside em Penafiel. Estudou no Seminário Diocesano do Porto. Regressou após o 25 de abril do exílio em França e completou o serviço militar obrigatório. Tirou o curso profissional de Desenho Técnico e trabalhou como desenhador projetista por conta própria, durante 10 anos. Foi, ainda, empresário até à reforma, em 2011. Em 2012 teve a sua primeira experiência na pintura, na Escola Sénior, em Lousada. Em 2013, 2014 e 2015 participou num curso de Aguarela e acrílico com o Mestre José Melo em Penafiel. Em 2017/18 frequentou aulas de pintura na Cooperativa Árvore, no Porto, com o mestre Carlos dos Reis, onde realizou vários trabalhos. Desde setembro de 2018 é orientado pelo Mestre Diogo Cardoso, em Amarante, em várias áreas artísticas, com incidência na pintura sempre em acrílicos/tela e também na instalação/escultura sobre vidro ou madeira. Atualmente, vive e trabalha como artista plástico, em Penafiel. Participou em mais de uma dezena de reposições coletivas e três individuais.



Entre o Físico e o Virtual de Henrique Silva
Elisa Leal
Fotografia, 2022

PRÊMIO DE ARTES PLÁSTICA "HENRIQUE SILVA"

REGULAMENTO

1. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR E CONTRIBUIR PARA O APARECIMENTO DE NOVAS OBRAS NO DOMÍNIO DAS ARTES PLÁSTICAS, PROMOVE O PRÊMIO DE ARTES PLÁSTICAS "HENRIQUE SILVA".

2. O PRÊMIO DE ARTES PLÁSTICAS "HENRIQUE SILVA" DESTINA-SE A DISTINGUIR OBRAS INÉDITAS E CONSISTIRÁ NA ATRIBUIÇÃO, AOS PREMIADOS, DOS SEGUINTE VALORES PECUNIÁRIOS:

1º PRÊMIO: 1000 EUROS;

2º PRÊMIO: 500 EUROS;

3º PRÊMIO: 250 EUROS.

3. O JÚRI PODERÁ AINDA ATRIBUIR DOIS DIPLOMAS DE MENÇÃO HONROSA. AOS CONCORRENTES, SELECIONADOS A CONCURSO, SERÁ ATRIBUÍDO UM DIPLOMA DE PARTICIPAÇÃO.

4. SERÃO ADMITIDAS A CONCURSO QUAISQUER OBRAS NO DOMÍNIO DAS ARTES PLÁSTICAS.

5. OS TRABALHOS A CONCURSO, NA FASE DE SELEÇÃO, DEVEM SER ENVIADOS PARA O E-MAIL CULTURA@CM-PAREDES.PT, ATÉ AO FINAL DO MÊS DE MAIO DO ANO A QUE RESPEITA O PRÊMIO, PARA APRECIAÇÃO.

5.1. ATÉ AO FINAL DO MÊS DE JULHO DO ANO A QUE RESPEITA O PRÊMIO, OS SERVIÇOS DA CULTURA INFORMARÃO QUAIS AS OBRAS SELECIONADAS PARA O

PRÊMIO "HENRIQUE SILVA".

5.2. AS OBRAS SELECIONADAS DEVERÃO SER ENTREGUES ATÉ AO FINAL DO MÊS DE SETEMBRO NO LOCAL QUE OS SERVIÇOS DA CULTURA INDICAREM. NO ATO DA ENTREGA, SERÁ PREENCHIDA OBRIGATORIAMENTE A RESPECTIVA FICHA DE INSCRIÇÃO/FICHA TÉCNICA, ANEXO 1 A ESTE REGULAMENTO.

5.3. NO MOMENTO DA RECEÇÃO DAS OBRAS SERÁ ASSINADO, EM DUPLICADO, UM AUTO DE RECEÇÃO, ANEXO 2 A ESTE REGULAMENTO, COM O QUAL O AUTOR DEVERÁ PROCEDER AO LEVANTAMENTO POSTERIOR DAS OBRAS. A IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR TERÁ DE SER EFETUADA APENAS NO VERSO DA OBRA.

5.4. CADA ARTISTA PODERÁ APRESENTAR APENAS 1 OBRA INÉDITA.

5.5. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES NÃO SE RESPONSABILIZA PELA NÃO VERIFICAÇÃO DA OBRA EM FASE DE SELEÇÃO PELO JÚRI. CASO A FOTOGRAFIA ENVIADA NÃO REVELE QUALIDADE TÉCNICA DESEJADA PARA O EFEITO.

6. AS OBRAS A CONCURSO, DEVIDAMENTE ASSINADAS E IDENTIFICADAS NO VERSO, DEVEM SER ACOMPANHADAS DA FICHA TÉCNICA REFERIDA NO PONTO 5.2.

7. AS OBRAS VENCEDORAS SERÃO PUBLICADAS NA REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO.

8. AS OBRAS SELECIONADAS SERÃO EXPOSTAS, NO ANO A QUE RESPEITA O PRÊMIO, NUM EQUIPAMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO, ENTRE NOVEMBRO A MARÇO DO ANO SEGUINTE.

8.1. O MUNICÍPIO DE PAREDES NÃO SE RESPONSABILIZA PELA CURADORIA DA EXPOSIÇÃO.

9. O JÚRI, QUER DA FASE DE SELEÇÃO, QUER DA FASE FINAL, SERÁ CONSTITUÍDO PELOS SEGUINTE ELEMENTOS: UM REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, SEM DIREITO A VOTO, QUE PRESIDIRÁ, E TRÊS ELEMENTOS DE RECONHECIDO MÉRITO NA ÁREA DAS ARTES PLÁSTICAS.

10. AS DECISÕES DO JÚRI SERÃO TOMADAS POR UNANIMIDADE OU POR MAIORIA.

11. O PRÊMIO PODERÁ NÃO SER ATRIBUÍDO SE O JÚRI ENTENDER QUE AS OBRAS APRESENTADAS NÃO REÚNEM A QUALIDADE EXIGIDA.

12. OS MEMBROS DO JÚRI E OS ELEMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO NÃO PODERÃO CONCORRER A ESTE PRÊMIO.

13. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DARÁ CONHECIMENTO PÚBLICO DAS OBRAS E DOS ARTISTAS PREMIADOS, ATRAVÉS DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO.

14. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES NÃO GARANTIRÁ A DEVOLUÇÃO DAS OBRAS, CASO ESTAS NÃO SEJAM LEVANTADAS NOS 30 DIAS POSTERIORES À DATA DO TÉRMINO DA EXPOSIÇÃO REFERIDA EM 8., PELO QUE REVERTERÃO PARA O ACERVO DO MUNICÍPIO.

14.1. O PRÊMIO SERÁ ATRIBUÍDO NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DA REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO,

INDEPENDENTEMENTE DA DIVULGAÇÃO ANTERIOR.

15. A ORGANIZAÇÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR PERDAS, ESTRAGOS, ROUBOS E DANOS DAS OBRAS OU POR DETERIORAÇÃO DE OBRAS FRESCAS, NEM POR CAUSAS DE FORÇA MAIOR OU QUAISQUER OUTRAS, COMPROMETENDO-SE, NO ENTANTO, A TRATAR, COM O MAIOR ZELO E CUIDADO, AS OBRAS RECEBIDAS.

15.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES CONTRATUALIZARÁ UM SEGURO PARA O EFEITO.

16. OS ARTISTAS PARTICIPANTES AUTORIZAM A MENÇÃO DOS SEUS NOMES E A REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DAS SUAS OBRAS PARA A PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO.

17. OS CONCORRENTES, A PARTIR DO MOMENTO EM QUE ENTREGAREM OS SEUS TRABALHOS, OBRIGAM-SE ACEITAR AS PRESENTES NORMAS.

18. TODOS OS CASOS OMISSOS NO PRESENTE REGULAMENTO SERÃO APRECIADOS E DECIDIDOS PELO JÚRI, NÃO HAVENDO LUGAR A RECURSO DA DECISÃO PROFERIDA.

MAIS INFORMAÇÕES:

SITE: WWW.CM-PAREDES.PT
MAIL: CULTURA@CM-PAREDES.PT
TEL. 255 788 800

EXPOSIÇÕES

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes

Os espaços municipais culturais da Câmara Municipal de Paredes, Casa da Cultura, Biblioteca Municipal e Loja Interativa do Turismo receberam, ao longo do ano de 2022, 44 exposições de artistas plásticos oriundos das mais diversas freguesias do concelho e do país.

A diversidade das exposições patentes, dirigidas a toda a população em geral, é uma das apostas do Município de Paredes, abrangendo temáticas como pintura, escultura, artes manuais, fotografia, entre outras áreas.

APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO RESPIGADORES NA CASA DA CULTURA DE PAREDES

Emerenciano, Artista Plástico

É antiga a minha preocupação com o pensamento, tenho-o por certo nas revoluções a fazer, que influenciam a linguagem da minha relação com o meu fora e desejo que os meus desenhos e as minhas pinturas estejam lá. As imagens não mostram o artista nem o definem, é preciso aproximar a pessoa, escrever e falar, aproximar os outros na esperança da construção de uma família social, em síntese o motivo porque aceitei o desafio do amigo Humberto Nelson. Ele não me disse sobre que deveria falar, mas era suposto que fosse sobre arte, acrescento a ideia de que ver não é só olhar, e o dizer existe, arrasta o pensamento e faz sentido perguntar o que é a arte? Lembrando Nelson Goodman, é mais adequado perguntar quando é arte? Ela não pode ser entretenimento, e aqui recordo a pergunta do meu professor de Estética na Escola Superior de Belas Artes aos alunos: a Estética é só estética ou serve para mais alguma coisa? Essa coisa é a acção, que pode estar ausente naquilo que é apresentado numa galeria ou espaço de um museu, supostamente arte, encontrando salvação nas palavras, mas elas mistificam, também. Uma pedra é necessitada de mundo, apresentada no espaço de uma galeria de arte não deixa de ser uma pedra e algo mais se houver ao lado um pequeno texto, ele releva a dimensão simbólica provocando as pessoas, que são ou deveriam ser formadoras de mundos.

Sobre a exposição RESPIGAR escrevi um texto, já divulgado, agora acrescento este situando a arte entre a expressão e a comunicação no caminho de um conflito entre o ver e o

pensar. Eu tenho o meu conflito presente nos meus desenhos e nas minhas pinturas, nós dialogamos, mas um conflito existencial nasce quando vejo as obras de outros e apetece-me falar com eles, fazer-lhes perguntas, nem sempre é possível, as obras não respondem e os autores não estão presentes, alguns recusam falar. “O outro é indispensável à minha existência, tal como aliás ao conhecimento que tenho de mim mesmo”, escreveu Sartre, no mesmo sentido podem-se colocar os artistas que não se isolam e percebem Umberto Eco, ele refere, e bem, que a obra de arte é aberta, ao significado plural acrescenta Roland Barthes. Os artistas ao mostrarem os desenhos, as pinturas e as esculturas sem pensamento podem querer o básico, serem amados, lembrando o poeta Eugénio de Andrade, ele escreveu a propósito da sua poesia, que escrevia para ser amado. Há com certeza altruísmo em artistas que querem ser amados, envolvendo os amantes das artes, uns e outros procuram face à guerra respostas que se traduzem em gritos inscritos numa espécie de guerrilha para fazer pensar e que sejam ultrapassados os incómodos pessoais, mas o “desejo e a decepção andam lado a lado”, escreve Gilles Lipovetsky. A arte e a vida aproximam-se, não há como fugir a uma tal realidade convocando a fala e a escrita, a racionalidade pode ser encontrada, sem afastamento das emoções, são elas que estão presentes nos desentendimentos difíceis de ultrapassar e nem sempre as conversas são uma solução, as tragédias associam-se e as pessoas de bem não as desejam.



Vamos ao princípio, a qualquer coisa, que pode ser um rabisco, um rabisco que exige mais rabiscos e a sintonia de uma ideia a perseguir através de uma sequência de imagens com a intenção de comunicar. Um simbolismo presente quando da realização de uma exposição antológica encontra a compreensão, um seguidor, mais ou menos especializado, que se fará amigo na perspectiva da conversa entra no processo criativo e no que ele significa. Aqui um crítico assume a sua independência, procura a distância respeitosa para melhor estabelecer a indispensável fricção da sua linguagem com a linguagem do artista da obra criticada, diria Roland Barthes, esperando a consequência, ela define a crítica. Às vezes a consequência da crítica não existe, porque o autor da obra criticada não percebe o crítico, mas é igualmente verdade que o crítico não entende o artista, era importante que entre eles houvesse encontro.

A exposição RESPIGAR assumiu um modo interessante de apresentação de pequenos apontamentos relacionados com arte, as ideias em perspectiva desafiavam conversas, elas ficaram abrigadas nos recantos das relações íntimas à espera de uma possibilidade. Entretanto ocorre-me dizer que a não arte e a antiarte têm aceitação não tanto por causa da arte, mas devido à realidade de um mundo que não se acerta, os artistas, que não abandonam a estética, inscritos para a mudança do mundo, a maior das utopias, aproximam-se de uma perspectiva revolucionária, ao mesmo tempo percebem a criatividade enquanto descoberta das frinchas que foram

deixadas abertas pelo já experimentado e realizado, afastam-se da cópia, portanto.

Vou terminar lembrando a guerra na Ucrânia, servindo-me de António Ramos de Almeida, nasceu em 1912 em Olinda no Brasil e morreu em 1961 no Porto. Decorria a última grande guerra e António Ramos de Almeida afirmou numa conferência em 1941 na Associação Cristã da Mocidade no Porto: “enquanto nós estamos aqui a saborear a paz, lá fora há guerra. E na guerra, um litro de combustível vale mais do que a Vénus de Milo, um porta-aviões mais do que o Museu do Louvre, o hangar dum aeródromo mais do que a catedral de Reims”. A conferência teve a designação de A ARTE E A VIDA, deu origem depois a um pequeno livro com o mesmo título, mas poderemos relacionar arte com guerra e perguntar: o que podem fazer os artistas para evitar as guerras? O que podem fazer as pessoas de bem para mudar as relações familiares e sociais? A resposta às perguntas não pode deixar de considerar a importância das revoluções individuais associadas às revoluções de grupos, valorizando a educação e a cultura.

Texto reformulado a partir do original, que foi lido na apresentação do catálogo.

FEVEREIRO



RE- NASCIMENTO
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
CÁTIA GONÇALVES



VIRAR A PÁGINA
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
LUÍSA TATO

MARÇO



RODOPIOS DE AZUL
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
AFÉ. ANA MARIA FERNANDES



ANJOS DE BICO E FLORES GRÁTIS DE DEUS (EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS)
F. MARIA PROSA

ABRIL



DO IMPROVISO NO CONTRATEMPO
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
MARIA ROSAS E CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS



RESPIGADORES
(EXPOSIÇÃO COLETIVA DE DESENHO)
CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS



A MAGIA DE ARTES E CORES
(EXPOSIÇÃO COLETIVA ESCOLA)
AMÉLIA ROMUALDO

MAIO



SEI QUE ESTOU EM VIAGEM NA PALAVRA QUE SE MOVE - 50 ANOS DANIEL FARIA
(EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS)
A.E. DANIEL FARIA - BALTAR

JUNHO



FALSAS MEMÓRIAS
(EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA)
FILIPE BRAGA E CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS



ASSIM EU VEJO A VIDA
ELISABETE LEITE



FLORES QUE BROTAM DA PEDRA
SERAFIM FERREIRA

JULHO



2 GERAÇÕES UMA PAIXÃO
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
AMÉLIA ROMUALDO E VANDA MEIRELES



ENTRAR DE REPENTE PELOS OLHOS ADENTRO (EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS)
MOTA ABREU E CURADORIA DE GUILHERME FIGUEIREDO



PEQUENO TRATADO DAS GRANDES VIRTUDES (EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
PAULO PONTE

AGOSTO



DE DENTRO PARA FORA
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
ANA MARIA COSTA

SETEMBRO



OFICINAS CRIATIVAS / CONCURSO DE ESCULTURA / PARCERIAS CRIATIVAS FESTIVAL DE ARTES E MADEIRA EM PAREDES



HERDEIROS DO SOL
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
RÚBEN ZACARIAS



OUSADIA
(EXPOSIÇÃO COLETIVA DE PINTURA)
ART CONFINAMENTO

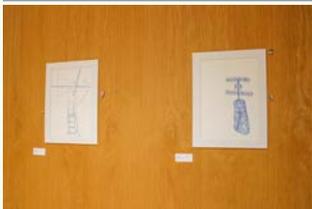


COLORISMOS ENTRE BRANCOS E PRETOS (EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
MUTES E CURADORIA DE ANA MARIA FERNANDES



EXPOSIÇÃO ITINERANTE
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA E ESCULTURA)
ASSOCIAÇÃO GENS ART

NOVEMBRO



ENTRE PAREDES
(EXPOSIÇÃO DE DESENHOS)
PEDRO VALE MOREIRA



CUIDANDO DA NOSSA MENTE ATRAVÉS DA ARTE (EXPOSIÇÃO DE PINTURA)
JOAQUIM MERINO



ARTESEMPAREDES (EXPOSIÇÃO COLETIVA DOS ALUNOS DE DESENHO DO CURSO ARTES VISUAIS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES)
GRACINDA RAMOS

DEZEMBRO



CONCURSO DE ARTES PLÁSTICAS PRÊMIO HENRIQUE SILVA
(EXPOSIÇÃO DE PINTURA)

CASA DA CULTURA



ARTISTA HENRIQUE SILVA
(EXPOSIÇÃO DE DESENHOS)



ARTISTAS DO VALE DO SOUSA
(EXPOSIÇÃO COLETIVA)
CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS

JANEIRO (2023)



AO CONTRÁRIO DO INFERNO
EXPOSIÇÃO DE AGOSTINHO SANTOS
E CURADORIA DE VALTER HUGO MÃE

MARÇO



EXPOSIÇÃO TRAÇOS DE BIODIVERSIDADE
PARQUE DAS SERRAS DO PORTO (PSEP)

MAIO



EXPOSIÇÃO/MOSTRA DE MINIATURAS DE CARROS

JUNHO



EXPOSIÇÃO OCEANOS
CLUBE EUROPEU DE VILELA I
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VILELA

JULHO



DANIEL FARIA SOB O OLHAR DAS ESCOLAS: 50 ANOS DO SEU NASCIMENTO
(EXPOSIÇÃO COLETIVA)
AE DE LORDELO E SOBREIRA



INVENTA - PAREDES - BAIRRO DOS LIVROS - POR ENTRE AS VOGAIS DA LÍNGUA PAISAGENS LITERÁRIAS NO DOURO, TÂMEGA E SOUSA

AGOSTO



ENTRE PAREDES
(EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA)
CÁTIA FERREIRA

SETEMBRO



RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA
OBJETOS 3D DA AULA DE HISTÓRIA
(EXPOSIÇÃO COLETIVA) ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA SOBREIRA



CENTENÁRIO DA MONOGRAFIA DE PAREDES (1922-2022) - MEMÓRIAS E IDENTIDADE (EXPOSIÇÃO COLETIVA)
ESCOLAS E INSTITUIÇÕES DE 3ª IDADE

OUTUBRO



UP AND DOWN
(EXPOSIÇÃO COLETIVA DE LIVROS DE ARTISTA) CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS

NOVEMBRO



ESPAÇOS ALTERNATIVOS V
(EXPOSIÇÃO DE LIVROS DE ARTISTA - TEMA DANIEL FARIA)
JOSÉ ROSINHAS

DEZEMBRO



100 ANOS DE JOSÉ SARAGAMO "CELEBRAR SARAGAMO EM CARICATURAS" ALUNOS DO 5.º E 6.º ANO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PAREDES

ABRIL



JUNTOS DEVEMOS INVESTIR NO NOSSO PLANETA
ÂNGELO NETO

JUNHO



CAMINHOS DA LIBERDADE
SERAFIM FERREIRA

AGOSTO



DAQUI A SANTIAGO
QUERUBIM

LOJA INTERATIVA DO TURISMO

SETEMBRO



FOLIA
EGÍDIO SANTOS
CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS

OUTUBRO



DESFRÁGMENTO
PEDRO VALE MOREIRA
CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS

DEZEMBRO



APONTAMENTO MATÉRICO
INÊS VIEIRA
CURADORIA DE JOSÉ ROSINHAS

WORKSHOP DE PATRIMÓNIO E PINTURA

Alberta Rangel, Licenciada em Física e Pintora



PoSk - Porto Urban Sketchers é um grupo de artistas, do qual faço parte, que tem como um dos princípios orientadores desenhar os lugares onde vivemos ou por onde viajamos. Os nossos desenhos são um registo do tempo e dos lugares.

A 18 de Junho passado, a Dra. Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura de Paredes, convidou o PoSk a desenhar o património natural da Senhora do Salto, em Aguiar de Sousa, e o património arquitetónico de Louredo. Aos elementos do PoSk juntaram-se os alunos de Artes de escolas do Concelho.

Armando Baldaia, administrador do PoSk, escreveu assim:

"Foi um dia inesquecível!

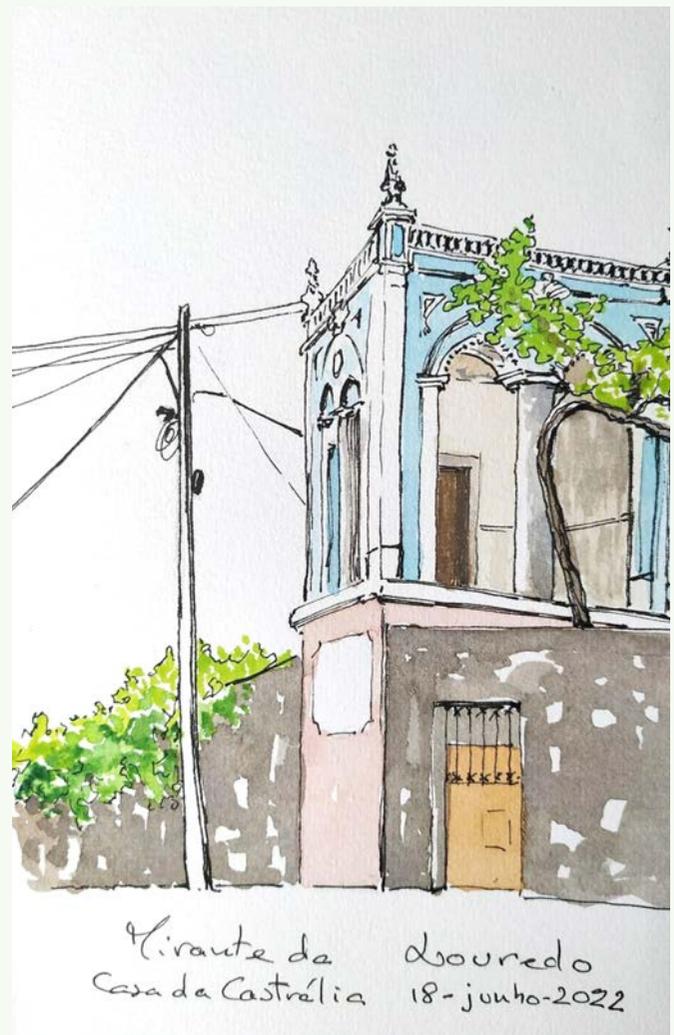
O nosso MUITO OBRIGADO à Câmara Municipal de Paredes na pessoa da Dra. Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura, e a toda a sua maravilhosa equipa que foi incansável nos esforços para que tudo corresse na perfeição.

O nosso MUITO OBRIGADO aos Presidentes das Juntas de Freguesia de Aguiar de Sousa e de Louredo por todas as condições proporcionadas para que nada faltasse.

O nosso MUITO OBRIGADO aos jovens estudantes de Paredes que aderiram com entusiasmo a esta iniciativa e espalharam simpatia por todo o dia.

Um particular MUITO OBRIGADO à Dra. Antónia Silva que nos acompanhou desde a saída do Porto e não nos largou durante toda a jornada, fazendo tudo para que nos sentíssemos em casa. MUITO OBRIGADO, PAREDES!"

Como membro do PoSk, faço minhas as palavras do meu amigo Armando e, como paredense, acrescento que sinto um orgulho imenso pela dinâmica cultural que se vive no nosso concelho. Parabéns, Dra. Beatriz Meireles, e a toda a fantástica equipa que a acompanha.





WORKSHOP DE PATRIMÓNIO E PINTURA

Ana Maria Fernandes, Pintora

Foi com muito prazer que aceitei e aproveitei para agradecer publicamente o convite para coordenar, pelo quarto ano consecutivo, o Workshop de pintura com pastel seco, cuja iniciativa foi da Câmara Municipal de Paredes, concretamente do Pelouro da Cultura.

De volta à técnica de pintura escolhida nos Workshops, o pastel seco continua a atrair cada vez mais pessoas para o nosso workshop de pintura, que este ano teve como local escolhido a Freguesia de Recarei, Paredes.

Tal como todos os anos tem sido, tivemos connosco, entre outras entidades locais de alguma relevância, a presença de

um colaborador da Biblioteca do Município de Paredes para fazer a contextualização da parte histórica da Freguesia de Recarei, explicando o objetivo do Workshop Património e Pintura. Também foi realizada uma visita guiada pelo centro da Freguesia na qual se pôde admirar alguns edifícios antigos de arquitetura da época em que foram construídos, estando alguns deles agora reconstruídos.

E foi sob paisagens verdes e de património rico em história que a inspiração aconteceu, surgindo pinturas dos nossos participantes.

Da minha parte fica o agradecimento a todos!



Eduardo Luís Espínola Tavares



Marisa Duarte Espínola



Maria Madalena Nogueira



Maria Albina Barbosa da Silva



Maria Preciosa Ferreira



Maria do Rosário Monteiro Pires

ORPHEU PAREDES SOCIAL

“OFICINA DAS ARTES”

Maria João Pêra, Técnica Superior na Câmara Municipal de Paredes

Seguindo a dinâmica que tem sido implementada pelo projeto “ORPHEU PAREDES SOCIAL” desde o ano 2018, o Município de Paredes, através do pelouro da Ação Social e do Pelouro da Cultura, promoveu a 5ª edição, com todo o vigor que o caracteriza desde o início, após algumas temporadas realizadas com múltiplos constrangimentos e adversidades.

Sendo este um projeto centrado na vertente sociocultural, com o principal objetivo de promover a inclusão social e o gosto pela arte junto das crianças e jovens, especialmente pertencentes a agregados em situação de maior vulnerabilidade, a atividade desenvolveu-se durante o passado mês de agosto em diferentes pontos do concelho de Paredes, tendo como temática “Monografia de Paredes”. É de referir que esta contemplou uma série de ateliers nas diferentes vertentes artísticas, como a dança, a expressão plástica, expressão musical, todos eles coordenados por profissionais formados nas respetivas áreas. Salienta-se que, para além dos ateliers, tiveram a oportunidade de usufruir de visitas dentro do concelho, proporcionando o contacto físico com artes e tradições dos antepassados, bem como as respetivas histórias.

Desta forma, o projeto “ORPHEU PAREDES SOCIAL” vem marcar mais uma vez no presente aquilo que a monografia do

Concelho foi no passado, visto que esta espelha a vida daqueles que tiveram um papel importante na área das artes, podendo mesmo dizer-se cruciais para o desenvolvimento das diferentes vertentes artísticas.

Destaca-se, ainda, que este contou com o apoio de diversas parcerias, como, por exemplo, Paredes Integra CLDS 4G, CPCJ de Paredes, Rebord` arte, Centro Socio-Educativo Profissional da Parteira, Associação S. Pedro – Centro Social da Sobreira, Associação para o Desenvolvimento de Rebordosa Juntas de Freguesia de Rebordosa, Sobreira, Aguiar de Sousa e Paredes. Foi opinião unanime que a atividade foi vivida num espírito de verdadeira confraternização, descoberta, conhecimento e, sobretudo, alegria, salientando-se que este ano tivemos a oportunidade de contar com a colaboração de 3 voluntários da comunidade.

O projeto “ORPHEU PAREDES SOCIAL” tem sido, sem dúvida alguma, um palco privilegiado de encontros, de afetos, de partilha e de emoções. Estávamos carentes e desejosos de podermos dançar, abraçar e de estar em grupo. Assim, foi com toda a certeza mais uma atividade recheada de bons momentos, que aqui deixámos num pequeno registo fotográfico.



DESCOBRIR PAREDES

A RELAÇÃO DO TURISMO COM A IDENTIDADE LOCAL

Fernanda Pereira, Técnica Superior de Turismo na Câmara Municipal de Paredes

Nunca como hoje se falou tanto de turismo e do papel que este pode ter no processo de desenvolvimento dos territórios.

O turismo passou de uma atividade de elites, grupos fechados e restrito a determinados locais, ditos turísticos, para ser uma atividade democratizada, acessível a todos.

As sociedades atuais olham o turismo como uma atividade de lazer e simultaneamente uma atividade económica. Neste contexto, todos procuram criar motivos para que o seu território seja procurado e visitado.

Por outro lado, o turismo, enquanto atividade lúdica, sofreu várias alterações ao longo das últimas décadas, permitindo diversificar muito a oferta, assim como a própria procura.

O turismo dos nossos dias não se limita ao sol e praia e ao tradicional conceito de lazer.

Hoje o turismo é muito mais do que isso, pois constitui uma estrutura organizada e complexa, a partir da qual se procuram criar experiências e vivências únicas nos vários territórios.

Os paradigmas conceituais de turismo e turista evoluíram de tal modo que os desafios hoje passam por repensar os programas e pacotes turísticos de modo a torná-los mais apelativos e, sobretudo, mais imersivos nas origens e tradições locais, o que genuinamente diferencia cada destino.

As questões relacionadas com a identidade local estão cada

vez mais em voga. O turista/visitante que parte à descoberta tem interesse em conhecer de verdade a génese das pessoas que habitam num determinado local, tentando contactar com os seus costumes e tradições de modo a melhor compreender o meio que as rodeia, procurando envolver-se nos rituais e costumes.

Esta visão antropológica do turismo remete-nos para formas novas de envolvimento com as comunidades locais e também

Todo o grupo necessita de uma cultura que o sustente para poder existir, vivenciada no sentido comum e repassada através de comunicação, para manter o sentido de pertencer entre seus integrantes.

O território, a história, a cultura, a comunicação e o património produzido são alguns desses elementos. (Martins, 2003, p.43)

de autoconhecimento e de encontro com as raízes e essência humana. Nesta perspetiva, o turismo é claramente um fenómeno complexo, passível de diferentes interpretações e abordagens científicas.

De acordo com Carvalho "(...) o ser humano precisa de buscar e construir sentidos: nos outros e, quantas vezes, através destes,



em si e para si mesmo" (2018, p. 44).

O turismo pode e tem, claramente, uma dimensão humana forte, desde logo pelas interações que permite estabelecer entre diferentes culturas e povos, o que proporciona a descoberta de novas realidades, assim como do próprio turista. Associado a isto, podemos referir, ainda, o *lado imaterial que toda a cultura apresenta e que, claramente, é algo que o turista dos nossos dias deseja, quando deixa a sua casa e parte à descoberta de novos lugares e outros povos com quem possa interagir* (Carvalho, 2018).

O programa turístico/cultural "Descobrir Paredes" nasceu em plena pandemia com o objetivo de mostrar o concelho de Paredes através daquilo que é a sua verdadeira identidade. Ao longo destas três edições, temos vindo a apresentar propostas diversas que alternaram entre as caminhadas e as visitas culturais, procurando sempre levar os participantes numa descoberta deste território pelas suas raízes, tradições e costumes.

Nesta última edição, uma vez mais tivémos em atenção estas premissas, pelo que desenvolvemos uma oferta procurando criar diferentes motivos de interesse em torno do território, ao mesmo tempo que criávamos condições para a valorização do mesmo e das pessoas que o integram.

Assim sendo, começámos a nossa descoberta com um roteiro do azulejo em Paredes, tema que nos é muito peculiar, em virtude da diversidade e riqueza deste tipo de revestimento, que podemos encontrar um pouco por todo o concelho.

Neste itinerário, fomos ao encontro das origens do azulejo em Portugal, passando pelas suas diversas fases e influências, procurando encontrar essas evidências no território e despertando desta forma para a importância deste material.

Numa perspetiva mais arrojada, organizámos um encontro de carros clássicos, o que por si só é, desde logo, um motivo mais do que suficiente para atrair a atenção e fomos em caravana à descoberta do nosso património mais emblemático.

Continuando a nossa incursão na história do concelho, fomos

ao encontro da etnografia, que nos levou num périplo por algumas das mais genuínas tradições locais, hoje muito bem recuperadas e recriadas por alguns dos ranchos federados do concelho.

No encontro com as origens levámos os participantes a conhecer o início do trabalho da madeira em Paredes, designadamente a arte da escultura, assim como a figura emblemática da carreiteira, cujo contributo para o desenvolvimento da indústria do mobiliário foi determinante. Descobrimos, ainda, o trabalho do linho e as tradições associadas ao mundo agrícola que fazem parte deste meio, assim como alguns antigos ofícios, como era o caso do tremoceiro, do aguadeiro, da vendedeira de galinhas, do sardineiro, entre tantos outros que fazem parte da história do concelho.

Para terminar esta 3ª edição do Descobrir Paredes, organizámos um roteiro por algumas das casas senhoriais do concelho, que nos deu oportunidade de entrar em habitações que fazem parte da história deste território.

Esta foi uma situação extraordinária que nos permitiu o contacto com os seus proprietários e de alguma forma partilhar das suas estórias e vivências.

Terminámos, deste modo, mais uma edição do Descobrir Paredes, onde destacámos pontos de interesse do território, colocando a tónica na cultura e identidade local como elementos diferenciadores deste Município.

Bibliografia

CARVALHO, A. (2018) - *Turismo Contemporâneo: Problemática e Tendências*. Edições Afrontamento e Autor
 MARTINS, C. (2003) - *Turismo, Cultura e Identidade*. Editora Roca, LTDA.



PRIMAVERA FESTIVAL DA FLOR (2022)

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes

Convidámos a Primavera a entrar no concelho de Paredes para mais um festival.

As imagens que escolhemos para estas páginas da nossa revista Cultural Orpheu Paredes não deixam quaisquer dúvidas.

O nosso jardim da Cultura está cada vez mais florido e colorido!



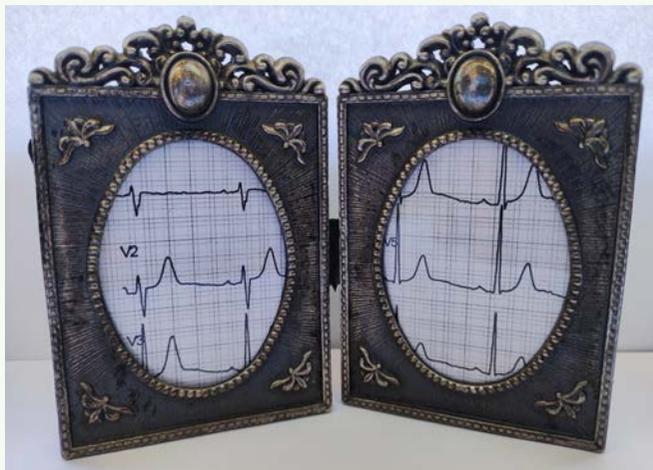
Cultura num minuto...

A Biblioteca e o Arquivo Municipais recebem doações

A Biblioteca e o Arquivo Municipais receberam, durante o ano de 2022, inúmeras doações/ofertas por parte de particulares, num total de 601 livros, versando temáticas variadas, com destaque para a História, Ciências Sociais, Medicina, Arte, Enciclopédias e Infantojuvenil. Alguns dos livros foram recebidos no âmbito da Feira de Trocas, que se realizou no jardim da Biblioteca Municipal de Paredes, no mês de agosto de 2022.

A Biblioteca Municipal de Paredes recebeu, ainda, 2 livros de artista doados por José Rosinhas. Foi ainda doado ao município um conjunto de copos de medida por Maria da Conceição Monteiro Sousa Ferreira e máquinas de trabalhar madeira por António Martins Venda.

Beatriz Meireles
Maria Antónia Silva



Up and Down,
Moldura e eletrocardiograma, 2018
Obra doada ao Município por José Rosinhas



Sons no Património

Numa articulação de valorização do Património e divulgação da música e dos artistas, a Igreja de Vandoma acolheu, no dia 15 de outubro, um concerto com Marta Pereira da Costa, no âmbito da 5.ª edição dos Sons no Património, promovido pela Área Metropolitana do Porto, com o apoio da Câmara Municipal de Paredes, da Paróquia de Vandoma e da Junta de Freguesia de Vandoma.

Maria Antónia Silva

CPN – Centro Português de Nyckelharpa

O CPN, surgido na sequência da assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal de Paredes e a Associação José Guilherme Pacheco, é já uma realidade que faz parte do movimento Cultural de Paredes, com repercussão internacional.

Com o esforço de muitos, este edifício do CPN continuou a ser erguido. Das atividades desenvolvidas, destacamos os encontros “À Descoberta da Nyckelharpa”, na Biblioteca Municipal de Paredes, a presença a 19 de março - na FIL, em Lisboa, no âmbito da apresentação do Festival De Artes em Madeira, que contou com a colaboração de “Astro Fingido” e a apresentação da Lenda da Senhora do Salto, bem como a organização do V Paredes Nyckelharpa Meeting, sendo a Igreja de Bitarães o palco do concerto final, com o nyckelharpista Didier François e o pianista Michelino Bisceglia.

Foram, também, desenvolvidas atividades com as crianças das escolas e com elementos da comunidade cigana, acompanhados no projeto (Pa)redes de inclusão.

Aires Montenegro



Cultura num minuto...

Young Guitar Masters

A 5.ª edição do projeto Young Guitar Masters, uma organização da 3M – Associação Artística, Social e Cultural com o apoio da Câmara Municipal de Paredes, contou com o talento de três jovens guitarristas cujas carreiras já pisam palcos internacionais! Em novembro, a Igreja de Lordelo recebeu o concerto do jovem João Diogo Leitão e, em dezembro, Beatriz Pinto atuou na Igreja de Sobreira.

O palco do jovem Miguel Matos foi a Igreja de Gandra, encerrando, assim, a 5.ª edição do evento.

Refira-se que este projeto, além de dar a conhecer o trabalho de artistas em emergência, também tem a missão de valorizar e divulgar o património cultural e criar um público cultural nas diferentes freguesias do conselho.

Daniel Lemos



Espectáculo Comunitário Cor(p)o Metropolitano “Vai-Se Ouvir Cantar a Serra e Vai Cantar o Mar”

A Área Metropolitana do Porto desenvolveu, no dia 2 de outubro, o espetáculo comunitário Cor(p)o Metropolitano, em Espinho, que contou com a presença do Coro dos Amigos da Cultura de Paredes, que integrou, por sua vez, o grande coro intermunicipal.

Foi um espetáculo único dedicado a mapear o território da Área Metropolitana do Porto, promovendo o sentido identitário e o sentimento de pertença a um território comum, a partir do trabalho vocal e da prática artística colaborativa.

Apresentou um coro polifónico e intermunicipal, composto por grupos amadores dos 17 municípios da AMP, que contou com cerca de 350 pessoas, com idades entre os 9 e os 90 anos.

Este foi um coro composto por diversas comunidades, que através da voz provocaram um olhar sobre todo este território através dos seus caminhos, da serra até ao mar.

Agradecemos a participação no evento dos(as) Amigos(as) Adelaide Mendes, Águeda Magalhães da Cunha, Bebiana Barbosa, Ernestina Ribeiro, Filomena Nunes, Fernanda Ferreira da Silva, Florentina Silva, João Carvalho, Maria Fernanda Ferreira, Margarida Carvalho, Margarida Meireles, Maria Alice Ferreira da Silva, Maria de Fátima Vieira, Maria Albina da Silva, Maria Conceição Coelho, Maria José Barbosa, Maria Palmira Ferraz, Maria Adelina Pereira, Manuel Almeida Vieira, Sónia Pereira e Sofia Gomes.

Beatriz Meireles
Anabela Machado

Cultura num minuto...

Jorge Palma no Multiusos de Paredes

O concerto de final de ano, Notas em Nós, do Conservatório de Música de Paredes, ocorreu no Multiusos de Paredes no dia 24 de junho de 2022, e contou com a participação especial de Jorge Palma. A Câmara Municipal de Paredes apoiou o evento, destacando-se a presença de centenas de alunos, professores e público.

Beatriz Meireles
Fernando Salvador



Festival de Jazz

Nos dias de 17 e 18 de junho, a Casa da Cultura de Paredes recebeu o Paredes Jazz & Blues Fest. A segunda edição contou com as bandas "Budda Power Blues", "Jogo de Damas", "Bejazz" e "Paredes Big Band".

A freguesia de Parada de Todeia, com o apoio do Município de Paredes, recebeu, ainda, o workshop Porta Jazz, nos meses de junho e julho, com uma apresentação pública, no arraial junto à igreja, no dia 23 de julho.

Beatriz Meireles

187 Anos da Banda de Música de Cete e Noitada com Bandalusa

A Banda de Música de Cete assinalou o seu 187º Aniversário num concerto com o grupo musical português Bandalusa na noite de dia 26 de Novembro, no Pavilhão Multiusos de Paredes.

A iniciativa, que reuniu em palco cerca de 75 músicos sob a direção do Maestro Filipe Ferreira, contou com o apoio do Município de Paredes.

Mónica Moreira



APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

CRISTELO HÁ 2000 ANOS

Maria Antónia Silva, Arqueóloga do Município de Paredes



Cristelo é uma das freguesias do concelho de Paredes que no século XIII já fazia parte do Julgado de Aguiar de Sousa e geograficamente situa-se a uma altitude média de 300 m voltada para o vale dos rios Mezio e Sousa. Na sua área geográfica destaca-se uma colina que, já em 1758, era descrita como sendo um monte alto ou outeiro, chamado Crasto, íngreme ou despenhado, a partir do qual se avistam longas distâncias. Aqui, do lado norte deste monte, construiu-se a Igreja Paroquial em honra de São Miguel, com origem na Idade Média. Com sucessivas obras e arranjos exteriores foram sendo conhecidos vestígios arqueológicos avulsos, que alguns particulares fizeram chegar ao serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Paredes e que testemunham a antiguidade deste local.

O Monte Crasto é uma estação arqueológica, das centenas inventariadas no Norte de Portugal (Silva 1985), enquadrado na Cultura Castreja do Noroeste Peninsular e genericamente designado por castro.

Considerando que o castro corresponde a uma pequena aldeia habitada por povos anteriores à chegada dos romanos, localizada nos pontos altos, com condições naturais de defesa, bom domínio visual, próxima de vias fluviais e terrenos férteis, o Castro de Cristelo é um bom exemplo.

Assim, no âmbito da realização de trabalhos de prospeção arqueológica em 1999, 2000 e 2006, foram identificadas e recolhidas à superfície algumas evidências caracterizadoras de um povoado deste género. Do lado norte, observaram-se vestígios de um troço de muralha pétrea, que se justifica pela necessidade de defender a vertente mais desprotegida. Como consequência de revolvimentos de terras e escorrências, foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica (fundos, asas, bordos), que correspondem a recipientes de uso doméstico, com várias dimensões e funções, designadamente para cozinhar, comer e beber. Uma mó giratória de granito que terá servido para transformar o cereal em farinha, atesta, de forma indireta,

a prática agrícola desenvolvida, provavelmente, nos terrenos férteis da vertente para o vale. Os habitantes deste castro também praticavam algumas atividades artesanais, como a fiação, bem demonstrada pelo achado de um cossoiro em cerâmica. A metalurgia seria, igualmente, uma prática aqui desenvolvida pelo facto de ter sido recolhida uma escória de significativa dimensão.

O contacto com os romanos desde a campanha de Décimo Júnio Bruto (137-136 a.C.) e, posteriormente, durante a ocupação romana, permitiu aos habitantes do castro de Cristelo terem a capacidade de se adaptar ao processo de romanização, logo caracterizado pela adesão à circulação monetária confirmada pelo aparecimento fortuito de um denário do Imperador Tibério, 14-37 d.C.. E esse facto é igualmente atestado pela presença de produtos importados, tais como fragmentos de ânforas, vasilhas importantes para armazenar e ou transportar sólidos e líquidos, como cereais, água, vinho, azeite ou outros, bem como fragmentos de tégula que serviriam para telhar algumas das habitações.

Portanto, não sendo conhecidas evidências arqueológicas anteriores, poder-se-á dizer que a atual freguesia de Cristelo já era habitada antes do nascimento de Cristo e teve a sua primeira aldeia no monte Crasto, cujas ruínas estarão lá soterradas, aguardando trabalhos de investigação arqueológica.

Bibliografia

- BARREIRO, J., (1922-1924) – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia de Laura Couto & Pinto.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009) - *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Coleção - Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga, vol.5.
- SILVA, Armando Coelho da (1986) - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

O JARDIM DO PALACETE DA GRANJA, PAREDES. CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA

Flávio Marques Ribeiro, Arquiteto Paisagista



Fig. 1

No centro da Cidade de Paredes localiza-se a emblemática Casa da Cultura e o seu jardim. É um local de utilização semipública e que sofreu várias mudanças e intervenções ao longo dos anos, um pouco de acordo com as inúmeras funções de que o edifício foi alvo, bem como o seu espaço envolvente. Não obstante, o que resta do jardim original pode caracterizar-se como testemunho identitário e histórico.

Concretamente, este jardim situa-se em ambiente urbano, no princípio da Avenida da República, do seu lado esquerdo, no sentido ascendente. Atualmente, permite-nos realizar eventos sociais e culturais, demonstrações de arte pública, como ainda, percorrer a pé todos as pequenas áreas e vislumbrar diferentes variedades de espécies arbóreas e arbustivas e, igualmente, o edifício dos finais do século XIX, designado por Palacete da Granja.

O referido Palacete surge graças a Joaquim Bernardo Mendes, natural de Castelões de Cepeda que residiu muitos anos na Baía, Brasil, onde prosperou e se casou com D. Deolinda Francisca Guimarães da Silva. Em 1881 regressou a Portugal, altura que iniciou a construção do edifício que ficou concluído em 1883, no antigo lugar do Souto e onde passaram a residir.

Após a morte de Joaquim Bernardo Mendes, o Palacete ainda foi habitado por familiares, tendo posteriormente funcionado como Paços do Concelho até 1942. Mais tarde, foi comprado e oferecido à Misericórdia de Paredes, tendo passado, também, a ter funções escolares de 1967 até 1986.

Relativamente ao edifício, este enquadra-se no tipo de “Casas

Brasileiras” que ressaltam pela beleza arquitetónica, expressa na harmonia das formas. As fachadas principais e laterais são revestidas a azulejos de alto-relevo, de cor amarela e branca, contornados por um friso idêntico, provenientes da fábrica de Massarelos.

Quanto ao jardim, desconhece-se como estaria organizado à data da sua conceção, que corresponderá, certamente, à época da construção da casa. Porém, para melhor compreensão, consultaram-se registos fotográficos e bibliográficos que nos permitiram delinear a sua evolução histórica.

Assim, as fotografias possibilitaram-nos encontrar elementos estruturais e decorativos característicos da época do romantismo, associados também a eventual influência cultural brasileira, pelo facto dos seus proprietários serem “brasileiros de torna-viagem” e ainda possíveis inspirações inglesas.

Estruturalmente, o palacete enquadrava-se num logradouro cercado por muros e gradeamento (fundição de Massarelos), classicamente circundado por um belíssimo jardim. Destaca-se a presença de uma estufa e ainda é rematado nas extremidades da frente voltada para a via pública por dois mirantes/caramanchões, que completam o romantismo do conjunto, conforme observamos em fotografia datada de 1904 (Fig 1).

A existência de dois lagos a flanquear a fachada principal, com repuxos permanentes (Neto, 2021), reforçam a presença da água como um elemento quase sempre presente no jardim romântico pela sua sensação de frescura e movimento, pelo que



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

serão elementos que se mantiveram, apesar de desativados, como se comprova nas figuras 4 e 5.

No que respeita à vegetação, consegue-se identificar a existência de palmeiras com diferentes portes de crescimento, árvores que surgem com muita frequência nos jardins de emigrantes brasileiros. A sua plantação deve-se à necessidade de exibir espécies exóticas menos comuns na paisagem portuguesa da época (Fig 1, 2 e 3).

A densidade e organização de espécies arbustivas, ainda que muito jovens, observáveis nas fotografias do princípio do século, leva-nos a crer estarmos perante uma certa influência de jardins ingleses. Identificam-se arranjos arbustivos, tendo possivelmente por base o conceito de bordadura vivaz (mixed-border), delimitados pelo muro principal, originando recantos de contraste luz e sombra, que proporciona espaços de fruição, meditação e repouso.

As Camélias são outro elemento estrutural do jardim, como testemunham as remanescentes no jardim atual. Numa análise comparativa entre as fotografias antigas e a atualidade é possível identificar a localização das cameleiras, que constata a sua presença centenária, conseguindo resistir às diversas mudanças e funções do espaço e do palacete. Uma outra evidência que terá chegado aos nossos dias poderá ser a monumental sequoia, cujo porte aponta para a sua longevidade.

Na figura 4 verifica-se um abandono e alguma descaracterização do lugar, tendo havido fortes alterações de adaptação devido às funções escolares, nomeadamente espaços desportivos, de acordo com a fotografia de 1976 (Fig 5).

Contudo, com a requalificação do edifício para Casa da Cultura preservou-se um pouco da sua génese, mantendo uma memória e testemunho de um estilo e de uma época.

Bibliografia

- AMARAL, Artur Micael; BESSA, M. Conceição L. (2019) – Camélias centenárias do “Palacete da Granja”. Casa da Cultura de Paredes. *Revista Cultural “Orpheu Paredes”*. Coord. Beatriz Meireles. Paredes: Município de Paredes, p.42-45.
- BARREIRO, J., (1922-1924) – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia de Laura Couto & Pinto.
- LEAL, Joaquim da Rocha (2002) – *História Concisa da Santa Casa da Misericórdia de Paredes*. Paredes: Santa Casa da Misericórdia de Paredes
- NETO, Alda (2021) – *As casas de Brasileiros no concelho de Paredes*. Paredes: Município de Paredes e Misericórdia de Paredes.
- Jornal - *O Progresso de Paredes*. Nº1747 - 20-06-1964.

Fundos Particulares

- Bilhete Postal - Fundo particular de Carlos Ferraz
Fotografia – Fundo particular de Flávio Marques Ribeiro

<https://aoencontrodo passado.blogspot.com/>

APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA AS CAPELAS DO SENHOR DO PADRÃO NO CONCELHO DE PAREDES

Maria Antónia Silva, Arqueóloga do Município de Paredes



O concelho de Paredes tem cerca de 36 capelas públicas, erigidas em honra de um orago, distribuídas pelo território e adstritas às diferentes freguesias/paróquias. Do conjunto destas capelas destacamos, neste apontamento, dois exemplares: uma na freguesia de Recarei e outra na de Vandoma. A primeira é paroquial e, portanto, pública e a segunda particular, sendo ambas identificadas por serem de invocação ao Senhor do Padrão.

Por que razão Senhor do Padrão?

Estas duas capelas distinguem-se, precisamente, por acolher no seu interior um cruzeiro que também é conhecido por padrão.

Normalmente, os cruzeiros emergem isolados, ao longo dos caminhos, nas encruzilhadas, nos adros, no cimo dos montes, a sacralizarem o local, ou surgem agrupados, com significado sequencial, evocando as catorze Estações da Paixão de Cristo, desde a sua condenação à morte até ao Calvário.

Mas, por razões que se desconhecem, as duas capelas, para além de terem um altar dedicado a Cristo crucificado, acolhem no seu interior um cruzeiro de granito que habitualmente é do exterior.

A Capela pública/paroquial ao Senhor do Padrão localiza-se na freguesia de Recarei, também conhecida pelo Senhor de Terronhas, designação assumida por se situar no lugar com o mesmo nome. A sua construção foi pedida ao Cabido Episcopal, em 1766, pelos moradores do lugar de Terronhas, pelo facto de ficarem muito distantes da Igreja Matriz, que à data era a igreja de São Pedro da Sobreira.

O pedido de autorização para a construção da Capela particular de Vandoma, dirigido ao Cabido Episcopal em 1802, foi a favor do suplicante António José da Silva e, também, dedicada ao Senhor

do Padrão, apesar de, mais recentemente, ser conhecida por capela de São Silvestre. O local da sua construção é designado por lugar do Padrão. A razão da implantação do cruzeiro, bem como a origem do topónimo, prende-se, em nossa opinião, por ali existir um monumento funerário megalítico, ou seja, uma anta ou dólmen, com origens pré-históricas e para o qual não tinham explicação. A adicionar a este facto, passava e ainda passa uma importante via de ligação do Porto a Vila Real, com origens medievais, pelo que era habitual a população complementar a materialização da piedade religiosa e a forte religiosidade popular com a colocação de cruzeiros.

Da mesma forma, à data do pedido de autorização para a construção da capela no lugar de Terronhas, também passaria uma via designada por “Estrada da Cidade”, junto à qual existiria no local um cruzeiro de granito com a figura de Cristo crucificado esculpido sobre as hastes que compõem a cruz. Trata-se de um elemento cujas características arquitetónicas e decorativas são ao gosto românico/gótico.

A necessidade dos moradores sacralizarem os lugares, por um lado, e o valor simbólico e significativo para as gentes locais, por outro, levou a que ao construírem as capelas incluíssem no seu interior o Cruzeiro ou Padrão. Talvez para o preservarem?

Bibliografia

AA.VV. (2008) - « Villa Recarei » - *Estudo Histórico e Etnográfico da Freguesia e Paróquia de Recarei*. Coord. Ivo Silva. Paredes: Junta de Freguesia de Recarei.
BARREIRO, J., (1922-1924) - *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia de Laura Couto & Pinto.

APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

O AZULEJO, UMA AFIRMAÇÃO CULTURAL PORTUGUESA EM PAREDES

Alberto Guimarães, Historiador de Arte

Em 2017, uma resolução da Assembleia da República consagrou o dia 6 de maio como Dia Nacional do Azulejo.

A Câmara Municipal de Paredes, ciente do importante património azulejar que está espalhado por todo o concelho, tem vindo a trabalhar para um maior conhecimento sobre a matéria, designadamente através de iniciativas, como a criação de um circuito do azulejo ou do dedicar também ao azulejo a III edição do Descobrir Paredes. Cabe aqui referir a sensibilidade e entusiasmo em torno do azulejo por parte da Vereadora da Cultura, Dr^a. Beatriz Meireles.

Enquanto escrevemos estas breves linhas, o computador dá-nos a ouvir uma canção, justamente chamada “Azulejo”¹, pelos brasileiros Fagner e Zeca Baleiro:

*Era uma bela, era uma tarde, um casario
Era um cenário de um poema de Gullar
Tão de repente ela sumiu numa viela
Eu no sobrado e uma sombra
Em seu lugar*

*Cada azulejo da cidade ainda recorda
E cada corda onde tango a minha dor
No alaúde da saudade, no velho banjo
No bandolim chorando
O fim do nosso amor (...)*

Zeca Baleiro é natural de São Luís do Maranhão, no nordeste do Brasil, uma cidade marcada na sua paisagem urbana pela vasta utilização, desde o século XVIII, do azulejo, principalmente o de origem portuguesa, nas suas edificações. O azulejo toma na canção a forma de testemunha de um amor que se foi ou se sonhou, pedaços de cerâmica que são impregnados de vida, coloridos e brilhantes, propiciadores de viagens, no espaço e no tempo.

Em Paredes encontramos no Mosteiro de São Pedro de Cête um revestimento de azulejo hispano-mourisco logo dos primórdios da utilização azulejar em Portugal, que datará dos finais do séc. XV, ou do início do século XVI².

Mas é depois da segunda metade do séc. XIX que o azulejo passa a fazer parte do exterior de muitas manifestações arquitetónicas portuguesas e, desse modo, em Paredes. Isso por conta de brasileiros de torna viagem e também pela proximidade dos centros produtores de azulejos de Vila Nova de Gaia e Porto.

Então, refere o Arquiteto José Carlos Loureiro³ «o azulejo de interior foi, naturalmente por falta de tipos expressamente criados para o exterior, utilizado para esse fim, nos primeiros casos. A ausência de convenções de longa data estabelecidas deu aos artistas a faculdade de criarem novos modelos e de utilizarem o azulejo com grande liberdade». Frisa ainda José Carlos Loureiro a funcionalidade que o azulejo teve ao se disseminar com «padrões que, por uma diluição do desenho, deixam sobre a superfície linhas de força que a estruturam, relacionando entre si os elementos da fachada».

Estava criada, através da diversidade do azulejo padrão, uma expressividade artística portuguesa e um contributo, através de uma finalidade arquitetónica, para uma diferenciação da paisagem nacional.

Em Paredes, com abundância o azulejo revela-se aos nossos olhos, acompanha-nos, marca as nossas vidas, exterioriza o sentir e as crenças dos paredenses, dando ênfase própria a utilizações afinal nacionais da azulejaria, designadamente nos painéis devocionais ou decorativos que se mostram nas fachadas de muitas casas particulares. Não terá, por exemplo, a prodigalidade de representações de S. José uma relação com as muitas famílias que vivem do trabalho da madeira no concelho? No Dia Nacional do Azulejo deve pensar-se em assegurar a proteção do património azulejar português. Um olhar atento e resguardador para esse património por parte da nossa comunidade vai cumprir ainda mais o testificar do azulejo, vai enriquecer culturalmente as pessoas.

Devemos estar atentos aos azulejos em Paredes, como o fazemos aos olhos de quem gostamos e de quem gosta de nós.



¹ Azulejo, tema de Fagner, Sérgio Natureza e Zeca Baleiro.

² *Rota do Românico. Guia*. Edição da Rota do Românico, 2014.

³ José Carlos Loureiro; *O azulejo. Possibilidades da sua reintegração na arquitectura portuguesa*. 1^a. edição, 1962, 2^a. edição, 2012, Caleidoscópio, Casal de Cambra.

APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

O JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1822 NO CONCELHO DE AGUIAR DE SOUSA

Vasco Santos, Técnico Superior de Arquivo do Município de Paredes

O ano de 2022 propicia a celebração de mais uma data redonda relacionada com a implementação do Liberalismo em Portugal: o bicentenário da Constituição de 1822.

A Constituição de 23 de setembro de 1822 é o primeiro texto constitucional português, que foi elaborado e votado pelas Cortes Extraordinárias e Constituintes de 1821 após o triunfo da revolta liberal de 24 de Agosto de 1820. Estava instalado o liberalismo em solo português, pondo-se fim à congregação de todos os poderes na figura de um soberano absoluto, sendo agora estes divididos por diferentes instâncias. A figura do monarca não seria abandonada, no entanto, a partir deste momento, “o rei reina, mas não governa”. O texto em si é em muito inspirado na Constituição Espanhola de Cádiz (1812). Numa análise histórica importa sempre compreender-se os contextos e enquadrar os acontecimentos numa escala macro. A instalação do Liberalismo em Portugal será um processo conturbado, com bastantes nuances e pautada pela instabilidade política até à sua consolidação, que a generalidade da produção historiográfica aponta para a época da Regeneração. Se olharmos numa escala mais abrangente, quer a nível ibérico, quer atendendo ao contexto europeu, Portugal não é caso excepcional, e, particularmente com o caso espanhol, pode ser encontrado um certo paralelismo, como Joel Serrão evidenciou, nas diferentes correntes liberais que se vão sucedendo nos dois reinos.

A constituição é composta por 240 artigos, dividindo-se estes por 6 títulos. Salienta-se o primeiro “Direitos e deveres individuais dos portugueses” onde direitos como a igualdade perante a lei, liberdade de expressão ou o direito à propriedade são garantidos a todos os portugueses.

A constituição de 1822 teve um curto tempo de vigência dividido entre dois períodos: de 23 de setembro de 1822 até 2 de junho de 1823, quando se dá a Vila-Francada, e de 10 de setembro 1836 a 4 de abril de 1838, relacionada com o período de governo setembrista até a promulgação da constituição de 1838. Importa-nos sobretudo esta sua segunda vida para nos trazer à realidade do extinto concelho de Aguiar de Sousa, antecessor do atual concelho de Paredes.

A 28 de Setembro de 1836 reuniam no paço do concelho de Aguiar de Sousa todos os vereadores, subalternos e funcionários daquela municipalidade, em sessão encabeçada pelo Presidente Francisco Coelho Leal, para jurarem a Constituição de 1822. Ficou-nos como testemunho a ata da Câmara lavrada pelo secretário Bernardino Costa Ribeiro, cujo exemplar se encontra em depósito no Arquivo Municipal de Paredes. Tal juramento enquadra-se no novo contexto político em vigência: o Setembrismo.

O Portugal de 1836 era regido pela Carta Constitucional de D. Pedro IV, datada de 1826. Viviam-se tempos de instabilidade com uma crescente crise social e económica. A nível político a

situação não era diferente, existindo constantes confrontos entre os representantes dos poderes executivo e legislativo. Subsistia também um desentendimento latente entre os representantes das duas câmaras instituídas pela Carta, a dos Pares e a dos Deputados. Os problemas de maior dimensão não tinham solução à vista, nem se perspetivavam determinações para lhes pôr cobro, pois as discussões viciosas muitas das vezes centravam-se em rivalidades entre as figuras parlamentares e não nos problemas conjeturais. Face à situação vivida, D. Maria II convoca Cortes Extraordinárias, dissolve o Parlamento e agenda eleições para agosto desse ano. Saíram vitoriosos das eleições os membros afetos ao anterior Governo, mas, no entanto, pelo Porto, Viseu e Algarve são eleitos deputados vintistas. Entre as várias reivindicações destes opositores políticos estava o retorno à Constituição de 1822, indicando as restrições impostas pela Carta como um dos fatores geradores da crise que permanecia. Destes deputados eleitos salienta-se a ação dos dois irmãos Passos: José da Silva Passos e Manuel da Silva Passos, também conhecido por Passos Manuel. Quando a 9 de setembro de 1836 ambos chegam a Lisboa para tomar lugar no areópago liberal, desencadeia-se uma revolta em Lisboa que impõe o regime Setembrista. Encabeçou o Governo Setembrista Passos Manuel, tendo reposto a Constituição de 1822 até uma nova ser elaborada. É enviada uma circular onde se exigia uma certidão comprovativa de que todas as autoridades subordinadas ao poder régio tinham jurado a Constituição de 1822. É neste contexto que certamente se insere o juramento feito no concelho de Aguiar de Sousa.

Passos Manuel é um nome importante e que se relaciona intimamente com o surgimento do concelho de Paredes. É esta personalidade que procede à reorganização administrativa da malha concelhia com o decreto de 6 de novembro de 1836, que cria, entre outros, o concelho de Paredes, extinguindo os concelhos de Aguiar de Sousa, Baltar, Louredo e Sobrosa.

Bibliografia

Atas do Concelho de Aguiar de Sousa, Livro 0, em depósito no Arquivo Municipal de Paredes.

Portaria de 11 de Setembro de 1836. Disponível em: Legislação Régia - 1836 2º Sem (1835-1836) - Coleção Legislação (parlamento.pt) (consultado em: 05/08/2022).

MATTOSO, José, coord. - *História de Portugal*. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. V. ISBN 972-42-0752-8.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, dir. - *História de Portugal*. Editorial Verbo, 1988. Vol. VIII.

SERRÃO, Joel - Constituição de 1822. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Vol. II.

SERRÃO, Joel - Setembrismo. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Vol. V.

Ata do Juramento de 28 de Maio de 1822.

Ata do Juramento de 28 de Maio de 1822. O Sr. D. ...

Ata do Nascimento de ... no dia ...

- Mansel Nunes Pereira Pacheco Fiscal
João Pedro de Mag. de ...
José Maria de Pinto ...
José Joaquim de ...

- Bernardino Castro ...
Joaquim ...
João Luis ...

Ata do Juramento da Constituição de 1822, Aguiar de Sousa

APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

AS DUAS VARIANTES DA LENDA DA NOSSA SENHORA DO SALTO

Beatriz Meireles, Vereadora da Câmara Municipal de Paredes

A “Lenda da Nossa Senhora do Salto”, em Aguiar de Sousa, concelho de Paredes, integra um género narrativo de literatura tradicional oral que vale a pena conhecer e analisar estruturalmente, de forma sucinta, duas das suas variantes nestes apontamentos da nossa história!

Há muito que a paisagem geológica do Lugar do Salto impressiona os habitantes do concelho e os visitantes, que se deixam contagiar pela singularidade do património natural, sem que, durante muito tempo, soubessem explicar as razões para o fenómeno do “Inferno”, monstruoso e surpreendente, cuja “Boca” dá passagem ao rio Sousa, tão próximo da capela da Nossa Senhora, no fundo do vale, e das “pegadas do cavalo”.

A capela, datada de 1723 e ampliada depois da sua construção, surge efetivamente associada a uma lenda relativa a Nossa Senhora e a um milagre por ela realizado, sendo erguida em sua homenagem. Vem citada no “Catálogo dos Bispos do Porto”, no I tomo do “Dicionário Geográfico”, em 1747, nas “Memórias Paroquiais de 1758”, e esta Nossa Senhora é uma das mais de mil invocações em Portugal. Apesar de existir uma festa no primeiro domingo de maio de cada ano, não se verifica um culto assíduo, mas uma grande afluência do povo ao local para cumprimento de promessas à Nossa Senhora e fruição do lugar, que tanto tem de belo como de horrível. A Nossa Senhora aparece, igualmente, referida no “Cancioneiro do Concelho de Paredes que para o povo escreveu o Padre Moreira das Neves”, em 1971:

*Nossa Senhora do Salto,
Lírio do cerro deserto:
O teu altar fica alto,
Mas tu estás sempre perto.*

*Passa o rio entre rochedos,
Passa o rio lá no fundo,
Como se, tendo segredos,
Não os queira dar ao mundo.*

*Um cordeiro se perdeu
Entre os silêncios da Serra.
Por mais que sejas do céu.
Nunca te esqueças da Terra.
Quem te visite, que aprenda
De ti, que és Mestra em doutrina.
Anda o teu nome na lenda?
A lenda também ensina.*

*Talvez o rio que passa,
Como outro rio qualquer,
Vá cheio da Tua graça,
Mais do que da água a correr.*

*Dizem que Ahmer, o Almançor,
No lugar Te antecedeu.
Mas ficou o Teu amor,
E o ódio de Ahmer morreu.*

*Todas as sombras se vão
E cada vez mais além.
Só não se vai o clarão
Que dos teus olhos nos vem.*

O que a população então narrou, transmitindo e ensinando consecutivamente às gerações seguintes, soma, na ação, os motivos da religião e do maravilhoso, e tem duas variantes essenciais, ambas com unidades mínimas dentro da própria história.

A primeira das variantes da história conta que um cavaleiro (personagem principal) que andava a cavalo é perseguido pelo demónio (personagem principal antagonista); apercebendo-se do infernal precipício e da eminente queda, muito aflito invoca Nossa Senhora, exclamando:

- Valha-me Nossa Senhora!

Ao herói a cavalo (uma espécie de co-protagonista) aparece a Nossa Senhora, que, adjuvando-o como personagem secundária, afirma perentória:

- Atira-te à vontade!

De seguida, o cavaleiro e o cavalo rolam pelo precipício, dando um salto até a uma laje do rio, que, por efeito da invocada Nossa Senhora, fica mole como cera, evitando qualquer perigo.

A impressão das cinco marcas na laje do rio resultaria, de acordo com o ensinamento do povo, da marca das quatro patas e do focinho do cavalo ao aterrar com o cavaleiro no seu dorso, livrando-se poeticamente da morte, e justificaria o nome da padroeira da Capela, Nossa Senhora do Salto, erguida num lugar inóspito e muito pouco povoado.

A segunda das variantes da história mantém, na ação, os mesmos informantes, a mesma estrutura actancial do relato, isto é, a ordem existente (situação inicial – o cavaleiro que andava a cavalo), a ordem perturbada (corpo ou nó da ação – o cavaleiro é perseguido pelo demónio) e a ordem restabelecida (situação final ou conclusão – intervém a Nossa Senhora, dando uma ordem ao cavaleiro para que o cavalo dê um salto até a uma laje de pedra mole, evitando a morte de ambos).

No entanto, há uma alteração no que à personagem do demónio diz respeito, pois quem ouve é induzido em surpresa e mistério, acreditando na lebre que o cavaleiro persegue, que não é senão o demónio disfarçado que o atrai para o precipício. Há, outrossim, a referência a uma amada que era muito devota de Nossa Senhora, ao passo que o cavaleiro não era, confirmando-se uma mensagem



cultural e religiosa para o relato. O cavaleiro devia então cumprir um castigo por não ser efetivamente devoto, apenas sendo salvo se expiar todos os pecados, cumprindo a promessa da construção da capela.

Foi o poeta e botânico Augusto Luso da Silva que recolheu, em 1874, esta variante da história de tradição oral, em Aguiar de Sousa, tudo levando a crer que, de fato, “quem conta um conto acrescenta um ponto”. Posteriormente, converteu-as em quadras, publicando-as no jornal “O Primeiro de Janeiro” e no livro “Impressões da Natureza”:

*Pela serra d' Abelheira,
Montado em nédio corcel,
Leva seguida carreira
Um cavaleiro donzel.*

*A barba luzente brilha
Do orvalho que em gotas cai;
Fareja veloz matilha
Que em roda saltando vai.*

*Não vê dez braças em frente
Com tamanha névoa assim!
Ouve saltar de repente
Os cães a latir! enfim,*

*Rompe-lhe rápida lebre
Que ali lhe escapa do pé!
Deita a correr com tal febre,
Que nada teme nem vê.*

*A lebre corria adiante,
E ele atrás, sempre a correr.
Ia o cavalo ofegante
Já em suor a escorrer.*

*Ela ia de rabo alçado,
E o via seguir atrás,
Por ter os olhos de lado;
Que fino que é Satanás!*

*Mas eis que chegando à beira
Daquele abismo... saltou;
E no inferno matreira
Pelo rio se escapou!*

*Ele ia, enfim, sem receio
E cego, a bom galopar;
Não pode reter o freio,
Sente o cavalo saltar,*

*E sente do ar a corrente
Que as faces cortar-lhe vem;
Vê-se suspenso e pendente
Sobre o abismo também!...*

*Valei-me Virgem Senhora,
Valei-me sou pecador;
Por mim não, mas por ela agora,
Que sois todo o seu amor.*

*E sem o menor abalo,
(tal não viu Nazaré),
Firme se achou no cavalo
Na parte oposta de pé!
Mui constricto e arrependido
Feria o peito co' a mão;
E se votou decidido
Da Virgem à devoção.*

*Mas para lembrança sua,
Daquele milagre ali
Tosca ermida, pobre e nua,
Foi levantada por si.*

*Depois contava em segredo,
À que era do peito seu,
Como saltara o rochedo
Como a Virgem lhe valeu.*

*Que ele d'ali se partia
Agora aos santos lugares
Mas que a Virgem os veria
Unidos em seus altares.*

Se pudéssemos recuar 540 milhões de anos, veríamos o Lugar do Salto coberto por mar, correspondendo a um conjunto de rochas constituídas por xistos, grauvaques, arenitos, quartzitos e conglomerados. Mais tarde, há 380 milhões de anos, formou-se uma grande dobra chamada Anticlinal de Valongo. O rio Sousa, atravessando com força as rochas mais duras e resistentes, formou troços do vale encaixado pela erosão, a “Boca do Inferno” ou o “Canhão do Salto”. A própria corrente, em conjunto com seixos e areias, originou as marmitas de gigante, as depressões arredondadas, que o povo explicou outrora como as “pegadas de cavalo”.

Pela importância geológica, a diversidade de habitats e a elevada biodiversidade, a paisagem do Lugar do Salto faz parte do grande pulmão verde da Área Metropolitana do Porto, Parque das Serras do Porto, classificado e considerado como Sítio de Importância Comunitária da rede de áreas protegidas da União Europeia (Natura 2000).

O inexplicável é hoje explicável, mas a Lenda da Nossa Senhora do Salto, pelo misticismo associado, não deixa de continuar a inspirar os artistas, os escritores, os poetas, o povo que, oralmente, mantém a transmissão da lenda de geração em geração. Recentemente, no transato ano de 2021, o escritor Jorge Palinhos, munido de bibliografia e recolhendo a oralidade, reescreveu a Lenda para o projeto Mappa – Música, Artes e Património em Paredes, promovido pelo Município, com direção artística e coordenação da Astro Fingido, para um concerto falado de nyckelharpa, no Mosteiro de Cete, monumento que integra a Rota do Românico.

Eu própria escrevi um conto infantil, recorrendo à memória do lugar mágico, de fauna e flora invejáveis, ainda não publicado, a que dei o título de Bernardo e a Borboleta do Vale de Torga, lembrando-me das urzes arroxeadas que cobrem, de forma formidável, o espaço. Com esta história escrita, pretendo, de uma outra forma, dar a conhecer às crianças a Lenda da Nossa Senhora do Salto, uma história tradicional que nasceu do povo para o povo.

Quando foi a primeira vez a Aguiar de Sousa, escreveu José do Barreiro na Monografia de Paredes, em 1922, perguntando a um homem que o acompanhava, “ao ver negrejar no fundo do vale e o rio desaparecer ou sumir-se na terra”:

“- Ali é o inferno?!”

- É sim senhor.

- Se não tivesse já esse nome, dava-lho eu agora.”

Bibliografia

- BARREIRO, José (1922) - *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Mendonça (A Vapôr), págs. 228 - 246.
- FERREIRA COELHO, Manuel (1988) - *Monografia do Concelho de Paredes. 1 - Freguesia de Aguiar de Sousa*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, págs. 64 - 67.
- MEIRELES, Beatriz (coordenação)(2020) - *Orpheu Paredes – Revista Cultural*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, págs. 78 - 80.
- MEIRELES, Beatriz (coordenação)(2022) - *Orpheu Paredes – Revista Cultural*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, págs. 34 - 39.
- NEVES, Francisco Moreira das (1971) - *Terra Verde – Cancioneiro do Concelho de Paredes que para o povo escreveu o Padre Moreira das Neves*. Paredes: Gráfica de Paredes, págs. 26-28.
- PERALTA, Alexandre (1999) - *A comunicação e a literatura popular*. Lisboa: Plátano, págs. 107- 111.
- PINTO, Ricardo (1996) - *Paredes – Jóia do Sousa...* Paços de Ferreira: Anegia Editores, págs. 74- 78.

O ENIGMA DE MARGARIDA, CANTADEIRA DE PAREDES

Alberto Guimarães, Historiador de Arte

Paredes guarda um mistério! Uma paredense parece ter-se notabilizado no mundo da música popular portuguesa, gravando discos em 78 rotações por minuto em alguma época do século XX, quando não era de todo vulgar os artistas registarem fonograficamente as suas criações. Denominava-se Margarida, Cantadeira de Paredes e não bastasse o feito de alguma editora musical por ela se ter interessado, agora pelo mundo fora é referida em sites de colecionadores de música e difundida em podcasts do que se chama world music ou com programação de música alternativa.

Vamos por partes. A apresentação do fonógrafo de Edison, que possibilitou a reprodução de sons, aconteceu no último quartel do século XIX. Cabe aqui citar o historiador e pesquisador brasileiro José Ramos Tinhorão: «Na Europa, por aquele fim de século, morriam os últimos sons dos géneros de dança vindos dos antigos salões aristocráticos – como as valsas e as mazurcas – ou surgidas contemporaneamente ao advento da moderna burguesia – como as scottisches, as polcas e as quadrilhas – e das Américas não tardariam a chegar as novidades do jazz, do one step, do tango e do maxixe. Pois ia caber exatamente aos fonógrafos não apenas guardar a memória daqueles géneros em extinção, mas documentar o surgimento dessa música de uma nova era¹». Com efeito, já em forma de disco, a partir do início do século XX, as gravações e edições fonográficas foram deixando memórias respeitantes à determinação e necessidade de música por parte das pessoas contemporâneas dos registos.

Hoje, no século XXI, precisamos de saber quem foi Margarida, Cantadeira de Paredes, que num disco Columbia (n.º de catálogo J 853) gravou o tema popular “Verdegar”, com acompanhamento do «Grupo Regional de Penafiel», e na outra face divulgava, com o mesmo acompanhamento, “Rabela do Douro”, indicado como canto ao desafio. Há ainda notícia de um outro disco que remete também para o folclore, o Columbia J 854, com o tema “Caninha Verde”.

Não foram muito esclarecedoras as buscas que fizemos na internet, em bibliografia e arquivos.

Em podcasts internacionais e no *Youtube*, as gravações são dadas como de 1928 ou 1929. Miguel Catarino, um divulgador de antigas gravações através do seu canal no *Youtube* e o colecionador de discos José Filipe Sabino, tendo em conta o número de catálogo do disco com “Verdegar” e “Rebela do Douro”, datam-nos o mesmo como passível de remontar a 1929. Por essa altura, a radiodifusão estava ainda incipiente em Portugal, as grafonolas eram um bem dispendioso e não acessível em termos de massas. Daí também a relevância de confirmar ou apurar a datação dos discos para entender o interesse pela «Cantadeira de Paredes».

De referir que chegámos a encontrar os discos de Margarida, Cantadeira de Paredes nos arquivos da antiga Emissora Nacional, ainda na Rua Cândido dos Reis, no Porto. Emissora Nacional que só iniciaria as suas emissões experimentais em 1934.

Em resumo, nada se sabe ainda sobre a amplitude e a pessoa de Margarida, Cantadeira de Paredes, nem se conhecem dela fotografias.

Margarida Cantadeira de Paredes, tal como o Grupo Regional de Penafiel que a acompanhou, ficaram imperecíveis em registos sonoros. Pensamos que o desvendar deste caso será um contributo para o melhor conhecimento da música popular de Paredes e da região em que o concelho se insere. A história fica em aberto, agora esperando que surjam com a divulgação deste artigo informações que camadas de tempo fizeram esquecer.

A continuar...



Bibliografia

Enciclopédia da Música Popular Portuguesa; Direção de Luís Pinheiro de Almeida e João Pinheiro de Almeida. Círculo de Leitores, 1998.
Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX; Direção de Salwa Castelo-Branco. Círculo de Leitores, 2010.

¹ Tinhorão, José Ramos; *Música Popular – do Gramofone ao Rádio e TV*. Editora Ática, São Paulo, 1981.

PÃO NOSSO

Carlos A. B. Barros Castro e António Luís Crespi, Professores Universitários

Os eventos mais recentes (pandemia, guerra, seca, fogos) levaram-nos a recordar textos que abordavam questões da maior candência na atualidade; trata-se das questões da sustentabilidade do planeta, encarada aqui não apenas em termos estritamente ambientais, mas sobretudo de segurança alimentar. Há segurança alimentar quando "a população, em qualquer momento, tem acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, de modo a satisfazer as suas necessidades nutricionais e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável" (FAO, 2010).

Nos primeiros milénios da evolução humana as principais fontes de subsistência eram a caça, pesca e recolha do que a terra espontaneamente fornecia a cerca de 5 milhões de pessoas no mundo (no paleolítico). A agricultura itinerante e posterior sedentarização proporcionaram sustentabilidade ao crescimento populacional e, no século XVII, a população mundial já era de 500 milhões, subsistindo à custa do desbravar de novas terras, cultivo de espécies e variedades mais produtivas e adoção de técnicas agrícolas mais adequadas como as rotações e o *ley-farming*.

O nomadismo, característica de uma sociedade baseada nas primitivas fontes de alimentação, manifesta-se sempre que, por vicissitudes várias, falha o suporte agrícola básico: a migração da Irlanda para os EUA em meados do século XIX como consequência das epifetias de míldio da batateira, diminuindo a população em 2,5 milhões em 6 anos, ou ainda a avalanche de migrantes do Sahel para a Europa. Em Portugal, em menor escala, as migrações periódicas levavam os "Ratinhos" das Beiras ao Alentejo ou os "Majorais" da zona da Serra da Estrela ao Douro e Alentejo.

Com a Revolução Industrial, e agora já com 1 000 milhões de pessoas para alimentar, a produção agrícola, sustentáculo desse crescimento, passa a ser encarada como ciência à parte, estudando problemas, encarando hipóteses, formulando explicações baseadas na experiência, tirando conclusões, numa palavra, investigando. Desenvolvem-se a Agronomia, ciência da agricultura, e a Fitotecnia, técnica de produzir plantas. A produtividade mais do que duplicou e permitiu, em termos médios, alimentar a população mundial apesar de o número de agricultores, pelo menos em países considerados desenvolvidos, ter vindo a diminuir.

Num passado recente (década de 60 do século XX), a carência alimentar estava presente mesmo em zonas do globo que não supúnhamos (Figura 1) e, apesar dos manifestos progressos técnicos e científicos verificados nas últimas décadas dessa época, as deficiências alimentares crónicas de algumas regiões do globo (Quadro 1) são constantemente noticiadas pelos grandes meios de informação.

Na Figura 1 também se verifica uma grande disparidade da participação de proteínas animais na dieta alimentar, de algum modo ligada ao desenvolvimento do país em causa. O Quadro 1 evidencia a melhoria da situação alimentar na maioria das regiões, embora persistam situações de carências alimentares.

No entanto, a melhoria da situação alimentar que se verificou até

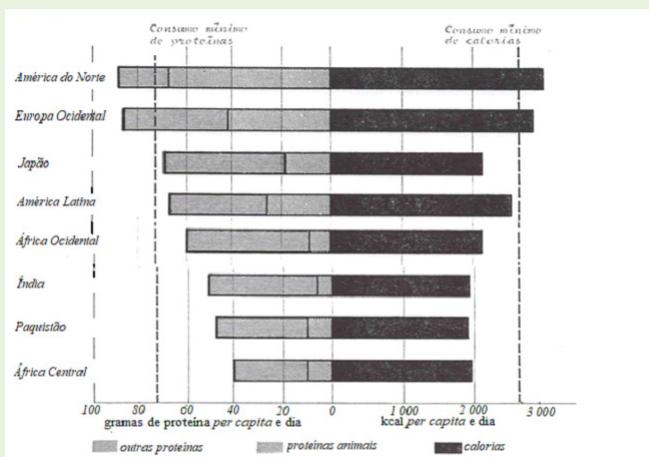


FIGURA 1- Consumo per capita de proteínas e calorias em diferentes regiões do globo (A adaptado de FAO, 1970).

QUADRO 1 - Consumo de calorias em várias regiões e países.

	kcal per capita e dia				% do mínimo (2600 kcal)*		
	1961-63	69-71	79-81	87-89	1961-63	69-71	79-81
Mundo	2 289	2 431	2 596	2 703	88	94	100
Europa	3 098	3 244	3 394	3 459	119	125	130
África	2 086	2 171	2 336	2 360	80	84	90
Ásia	1 887	2 075	2 309	2 487	73	80	89
América Sul	2 395	2 526	2 670	2 674	92	97	103
Índia	1 997	2 017	2 106	2 196	77	78	81
Japão	2 219	2 710	2 792	2 909	97	104	107
Portugal	2 570	2 914	3 073	3 414	99	112	118
Países desenvolvidos	3 060	3 224	3 326	3 415	118	124	128
Países em desenvolvimento	1 930	2 103	2 333	2 474	74	81	90

* 2600 quilocalorias (kcal) *rum* país como os EUA e 2 300 calorias *rum* país tropical em desenvolvimento (Adaptado de FAO, 1991).

a taxas superiores nos países em vias de desenvolvimento não conseguiu anular o seu défice alimentar devido, em grande parte, mas não só, ao seu crescimento demográfico (Quadro 2). Alimentos de origem animal no consumo per capita de proteínas é um outro problema alimentar e a sua maior participação verifica-se no grupo de países mais desenvolvidos. O padrão de alimentação saudável recomenda 40% de proteínas animais, mas, em Portugal, na década de 90 do século XX já era de 60%. A eficiência da conversão feita pelos animais raramente é superior a 25% (leite e ovos), indicando que são os países desenvolvidos, com uma exagerada quota parte de proteínas animais na dieta, quem mais "desperdiça". De modo simplificado, em países ditos "ricos" um quilograma de pão de trigo é substituído por 1 kg de produtos animais, necessitando de 2 a 4 kg de cereais para a sua produção. Este empobrecimento do contributo vegetal está intimamente correlacionado com o progressivo abandono da agricultura e a sua transformação em sistemas produtivos de média e grande escala, que se focam em número reduzido de espécies e variedades. A percentagem de

QUADRO 2 - Evolução da população mundial em valores absolutos ($\times 10^6$) e relativos (1975=100)

	Valores absolutos ($\times 10^6$)				Relativos a 1975		
	1975	1980	1985	1990	1980	1985	1990
Mundo	4 079	4 448	4 851	5 294	109	119	130
Europa	474	484	492	500	102	104	105
África	413	477	553	642	115	134	155
Ásia	2 354	2 583	2 835	3 112	110	120	132
América do Sul	215	241	268	297	112	125	138
Índia	621	689	769	835	111	124	137
Japão	112	117	121	124	104	108	111
Portugal	9	10	10	10	111	111	111
Países desenvolvidos	1 124	1 168	1 210	1 248	104	108	111
Países em desenvolvimento	2 955	3 280	3 641	4 046	111	123	137

Adaptado de FAO, 1991.

espécies utilizadas com fins agrícolas é, atualmente, inferior a 1% da riqueza vegetal conhecida à escala planetária.

De acordo com variadas fontes, hoje em dia quase 1000 milhões de pessoas sofrem de fome, entendida aqui como carência de proteínas e hidratos de carbono, mas o dobro se acrescentarmos a carências de vitaminas e minerais na alimentação. Pode então colocar-se a questão: o que se passará se a população mundial continuar a aumentar ao ritmo expresso na Figura 2, cujas projeções mais do que se confirmaram com a recente notícia de que estamos prestes a atingir o número de 8 bilhões de pessoas (9 bilhões em 2050 !!!). Segundo Meadows (1973), no mundo existiam cerca de $3,2 \times 10^9$ ha (hectares) de terra arável ao passo que, de acordo com a FAO, hoje há $4,14 \times 10^9$ ha suscetíveis de serem cultivados; de acordo com estas estimativas, existem, por isso, grandes disponibilidades de terra para cultivo. No entanto, pela análise da Figura 3, e no pressuposto de que o recurso terra não diminua com o crescimento demográfico, deixar-se-á, ainda antes do ano 2100, de poder alimentar a população mundial, mesmo que se multipliquem por quatro as produtividades. Isto é agravado pelo facto de alguns (muitos?) dos atuais sistemas mais produtivos o serem à custa de práticas não sustentáveis, como sejam elevados inputs energéticos, grandes consumos de água ou emprego maciço de fitofármacos.

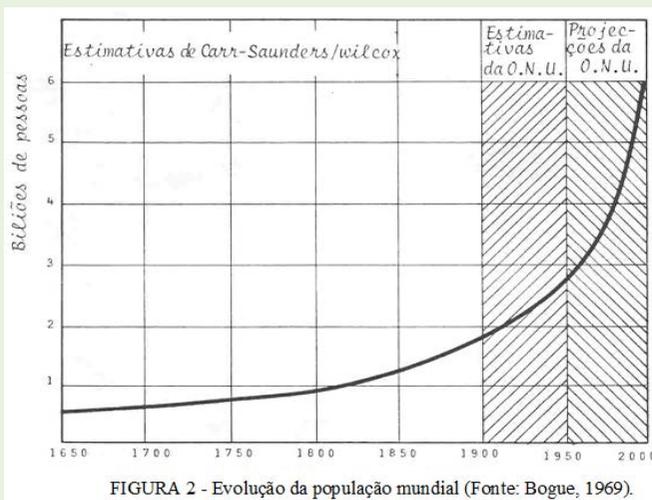


FIGURA 2 - Evolução da população mundial (Fonte: Bogue, 1969).

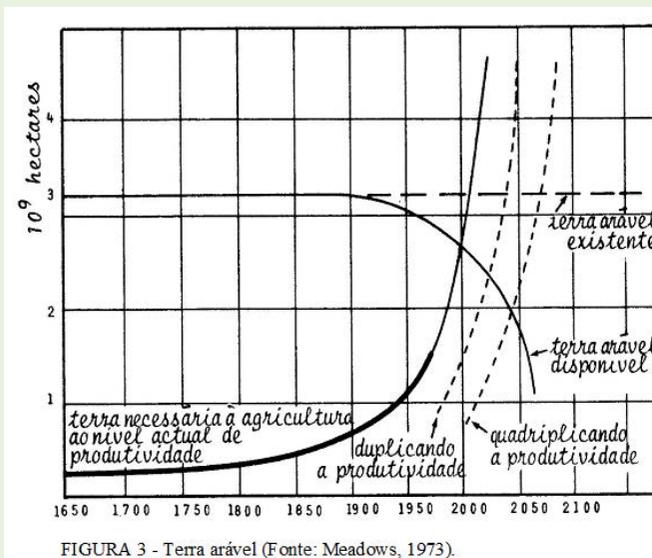


FIGURA 3 - Terra arável (Fonte: Meadows, 1973).

Ultrapassar esta perspectiva pessimista (?) passa, necessariamente, pela implementação de variados fatores, como sejam: redução da taxa de natalidade em países menos desenvolvidos, aumento das áreas cultivadas, melhoria das produtividades, alteração de hábitos alimentares, redução do consumo de proteínas de origem animal, produção e consumo locais, maior eficiência, ou menor desperdício, na produção, transporte, transformação e processamento de alimentos.

É certo que novas perspectivas se vão abrindo (biotecnologia, agricultura sem terra, aquacultura), algumas delas ultrapassando o conceito de agricultura tradicional; mas esta é ainda, em muitas regiões do globo, um "terreno a desbravar", se a compararmos com o grupo de países desenvolvidos onde, a par de um nível de vida elevado e taxas de crescimento de população quase nulas (se descontarmos as migrações), se encontra uma agricultura com elevados valores de produtividade, em alguns casos de modo sustentável. Esta distância tão notória entre países economicamente desenvolvidos e não desenvolvidos acabou por criar um conjunto de ameaças, como sejam perda de biodiversidade, sobre-exploração de recursos naturais, alterações climáticas, conflitos armados, poluição a todos os níveis - solo, ar, água e alimentos.

Não esqueçamos o papel que a agricultura tradicional pode desempenhar na conservação dos ecossistemas e os desequilíbrios que os aumentos indiscriminados das produções podem provocar. Foi o que sucedeu na Europa, cuja filosofia produtivista foi posta em causa em várias ocasiões e onde agora se privilegiam sistemas de produção agrícola ditos alternativos (Produção Integrada, Agricultura Biológica, Permacultura, Biodinâmica, etc.), com a cultura do algodão e desastre ambiental do mar de Aral ou ainda com a desflorestação amazónica, entre outros.

A Europa e Portugal apresentam uma situação alimentar, pelo menos em termos quantitativos, bem melhor do que a de grande parte da população mundial. No entanto, a grande diferença relativamente a Portugal reside no facto de a Europa ser autossuficiente (ou quase) em muitos dos produtos agrícolas mais importantes (leite, carne, cereais, vegetais e ovos). Os problemas atuais da Comunidade Europeia dizem respeito, sobretudo, a excedentes da sua agricultura, à preservação do ambiente e à gestão de um espaço rural menosprezado e em degradação, que estão na origem de várias das reformas da PAC (Política Agrícola Comum)

Em média, os portugueses não sofrem de carências alimentares, apenas se colocando o problema de alguns estratos populacionais não verem as suas necessidades satisfeitas e do desequilíbrio da dieta alimentar, nomeadamente em cálcio, gordura, proteínas de origem animal eobesidade. Em Portugal, na década de 60, o consumo alimentar em Portugal cifrava-se nas 2600 kcal per capita/dia e hoje já ultrapassa as 3500 kcal (!!!).

O problema português reside, basicamente, no facto de que é o recurso a importações que permite satisfazer as necessidades internas, desequilibrando a balança de transações de produtos agrícolas. No período de 1999 a 2005, o grau de autoaprovisionamento em Portugal foi de apenas 19% em cereais, 7% em trigo mole, 13% em trigo duro, 40% do milho, 55% do arroz e tem vindo a piorar com os recentes eventos.

A população portuguesa não tem diminuído, apesar da emigração que na década de sessenta levou milhares de portugueses a outros países à procura de melhor situação e, apesar da grande

74 redução do saldo natural, devida à diminuição da natalidade, não são de esperar grandes alterações da população residente, dadas as restrições que alguns dos países, destinos tradicionais da emigração, agora colocam.

Há mais de 300 000 espécies de plantas identificadas, embora na atualidade apenas um pequeno grupo de algumas dezenas assumam importância como plantas cultivadas. Foram detetadas 60 espécies de plantas nos despojos de um homem da idade do ferro, mas, atualmente, a mesma análise conduziria, certamente, a valores mais baixos, ou seja, a alimentação está concentrada em menor número de espécies. Apesar de se conhecerem 30 000 plantas comestíveis, segundo a FAO (2015), trigo, milho, arroz e batata satisfazem cerca de 60% da dieta energética da população mundial.

Esta limitação do cultivo de algumas plantas implica um maior grau de dependência de fatores, nomeadamente das condições climáticas, cataclismos e conflitos, que poderão levar à fome de milhões de pessoas. O melhoramento de plantas, que contribuiu para esta especialização, permitiu a designada Revolução Verde (arroz, trigo, milho) a que é atribuída grande quota parte dos aumentos de produtividade dos últimos anos. Este pode ser um problema na medida em que pode levar ao desaparecimento de outras menos importantes, embora, para além das preocupações ecológicas cada vez mais na ordem do dia, os investigadores estejam a conservar nos seus bancos de germoplasma, alguns genótipos, tendo em vista uma possível utilização futura.

Portugal, face à sua dimensão e características edafoclimáticas, não pode aspirar a ser autossuficiente em alguns dos produtos alimentares vitais (já o foi em alguns anos). No entanto, privilegiar culturas apenas pela sua rentabilidade (vinha, olival, hortícolas, etc.) levou a que tenhamos um grau de dependência do exterior em alguns alimentos básicos, que podemos considerar alarmante

– dependendo dos anos, 90% dos cereais que consumimos, base da alimentação mediterrânica, são importados!!!!

Garantir um mínimo de produção nacional é sinónimo de bom senso, diminuição das importações e garantia de manutenção de habitantes e espaço rural diverso, povoado e sustentável que, no passado, prevenia/controlava fogos rurais e mantinha um ecossistema equilibrado, com a agravante de, ao migrar para espaços urbanos, piorar problemas de variada ordem (trânsito, habitação, urbanismo caótico, criminalidade, poluição, etc.).

Como se faz? Antes de mais com vontade de o fazer mesmo com o “sacrifício” do chamado desenvolvimento das grandes urbes que, com destaque para Lisboa, argumentam a necessidade de crescerem (leia-se mais casas sociais, aeroportos, museus, hospitais, pontes, etc.), e escoam a maioria dos investimentos necessários ao crescimento/desenvolvimento, esses sim, mas do espaço rural.

O investimento na agricultura e ecossistema rural, nas suas várias vertentes (agrícola, pecuária, floresta), é e será uma prioridade comum, inquestionável para o todo nacional.

Bibliografia

- BOGUE, J., 1969. *Principles of Demography*. New York, John Wiley and Sons.
- FAO, 1970. *Provisional Indicative World Plan for Agricultural Development*. Roma, FAO.
- FAO, vários. *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (<https://www.fao.org/home/>).
- INE, vários. Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt/>)
- MAYER, J., 1976. The Dimensions of Human Hunger. *Scientific American*, 235 (3): 40-49.
- MEADOWS, D., 1973. *Os Limites do Crescimento*. Lisboa, D. Quixote. <https://www.pordata.pt/>

A MÚSICA NA CASA DA CASTRÁLIA

Sónia Duarte, Investigadora e Professora

ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
CESEM – Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Gualter Silva, Compositor e Professor de composição
Escola Superior de Música de Lisboa

NOTA INTRODUTÓRIA:

O presente estudo aborda as fontes e os modelos utilizados nas representações iconográfico-musicais pintadas na Sala de Música da *Casa da Castrália*. Pretende-se, também, e no seguimento, levantar *in situ*, identificar e transcrever para notação moderna a música figurada nos quatro estuques que compõem o tecto da dita Sala.

Situada na freguesia de Louredo, concelho de Paredes, distrito do Porto e próxima da Igreja Matriz de S. Cristóvão ¹, a *Castrália* foi a residência burguesa mandada construir pelo *torna-viagem* Adriano Moreira de Castro (1858-1924). Inaugurada, com toda a probabilidade em 1909 conforme a data inscrita no portal principal de ferro, a *Castrália* está hoje desabitada, mas fora, outrora, um espaço vibrante de convívio dentro da nova sociabilidade crescente novecentista ². Assim, a análise iconográfico-iconológica da sua decoração pictórica assume um papel fundamental nos estudos histórico-artísticos e musicológicos do século XX.

Sobre o seu comitente, homem burguês ligado ao comércio e à indústria e que depressa enriqueceu no Brasil com a sua capacidade de organização, trabalho e rede de contactos, importa referir a localização do assento de baptismo, realizado a dez de Dezembro de 1858 ³ e que passamos a transcrever numa grafia actualizada (fig. 1):

«Adriano / filho legitimo de Joaquim Ribeiro Coelho da Silva Moreira e de Margarida de Sousa e Castro do lugar de Sobradelo de Baixo, desta freguesia de S. Cristóvão de Louredo, neto paterno de Adriano Moreira Ribeiro Nunes, e de Ana Delfina da Conceição, do lugar da Poça freguesia de Christello e materno de António de Sousa Roça e Cunha [?], de D. Leonarda da Conceição do lugar da Aldeia, freguesia de Sobrosa. Nasceu a nove de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito e foi solenemente registado a dez do mesmo mês e ano, pelo Padre Domingos Soares de

Azevedo firmado pelo Abade que era João Soares de Azevedo, foram padrinhos José Moreira Ribeiro, solteiro do lugar da Cruz desta freguesia e Clara de Sousa e Castro, tia materna, solteira, da freguesia de Sabrosa, testemunhas Joaquim Coelho, casado, criado do Pároco, e António Freitas de Oliveira, solteiro, criado de servir da mesma casa do baptizado e para constar fiz este escrito aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito. D. Joaquim Coelho D. António de Freitas. O Abade Bento Teixeira Pinto de Carvalho».

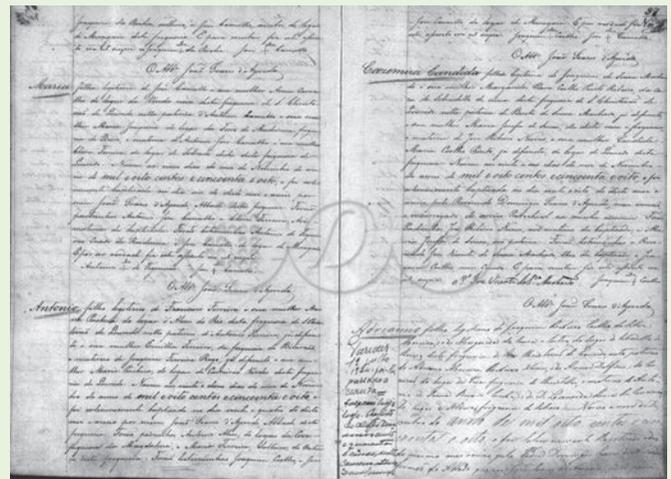


Fig. 1. Assento de baptismo de Adriano Moreira de Castro (excerto).
Fonte: ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A fortuna crítica relativa à Casa e ao filantropo que a mandara erigir e nela habitou é parca e devemos à historiadora Alda Neto o primeiro estudo sobre a *Castrália* – epíteto alusivo ao apelido Castro e à sua estadia no Brasil – e o percurso de Adriano Moreira de Castro entre a vila de Louredo, o Brasil (a partir de 1872) e o regresso a Paredes ⁴, a que se somam diversas viagens pela Europa, que se reflectem no gosto e nas pinturas murais que compõem as paredes da Casa.

No contexto musical português coetâneo, operam-se três grandes mudanças: por um lado, o progresso da música instrumental associada ao aparecimento e ao desenvolvimento da construção de instrumentos de sopro, cordas e percussão; por outro, a emergência dos primeiros nomes ligados ao estudo sobre a história e a etnologia, no domínio da música portuguesa, com os trabalhos de Joaquim António da Fonseca de Vasconcelos (1849-1936),

¹ Fundada no século XVIII, no interior encontram-se pintados vários motivos iconográfico-musicais de interesse, estudados em Sónia Duarte, *Imagens de Música na Pintura do Tempo do Barroco em Portugal (1600-1750)*, tese de doutoramento em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (a decorrer).

² Sobre este tema, vide, sem carácter de exaustividade: Branco, J. F., *Alguns aspectos da música portuguesa contemporânea*. Lisboa: Edições Ática, 1960; Brito, M. C., Cranmer, *Crónicas da vida musical portuguesa na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990; Nery, R.; Castro, P. F., *História da Música. Sínteses da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

³ ANTT, «Adrianno», *Assento de Baptismo*, 1858, fólios 37-38, PT-ADPRT-PRQ-PPRD14-001-0004. Faleceu a 11 de Julho de 1924.

⁴ Alda Neto, «Adriano Moreira de Castro e a *Castrália*», *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VII, n.º 1, 2012, pp. 65-94.

Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910), Ernesto Vieira (1848-1915), Miguel Ângelo Lambertini (1862-1920), António Arroyo (1856-1934) ou Teófilo Braga (1843-1934), a par de inversa imprensa musical especializada, como o *Amphion* (1884) ou *A arte musical* (1899). Entre os intérpretes de nomeada, contam-se Bernardo Valentim Moreira de Sá (1853-1924), fundador do *Orpheon Portuense* ou do *Quarteto Moreira de Sá* e do qual fez parte Guilhermina Suggia (1885-1950), Alfredo Keil (1850-1907), Augusto Machado (1845-1924), José Viana da Mota (1868-1948), Luís de Freitas Branco (1890-1955), Francisco de Lacerda (1869-1934), Óscar da Silva (1870-1958), Cláudio Carneiro (1895-1963), entre outros. A formação da sociedade de concertos teve igualmente um papel fundamental no incremento da música instrumental: na capital, a *Sociedade de Concertos Populares* ou a *Real Academia de Amadores de Música*, tendo sido criada uma orquestra⁵ e na Invicta, o *Orpheon Portuense*⁶ que promoveu concertos corais e sinfónicos. Estes concertos, que reuniam músicos profissionais e amadores, realizavam-se na esfera pública e privada, mormente nas Salas de Música de abastados comerciantes nacionais e estrangeiros a residir em Portugal⁷, como, aliás, deve ter sido o caso. Neste âmbito não é de estranhar a influência estrangeira⁸ nos músicos nacionais e que se reflecte na própria decoração da *Castrália*, ali, figurando, por exemplo e como veremos, o hino francês *La Marseillaise*.

Assim, *grosso modo*, na primeira metade do presente estudo elencaremos as fontes e modelos utilizados na decoração mural da *Castrália* e, na segunda, procederemos à identificação das notações e a sua respectiva transcrição para notação moderna, tornando-se passível de ser escutada em *software* próprio ou executada em instrumentos musicais reais.

1. As fontes e modelos usados nas representações pictóricas da Sala de Música da *Casa da Castrália*



Fig. 2 *Alaudista*, circa 1909, Casa da Castrália. (fot. Sónia Duarte, 2022)

⁵ Brito, M. C., Cymbron, L., *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992, pp. 155-156.

⁶ Foram publicados os *Anais do Orpheon portuense: contribuição para a História da Música em Portugal*.

⁷ Entre os exemplos: os Marqueses de Borba, Marqueses de Abrantes, Marqueses de Castelo Melhor, o Conde de Lumiares ou o Conde do Farrobo (Barão de Quintela).

⁸ Para além do repertório francês, italiano e germânico que incluíam Giacomo Puccini, Ruggiero Leoncavallo, Pietro Mascagni, Jules Massenet, Gounod, Delibes, Richard Wagner, Gluck ou Weber.



Fig. 3 *Apresentação do Menino no Templo* (pormenor), circa 1510, Vittore Carpaccio; Galleria dell'Accademia, Veneza.

A Sala de Música, sita no rés-do-chão do edifício⁹ composto de quatro pisos (aos quais se soma uma cave com adega, garagem e armazém agrícola), apresenta ao centro do pavimento em madeira o monograma «AMC» alusivo ao seu comitente, Adriano Moreira de Castro. As paredes são cobertas de pinturas murais emolduradas por fingimentos. As iconografias variam entre motivos do angelológico ou figuras infantis que tangem cordofones friccionados e dedilhados. É o caso de uma figura juvenil, inacabada, que tange um instrumento que apresenta semelhanças com uma *lira da braccio*. Logo a seguir, aparece um alaudista fazendo trio com um flautista e um tangedor de *viola da braccio*, cópia a partir de um original de Vittore Carpaccio (circa 1455-1523/26), pintor italiano de berço e discípulo de Gentile Bellini na Escola de Veneza, e que se encontra na *Galleria dell'Accademia*, em Veneza e representa o tema cristológico da *Apresentação do Menino no Templo*. Como chegou este motivo a Portugal? Várias respostas possíveis: era comum nas oficinas a existência de desenhos tirados *de visu*; gravura avulsa e incunábulo usados quer como citação, modelo ou molde; debuxo e outras manifestações coevas e anteriores (mural, iluminura, ourivesaria, têxteis, mobiliário, estuques, escultura); circulação de composições religiosas e tratados de música; recurso a estezido (*poncif*) – método de decalque, como se tratava de uma sala para entretenimento musical, é natural ali a figuração de iconografia musical. Outras pinturas são alusivas a iconografias de paragens longínquas (homens de tez escura, palmeiras, bananeiras, guarás)¹⁰, marítimas (sereias, embarcações com a bandeira portuguesa hasteada), campestres, urbanas (praças com fontes) ou anacrónicas (ruínas fingidas, grutas). Depois, apresentando destacamentos na camada cromática mormente ao nível da face, encontra-se uma menina tangedora de bandolim, instrumento largamente representado entre finais do século XIX e primeiras décadas da centúria seguinte, associado a um ambiente feminino, intimista¹¹.

⁹ Para além da Sala de Música, conta-se a Sala de Jantar, a Biblioteca e o designado «Quarto do Bispo».

¹⁰ Alda Neto relaciona alguns elementos pintados com a cidade de Belém do Pará, nomeadamente a designada por Fonte das Sereias, situada no largo Baptista Campos, entre outros (*idem*, 82, 87), podendo indicar que a fonte e modelo usados possam ter sido postais ilustrados trazidos por Adriano Moreira de Castro, emigrado do Brasil.

¹¹ Instrumento musical bastante recorrente na pintura do século XX em Portugal, associado a um ambiente feminino. *Vide*, sem carácter de exclusividade, «O bandolim», Emília dos Santos Braga. Para além do bandolim, também a harpa e vários instrumentos de tecla como o piano faziam parte da educação burguesa feminina coetânea. Sobre o tema: Sónia DUARTE, «Pinturas que se ouvem? Contributos para o inventário e estudo da iconografia musical na pintura do largo tempo do século XIX em Portugal», in Paula Guerra, *II Congresso Internacional Lusófono Todas as Artes / Todos os Nomes Todos os Nomes* (vol. 2), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2022.



Fig. 4 Apresentação do Menino no Templo, circa 1510, Vittore Carpaccio; Galleria dell'Accademia, Veneza.



Fig. 5 «Marcelêza» e «Paredense», estuque pintado com notação musical epigráfica, Casa da Castrália. (fot. Sónia Duarte, 2022)



Fig. 6 Transcrição da «Marcelêza». (por Gualter Silva, 2022)



Fig. 7 Pormenor do «Paredense». (fot. Sónia Duarte, 2022)



Fig. 8 Transcrição do «Paredense». (por Gualter Silva, 2022)



Fig. 9 Peça não identificada, estuque pintado, Casa da Castrália. (fot. Sónia Duarte, 2022)

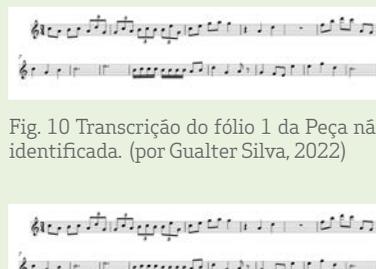


Fig. 10 Transcrição do fólio 1 da Peça não identificada. (por Gualter Silva, 2022)

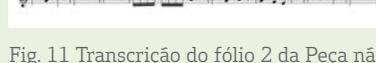


Fig. 11 Transcrição do fólio 2 da Peça não identificada (por Gualter Silva, 2022)

A seguir, um rapaz oriental tange um cordofone de mão, dedilhado, cujo cravelhal se encontra parcialmente coberto pela moldura. Trata-se aqui da confluência entre duas culturas: por um lado, um instrumento tangido na Europa, por outro a presença de um homem oriental alusivo às paragens extra-europeias dos portugueses. Numa outra pintura, pode ver-se voltada a três quartos para a esquerda, uma menina envergando um traje da época: lenço vermelho na cabeça, vestido e sobre-vestido de cor alva. De pé, tange um instrumento erudito, a harpa, apoiando o pé esquerdo num tecido, possivelmente uma almofada. O instrumento não parece ter representados os pedais em uso, mas são visíveis as cravelhas e número correspondente de cordas, tratando-se possivelmente de um instrumento diatónico, comum entre finais do século XVIII e início da centúria seguinte. O painel está assinado com «M. C. 1919». Noutro painel, um rapaz de chapéu plumado, de camisa alva, calças castanhas subidas e de pé descalço tange um violino. Sobre o ombro esquerdo, pousa um capote do mesmo tom que as calças e da cintura, do lado direito, pende um garrafão remetendo para os ambientes bucólicos e aprazíveis do campo. A pintura está assinada por Costa Carvalho, devendo tratar-se do mestre pintor bracarense Joaquim da Costa Carvalho, que laborou a fresco, por exemplo, na Câmara Municipal de Braga, no ano de 1884 e depois em 1908.

No tecto, estuques com figuração de instrumentos musicais e notação musical perceptíveis, que passaremos a transcrever, completam a decoração da Sala de Música.

2. As notações musicais na Sala de Música da Castrália: identificação, análise e transcrição

Outro ponto de interesse iconográfico na Sala de Música que estava por analisar é a música instrumental pintada nos quatro estuques figurativos, que compõem o tecto. Num deles pode ler-se a parte de clarinete do hino *La Marseillaise*, hino francês composto, como se sabe, por Claude Joseph Rouget de Lisle, em 1792. Na pintura sobre estuque pode ler-se «Marcelêza», música instrumental sobre pentagrama que aparece flanqueado por uma lira, uma flauta transversal e um clarinete. A música está escrita em compasso quaternário e inicia-se com anacruse, como passaremos a transcrever. Lado a lado com a *Marselhesa* está o *Paredense*, que se transcreve a seguir, numa notação actualizada.

No estuque, pode ver-se um violino com o respectivo arco, ao centro, e a encimá-lo um pandeiro com uma fileira de soalhas, prendendo-se no pandeiro e no arco do violino um guizo. A música não está identificada, mas o compasso é ternário, podendo



Fig. 12 *Alaúde, trompa e peça não identificada*, estuque pintado, Casa da Castrália. (fot. Sónia Duarte, 2022)

tratar-se de uma valsa. No fólio seguinte do mesmo estuque, novamente uma peça não identificada em compasso quaternário. No último estuque pode observar-se representado um alaúde constituído por quatro cordas e respectivas cravelhas, uma boca sonora circular e formato periforme. Logo atrás, uma trompa de caça e uma folha de música cujo sentido ainda não se identificou.

Considerações finais

O presente estudo abordou fontes e modelos usados nas representações iconográfico-musicais da Sala de Música da *Casa da Castrália* e a transcrição para notação moderna da música pintada nos frescos e estuques, que estava por fazer. Situada na freguesia de Louredo, concelho de Paredes, distrito do Porto, e próxima da Igreja Matriz de S. Cristóvão¹², a *Castrália* foi a habitação burguesa mandada construir pelo comerciante, industrial e *torna-viagem* Adriano Moreira de Castro (09.12.1858-19.07.1924), tendo sido inaugurada, com grande probabilidade e conforme data inscrita no portal principal de ferro, em 1909. Hoje desabitada, fora outrora um espaço vibrante de convívio, dentro da nova sociabilidade crescente novecentista seguindo os padrões da alta sociedade burguesa e aristocrática ligada aos negócios, que ocupa esse espaço para socializar e estabelecer ligações e contactos com coetâneos. A decoração, mormente a pintura, como vimos, comporta elementos musicais inerentes a uma memória local – como a representação d’*O Paredense* – que se mesclam com elementos associados a paragens europeias e extra-europeias, tal é o caso da presença do hino francês, *A Marselhesa*. A identificação, estudo e análise destes detalhes musicais visam enriquecer o património

¹² Fundada no século XVIII, no interior encontram-se pintados vários motivos iconográfico-musicais de interesse estudados em Sónia Duarte, *Imagens de Música na Pintura do Tempo do Barroco em Portugal (1600-1750)*, tese de doutoramento em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (a decorrer).



Fig. 13 Transcrição do fólio 1 da Peça não identificada (por Gualter Silva, 2022)

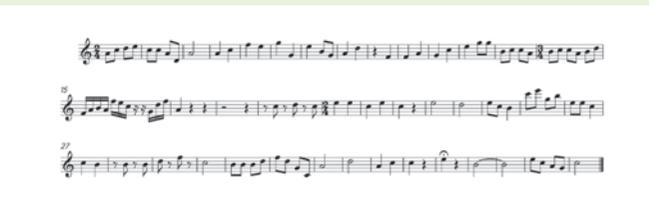


Fig. 14 Transcrição do fólio 2 da Peça não identificada (por Gualter Silva, 2022)

de Paredes, alertam para novos olhares sobre a arte representada na *Castrália* e procuram abrir caminhos a investigações multi e transdisciplinares.

Bibliografia

- AA. VV., *Paredes. A cidade e o concelho*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, 1992.
- AA. VV., *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*. Londres: Macmillan, 1980.
- AMORIM, Eugénio, *Dicionário Biográfico de Músicos do Norte de Portugal*. Porto: Marânus, 1935.
- BARREIRO, José do, *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Mendonça, 1922.
- BRANCO, João de Freitas, *Alguns aspectos da música portuguesa contemporânea*. Lisboa: Edições Ática, 1960.
- BRITO, Manuel Carlos de, Cranmer, David, *Crónicas da vida musical portuguesa na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- COELHO, Manuel Ferreira, *Monografia de Paredes*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, 1988-90. 2 vols.
- NERY, Rui Vieira, Castro, Paulo Ferreira de, *História da Música. Sínteses da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.
- NETO, Alda, «Adriano Moreira de Castro e a Castrália», *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VII, n.º 1, 2012, pp. 65-94.

Arquivo Nacional Torre do Tombo
 ANTT, Adriano, *Assento de Baptismo de Louredo, Paredes*, 1858, fólhos 37-38,
 PT-ADPRT-PRQ-PPRD14-001-0004. Disponível em
 <<https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/viewer?id=820103>>

A DEVOÇÃO DE LOUREDO DA SERRA A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO A HISTÓRIA E A ARTE

Rafael Borges, Educador Social

Sara Almeida Rocha, Mestre em História da Arte

O documento mais antigo que atesta a existência de devoção do povo de Louredo da Serra à Santíssima Virgem Maria do Rosário data de 2 de outubro de 1662. Trata-se de uma visita pastoral em que o visitador, Dr. Gaspar Maia da Rocha, ordena a aquisição de uma alva de linho, até ao natal, “aos mordomos de Nossa Senhora.” Anos mais tarde, a 2 de novembro de 1671, um novo registo de visitação, realizada pelo Abade Domingos Monteiro, faz referência à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, a propósito de procissões de defuntos que se realizavam aos domingos, onde as mulheres ficavam dentro da Igreja, sendo ordenado que as mesmas começassem a acompanhar o cortejo, sob pena de aplicação de sanção, paga em favor da referida Confraria.

Um outro dado muito relevante, ainda do século XVII, do ano de 1688, que comprova a devoção do povo desta terra à Virgem Maria, diz respeito aos Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário (1 de março de 1688). Estes estatutos foram copiados em 1709, documento que se encontra disponível no Arquivo Distrital do Porto e sobre o qual nos debruçaremos agora. (Figura 1)

Na sua introdução podemos ler: *“Como todos os homens sejam inclinados ao pecado pela fraqueza humana e por ella incapazes da contigna satisfação, ficão sujeitos a pagar no purgatório; E considerando os antigos moradores da freguesia de Lourêdo e circunvizinhas a obrigação que tinhão de socorrer as almas de seus proximos que estarão em penas com missas, officios divinos, esmolas e orações, instituirão confraria debaixo da proteção e amparo da Santissima Virgem Maria do Rozário para o que alcançarão bullas do Sumo Pontífice com muitas graças e indulgências para os irmãos vivos e defuntos...”*

No número um dos referidos estatutos constam as obrigações da Confraria quanto à Festa da Virgem do Rosário, o que nos dá indicações precisas de como a mesma deveria acontecer. Lê-se: *“Ordenamos que cada ano se celebre a festa da Virgem Nossa Senhora do Rozário nesta Igreja de Sam Christovão de Louredo com a maior solenidade que possa ser, no primeiro domingo de Outubro conforme a bulla que o Sumo Pontífice concedeo o dispõe. E neste dia he obrigação dos confrades acharem-se presentes e o Rdo Parocho dirá a missa cantada com Diacono e Subdiacono a que se darão as esmolas costumadas nesta freguesia. E averá sermão, e os irmãos eclesiásticos que o juiz terá a cargo rogar com os mais que forem necessários officiarão a missa que será em louvor da Virgem Senhora Nossa do Rozário e pelos irmãos vivos e defuntos e no fim della se fará procissão com a cruz e guiões indo toda a cera e levarão a imagem da Virgem Nossa Senhora de baixo do Palio cantando salmos e hinnos e assim em todos os domingos*

primeiros de cada mês. E o Juiz e Procurador irão com suas varas governando a procissão e os mordomos todos com suas vestes acompanhando-a com muita ordem e compostura.”

Percebemos, então, que no primeiro domingo de cada mês deveria ser celebrada esta devoção Mariana, sendo ordenado que *“depois da missa conventual se celebre a missa de Nossa Senhora cantada com acólitos ou sem elles a arbitro do Juiz e se fará a procissão como no dia da festa...”*

A Confraria ficava, igualmente, encarregada de dizer, em cada um dos sábados do ano, uma missa pelos confrades vivos e defuntos. Para além disto, comprometem-se a fazer *“hum aniversário cada anno na segunda sexta-feira da Quaresma e se dará esmola da missa e officio, um tostão a todo o parocho que vier com procissão neste dia a esta Igreja e os mais sacerdotes confrades e a todos os que assistirem ao officio...”*

Era também celebrada uma segunda festa à Senhora no dia em que era realizada a eleição daqueles que deveriam servir a Confraria no ano vindouro. A mesma acontecia no primeiro domingo de Junho, *“com a mesma solenidade que no domingo de Outubro”*. À eleição deveriam presidir o pároco e o juiz velho *“e em sua falta o procurador na qual elegerão hum juiz e procurador e escrivão e três mordomos desta freguesia e hum de cada freguesia das vizinhas aonde ha confrades que são Gondalães, Bitarães, Madalena, Besteiros, Christello e Sobrosa, os quais sendo eleitos não querendo servir pagarão cinco tostões e serão riscados da irmandade”*

Outra referência preciosa à devoção do povo desta terra à Virgem do Rosário data de 1701. Trata-se de um assento de óbito (18 de maio de 1701) onde se escreve que o então falecido Padre Francisco Velho do Vale, do lugar de Sobradelo, deixa expresso, em testamento, o pedido para que se *“digam duzentas missas no altar privilegiado de Nossa Senhora do Rozário”*. Importa referir que, nesta data, ainda não tinham sido iniciados os trabalhos de construção do atual Templo edificado nesta Paróquia, pelo que é possível perceber que, na igreja antiga, demolida na Páscoa de 1715, já existia um altar dedicado à Senhora do Rosário, altar onde recebia indulgência plenária todo o defunto por quem fosse celebrada a missa.

Construída a nova Igreja, entre 1714 e 1719, a devoção manteve-se com altar dedicado a Nossa Senhora do Rosário, pois as referências mais antigas ao novo Templo assim o mostram. Nas Memórias Paroquiais de 1758, assinadas pelo Abade de então, António Pinto Rosa, pode ler-se: *“He seu Padroeiro S. Christovão de Louredo tem sinco altares hum do Padroeiro e os quatro de Santa*

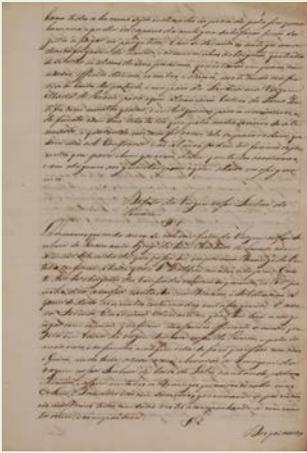


Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

Anna, Santo António, Nossa Senhora do Rozário e do Santo Christo. Tem três Confrarias do Sacramento, Nossa Senhora do Rozário e a do Sosino da freguesia."

Os inventários da Igreja Paroquial que são conhecidos, datados de 1856, 1890, 1911 e 1955, fazem também referência a este altar, sendo, a 15 de maio de 1890 descrito que no mesmo, como no presente, existem as imagens de São Domingos e São Francisco de Assis, para além da Imagem da Virgem Santa Maria do Rosário. Importa dizer que no inventário datado de 8 de dezembro de 1856 é feita referência à existência de "Hum Cáliz de prata que pertence a Confraria da Senhora do Rozário, mas que anda a uso do Parocho." Neste cáliz que, ainda na atualidade é usado nas celebrações litúrgicas, encontra-se inscrito o seguinte: "D. N. Sr.ª Do R.º d Ld.ºº" (De Nossa Senhora do Rosário de Louredo). (Figura 2) Uma outra referência importante à devoção de Louredo da Serra à Senhora do Rosário pode ser lida no livro "O Culto de Maria Santíssima na Diocese do Porto" (1904), citado pela Monografia de Paredes (1922), onde é dito que em Louredo "Tem a igreja um altar exclusivo da Senhora do Rosário (...) A confraria da Senhora do Rosário aqui existente tem os seus estatutos datados de 1688 sendo o seu fim sufragar os vivos e defuntos pela intercessão da Santíssima Virgem, na invocação do seu Rosário.

Pelos estatutos é obrigatória a festividade, mas sem dia fixo (...) Com grande respeito se fazem os exercícios dos dois mezes, especialmente o mez de outubro. Além disso, em todos os domingos e dias santificados se reza o terço e as ladainhas com exposição do Santíssimo à bôca do Sacrário, a que assiste todo o povo."

Tal como mostram as Memórias Paroquiais, bem como os Estatutos e Atas existentes, em Louredo existiam três Confrarias (Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário e Subsigno), não se encontrando, na atualidade, nenhuma delas ereta. A verdade é que, se até ao início do século XX funcionavam de forma independente, a partir de 1912 deixou de ser dessa forma, passando a englobarem-se numa só - A Confraria do Santíssimo Sacramento. Isso é comprovado por atas existentes, datadas do mês de outubro de 1912.

A 6 de outubro de 1912 reúne em Assembleia a Confraria do Santíssimo Sacramento, sob a presidência do então Juiz, Adriano Carneiro da Silva Bessa. Disse o mesmo que "era necessário reformar os estatutos da Confraria (...) como os mezaros e irmãos presentes sabiam as Confrarias de Nossa Senhora do Rozario e Subsigno também eretas nesta igreja

desejavam englobar-se nesta do Santíssimo Sacramento para maior facilidade de escripturação e prosperidade de vida e porque muitos irmãos pertenciam a todas as confrarias por isso propunha à assembleia que se aceitasse a fusão das ditas confrarias. Tendo-se pronunciado por voto unanime a mesma assembleia..."

No dia 13 do mesmo mês reúne a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, sob a presidência do seu Juiz, António Nunes de Freitas. Este refere que "devendo esta confraria reformar os seus estatutos até o dia trinta e um do corrente, propunha que esta confraria se englobasse na do Santíssimo Sacramento desta freguesia porque, como os irmãos e a meza sabiam, tudo havia a lucrar, principalmente porque a maioria dos irmãos pertenciam também às outras confrarias, os trabalhos de escripturação eram menores e a confraria do Santíssimo Sacramento ficava com mais meios de melhor poder satisfazer os seus fins sem prejuízo para os irmãos." A proposta foi aprovada por unanimidade e o mesmo foi deliberado em assembleia da Confraria do Subsigno, sob a presidência do seu Juiz, Bernardino Moreira de Brito.

Posto isto, marcada assembleia geral das três Confrarias, as mesmas reuniram na sacristia da Igreja Paroquial às doze horas do dia 20 de outubro de 1912." Foi aberta a sessão sob a presidência do Juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento Adriano Carneiro da Silva Bessa, sendo por este mandada ler a ata da sessão anterior e a seguir as copias das actas das sessões de treze do corrente, das outras duas confrarias referidas. Terminada a sua leitura, pelo Juiz presidente foi dito que estando todos de acordo em que as Confrarias de Nossa Senhora do Rozário e do Subsigno se englobem na do Santíssimo Sacramento, propunha que de facto se assinassem sob a denominação "Confraria do Santíssimo Sacramento", ficando a pertencer a esta confraria todos os bens das duas confrarias, confeccionando-se um inventário onde se designassem os bens que pertenciam a cada uma. Aprovada por unanimidade a proposta do presidente, por ele foi mais proposto que se confeccionassem os estatutos nos quaes se descrevessem no capítulo das obrigações da confraria quaes os encargos de cada uma para serem cumpridas dentro dos limites permitidos pelas leis, proposta esta que também foi aprovada por unanimidade..." (Figura 3)

Nos referidos estatutos, datados de 20 de outubro de 1912, aprovados a 20 de março de 1914, é dito que as três Confrarias ficam a "funcionar como sociedade de assistência

e beneficência." Da Confraria passam a fazer parte "todos os irmãos autonomamente inscritos no respetivo livro de matrícula e bem assim de todos os irmãos que se acham inscritos nos livros de matrículas das confrarias de Nossa Senhora do Rozário e do Subsigno e dos que de futuro para esta confraria entrarem, mesmo os de fora da freguesia."

A eleição da mesa deveria fazer-se, a cada ano, no primeiro domingo de junho.

De todas as obrigações que constam do Capítulo VII, artigo 28º dos referidos estatutos, importa referir que, no número quatro, é dito que deveria ser feita "a festividade de Nossa Senhora do Rozário que estava a cargo da confraria do mesmo nome, no dia próprio ou naquele que for julgado mais conveniente com a solenidade que for possível bem como o respetivo jubileu."

No Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto – Anos de 1922/23 (1924) o pároco de então, Manuel Batista Cid, conta que, em Louredo, "fazem-se os mezes de Maio, com conclusão e comunhão e o do Rosário com conclusão e comunhão (...) Em todos os domingos e dias santos se reza o terço (...) Ha as Confrarias da Senhora do Rosário e Santíssimo, cuja festa se faz em dia indeterminado".

Na atualidade, a Igreja Matriz de Louredo mantém o Retábulo com dedicação a Nossa Senhora do Rosário, onde se acham, igualmente, as imagens de São Domingos e São Francisco de Assis, bem como uma escultura com a mesma invocação mariana, de muito menor dimensão (Figura 4). Celebra-se o dia litúrgico da Virgem Santa Maria do Rosário a 7 de outubro de cada ano, com oração do Rosário (meditação dos mistérios gozosos, luminosos, dolorosos e gloriosos) e ao longo do referido mês se reza a oração do terço, semanalmente.

Louredo da Serra é uma freguesia com profunda devoção a Maria, sendo feita a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Fátima no domingo mais próximo ao dia 13 de maio (nunca antes desta data), com procissão de velas na véspera e, no dia da festividade, celebração da Primeira Comunhão e Procissão. Durante o referido mês se reza o terço, diariamente, na Igreja Paroquial e, uma vez por semana, a oração acontece em quatro lugares da paróquia: Monumento ao Imaculado Coração de Maria em Miragaia, Arranjo Urbano Pelourinho/Forca, Nicho de Nossa Senhora de Fátima na Venda e Nicho de Nossa Senhora de Fátima em Carreiras-Verdes. É neste último lugar que o Mês de Maria é encerrado, todos os anos, com Procissão de Velas, sob a presidência do Pároco.

Depois de abordarmos a história particular de Louredo da Serra debruçamo-nos, agora, sobre a iconografia e o surgimento da devoção à Senhora do Rosário no mundo.

A Virgem Maria recebe, na história da igreja católica, o papel de corredentora. Além de vários títulos (Rainha do Céu, Mãe de Deus, Rosa Mística, entre muitos outros) recebe, ainda, inúmeras invocações, que são as formas pelas quais chamamos Maria. Algumas delas são tiradas de passagens das Escrituras (Apresentação no Templo = Nossa Senhora da Luz ou das Candeias), outras das suas virtudes e outras ainda das teofanias, ou seja, as aparições (Ex. Fátima, Guadalupe, Lourdes) ou intervenções (Nossa Senhora da Batalha, da Vitória). Com isto fica entendido que Maria, mãe de Jesus Cristo (ou Nossa Senhora quando a invocamos), é apenas uma.

A invocação mariana de Nossa Senhora do Rosário difunde-se por intermédio de um dos mais famosos Santos da Igreja

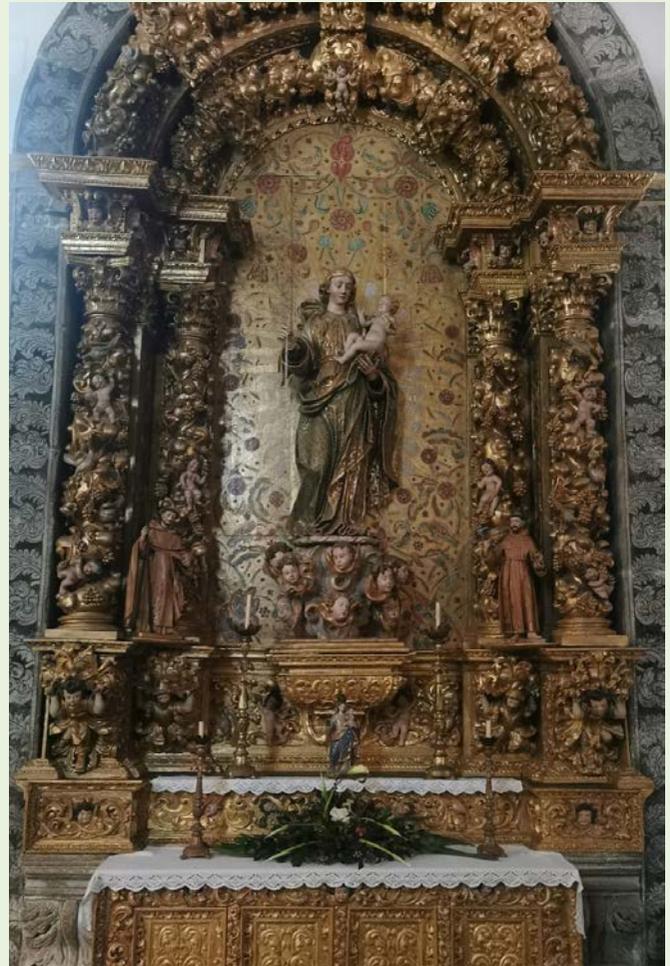


Fig.5

Católica, São Domingos de Gusmão, mas também de São Francisco de Assis e mais tarde de Santa Rosa de Lima. As suas representações, principalmente dos séculos XVII e XVIII, estão intimamente ligadas a estes dois primeiros Santos, pelo que é comum vermos, em retábulos destas épocas dedicados a Nossa Senhora do Rosário, imagens dos dois Santos a ladeá-la (como é o caso da Igreja Paroquial de São Cristóvão de Louredo da Serra (Figura 5)).

Poucas igrejas haverá, em Portugal, onde um altar não seja dedicado a Nossa Senhora do Rosário, uma imagem que seja, uma irmandade ou confraria. É Maria quem diz que tem predileção por esta invocação, pois assim se apresentou nas aparições de Fátima.

Rosário – do latim *rosarium* – Coroa de rosas, rosal – não é invenção da Igreja Católica, porque em diversas religiões, mesmo algumas pré-cristãs, é prática bastante comum usar um objeto para ajudar à oração na figura de contas alinhadas umas às outras. Podemos observar isto ainda atualmente nas religiões budista, hinduísta, muçulmana, judaica, muito embora a forma de o utilizar não seja igual. Aquilo que entendemos pelo Rosário Católico apresenta 150 contas, número que terá surgido pelos ascetas rezarem, integralmente, os 150 salmos e os outros religiosos leigos rezarem 150 pais-nossos.

Apesar da difusão do Rosário nos ter surgido pelas mãos de São Domingos de Gusmão, a prática já era anterior. Na sua aparição ao Santo fundador da Ordem dos Predicadores ou Dominicanos, Maria apresenta o Rosário como forma de vencer as heresias

que, na época de São Domingos, a igreja católica atravessava. A Igreja Católica da Idade Média do século XII passava por algumas tribulações, já que o Catarismo, doutrina contrária à Igreja Católica e nascida na Europa Ocidental, espalhava-se a largos passos por toda a Europa. Terminada a cruzada, em 1213, o Santo dirige-se a Roma com a intenção de formar uma Ordem Religiosa assente na Evangelização e conversão.

A ligação de São Domingos a São Francisco, pois ambos foram fundadores de Ordens religiosas e contemporâneos, vem sobretudo de serem ambos grandes defensores do dogma da Imaculada.

A pregação da Ordem dos Mendicantes inspirou profundamente também o santo espanhol. Numa visão, em Roma, São Domingos terá visto Cristo encolerizado e ameaçando lançar sobre o mundo três flechas, pois este havia sido tomado pela ganância, o vício e a avareza. A Virgem terá aplacado a ira do seu Filho apresentando-lhe São Domingos e São Francisco de Assis, ajoelhados aos seus pés, dispostos a vencer com a sua pregação toda a heresia. Os santos que nunca se tinham conhecido encontraram-se no dia seguinte e abraçaram-se, agraciados que tinham sido ambos com a mesma visão.

Em 1214 recebeu uma aparição da Virgem que lhe terá apresentado o Rosário como meio de obter graças, mostrando-lhe como o recitar, mas esta é, no entanto, uma tradição tardia.

O Rosário deverá ser rezado através da recitação de quinze pais-nossos e, depois de cada pai-nosso, dez ave-marias, meditando-se nele os mistérios Gozosos, Dolorosos, Gloriosos e agora Luminosos.

A primeira graça relevante obtida por intermédio de Nossa Senhora do Rosário e pela recitação do mesmo, foi a Batalha do Lepanto, em 1571. A 17 de Março de 1572 o Papa dominicano Pio V, na sua bula *Salvatoris Dominis*, instituiu a festa de Nossa Senhora da Vitória, fixando-a a 7 de Outubro, em memória da Batalha do Lepanto ter tido lugar no primeiro Domingo de Outubro. Vários papas se seguiram, acrescentando importância a esta devoção, que foi crescendo. O seu sucessor, Gregório XIII, instituiu a festa de Nossa Senhora do Rosário para ser celebrada em todas as capelas, igrejas, altares, irmandades ou confrarias dedicadas ao Rosário. Clemente VIII acrescenta no Martirológio esta festa, Inocêncio XI, em 1681, designou o 1º Domingo de Outubro para a realização da mesma e Clemente XI, em 1716, alargou a festividade a toda a Igreja Ocidental. Leão XIII consagrou todo o mês de Outubro a Nossa Senhora do Rosário e introduziu na Ladainha “Rainha do Sacratíssimo Rosário, rogai por nós”. Só com a Reforma do calendário Romano, decretado pelo Papa Pio X, em 1913, passou para o dia 7 do mesmo mês.

O Retábulo que podemos contemplar na Igreja de São Cristóvão de Louredo é de singular beleza, apresentando um típico retábulo barroco do século XVIII em talha dourada de estilo nacional. Ao centro surge a escultura de Nossa Senhora do Rosário, sendo ladeada por São Domingos e São Francisco, uma representação muito comum.

Voltando o nosso foco para a imagem que dá o nome ao Retábulo, as suas características são típicas do período Barroco. Apesar das formas de representação desta serem mais teatrais, dramáticas e até carregadas, levando o crente a identificar-se e a emocionar-se com as composições, as faces e corpos apresentam

um realismo maior, assim como um naturalismo. Os cabelos e as vestes deixam de apresentar-se como rígidos e estáticos, dando a ideia de movimento, usando para isso a flexão da perna (que oferece a ideia de movimento) ou os panejamentos esvoaçantes, volumosos, descompostos e agitados, conjugados com jogos de luz e sombra. Com isto há um reforço da mensagem espiritual que a Igreja deseja passar: as imagens têm uma função didática, traduzindo nas mesmas a doutrina religiosa e os seus dogmas.

A iconografia da Virgem do Rosário não tem grandes variações: Maria apresenta-se com o Menino Jesus ao colo ou apoiado no seu braço esquerdo, segurando na mão direita um Rosário. Na pintura é possível encontrar mais variedade iconográfica, sendo a mais comum a de São Domingos recebendo o Rosário das mãos de Maria.

Fontes

Ata da Assembleia da confraria de Nossa Senhora do Rosário de Louredo, 13 de outubro de 1912, depositada no Arquivo Distrital do Porto.

Ata da Assembleia da confraria do Santíssimo Sacramento de Louredo, 6 de outubro de 1912, depositada no Arquivo Distrital do Porto.

Ata da Assembleia da confraria do Subsigno de Louredo, 13 de outubro de 1912, depositada no Arquivo Distrital do Porto.

Ata da Assembleia geral conjunta das confrarias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário e do Subsigno de Louredo, 20 de outubro de 1912, depositada no Arquivo Distrital do Porto.

Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Louredo, 1 de março de 1688, depositados no Arquivo Distrital do Porto.

Estatutos da Confraria do Santíssimo Sacramento de Louredo, 20 de outubro de 1912, depositados no Arquivo Distrital do Porto.

Livro das Visitações de São Cristóvão de Louredo, 1662-1910, Biblioteca do Seminário Maior do Porto, Man 8a.

Livro de inventários da Igreja Paroquial de Louredo (1856-1911), depositado no Arquivo da Junta de Freguesia de Louredo.

Livro de registo de óbitos, Paróquia de Louredo, 1691-01-02/1780-10-17, depositado no Arquivo Distrital do Porto.

Memórias paroquiais (1758), vol. 21, nº 129, p. 1173 a 1180, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto, Ano de 1922/23, Tip. Porto Medico Lda, 1924.

Bibliografia

BARREIRO, José do, *Monografia de Paredes*. 1ªEd. Porto: Tipografia Mendonça (A Vapor) de Laura Couto & Pinto, 1922.

GIORGI, Rosa - *Saints in Art*, Los Angeles, The J. Paul Getty Museum, 2003.

MARINONE, Stella et DEGL'INNOCENTI, Martins - *Mary*, Nova Iorque, Abrams, 2009.

MUELA, Juan Carmona - *Iconografía de los Santos*, Madrid, Akal, 2008.

REIS, P. Jacinto dos - *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e de além-mar e o seu padroado*, Lisboa, 1967.

SILVA, Ivo Rafael, *As Visitações em Louredo*, Crónicas Paredenses, *Jornal O Paredense*, 17 novembro 2022, pag.19.

O RETÁBULO DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DE SOBROSA

Cristiano Marques da Costa, Engenheiro Informático

No âmbito da comemoração dos 500 anos do início da construção da actual igreja paroquial de Sobrosa, assinalados em 2020, foi lançada a proposta de restauro integral do retábulo da capela-mor, que apresentava várias lacunas a nível estrutural e da pintura.

Apesar da sua origem quinhentista, uma vez que a primeira pedra foi lançada a 24 de Março de 1520, a actual capela-mor é barroca, sendo definida por um arco triunfal de volta perfeita. Está actualmente revestida a azulejo de padrão 2x2 policromo, tendo cobertura em falsa abóbada de berço em caixotões, assentes em frisos e cornija, com as paredes laterais rasgadas por quatro janelas em capialço, em que apenas as do lado da Epístola iluminam o espaço.

O retábulo ocupa toda a parede fundeira da capela-mor e é dedicado ao Santíssimo Sacramento. A descrição que se encontra no SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), datada de 2012, é a seguinte:

«Sobre supedâneo de três degraus centrais, em lajeado, o retábulo-mor, rococó, de talha pintada de bege e dourado, de planta recta e três eixos definidos por duas colunas torsas, tendo o terço inferior ornado por festões, quatro pilastras ornadas por acantos e dois quarteirões exteriores, assentes sobre duas ordens de plintos, os inferiores galbados e os superiores ornados por enrolamentos. Ao centro, tribuna de volta perfeita, de boca rendilhada, tendo trono expositivo, com as iniciais “JHS”. Os eixos laterais possuem nichos com mísulas contendo imaginária, encimados por sanefas de lambrequins e drapeados a abrir em boca de cena, tendo na base portas de madeira em branco, almofadadas, de acesso à tribuna. A estrutura remata, sobre os eixos laterais, em entablamento, fragmentos de espaldar, ornado por acantos e frisos e enrolamentos, sobrepujados por anjos; nos lados, duas consolas com anjos de vulto. Altar paralelepípedo, com frontão apainelado e ornado por folhagem, sobre o qual se encontra o sacrário embutido, rodeado por volutas e cornijas, com a porta ornada por glória de querubins.» Do período quinhentista, o único vestígio conhecido é a pedra com a epígrafe que testemunha o início da construção da capela-mor, actualmente colocada junto à entrada principal da igreja.

De acordo com a reforma dos estatutos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, em 4 de Maio de 1727, ficou determinada a colocação de um sacrário na igreja:

«Por quanto está mandado por capitulo de Vezitação que nesta Igreja de Santa Eulalia de Sobrosa haja sacrário e que se ponha o Santíssimo Sacramento por Biatico para acudir as necessidades ocorrentes dos enfermos para que não succeda como já succedeo morrer algum sem a sagrada communhão d’elle, por estar muito distante a Igreja de Sam Pedro de Ferreira, e entremediar em partes caminhos deficultozos, a respeito da brevidade e decencia com que se deve trazer o Santíssimo Sacramento aos enfermos nas occasiões de necessidade.»

Apesar de o visitador ter determinado que o azeite para a lâmpada do Santíssimo seria dado pelos Beneficiados da Igreja, tal não aconteceu, pelo que a Confraria de Nossa Senhora da Conceição assumiu esse encargo aquando dessa actualização estatutária:

«Ordenamos que colocando-se nesta Igreja o Santissimo Sacramento do Biatico no Altar do Santissimo Nome de Jesus, ou onde for maes conveniente do arco da capella mor para baixo, sendo á custa dos devotos particulares feita toda a maes despeza necessaria; esta Confraria dará sempre o azeite necessario para o provimento da Alampada na forma sobredita, que sempre arderá diante do Santissimo Sacramento, e ainda que se ponha o sacrario na capella mór do arco para sima.»

Pelos estatutos da Confraria do Santíssimo Sacramento, fundada a 29 de Setembro do mesmo ano, podemos verificar que o sacrário já tinha sido colocado e que havia um altar dedicado ao Santíssimo Sacramento:

«Diz o Reverendo Antonio Mendes Monteiro vigario da Parochial Igreja de Santa Eulalia de Sobroza, comarca de Pennafiel deste Bispado do Porto, e as pessoas nestes Estatutos assignadas, todas da dita freguesia que para maior serviço e honra de Deos, vendo como na Igreja da mesma freguesia hã sacrario com o Santissimo Sacramento proviatico, e não hã confraria do mesmo Senhor para o venerarem com maior fructo de suas almas, e do povo, e augmento da devoção, se determinão a erigir Confraria do Sanctissimo Sacramento em seu altar na dita Igreja.»

O padre José Dias Torres, vigário de Sobrosa, na resposta ao questionário das Memórias Paroquiais de 1758, confirma a existência da confraria e do altar:

«He o seu orago Sancta Eulalia e tem a Igreja huma so nave e sinco altares a saber o altar mor e nelle esta colocada Sancta Eulalia e o Santissimo Sacramento; e no corpo da Igreja tem o altar de Nossa Senhora da Conceição, o altar de Sam Gonçalo o do Santo Nome de Deos e o do Senhor d’Agonia, e tem tres Confrarias ou Irmandades a saber a do Santissimo Sacramento no seu altar, a de Nossa Senhora da Conceição no seu altar, e a das almas no altar de Sam Gonçalo.» A imagem da padroeira referida neste documento está actualmente no Núcleo de Arte Sacra de Sobrosa e é datável dos finais do século XVII.

As janelas em capialço do lado da Epístola, o arco triunfal, o supedâneo de degraus centrais, o retábulo-mor e a imagem das Santas Mães (que outrora ocupava o nicho do lado da Epístola) serão de meados do século XVIII. O supedâneo encontra paralelo na capela da Casa da Torre, cuja construção teve início em 1782.

A tribuna apresenta semelhanças estruturais com as de Borba de Godim (Felgueiras), Mancelos (Amarante) e Santa Margarida (Lousada), sendo a primeira datada de 1742 e a última de 1765.

Nos séculos XVIII e XIX, encontramos vários registos de enterramento na capela-mor, reservada para o clero e para as personalidades que obtinham autorização diocesana: Padre António Mendes Monteiro, Vigário; e Padre João Moreira Pires, do Vilar (1749); D. Ana Clara Vieira de São Miguel, da Casa da Portela (1766); D. Maria Dias Coelho, de Gentios (1770); Domingos Gomes, de Gentios (1771); D. Mariana Barbosa da Rocha, da Casa do Bodo (1773); Padre José Dias Torres, Vigário (1782); Padre Custódio José

Ferreira, Vigário (1786); Padre Adriano Moreira de Pinho, da Casa dos Ferreiros (1839); D. Joaquina Dias Torres, da Casa da Torre de Cima (1854).

Em meados do séc. XIX, foi colocada uma sanefa em madeira no arco triunfal.

Entre 1919 e 1926, no âmbito de uma grande campanha de obra, foi feita a ampliação das paredes laterais do corpo da igreja e da capela-mor em 90 cm, com o aumento proporcional das janelas da Epístola. Na capela-mor, foi construída uma nova abóbada em tabique, assente em cornijas laterais a imitar pedra.

A 3 de Outubro de 1921, a Junta de Freguesia de Sobrosa aprova o pedido da Confraria do Santíssimo Sacramento para a entrega da quantia de 150\$60, correspondente ao legado de duzentos mil réis do padre António Moreira de Meireles, falecido em 1898. No seu testamento, redigido em 1877, este benemérito destinara aquela verba “para se compor a tribuna do altar-mor”. É provável que tenha ocorrido por esta altura a pintura do fundo da tribuna em azul estrelado.

Por volta de 1951, é realizada uma grande intervenção, que consistiu na ampliação do retábulo, pintura em bege e dourado, colocação de nicho na tribuna, troca e douramento dos castiçais do altar da Senhora da Conceição, aplicação de tecido nos nichos e camarim, instalação de cofre no sacrário e substituição da imaginária.

Cerca de 1974, foi suprimida a mesa de altar, removido o candelabro do tecto e colocadas lâmpadas eléctricas.

Em 1977, foi tapado o camarim com tecido e substituído o crucifixo pela imagem do Senhor da Agonia.

Durante as obras de ampliação da igreja, ente 1984 e 1986, ocorreram várias transformações: abertura de duas janelas em capialço do lado do Evangelho, entaipamento das janelas do lado da Epístola, criação de um supedâneo para a presidência através do prolongamento do primeiro degrau, reposição do altar, substituição do tecido dos nichos dos santos, remoção temporária da imagem do Senhor da Agonia, destapamento temporário do camarim, remoção da sanefa e alargamento do arco triunfal, substituição da abóboda em tabique por caixotões de madeira, revestimento integral das paredes laterais a azulejo.

Em 1999, é definitivamente destapado o camarim, com substituição do respectivo tecido, e removida a imagem do Senhor da Agonia, que seria posteriormente substituída pelo crucifixo original.

No ano 2002, é feita a reposição e electrificação do candelabro.

Em 2020, são desentapadas as janelas do lado da Epístola, permitindo o regresso da luz natural ao espaço.

Entre Fevereiro e Julho de 2022, a empresa “Dalmática” realizou uma grande intervenção no retábulo, com a desmontagem da estrutura, seguindo-se o tratamento e consolidação de madeiras e pinturas. Foram removidas as estruturas em tabique que restavam da antiga abóboda, bem como a cal da parede fundeira da capela-mor e tomadas as juntas.

Não foi possível voltar ao tom original do retábulo, que era marmoreado azul e rosa, uma vez que a intervenção de meados do século XX foi bastante agressiva. Por outro lado, foi viável a recuperação da pintura original do fundo do camarim, até então oculta por camadas de pintura azul com estrelas e tecidos.

Foram também encontradas duas pinturas, provavelmente de tábuas reaproveitadas de retábulos anteriores, em que uma representa São Pedro e a outra evidencia as Almas do Purgatório, com uma frase eucarística em latim.

Com esta grande obra, o retábulo-mor da igreja de Sobrosa, dedicado ao Santíssimo Sacramento, é um legado às gerações futuras, agora com uma nova leitura e contextualização histórica e artística.



Bibliografia

- BARREIRO, José do (1922). *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Mendonça (a Vapor) de Laura Couto & Pinto.
 BRANDÃO, Domingos de Pinho (1986). *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto - Documentação III 1726 a 1750*. Porto.
 PINTO, José (2007). *Sobrosa: História e Património - Volume 1*. Sobrosa: Jornal de Sobrosa.
 PINTO, José (2013). *Sobrosa: História e Património - Volume 2*. Sobrosa: Jornal de Sobrosa.

Fontes Manuscritas

- Actas da Junta de Freguesia de Sobrosa* (Arquivo da Freguesia de Sobrosa).
Autorização para a reconstrução da Igreja Paroquial de Sobrosa (Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças).
Estatutos da Confraria do Santíssimo Sacramento (Arquivo Paroquial de Sobrosa).
Estatutos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição (Arquivo Distrital do Porto).
Memórias Paroquiais de 1758 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
Registo de Testamentos da Administração do Concelho de Paredes (Arquivo Municipal de Paredes).
Registos Paroquiais de Santa Eulália de Sobrosa (Arquivo Distrital do Porto).

Webgrafia

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=33134

PEDRAS DE ARMAS NO CONCELHO DE PAREDES UM SIMPLES INVENTÁRIO (2ª PARTE)

Manuel Cunha, Engenheiro Civil

“A história de uma terra é-nos também contada pelo que de visível o seu passado nos legou, nomeadamente, pelas pedras de armas apostas nas casas, capelas e outras edificações que resistiram às vicissitudes dos tempos. Lê-las, é recordar e honrar; preservá-las é fazer história”

Sérgio Avelar, Sócio efetivo n.º 1 do Instituto Português de Heráldica

O concelho de Paredes não é rico em casas com pedras de “armas de família”, comparativamente a outros concelhos, contudo a inventariação apresentada permite-nos reunir um conjunto interessante de brasões ou pedras de armas com a sua marca heráldica, representada pela peça mais antiga inserida na fachada do Mosteiro de Cete e as restantes distribuídas, nestes últimos séculos, apensas às casas, solares, igrejas e lajes tumulares existentes neste concelho.

As que figuram neste trabalho, dizem unicamente respeito à heráldica de família, por esta ser considerada a heráldica por excelência. Publicam-se aqui as 24 pedras de armas que se conseguiram obter e a oportunidade de serem registadas, certos de prestar um valioso e inegável serviço à Heráldica, à Arte em Portugal e, fundamentalmente, a este concelho de Paredes. Constitui como mais um património valioso a ser preservado, integrando em mais um precioso acervo, que deveria merecer as honras de estudos sistemáticos de classificação e divulgação por parte da comunidade académica que a estes temas se dedicam. Foi uma enorme satisfação permitirem e aprovarem esta publicação, nestas duas últimas revistas de Orpheu para divulgação destas peças que fazem história, que recordam e honram as nossas raízes.



12 – Casa dos Brandão Meireles - Paredes

Localização: Av. Granja da Fonseca, n.º 27 - Paredes

Implantação: na fachada da casa (espaço interior)

Formato: Francês ou quadrado

Escudo: esquartelado, I – Coelho; II – Silva; III – Rocha; IV – Barbosa

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo, virol e timbre de Coelho, com uma correia na sua divisa e elementos decorativos na envolventes.

Nota extra: Carta de Brasão de Armas dadas a José Coelho da Silva Rocha Barbosa.



13 – Casa dos Coelho Ferraz - Paredes

Localização: Praça Capitão Torres de Meireles - Paredes

Implantação: na esquina da fachada da casa (espaço interior)

Formato: Português ou boleado, em posição de “balon”

Escudo: partido, I – Coelho; II – cortado de I - Ferraz; II – Rebelo;

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo e paquife e timbre de Coelho, com uma diferença de uma estrela e elementos decorativos na envolventes.

Nota extra: Carta de Brasão de Armas concedida por D. João V, em Lisboa, 19/3/1709, a Manoel Coelho Ferraz e Rebelo.



14 – Casa particular - Rebordosa

Localização: Rua alto da Portelinha, n.º 83 - Rebordosa

Implantação: na fachada da casa

Formato: de fantasia

Escudo: esquartelado, mal representado I – Correia (?); II – Silva; III – Pereira; IV – Miranda;

Época: desconhecida

Material: granito

Descrição: com coroa de nobreza e cartilha decorativa.

Nota extra: o escudo para além de ser de fantasia não cumpre com as regras básicas da heráldica, pois todos os apelidos (4) deveriam estar isolados com corte vertical e horizontal.



15 – Casa do Covo - Mouriz

Localização: Rua da Mogueira, n.º 75 - Mouriz

Implantação: no portal da entrada

Formato: Francês ou quadrado

Escudo: esquartelado, I – Barreto; II – Morais; III – Barbosa; IV – Freire;

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo e paquife simétrico, com correia com fivela, com uma brica com trifólio e elementos decorativos envolventes. Sobre a pedra de armas insere-se um ícone sagrado e uma cruz.

Nota extra: Carta de Brasão de Armas dadas a Hipólito Barreto de Morais de Andrade Barbosa, de 26/4/1730.



16 - Casa da Amoreira - Mouriz

Localização: Travessa da Amoreira - Mouriz

Implantação: no portal da entrada

Formato: de Fantasia

Escudo: esquartelado, I – Sousa (do Prado); II – Coelho; III – Lemos; IV – Ferraz;

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo e timbre de Sousa e uma cartilha decorativa. Apresenta uma brica verde com farpão.



17 - Casa da Varziela - Vilela

Localização: Rua da Ribeira - Vilela

Implantação: na esquina da casa

Formato: Português ou boleado com ponta

Escudo: pleno ou simples, I – Barbosa;

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo e timbre de Barbosa (Leão) com uma brica.

Nota extra: Carta de Brasão Armas dado a Gaspar Barboza Cabral, fidalgo da Casa Real e Senhor de Varziela.



18 - Casa do Rial de Baixo - Sobrosa

Localização: Rua de Trás das Eiras - Sobrosa

Implantação: na fachada da casa

Formato: Português ou boleado com ponta

Escudo: pleno ou simples, I – Pintos (ilegível)

Época: desconhecida

Material: granito

Descrição: com elementos decorativos (ilegível).



19 - Quinta de Cima - Louredo

Localização: Av. Adriano Moreira de Castro - Louredo

Implantação: no portal da entrada

Formato: Português ou boleado com ponta

Escudo: esquartelado, I e IV – Monteiro II e III - Moreira

Época: séc. XVII

Material: granito

Descrição: com elmo e timbre de Monteiro, envolvida em elementos decorativos.



20 - Quinta de Baixo - Louredo

Localização: Av. Adriano Moreira de Castro - Louredo

Implantação: portal de entrada

Formato: de fantasia

Escudo: esquartelado, I – Teixeira; II – Guedes; III – Moreira; IV – Pereira

Época: séc. XVIII

Material: granito

Descrição: com elmo e timbre de Teixeira, brica com trifólio e cartilha decorativos e correia na sua divisa.



21 - Quinta do Souto - Madalena

Localização: Rua do Souto - Madalena

Implantação: portal de entrada

Formato: de fantasia

Escudo: esquartelado, I – Castro; II – Pereira

III – Cardoso (?); IV – Tavares (?)

Época: desconhecida

Material: granito

Descrição: com elmo e timbre desconhecido, envolvida em elementos decorativos.



22 - Casa particular - Aguiar de Sousa

Localização: Rua Central de Alvre - Aguiar de Sousa

Implantação: portal de entrada

Formato: Português ou boleado

Escudo: esquartelado, I e IV – Cunha; II e III – Pereira

Época: séc. XX

Material: granito

Descrição: Pedra de armas de construção moderna.



23 - Igreja matriz - Vandoma

Localização: Rua de Santa Eulália - Vandoma

Implantação: na fachada da igreja

Formato: Português ou boleado

Escudo: esquartelado, I e IV – Moreira ou Cunha (?);

II e III – Moreira ou Cunha (?)

Época: desconhecida, período posterior à igreja

Material: granito

Descrição: Pedra de armas em mau estado de conservação e apresenta-se inserida sobre cartilha decorativa.



24 - Terreno particular - Recarei

Localização: Rua das Barrosas, Terronhas, Recarei

Implantação: portão de entrada da quinta

Formato: fantasia (ovalizado)

Escudo: partido, I – Castro (com 13 arruelas) ou Sarmento; II – Morais (moderno);

Época: desconhecida, aparenta ser finais do séc. XX

Material: granito

Descrição: o escudo ovalizado é formado por elementos decorativos que envolvem os apelidos da família. Nele se envolve também em cartilha decorativa.

ALMINHAS DO CONCELHO DE PAREDES

João Vieira, Amigo da Cultura de Paredes

Na sequência do Concílio de Trento (1545-1563), entre as muitas respostas à Reforma efetuada pelos protestantes, a Igreja Católica instituiu o Purgatório como dogma, passando a existir um estado intermédio para as almas dos seres humanos que faleciam. Até então, havia um dualismo entre o Céu para os puros e o Inferno para os impuros. Ninguém morria livre de pecados, contudo muitas almas ainda podiam ser salvas e o Purgatório seria o lugar onde elas ficariam algum tempo até se purificarem. É no período pós-Trento que se criam as Confrarias das Almas, devido à necessidade de se reconhecer através da fé que as almas dos defuntos, quanto mais orações e oblações tivessem, mais depressa deixavam o Purgatório. Só após estas condições é que subiriam ao Céu. É nesta fase de purificação, com orações e oferendas, que os vivos são responsabilizados pelo sufrágio das almas dos seus entes queridos que morriam.

Cerca de 1550 nascia, em Lisboa, Luís Álvares de Andrade, que veio a ser pintor régio da corte de Filipe I, ficando conhecido como o Pintor Santo e eternamente associado à criação deste culto das almas do Purgatório, tal era a sua devoção. O seu propósito de esvaziar o Purgatório levou-o a pintar a óleo, a expensas suas, inúmeros painéis de madeira idealizando aquela imagem, ainda hoje vulgar, com as almas representadas em forma humana no meio das labaredas e de mãos erguidas em suplício. De notar um pormenor nas pinturas: não aparecem crianças retratadas, pois elas eram consideradas puras, sem pecados e, quando faleciam, iam diretamente para o Céu. Quem estava retratado era o povo, os membros do clero e da nobreza, simbolizando que na hora da morte todos somos iguais no pecado. Luís Álvares de Andrade mandou colocar estes painéis de madeira nos locais públicos das principais povoações do reino para lembrar aos vivos que eram necessárias, de forma contínua, orações e penitências pelas almas que penavam no Purgatório. É com esta piedosa dedicação que em finais do século XVI e inícios do século XVII surgem as primeiras manifestações do culto do Purgatório em locais públicos e ao ar livre, um pouco por todo o reino, embora com maior incidência no Norte e nas Beiras, talvez devido a uma cristianização mais antiga. Com a proliferação deste culto e de maneira a perpetuar a devoção com as orações e as oferendas, começa a ser edificado de modo permanente um património arquitetónico religioso, sobretudo no século XVIII, criado maioritariamente pelos paroquianos e muito raras vezes pela Igreja enquanto instituição. O sentimento de sacralizar um determinado local leva a que se construam pequenos monumentos de cariz religioso conhecidos por Alminhas. Este diminutivo afetivo atribuído pelos fiéis para demonstrar o carinho e a saudade que sentiam pelos seus defuntos ainda alimenta debates e teorias quanto à sua etimologia.

As Alminhas, geralmente, eram construídas na berma de um caminho, no coroamento de um muro ou até em forma de nicho nas paredes e nos muros das casas. Estamos perante uma arquitetura vernacular e de modo transversal em todos os modelos há um nicho e, no seu interior, era colocado um retábulo pintado, em madeira ou em ardósia, com a imagem idealizada do que seria o

Purgatório, sendo estas pinturas baseadas nos trabalhos realizados por Luís Álvares de Andrade. Além de retratar as almas, também estava representado Cristo Crucificado, Anjos ou Santos. São monumentos simples, elaborados por canteiros e praticamente toda a comunidade se empenhava de alguma maneira para erguer estes oratórios. Nas Alminhas está quase sempre uma frase piedosa, sendo a mais comum "Ó VÓS QUE IDES PASSANDO, LEMBRAI-VOS DE NÓS, QUE ESTAMOS PENANDO". Aparece também "P. N. A. M.", referindo-se às orações do Pai Nosso e da Ave Maria. As Alminhas tinham de forma permanente pelo menos uma lamparina ou uma vela acesa e oferendas, como esmolos (para celebrar missas), azeite (para alimentar a lamparina) ou flores. Era hábito, ao passar pelas Alminhas, tirar o chapéu, fazer o sinal da cruz e orar.

Com o passar dos anos, fruto de alguma indiferença popular ou de momentos e movimentos anticlericais, a maioria destas Alminhas foi-se obliterando. Aquelas que ainda hoje se veem, poucas serão anteriores ao século XX e as restantes terão sido construídas por meados deste século em diante, graças a uma campanha realizada pelo padre Francisco de Babo, que reavivou a memória deste culto praticamente esquecido, talvez devido a resquícios da Lei da Separação do Estado das Igrejas, publicada em abril de 1911, no seguimento da revolução republicana de 5 de outubro de 1910.

De modo a perpetuar a memória coletiva algumas Alminhas foram recuperadas e outras criadas de raiz. As pinturas que existiam na maioria dos painéis de ardósia ou de madeira eram irreparáveis e foram substituídas por painéis de azulejos contemporâneos. As construções mais recentes deste património religioso também se devem a promessas pessoais ou de modo a sacralizar um local, onde alguém perdeu a vida de forma trágica e os seus familiares e amigos começam por deixar algumas velas e flores, depois colocam uma cruz e, por fim, constroem um nicho.

No final do século XX houve um novo retrocesso na manutenção e preservação das Alminhas, devido à construção de nichos marianos sob uma patente registada. No seguimento destas novas construções, por todo o lado apareceram vários modelos ou cópias de diversos tamanhos, ao ponto de serem construídos até nos jardins das habitações o que levou ainda mais ao esquecimento e ao desinteresse na salvaguarda de um património de indiscutível valor histórico e patrimonial, que resulta do trabalho, da religiosidade e da devoção populares.

Apesar de terem diferenças estruturais entre si, as Alminhas acabam por ser perfeitamente identificáveis na paisagem e podem ter várias formas: nichos, estelas, colunas ou capelinhas expressamente construídas para o efeito. O critério para que sejam consideradas como tal é que, além do nicho, deverá haver no seu interior uma pintura em azulejos, ardósia, tábuas ou pedra que represente as almas, em forma humana, a pedir para serem resgatadas do fogo do Purgatório. Há nichos de antigas Alminhas que atualmente não têm dedicação alguma ou, noutros casos, foi colocada apenas uma imagem (talvez o custo ou a falta de tempo para se adquirir um painel de azulejos leve a que se opte por esta

alternativa, infelizmente cada vez mais comum).

O levantamento e o registo das Alminhas permitiu-nos identificar várias dezenas destes monumentos de arquitetura religiosa espalhados pelo concelho de Paredes, que não fogem muito à realidade do resto do país quanto ao uso dos painéis de azulejos contemporâneos, à arquitetura, ao culto, ao vandalismo, à conservação ou à falta dela.

A primeira fase da inventariação das Alminhas já possibilitou chegar a algumas conclusões e recolher alguns dados importantes que por si só já merecem um olhar mais atento para dar continuidade ao trabalho de pesquisa.

A Alminha mais antiga que se conseguiu identificar está edificada em Baltar, na rua da Fonte e terá sido construída em 1783. Está adossada a uma habitação e o nicho assenta num bloco, sendo todo o conjunto em granito de grão grosso. Atualmente tem um painel em azulejos representativo de São Miguel, que substituiu a pintura original em madeira.



Na freguesia de Parada de Todeia temos uma Alminha de dupla face e desconhece-se a nível nacional haver outro caso idêntico. É um monumento construído de forma isolada sobre três degraus que tem ao centro um pilar que suporta um nicho duplo. Na face, voltada para a rua principal, está representada a Nossa Senhora do Carmo e, na face posterior, o orago da freguesia, São Martinho, virado para o acesso à Igreja.



O mais comum é encontrar nos nichos painéis figurativos em azulejos, porém, no concelho de Paredes ainda se podem ver retábulos pintados em madeira ou ardósia. Foram também registadas Alminhas em forma de pequenas capelas e quem mais vezes aparece representada nos painéis de azulejos é a Nossa Senhora do Carmo.

Na toponímia do concelho de Paredes o culto às Almas também não foi esquecido e é referenciado em 10 ruas, 5 travessas, 1 ruela, 1 rampa e 1 largo, distribuídos por Baltar, Gandra, Gondalães, Lordelo, Parada de Todeia, Rebordosa, Recarei, Sobreira e Vandoma. Em Cete e Vilela existiu pelo menos mais uma em cada freguesia, mas não se conhece o seu paradeiro.

A informação constante na tabela seguinte diz respeito às Alminhas conhecidas no concelho de Paredes, tendo sido consideradas as antigas 24 freguesias.

Podem até passar despercebidas e sem monumentalidade, mas a presença delas em espaço público é um permanente avivar da memória coletiva de um povo que era profundamente piedoso e estes singelos monumentos foram testemunhas de várias gerações que por lá passaram para colocar uma oferenda ou orar pelos defuntos.

Este levantamento não está fechado e ainda poderá haver mais Alminhas. Assim, roga-se a quem tenha conhecimento de Alminhas (mesmo que já tenham sido demolidas) e queira dar o seu contributo com a sua localização, propriedade, história, lendas ou informação diversa sobre o assunto, que envie esses dados para o e-mail: alminhasdeparedes@gmail.com

Bibliografia

- BABO, Francisco de. *Alminhas - Padrões de Portugal Cristão*. Ermesinde, Colégio de Ermesinde, 5ª edição, 1956.
- BABO, Francisco de - *Alminhas portuguesas*. Ermesinde, Colégio de Ermesinde, 1957.
- RODRIGUES, Olinda Maria de Jesus - *As Alminhas em Portugal e a devolução da memória. Estudo, recuperação e conservação*. Lisboa: UL/FLUL/Departamento de História da Arte [dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro] 2010.
- VIEIRA, Sara Catarina Nunes - *Alminhas e cruzeiros. Uma experiência de inventário em Lousada: relatório de estágio - volume I*. Porto: UL/FLUP [dissertação do mestrado em História da Arte Património e Cultura Visual] 2019.

Webgrafia

Parlamento - lei de Separação do Estado e da Igreja [em linha]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Separacao-Estado-Igrejas.aspx>

Freguesia	Rua		
Aguiar de Sousa	Rua Padre Joaquim Alves Correia	Cristo Crucificado	Pintura em tábua
	Av. São Sebastião	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Baltar	Rua Central de Alvre	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua Capela das Almas - Capela das Almas	São Miguel	Pintura em ardósia
	Rua da Igreja	Nossa Sr. ^a de Fátima	Azulejos
	Rua do Cruzeiro	Nossa Sr. ^a de Fátima	Azulejos
	Av. da República - Capela N. Sr. ^a das Necessidades	Nossa Sr. ^a de Fátima	Azulejos
	Rua da Fonte	São Miguel	Azulejos
Besteiros	Rotunda da Família	São Miguel	Pintura em ardósia
	Rua de São Cosme	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Bitarães	Rua Padre Correia	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua de São Tomé	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Castelões de Cepeda	Rua Marginal do Rio Sousa	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Av. da República	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Cristelo	Rua do Moinho	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua Dr. Bernardo Pacheco Pereira Leite	São José	Azulejos
	Rua Dr. Jerónimo Pereira Leite	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Duas Igrejas	Rua José Ribeiro da Silva	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua Padre Manuel Pinto Preda	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Gandra	Rua das Alminhas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Gondalães	Rua de Talhó	Cristo Crucificado	Azulejos
Lordelo	Rua do Padrão	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	EN 209	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua de São José	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua das Alminhas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Madalena	Rua da Nora	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Mouriz	Rua Central de Mouriz	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Parada de Todeia	Av. Padre António Carlos Moreira	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
		São Martinho	Azulejos
Rebordosa	Rua dos Combatentes	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua Central das Alminhas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua dos Bombeiros Voluntários	São Miguel	Azulejos
	Tv. da Quintã	São Miguel	Azulejos
Recarei	Av. Eng. ^o Adelino Amaro da Costa	Cristo Crucificado	Azulejos
	Rua Central de Oregas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Tv. das Cantigas	Cristo Crucificado	Pintura em tábua
Sobreira	Rua do Pereiro	Cristo Crucificado	Azulejos
	Rua Central de Casconha	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Rua de Castromil	Santa Cruz	Azulejos
	Rua do Cruzeiro	Menino Jesus	Azulejos
	Rua Central da Devesa	Imaculada Conceição	Azulejos
	Rua do Outeiro	Cristo Crucificado	Pintura em ardósia
	Rua das Portelas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Largo das Alminhas	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Vila Cova de Carros	Rua Central de Vila Cova	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
Vilela	Rua da Corujeira	Cristo Crucificado	Azulejos
	Av. de São José	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos
	Av. do Noval	Nossa Sr. ^a do Carmo	Azulejos

A RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA DA FREGUESIA DE CRISTELO

José Mendonça da Costa, Professor de História

A História pode e tem um papel eficaz e preponderante perante os novos cenários que se apresentam. Como afirma o historiador Luís Alberto Alves: “A sua utilidade vê-se na falta que faz àqueles que não entenderam que (...) o presente tem os parâmetros da compreensão do passado.”

Por sua vez, a História local reveste-se de inigualável importância, uma vez que os “esquecidos”, os “ausentes”, aqueles cuja história não conserva o nome e que até agora tinham uma importância relativa são importantes, pois surgem como uma nova fonte historiográfica para entender o local, assim como os vários contextos. Desse modo, a História local apresenta-se como um mecanismo importante que nos poderá dar uma base para conhecer o passado, as nossas origens, e com isso compreender o presente.

O dia 20 de maio de maio de 1916 marca a restauração da autonomia administrativa da freguesia de Cristelo, revestindo-se de especial importância na História recente desta freguesia. Torna-se então relevante justificar esta data assim como esmiuçar todo o processo decorrido até chegar a 1916.

Começamos por nos situar no século XII, no período da Reconquista Cristã e da formação do Reino de Portugal. Num documento datado do ano de 1126, o bispo D. Hugo faz referência à existência da paróquia de São Miguel de Cristelo no ainda Condado Portucalense.

Posteriormente, sabe-se que a freguesia esteve ligada à abadia de Santa Eulália de Vandoma, no antigo concelho de Aguiar de Sousa, Vandoma apresentava o cura de Cristelo, sendo Cristelo paróquia/freguesia independente. Sabe-se ainda que beneficiou do foral de Aguiar de Sousa, dado por D. Manuel, em Lisboa, em 1513. Refira-se que beneficiou ainda do Foral de Sobrosa, dado pelo mesmo rei, em 1519. Surge na comarca de Penafiel, concelho de Aguiar de Sousa, até ao ano 1875, ano em que é criada a comarca de Paredes. Por sua vez, em termos administrativos, aparece no concelho de Paredes no ano de 1836, ano da criação do concelho. É algures em meados do século XIX, com as reformas do liberalismo em Portugal, que a paróquia de S. Miguel de Cristelo é anexada uma vez mais, desta feita à paróquia de São Cosme de Besteiros. Como refere o livro *Presidentes da Câmara Municipal de Paredes*, Cristelo já estava anexada a Besteiros desde antes da criação do concelho de Paredes (1836). Isto comprova-se pela parte civil que tem várias referências da década de 1840 quando existia apenas uma Junta para Besteiros e sua anexa Cristelo; por sua vez, na parte religiosa, a anexação deu-se depois de 1800 e antes de 1834. Como se evidencia ao longo do tempo, Cristelo foi sempre apresentando várias realidades.

Com esta pequena contextualização cronológica chegamos ao século XX, mais concretamente a 1915. O dia 6 de agosto de 1915 marca o início da tentativa de obtenção da autonomia política e administrativa da freguesia de Cristelo. Na referida data foi feito um abaixo-assinado por 23 cidadãos, dirigido ao

ministro do interior, solicitando a autonomia administrativa que refere:

“Ilmo. e Exmo. Snr. Ministro do Interior- Lisboa

Os abaixo assignados que constituem a maioria dos cidadãos eleitores ilegíveis da freguesia de Cristelo do concelho de Paredes, no seu sentir e no da maioria de todos os habitantes desta freguesia anexada á freguesia de Besteiros do mesmo concelho de Paredes com o fundamento de não ter o número legal de eleitores necessários para a sua autonomia administrativa, vem, como provam pela competente certidão extrahida do recenseamento eleitoral, mostra a V. Exa. Que a dita freguesia de Cristelo já conta mais de 21 eleitores e achando -se ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 160 do código administrativo de de 1896 e do art. 173 do código administrativo de 1895 requer a V. exa. que assinada a comissão distrital determine a desanexação desta freguesia de Cristelo, da de Besteiros, onde atualmente acha anexada.

Freguezia de Cristelo, 6 de Agosto de 1915

*Álvaro Pereira da Silva Carneiro
Albano de Macedo Moreira de Campos
Arlindo Pinto de Meireles
Ramiro Ribeiro de Macedo Campos
José Moreira
Manuel Moreira de Souza
Zeferino Ferreira Nunes
Joaquim Coelho
João Ribeiro Garcez
António Pereira de Almeida
Arnaldo da Rocha Barboza
Júlio Ferreira Nunes
Martinho de Sousa da Rocha
António Ferreira Nunes
Júlio Nunez
Arnaldo Pereira dos Santos
João pereira Barboza
Serafim de Sousa da Rocha
José de Souza Pinheiro
António Ferreira da Silva
Zeferino Alves Leal
Joaquim da Rocha
José Augusto de Barros*

Logo no dia seguinte, o documento é entregue na câmara municipal de Paredes de modo a que fossem tomadas diligências. Ainda no mesmo mês, a 23 de agosto, deu entrada na câmara de deputados o projeto de lei n.º 167- A, apresentado pelos deputados eleitos do ciclo eleitoral do distrito do Porto, Bernardo Lucas e Domingos José da Cruz, que solicitava desanexação da freguesia face a Besteiros. No projeto de lei, os deputados justificam esta desanexação pela existência de cerca de 100 fogos e sensivelmente 500 pessoas.

Acrescentam a esta informação que se encontram inscritos, nos cadernos do recenseamento eleitoral de 1915, 30 eleitores ilegíveis. Refira-se que neste período da 1.^a república, apenas os chefes de família (na sua maioria homens) com mais de 21 anos e que soubessem ler e escrever é que poderiam votar. Esta questão é importante, pois, apesar da paróquia ter sensivelmente 500 pessoas, na lei, o que permite a autonomia e a restauração administrativas é o número de eleitores.

Todo este processo arrasta-se durante 8 meses, devido a aspetos burocráticos, assim como a erros ao longo do processo. Um desses relacionou-se com a confusão, por parte dos deputados, entre Cristelo pertencente a Paredes e uma outra freguesia de igual nome, mas pertencente a Paredes de Coura. Este tipo de anomalias foi atrasando todo o processo.

No entanto, é a 20 de maio de 1916 que é aprovado em versão final na Assembleia da República e enviado no mesmo dia para a Presidência da República. É este o dia que marca o início da História recente de Cristelo e que determina a restauração da autonomia administrativa da citada freguesia, sendo pela lei n.º 605, de 15 de junho restaurada a autonomia de Cristelo. Apesar da data 20 de maio de 1916 ser até aqui uma data desconhecida para maior parte dos Cristelenses, é importante assinalá-la, uma vez que marca a “criação e a divisão no seu sentir”, como referiram e justificaram os nossos antepassados, encabeçados pelo republicano Álvaro Pereira da Silva Carneiro, 1.º presidente da junta de freguesia de Cristelo.

Bibliografia

- RIBEIRO, João Pedro (1836) – *Dissertacoes Chronologicas e Críticas Sobre a História e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*. Lisboa: Academia R. das Sciencias de Lisboa.
- Livro de Atas da Junta de Freguesia de Cristelo.*
- ALVES, L. (2009) – *A Função social da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, Cristiano (2017) – *Presidentes da Câmara Municipal de Paredes 1837-2017*. Paredes: Município de Paredes.

Modelo n.º 1

CAMARA DOS DEPUTADOS

Legislatura de _____ de _____ de 191 a _____ de 191.

1.ª Sessão legislativa

Projecto de lei n.º 167-A **Parecer n.º 225**

Iniciativo de Bernardes de Almeida Lucas e Domingos da Coua
Assunto - Criação de uma paróquia civil em Cristelo, da freguesia de
Paredes, concelho de Paredes.

Apresentado em sessão de 22 de agosto de 1915. Publicado no «Diário do Governo» n.º 197 de 26 de agosto de 1915. Enviado à Comissão de administração pública em 27 de agosto.

Discutido em _____ de _____ de 191 _____
 sob parecer n.º _____ de _____ de 191 _____

Relator *Alvaro Pereira da Silva Carneiro*

Aprovado em 19 de maio de 1916

Rejeitado em _____ de _____ de 191 _____

Aprovada a última redacção em _____ de _____ de 191 _____

Dispensada a última redacção em 19 de maio de 1916

Enviado ao Senado em 12 de maio de 1916. Ofício n.º 50

Devolvido com alterações em 18 de maio de 1916

Aprovadas as alterações em 20 de maio de 1916

Rejeitadas as alterações em _____ de _____ de 191 _____

Submetido ao Congresso em _____ de _____ de 191 _____

Aprovado em _____ de _____ de 191 _____

Rejeitado em _____ de _____ de 191 _____

Enviado à Presidência da República em 20 de maio de 1916. Ofício n.º 115

Lei n.º _____ de _____ de 1916. «Diário do Governo» n.º _____ de _____ de 1916

Esclarecimentos relativos ao Senado

N.º do projecto _____ N.º do parecer _____

Data da aprovação _____

OBSERVAÇÕES

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: O EXEMPLO DE JOAQUIM BERNARDO MENDES, VISCONDE DE PAREDES

Alda Neto, Docente e Investigadora CEPES

Portugueses de todas as condições culturais partiram e continuam a partir do seu país à procura de melhores condições socioprofissionais do que aquelas que lhes são oferecidas no seu país natal. Desde o século XV que Portugal assistiu a uma elevada saída de efetivos, primeiro nas caravelas e nas naus, depois na senda da exploração e colonização dos territórios descobertos e conquistados, que procuram uma melhoria das condições de vida. Estas movimentações de portugueses verificaram-se desde o século XV até ao século XIX e visavam a afirmação da presença portuguesa nos vários continentes. No entanto, esta colonização de territórios assume a sua principal relevância nas ilhas atlânticas. Como refere Luís Almeida Martins: *“É uma viagem sem regresso, o ir para não voltar, o choro, a dor, mas também a alegria de possuir horizontes de esperança no olhar e nas mãos. (...)”*¹

Após a proclamação da independência do Brasil a 7 de setembro de 1822, este país torna-se a grande miragem portuguesa, tendo partido milhares de portugueses para as terras brasileiras, originários do Norte e Centro de Portugal. Estes portugueses eram, na sua maioria, pobres e oriundos de famílias de lavradores, que buscavam na ida para o Brasil um percurso de sucesso.



Fig. 1 - Pormenor do painel existente na Casa do Comendador Pereira Inácio (Baltar - Paredes)

Como refere Eugénio dos Santos, no século XIX, partir tornou-se tão frequente e tão vulgar que foi dando origem a uma espécie de cultura da diáspora, partilhada pelas camadas mais jovens e transmitida ao longo de gerações. Este fenómeno não é apenas português, mas extensível à maior parte dos povos europeus (galegos, italianos, polacos, alemães). Entre 1886 e 1910, 1/5 da população portuguesa emigrou para o continente americano.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a emigração apresentava-se como uma alternativa à degradação da estrutura fundiária e uma conseqüente urbanização dos campos. Os portugueses deslocaram-se para as cidades do litoral português, nomeadamente Lisboa e Porto. No entanto, estas cidades revelaram-se incapazes de proporcionar a esta imensa massa um trabalho e uma conseqüente melhoria das condições de vida.

No entanto, muitos destes portugueses cedo se apercebiam de que a “árvore das patacas” brasileira era uma grande desilusão. A fome e as más condições da viagem (higiene, dormida) tornavam este percurso extremamente penoso.

A movimentação de mais de quatro milhões de portugueses desde meados do século XIX, para além de aspetos demográficos e económicos, envolveu componentes sociais e culturais de grande importância. Por exemplo, a própria mobilidade social que se opera no regresso dos emigrantes pelas transferências de conhecimentos profissionais e de tecnologia, aculturação, assimilação, integração ou repulsa, relativamente aos novos padrões culturais que encontra. Veja-se o caso do próprio Eça de Queirós que considera a emigração uma “força civilizadora”, na medida em que o próprio emigrante ao percorrer as terras desertas ou inexploradas do território brasileiro empreende uma reforma da própria terra e uma conseqüente rentabilização de todos os meios ao seu dispor.

A agricultura constituiu o setor donde saiu a maior parte da mão-de-obra para o Brasil, atividade económica que, na maior parte dos casos, não foi continuada em terras de Vera Cruz. Como refere Jorge Alves, coube aos portugueses a tarefa de vestir e calçar os *brasileiros*, devido à emigração de um grande número de alfaiates, sapateiros, tamanqueiros e chapeleiros que partiram, na segunda metade do século XIX. O Comendador António Pereira Inácio constitui um exemplo desses portugueses que emigraram para o Brasil com o objetivo de desenvolver uma profissão, cuja aprendizagem já tinha iniciado em Portugal. Em alguns casos, aprender um ofício no país de origem constituía um ponto de partida para outros horizontes na terra de emigração.

O comércio emerge como uma das atividades com um maior número de efetivos. Os caixeiros e negociantes partiram em grande número durante todo o século XIX, como foi o caso de Gaspar Ferreira Baltar (fundador do jornal *O Primeiro de Janeiro*) e de Manuel Pereira da Silva (Barão do Calvário).

Muitos destes homens e mulheres que iam para o Brasil ansiavam pelo rápido sucesso e melhoria das suas condições de vida, mas nem sempre estas se concretizavam. Como refere Maria Beatriz Rocha-Trindade, *“(...) existia ainda um numeroso grupo de portugueses que tendo, de uma forma ou de outra, falhado os propósitos da sua emigração voltava à pátria em situações*

¹ ROCHA-TRINDADE, 2000: p.37.

destituta, a custas das Sociedades de Beneficência locais ou com subsídios do governo português ou brasileiro, que cobriam parcial ou totalmente os custos das viagens.(...)”². No entanto, houve uma minoria que regressou a Portugal trazendo consigo uma fortuna avultada e uma profunda vontade de afirmação pessoal e social: “(...) pequenos comerciantes que regressam trazendo consigo os seus haveres (...) e os “capitalistas opulentos que, deixando no Brasil toda ou parte das suas fortunas, trazem apenas dinheiro para os gastos.”³

Na maior parte dos casos de *brasileiros*, o regresso a Portugal verifica-se de forma definitiva, pois não mantiveram as atividades que os enriqueceram no Brasil. Porém, alguns emigrantes paredenses continuaram a fazer viagens esporádicas ao Brasil, com o objetivo de controlar os negócios/atividades que aí deixaram.

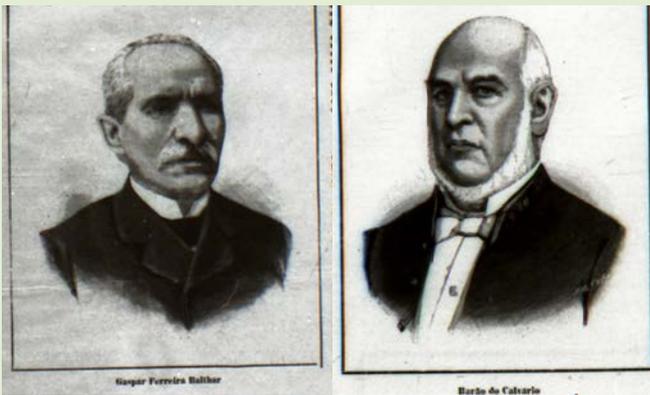


Fig 2 – Gaspar Ferreira Baltar e Manuel Pereira da Silva ou o Barão do Calvário (Penafiel)

Um dos principais exemplos foi o *brasileiro* lordelense Zeferino Alves Lamas que, após o seu regresso a Portugal, continuou a viajar até ao Brasil. Emigrou, no início do século XX, para o Brasil, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. Neste país começou a trabalhar como operário numa fábrica de mobiliário. Posteriormente, criou uma pequena oficina que, viria a dar origem, em 1914, à *Fabrica de Móveis Lamas*. Esta fábrica ocupava um quarteirão no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Trabalhavam cerca de 700 operários, sendo uma parte de origem portuguesa. À medida que o negócio foi progredindo, foram sendo criadas diversas filiais pelo Brasil. Em simultâneo, foram elaborados catálogos do mobiliário produzido por esta fábrica.

Após o seu regresso a Portugal, na companhia da esposa, Maria da Conceição Moreira Lamas e da filha, Maria Moreira Lamas, a fábrica continuou a ser administrada pelos seus filhos, Vitorino, Manuel e Justino.

É necessário salientar a importância destes emigrantes que mantiveram relações entre os dois territórios: um de nascimento e outro de destino de emigração. Se emigrantes houve que continuaram a viajar para o Brasil mesmo após o seu regresso, outros, como António Pereira Inácio, continuaram um contacto constante com a sua terra de origem. Estes *brasileiros* não regressaram definitivamente a Portugal, tendo-se instalado na cidade do Rio de Janeiro.

Os emigrados portugueses para o Brasil partiam com a ajuda dos engajadores ou mesmo através de familiares, que já lá se encontravam. Por exemplo, Gaspar Ferreira Baltar, natural do concelho de Penafiel, partiu para o Brasil por ordem do seu

padrinho e/ou irmão Caetano Ferreira Baltar que já aí estava estabelecido. A maior parte dos *brasileiros*, por nós estudados, deslocaram-se dos concelhos de origem (Paredes e Penafiel) para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nestas cidades dedicaram-se, maioritariamente, ao comércio e à indústria, tendo iniciado a sua aprendizagem como marçanos ou caixeiros.

As próprias atividades profissionais desempenhadas pelos emigrantes no Brasil condicionam o regresso à terra natal. A agricultura ou o comércio implicavam diferentes expectativas de retorno. Como refere Jorge Alves, o retorno dos emigrantes era condicionado pelas suas atividades, como pode ver-se pelo exemplo citado: “Aqui o português não pensando mais em regressar à terra natal, onde só recordações amargas o prendem, constituía família e trabalhava para garantir o futuro dos filhos.”⁴

O retorno dos emigrantes é muito referido nos jornais dos inícios do século XX, como pode verificar-se no jornal *O Novo Paredense* que, em 1925, noticia o regresso do *brasileiro* Zeferino Alves Lamas ou as constantes viagens de António Pereira Inácio a Portugal.

Para além do retorno, é também noticiado a atividade desenvolvida *a posteriori* pelos *brasileiros* após o seu regresso.

Todos aqueles que emigram procuram voltar novamente. Esta vontade de regresso está relacionada com o facto da emigração ser um processo temporário de angariação de fortuna que poderá ser considerável ou meramente satisfatória.

Ao longo do último quartel do século XIX e do primeiro quartel do século XX, as localidades do Norte do Portugal assistiram, impotentes, à saída de um grande número dos seus habitantes que procuraram no Brasil melhores condições de vida, sobretudo no comércio. O objetivo dos portugueses era procurar uma atividade que lhes pudesse granjear sucesso e fortuna. Na obra *Álbum da Colónia Portuguesa no Brasil*, Mota Assunção refere que os portugueses exerceram uma grande diversidade de profissões, desde o vendedor de melancias, ao motorista, ao comerciante, ou ao condutor de carroça. Agricultura, indústria, comércio, finanças e serviços constituíram setores económicos que não foram estranhos à sua presença, iniciativa e investimento empenhado. Veja-se o caso dos irmãos António e José da Rocha Mello, naturais da freguesia de Novelas, que partiram para o Rio de Janeiro, cidade onde exerceram a atividade comercial.

«A emigração do padrão antigo dera contingentes de muitas centenas de milhares de pessoas. E o tipo comum é sobejamente conhecido: é o rapazola entre os doze e quinze anos, que vem pobre e muitas vezes analfabeto. Aqui aprende o que a vida tem que ensinar aos que trazem no ânimo a decisão de vencer». Tendo em conta as circunstâncias e os objetivos, não deixam de ter fundamento as afirmações então produzidas – a miragem e o acontecer é o, e no Brasil.

Os vencedores da emigração no Brasil eram indivíduos que tiveram como destino a casa de familiares e/ou amigos, inserindo-se numa rede de contactos já estabelecida (veja-se o exemplo de Gaspar Ferreira Baltar, que emigrou para o Rio de Janeiro após receber uma carta de chamada do seu irmão e padrinho, Caetano Ferreira Baltar). Também se torna facto assente – os relatos e autores da época referem-no com frequência – que eram, geralmente, ainda jovens os que partiam. Para muitos, foi no Brasil que as formas de socialização

² ROCHA-TRINDADE, 2000: p.39

³ ALVES, 1999

⁴ ALVES, 1998:240

se iniciaram e aí aprenderam, por intermédio de algumas das instituições portuguesas no Brasil, a ler, a escrever e a contar. Armando de Aguiar, na sua obra *Portugueses no Brasil*, destaca o seguinte: «*Outro pormenor curioso do emigrante é a sua pouca cultura, que sempre por um instinto causa admiração. Conquista, assim, situações invejáveis, postos de comando, fortunas sólidas.*»

Nada menos de uma meia dúzia de bancos e casas bancárias pertenciam ou estavam sob administração de portugueses – Elias Moreira Neto (natural de Gandra – Paredes), sócio do Visconde de Sucena, ou Zeferino de Oliveira (Croca – Penafiel). Em Portugal, durante quase todo o século XIX, a opinião pouco abonatória dos intelectuais e, em particular, a dos que mais influência tinham na imprensa da época sobre a emigração, contribuíram para escamotear a importância do envio das remessas e da colocação de capitais feita pelos *brasileiros* na sociedade e na economia portuguesas, sobretudo no Norte do País.

Voltar com fortuna acumulada também fazia parte do sonho de muitos emigrantes, mas no total terão prevalecido níveis de retorno que apontam para cerca de 50% relativamente às partidas. A grande maioria dos bem sucedidos ficou pelo Brasil, mas outros regressaram. O casamento era um dos meios para se atingir sucesso económico e integração social. Havia então os que enriqueciam e se integravam no novo país, os que morriam no mar ou logo à chegada durante a quarentena,

os que viveriam para sempre na miséria sem possibilidade de pagar a viagem de regresso, os que tinham vergonha de que se soubesse que não tinham conseguido subir na vida e os que deixavam de dar notícias. As histórias memoradas pela tradição oral são as dos «brasileiros» que voltavam ricos, os chamados «brasileiros de torna-viagem». Em muitos casos, o regresso definitivo acontecia depois de décadas de emigração e era grande o impacto económico nas terras de origem e nas cidades de Lisboa e do Porto. Os recursos financeiros dos capitalistas tomam, nas vilas, uma grande importância por se constituírem quase exclusivamente de capitais de «brasileiros de torna-viagem», que publicamente se assumem como comendadores. São os edificadores de palácios, casas apalaçadas, palacetes, das primeiras indústrias e possuidores de um espírito filantrópico que os leva à construção de edificações cívicas: Hospitais, Asilos, Escolas, Igrejas, Passeios Públicos, Teatros.

Desta forma, os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX assistiram ao estabelecimento de uma estreita relação entre a emigração e o retorno e as transformações arquitetónicas, sociais, económicas e culturais verificadas no Norte de Portugal, não só pela diversidade dos protagonistas, das trajetórias pessoais e das transformações políticas e económicas como dos lugares de instalação em tempo de retorno.



Fig 3 – Elias Moreira Neto
(Santa Casa da Misericórdia
de Paredes)

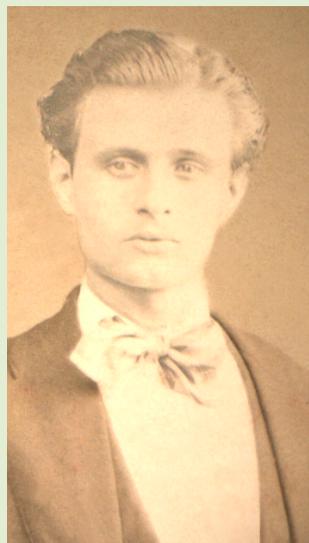


Fig 4 – Joaquim Bernardo
Mendes (imagem existente
no Salão Nobre da Câmara
Municipal de Paredes)



Fig 5 – Palacete da Granja,
atual Casa da Cultura

Joaquim Bernardo Mendes, o Visconde de Paredes

Joaquim Bernardo Mendes nasceu na freguesia de Guilhufe, concelho de Penafiel, a 5 de novembro de 1847, e faleceu a 16 de maio de 1911, na freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes.

Os seus pais, Manuel Bernardo Mendes e Umbelina Rosa Mendes, eram importantes proprietários agrícolas nos concelhos de Paredes e de Penafiel, pois possuíam duas quintas, a Quinta da Gandra, em Guilhufe e a Quinta do Souto, em Paredes.

Emigrou jovem para o Brasil, na companhia do seu irmão, Albino. O seu destino foi a cidade de São Salvador da Baía, onde se fixou durante alguns anos. Trabalhou no comércio na loja do marido de Rosalina de Sousa Guimarães, onde conheceu D. Deolinda Francisca Guimarães Nolasco da Silva, irmã de D. Rosalina. O casamento realizou-se em 1879, ano em que regressou a Portugal acompanhado pela esposa, pela sua cunhada e por três criadas (uma mulata e duas pretas).

Deste casamento resultaram três filhos: Rosalina Maria da Conceição Mendes, António Anselmo da Silva Mendes e Joaquim Nolasco da Silva Mendes.

Na cidade de São Salvador da Baía conquistou uma boa posição comercial, tendo herdado o negócio do seu cunhado, após a morte deste. Entretanto, D. Rosalina de Sousa Guimarães adoeceu gravemente o que levou os médicos a aconselhar-lhe os ares de Portugal.

Joaquim Bernardo Mendes entendeu que os melhores ares seriam os de Paredes e fixou residência definitiva nesta localidade. A partir de 1880, começam a surgir referências a Joaquim Bernardo Mendes em eventos organizados nos concelhos de Paredes e de Penafiel.

Envolveu-se ativamente na administração do concelho de Paredes, tendo sido nomeado, em 1893, administrador do concelho em substituição de Francisco Moreira Coelho. Em 1894, Joaquim Bernardo Mendes empenhou-se, enquanto presidente da Comissão Responsável, na trasladação dos restos mortais do Conselheiro José Guilherme Pacheco.

Em 1895, a 3 de agosto, o Diário do Governo publicou a concessão do título de Visconde a Joaquim Bernardo Mendes, "(...) *abastado proprietário em Paredes* (...)", atribuído pelo rei D. Carlos.

Em 1897, Joaquim Bernardo Mendes foi nomeado administrador do concelho, pelo Ministério de Negócios do Reino e, entre 1900 e 1908, o Visconde de Paredes foi designado, sucessivamente, como Juiz de Direito da Comarca de Paredes.

A imprensa regional referiu constantemente o Visconde de Paredes, quer pelas suas viagens, quer pelas suas atividades de benemerência.

Em 1899, o jornal *O Comércio de Penafiel* noticiou a chegada do Dr. Alberto Navarro à estação de Paredes para almoçar com o Visconde de Paredes e outros elementos do Partido Regenerador, como o Conselheiro Campos Henriques.

No entanto, a atividade filantrópica de Joaquim Bernardo Mendes (Visconde de Paredes) confunde-se com a da sua cunhada, D. Rosalina de Sousa Guimarães. Esta *brasileira* destacou-se pela sua filantropia acentuada na medida em que se empenhou intensamente no apoio aos mais carenciados e na dotação da sede do concelho de uma digna Igreja Matriz (os altares de talha foram encomendados a um entalhador e dourador de Penafiel, Francisco Leite Dourado). Nesta última atividade contou com o apoio do *brasileiro* Visconde de Paredes e do Conselheiro José Guilherme Pacheco.

A 16 de Maio de 1900 foi publicado um artigo no periódico *O Comércio de Penafiel* em que o jornalista destacava a intensa atividade do Visconde de Paredes no sentido de concluir a Igreja Matriz.

Em 1911, o Visconde de Paredes adoeceu gravemente, vindo a falecer a 16 de maio do mesmo ano, vítima de ataxia locomotriz progressiva.

A 26 de Maio de 1911, o periódico paredense *O Povo* publicou um artigo sobre o seu funeral, tendo destacado as personalidades que acompanharam o corpo na sua última viagem. Entre as personalidades destacadas referimos os *brasileiros* Adriano Moreira de Castro e Victorino Coelho Pereira. "(...) *Ao palacete dos srs. Viscondes de Paredes, teem afluído muitas pessoas a desanojar aquella familia tendo-se recebido ali tambem copioso numero de telegrammas e correspondência postal de pezames. (...)*"⁵ Neste mesmo artigo, a família aproveitou para agradecer a presença das pessoas, quer no funeral, quer nas missas celebradas em honra do falecido.

Na década de 1920, um *brasileiro*, o Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Júnior publicou um conjunto de artigos no jornal *O Novo Paredense* intitulados *Recordações do Passado*, exaltando os serviços prestados pelos brasileiros ao concelho de Paredes e ao Vale do Sousa. Neste caso, destaca o Visconde de Paredes, como um paredense ilustre "(...) *benemérito daquela terra, em prol da qual trabalhou sempre enquanto vivo. Por isso, não pode ficar esquecido como tantos outros, (...), que nos deixaram ainda a grata recordação dos seus feitos a favor dos interesses da terra.*"⁶

O Palacete da Granja enquanto espaço mandado construir por um *brasileiro de torna-viagem* evidenciou-se não só pelas suas dimensões e motivos decorativos, como pela intensa vida social que ali ocorreu nos finais do século XIX, princípios do século XX.

Este espaço afirmou-se na paisagem urbana da sede do concelho de Paredes, quer pelas suas dimensões, quer por retratar o percurso deste *brasileiro de torna-viagem*.

Este edifício foi construído junto da Avenida principal da vila, num espaço onde existiu anteriormente uma outra casa, a Casa do Souto. De acordo com notícias publicadas na imprensa, o Palacete da Granja encontrava-se em construção em 1883. A 17 de agosto de 1883, Joaquim Bernardo Mendes fez um contrato com José Martins Leitão para que este realizasse a obra de trolha, estucador e pintor no prédio em construção no lugar do Souto. De acordo com informações, a obra terá ficado concluída a 23 de dezembro de 1883, sob pena de 200 mil réis de penalização, ficando os acabamentos pela quantia avultada de 3 450 000 réis.

O Palacete da Granja é composto por um edifício habitacional de grandes dimensões, dividido em três corpos: um corpo principal e dois laterais, e por dois caramanchões adossados aos muros da propriedade. Estes localizam-se nas extremidades da propriedade, encontrando-se voltados para a avenida principal, assumindo uma função de espaço de convívio. Os corpos laterais são simétricos, destacando-se por apresentarem quatro janelas em cada um dos dois pisos.

Na década de 1930, começaram a circular artigos na imprensa que apelavam à utilização deste edifício como sede dos Paços do Concelho. Assim, em 1932, o Presidente da Câmara, Dr. Tomás Lopes Cardoso procede ao arrendamento do Palacete da Granja, propriedade da filha do Visconde de Paredes, D. Rosalina Mendes Portocarrero. Inicialmente, foram aqui instalados os serviços camarários, mas no ano seguinte, o mesmo Presidente da Câmara propôs a mudança definitiva dos Paços do Concelho para o referido palacete.

Desta forma o interior do edifício foi inteiramente alterado devido às sucessivas ocupações que o Palacete teve após 1932. Nesta data, o Palacete de Granja perdeu a sua verdadeira função, a de habitação, para se tornar num dos espaços que receberia a Câmara Municipal e posteriormente, seria utilizado como escola.

A partir de 1933, procedeu-se à passagem definitiva dos Paços do Concelho para este palacete.

Entre 1950 e 1964, foi ocupado pelo neto do Visconde de Paredes, Manuel Mendes Correa Teixeira de Vasconcelos de Portocarrero, mas depois, foi ocupado pelo Colégio Antero de Quental, que transferiu para ali toda a atividade docente, até à mudança para a freguesia de Baltar.

Para nele instalar o Liceu foram necessárias grandes obras de adaptação, todas elas custeadas pela Câmara, facto que contribuiu para a grande mudança no interior do edifício. O Liceu funcionou vários anos neste edifício, até à sua mudança definitiva para as novas instalações, em meados da década de 1980. Mais uma vez o Palacete ficou abandonado ao seu destino, até que a Escola Preparatória "Teixeira de Vasconcelos" mudou para este espaço uma parte das suas instalações. A ocupação não durou muito tempo, pois esta também se mudou para o complexo educativo de Paredes. Uma vez mais o Palacete da Granja ficou votado ao abandono, na medida em que, apesar de todos os esforços levados a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, as autoridades não apresentaram qualquer solução.

Em 15 de Novembro de 1994, a Santa Casa da Misericórdia de Paredes iniciou os contactos com a Câmara Municipal com vista à recuperação e restauro do Palacete da Granja, através de fundos comunitários.

⁵ *O Povo*, n.º10

⁶ *O Novo Paredense*, n.º16

A 16 de Maio de 1997, procedeu-se à inauguração de um novo Palacete da Granja, desta vez convertido em espaço cultural e desde então tem-se tornado num espaço de intenso movimento cultural, recuperando de alguma forma o fulgor de outros tempos. Quanto ao processo de recuperação, todo o interior foi demolido devido ao processo de abandono e degradação a que este edifício esteve votado, embora, todo o exterior fosse mantido, conseguindo-se conservar as características e materiais do edifício original.

No primeiro quartel do século XX, também o Palacete da Granja surgiu inúmeros vezes referido na imprensa regional e nacional como a casa do *brasileiro* Joaquim Bernardo Mendes, posteriormente Visconde de Paredes. Inclusive a própria imprensa chega a referir-se ao palacete como o Palacete Mendes ou a Casa do Visconde de Paredes.

A imprensa menciona inúmeros acontecimentos ocorridos nesta casa como a receção a importantes políticos da época ou mesmo bailes e jantares que animavam os jardins deste grandioso palacete.

Em 1894, o Palacete da Granja abriu as suas portas pela primeira vez para a entrada de todos os crentes que desejassem celebrar com D. Rosalina de Sousa Guimarães o mês de Maria e no ano seguinte, recebeu o rei D. Carlos.

Em 1895, Paredes recebeu uma visita ilustre, o rei D. Carlos, monarca que visitou a sede do concelho, a caminho das Pedras Salgadas, onde se ia encontrar com a rainha D. Amélia. Paredes engalanou-se para receber o rei, que chegou no dia de 12 de Junho. "(...) *Estação cheia. A guarda d'honra era feita por uma força de 6 e outra de 8, com a banda d'este regimento. Tocavam ainda as bandas de Cette, Baltar, Duas Igrejas e Paredense. Estação embandeirada: mastros, escudetes, etc. Muitos foguetes. Grande concurso de povo. Na gare, o administrador, a câmara, juiz, delegado, escrivães, algumas senhoras, os bombeiros voluntários. Fora da estação, na rua que vai dar ao palacete do brasileiro sr. Joaquim Bernardo Mendes, muito povo. A rua embandeirada até ao palacete que é muito bonito e em aparência de opulento.*

À passagem do comboio houve as vivas do estilo, e duas meninas, uma filha do brasileiro sr. Joaquim Bernardo Mendes, outra do sr. Abel Pacheco, ofereceram a el-rei dois grandes bouquets de flores artificiaes.

A sala dos passageiros ligeiramente ornamentada. El rei pouco se demorou, seguindo logo para o palacete Mendes. Atraz, formou-se uma ranchada de mais de 50 formosas aldeãs que o cobriam de flores e aos personagens que o acompanhavam. No préstito, todos os que o acompanharam do Porto, os seus ajudantes, entre os quaes o sr. Bernardo Pintella, e os que o esperavam em Paredes. Muitos vivas. As musicas seguiram até ao palacete Mendes, que é a pequena distância da estação. (...)

O palacete estava ricamente adornado. Fica no centro de um jardim, que me pareceu muito bonito. A entrada, até à escadaria que dá acesso ao palacete, tapetada de folhas de rosas, lançadas pela ranchada de aldeãs.

El-rei subiu logo para o 1.º andar, onde está a sala de visitas, ricamente mobilada. Ahí, foram-lhe apresentados o dono da casa e varias pessoas gradas. S. M. assomou a janela e foi muito cumprimentado pelo povo. (...)" ⁷

⁷ O Primeiro de Janeiro, nº139

Durante toda a década de 1890, o Palacete da Granja foi palco de visitas e estadias de importantes políticos como o Conselheiro Campos Henriques ⁸ e o Dr. Alberto Navarro.

Em 1904, o jornal *O Comércio de Penafiel* escreve o seguinte: "*S. exas dirigem-se agora para o palacete do sr. Visconde de Paredes. Vae servir-se o jantar, com a assistência de bastantes convidados.*"⁹

Em 1906, os jardins do Palacete foram palco de um baile de máscaras, organizado pela Viscondessa de Paredes.

Em 1909, o Palacete da Granja engalanou-se para saudar o rei D. Manuel II que atravessou a sede do concelho de Paredes. "*Do palacete dos Viscondes de Paredes, um Formosíssimo grupo de gentis senhoras que, ao aproximar-se o automóvel de el-rei lançaram também muitas flores (...)*"¹⁰.

Em 1911, este Palacete recebeu a população do concelho de Paredes, que aqui se deslocou para prestar a sua última homenagem ao Visconde de Paredes.

Em 1924, o Visconde de Paredes e o Palacete da Granja voltam a ser referidos na imprensa local da seguinte forma: "(...) *O seu primeiro beneficio à nossa vila traduziu-se na construção do seu palacete, o mais rico e lindo edificio da região, que na principal artéria da povoação, está a indicar às vereações paredenses, já não digo a riqueza, mas a elegância e o bom gosto arquitetónico a que deviam obedecer as restantes construções na mesma rua.*"¹¹

"(...) Naquela tarde da visita eu e a minha mãe dirigimo-nos ao palacete de meus padrinhos [Visconde de Paredes e D. Rosalina de Sousa Guimarães], magestoso para uma terra de província, cercado de grande jardim gradeado, com dois mirantes e dois lagos com repuxos permanentes. Fomos recebidos por uma gentil criada grave – mulata da Baía – que nos conduziu à sala de estar onde minha madrinha nos recebeu com sua costumada gentileza (...) *Sinceramente católica, minha madrinha promovia novenas na capela do seu palacete consagrada a Padroeira de Portugal e custeava duas festas anuais com missa cantada e sermão para que chamava bons músicos e pregador de nome. (...)*" ¹²

Conclusão

Como refere Maria Conceição Meireles Pereira ¹³, a emigração portuguesa revestiu-se de histórias de sucesso e de insucesso. Construíram-se fortunas e percursos notáveis, embora houvesse muitos caminhos que não foram concretizados,

⁸ O Conselheiro Campos Henriques nasceu em 1853, na cidade do Porto. Em 1875 concluiu o curso de Direito na Universidade de Coimbra, seguindo depois, a magistratura. Entretanto filiou-se no Partido Regenerador. Nos anos de 1892, 1897 e 1900 foi eleito deputado. Em 1893 foi nomeado para Governador Civil do Porto, depois de ter exercido funções interinas, desde 1891. Em 1894 foi nomeado Ministro das Obras Públicas e, em 1900 foi-lhe atribuído a Pasta da Justiça. Durante este último mandato levou a cabo diversas reformas como a do notariado. Foi novamente Ministro da Justiça no Ministério da "Acalmação". No entanto, após a divisão do Partido Regenerador, Campos Henriques ficou responsável pela chefia da facção do partido com tendências mais conservadoras em oposição a Teixeira de Sousa. Após a implantação da República abandonou a vida política. Faleceu a 07 de Novembro de 1922.

⁹ *O Comércio de Penafiel*, nº2:931

¹⁰ *O Comércio de Penafiel*, nº3:465

¹¹ *O Novo Paredense*, nº37

¹² JÚNIOR, José Ribeiro da Costa, *A Árvore das Patacas: romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos*. Lisboa: s.n., 1947, p.22-23.

¹³ PEREIRA, 2000; p. 359-369.

mercê da miséria em que muitos dos emigrados mergulharam, mas também da incapacidade demonstrada por muitos. O grande objetivo destes emigrantes portugueses que foram para o Brasil era o regresso com um *pé-de-meia* que lhes permitisse demonstrar o sucesso obtido na sua terra de origem. Desta forma, como refere Ferreira de Castro, na sua obra *Emigrantes*, é preciso descontar por cada um que regressa rico, milhares de desgraçados que perderam a vida ou esmolam o repatriamento. Tal como refere o Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Júnior e o próprio Ferreira de Castro, houve emigrantes que regressaram enriquecidos, demonstrando desta forma o sucesso, mas tal como muitos portugueses que morreram no esquecimento no Brasil, também estes têm vindo a ser esquecidos pelas comunidades de que eram naturais. Se os seus atos de filantropia contribuíram para que sejam lembrados pelos seus contemporâneos e familiares, o tempo tem-se encarregado de apagar das memórias estas atitudes.

Bibliografia

- AGUIAR, Armando de (1945) – *Os Portugueses no Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- ALVES, Jorge Fernandes (1999) – Variações sobre o “brasileiro”: tensões na emigração e no regresso do Brasil”, in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 191-222.
- BASTO, Artur de Magalhães [s.d.] – *Homens e Casos duma geração notável*. Porto: Livraria Progredior, p. 124-132.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e (1977) – *Carvalhos de Basto – a descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*. Porto: [s. ed.], p. 43-49; 60-62.
- LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho (1873) – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Matos, p. 243.
- MENDES, J. J. (2002) – *Santuário de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos – Penafiel*. Penafiel: Edição de Confraria de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos de Penafiel.
- NETO, Alda (2014) - "Gaspar Ferreira Baltar, um "brasileiro" n'O Primeiro de Janeiro" in *VIII Seminário Internacional A Emigração Portuguesa para o Brasil - Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*, Porto: CEPESE, pp- 218-237.
- NETO, Alda (2013) - "O Comendador Pereira Inácio - um caso de benemerência nas duas margens do Atlântico" in *VII Seminário Internacional sobre a (e) imigração portuguesa para o Brasil*, São Paulo: Alameda, pp. 311-321.
- NETO, Alda (2011) - "As Casas de «Brasileiros» - dois exemplos no Vale do Sousa" in *VI Seminário Internacional - Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores/ CEPESE, pp. 589-610.
- NETO, Alda (2011) – *As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NETO, Alda (2009) - "Os «Brasileiros» de Paredes - dois percursos de beneficência e de esquecimento" in *IV Seminário de Emigração Portuguesa para o Brasil - Nas duas margens - os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 505-520.
- PEREIRA, Maria Conceição Meireles (2000) – “Os Brasileiros Notáveis e... os Outros”, in MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 359-369.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos (2000) – *Portugal-Brasil: Migrações e Migrantes – 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa.
- VIEIRA, José Augusto (1987) – *O Minho Pitoresco*, Tomo II. Valença: Edição do Rotary Club de Valença, p. 333-351; 567-586.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (1960) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, III volume. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, p. 174.

PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS DE PAREDES (1828-1832)

António José Queiroz, Historiador

A instauração do Liberalismo em Portugal foi um processo tumultuoso, que dividiu fortemente a sociedade portuguesa. As profundas feridas e marcas que então deixou mantiveram-se bem vivas ao longo de várias décadas.

As tensões entre absolutistas e liberais agravaram-se após a morte de D. João VI (10 de Março de 1826). Sendo relativamente pacífica a sucessão (o monarca reconhecera atempadamente o filho mais velho como seu herdeiro e sucessor), a opção de D. Pedro pela coroa imperial brasileira veio alterar os dados da questão. De facto, a facção afecta ao Infante D. Miguel (que a generalidade da historiografia aceita como maioritária no país) não viu com bons olhos a decisão de D. Pedro IV, tomada a 2 de Maio do referido ano, de abdicar da coroa portuguesa em favor de sua filha Maria da Glória. A abdicação, porém, era condicionada, já que só se verificaria efectivamente se a Carta Constitucional (outorgada a 29 de Abril) fosse jurada pelos representantes do reino e se seu irmão D. Miguel (que também deveria jurá-la) casasse com D. Maria da Glória. Até serem cumpridas estas duas condições, D. Pedro IV continuaria a reinar através da Regente (sua irmã) D. Isabel Maria.

Os polémicos decretos da outorga da Carta Constitucional e da abdicação (trazidos do Brasil pelo inglês Charles Stuart) chegaram a Lisboa no dia 7 de Julho. Os absolutistas, que mantiveram até então a esperança da abdicação em D. Miguel, reagiram violentamente, facto que suscitou alguma hesitação na sua publicação por parte da D. Isabel Maria. Esse passo, porém, não demorou muito a ser dado. Mas pese embora o acto da abdicação e o anúncio da promulgação da Carta Constitucional tenham sido publicados na Gazeta de Lisboa (12 e 13 de Julho), a data do juramento continuava omissa. Uma missiva enviada à Regente por Saldanha (então governador militar do Porto) acabaria com o impasse: um decreto datado de 15 de Julho marcava-o para o dia 31 desse mês.

Apesar de ter sido reconhecida pela Inglaterra, pela França e pela Áustria, a Carta Constitucional não colhia a simpatia das potências europeias, e disso é prova a ausência do corpo diplomático na cerimónia de juramento. As manobras conspiratórias da Rainha Carlota Joaquina (em Portugal) e de suas filhas, as Infantas Maria Teresa e Maria Francisca (em Espanha), potenciavam o clima insurreccional que no Verão foi lavrando de norte a sul do país, com particular incidência em Trás-os-Montes, Lisboa e Alentejo. Embora D. Miguel jurasse a Carta em Viena (4 de Outubro de 1826), e nessa mesma cidade tivessem sido realizados os esponsais com D. Maria da Glória (29 de Outubro), no reino não havia sinais de

acalmção, nomeadamente no Algarve e em Trás-os-Montes. Em finais de Novembro, porém, as forças fiéis ao governo saído das eleições de 8 e 17 de Outubro conseguiram travar os rebeldes que pretendiam marchar sobre o Porto. Nos meses seguintes, exceptuando uma tentativa de rebelião em Elvas (prontamente anulada), e com os rebeldes do Norte refugiados na Galiza, o país parecia finalmente em paz.

A “normalidade” institucional era, porém, mais aparente do que real. Daí que, fazendo D. Miguel 25 anos a 26 de Outubro de 1827 (atingindo, pois, a maioria estabelecida na Carta), a Áustria pretendesse que este Infante ocupasse a Regência até D. Maria da Glória completar 18 anos. As pressões diplomáticas fizeram efeito, já que, pelo decreto de 3 de Julho de 1827, D. Pedro nomeava D. Miguel seu lugar-tenente e Regente de Portugal.

Após escala em Londres, onde foi recebido com pompa e circunstância, D. Miguel aportou a Lisboa no dia 22 de Fevereiro de 1828. Quatro dias depois jurou fidelidade a D. Maria da Glória e à Carta Constitucional. E de imediato tomou uma série de medidas que iam ao encontro das expectativas dos seus apaniguados: nomeou um novo governo, substituiu as chefias militares, demitiu magistrados e dissolveu a Câmara dos Deputados (13 de Março). Entretanto, no Rio de Janeiro, a 3 de Março, D. Pedro abdicara de vez à coroa portuguesa. Com esse gesto, Portugal e Brasil separavam-se definitivamente. O decreto, porém, só chegaria à Europa a 30 de Maio. Durante esse período, muita água correrá dos rios para o mar. De facto, os absolutistas trabalhavam incessantemente para proclamarem a realeza do Infante. O passo decisivo seria dado a 25 de Abril, dia em que o Senado da Câmara de Lisboa o proclamou Rei absoluto. D. Miguel não se fez rogado: a 6 de Maio convocou as Cortes “à moda antiga”. Os Três Estados que aí tinham assento (Clero, Nobreza e Povo) reuniram-se separadamente de 23 a 25 de Junho, em Lisboa, decidindo, por unanimidade, que era Rei desde 10 de Março de 1826. No dia 7 de Julho, em reunião conjunta e solene, era feita a proclamação oficial e o respectivo juramento.

³ Os absolutistas continuavam activos, sobretudo nos extremos do país. No dia 5 de Outubro, em Trás-os-Montes, uma revolta, liderada pelo Marquês de Chaves, fracassou em Vila Real; igual sorte teve a que nesse dia estalou no Algarve. Outras revoltas transmontanas acabariam também por falhar: em Vila Pouca de Aguiar (21 de Outubro) e em Bragança (23 de Novembro). A tentativa de marchar sobre o Porto e Braga (28 de Novembro) seria igualmente travada por forças fiéis ao governo.

⁴ Destas eleições (a que não se apresentaram os oposicionistas apostólicos) resultou uma maioria *cartista*. Na Câmara dos Pares, porém, a maioria era miguelista.

⁵ A Carta Constitucional, no seu art. 92.º, estabelecia que a Regência pertenceria ao parente mais chegado do Rei, segundo a ordem da sucessão e que fosse maior de 25 anos.

⁶ A Carta Constitucional, no seu art. 91.º, estabelecia que o Rei (neste caso a Rainha) era menor até à idade de 18 completos.

¹ Publicado a 19 de Julho na *Gazeta de Lisboa*.

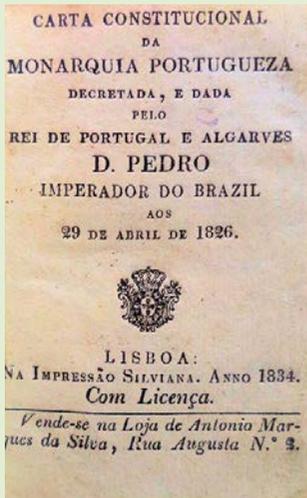
² O portador da missiva foi o coronel Rodrigo Pinto Pizarro de Almeida Carvalhais, também portador de uma mensagem para o conde de Barbacena, ministro da Guerra. A mensagem era clara: caso a Carta não fosse jurada até ao dia 31, o Regimento de Cavalaria 6, então retido em Gaia, marcharia sobre Lisboa.



D. Pedro



D. Maria da Glória



Carta Constitucional



D. Isabel Maria



D. Miguel

Nesta cerimónia, D. Miguel usou o manto e o cetro, tradicionais símbolos da realeza.

Na capital, e de uma forma geral por todo o reino, a nova ordem, marcada pelo silêncio e pelo medo, era imposta à força do cacete. Quem reagia era sovado e preso. Muitos liberais, incluindo alguns dos seus chefes militares mais prestigiados, optaram por sair do país. Mas nem toda a oposição ficou inactiva. A 16 de Maio, a revolta estalava em Aveiro e no Porto. Nesta cidade, com as autoridades miguelistas em fuga, constituiu-se uma Junta do Governo Provisório que assumiu o poder em nome de D. Pedro e da Carta. Porém, as rivalidades suscitadas pela sua ampla e heterogénea composição rapidamente fizeram perceber a sua ineficácia. O que não obistou a que se lhe tenham declarado fiéis diversos Regimentos, nomeadamente o que estava de guarnição em Penafiel (Caçadores 6).

Sendo significativas, as forças liberais eram inferiores em número às que apoiavam D. Miguel. Mas o seu maior problema era a falta de comando, já que os generais mais capazes estavam emigrados. Esta situação não demorou a comprovar-se quando as forças miguelistas contra-atacaram.

No final de Junho, a resistência liberal agonizava, face ao avanço das forças miguelistas vindas do Sul e às constantes investidas das guerrilhas nas províncias do Norte. O fim do pronunciamento aconteceu após a dissolução da Junta do Porto (2 de Julho) e do desenlace do deplorável episódio da Belfastada (3 de Julho).

Com a vitória miguelista, o exército liberal (ou o que dele restava), sob o comando de Sá da Bandeira e Rodrigo Pinto Pizarro, internou-se na Galiza. Parte significativa acabaria por seguir para Inglaterra, onde vegetou por largo tempo no tristemente célebre “depósito de Plymouth”.

O fracasso liberal suscitou uma emigração em massa. Os que não puderam fugir encheram as prisões. Calcula-se que nelas tenham dado entrada 26270 indivíduos. Na Alçada, decretada por D. Miguel a 14 de Julho, presidida pelo desembargador honorário do Paço José Botelho Cerveira do Amaral (da Casa da Vinha, em Penafiel), foram pronunciados 8247 liberais. Destes, 2305 eram da província do Minho. Dos 42 sentenciados à morte, em 9 de Abril de 1829, 10 foram executados no mês seguinte e mais dois em Outubro. Os restantes conseguiram fugir para o estrangeiro.

Na comarca de Penafiel (que integrava a dita província) foram 145

⁷ Em Aveiro, a revolta foi organizada por Joaquim José de Queirós – avô do romancista Eça de Queirós –, que sublevou o Regimento de Caçadores 10. Após aclamar a Carta e prender as autoridades miguelistas, esta unidade militar embarcou rumo ao Porto.

⁸ No Porto, o primeiro protagonismo coube ao Regimento de Infantaria 6. Juntar-se-lhe-iam mais tarde os Regimentos de Infantaria 18 e Artilharia 4.

⁹ A 26 de Junho, vindos de Inglaterra no vapor *Belfast*, chegavam ao Porto os emigrados liberais. Entre eles os seus maiores: Palmela, Saldanha, Vila For, Stubbs, etc. A sua presença (demasiado tardia) não mudou o rumo dos acontecimentos. A 3 de Julho, também no *Belfast*, regressaram ingloriamente a Inglaterra.

¹⁰ As 12 vítimas do absolutismo, popularmente designadas por “Mártires da Liberdade”, foram enforcadas no Porto, na Praça Nova das Hortas (actual Praça da Liberdade): a 7 de Maio, António Bernardo de Brito e Cunha, Bernardo Francisco Pinheiro, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, José António de Oliveira Silva e Barros, José Maria Martiniano da Fonseca, Manuel Luis Nogueira e Vitorino Teles de Meneses e Vasconcelos; a 9 de Outubro, Clemente Morais Sarmento e João Henriques Ferreira Júnior.

os indivíduos pronunciados. Entre eles contavam-se oito do actual concelho de Paredes. Ei-los:

1. Clemente José Mendes, jornaleiro, de Cete. Foi preso em Vila Real no dia 11 de Junho de 1828 pelos Voluntários Realistas. Deu entrada na Cadeia da Relação do Porto a 2 de Outubro desse ano. Em Assento de Visita da Alçada de 11 de Janeiro de 1830 foi declarado sem culpa e mandado entregar à Polícia. Foi solto em 14 do mesmo mês.

2. José Domingues da Silva e Sá, escrivão dos órfãos, de Aguiar de Sousa. Vindo de Penafiel, deu entrada na Cadeia da Relação no dia 21 de Novembro de 1828. A 4 de Junho de 1830 foram-lhe assinados seis dias para dizer de facto e direito. A 27 de Agosto foi condenado a um ano de reclusão na Praça de Peniche, a inabilidade perpétua para servir qualquer ofício de Justiça ou Fazenda e em 20\$ rs. para as despesas da Alçada. A 19 de Janeiro de 1831 foram-lhe desprezados os embargos, com que se opôs à condenação. Do Livro da Cadeia consta que, a 24 de Março do mesmo ano, foi remetido para Miranda do Douro, para aí cumprir um ano de degredo.

3. Manuel Barbosa Pinto, ferrador, de Aguiar de Sousa. Vindo de Penafiel, deu entrada na Cadeia da Relação no dia 21 de Novembro de 1828. A 2 de Abril de 1832 foi removido para as Cadeias de Lamego por ordem da Alçada.

4. Manuel Nunes Pereira Pacheco, cirurgião, de Castelões de Cepeda. Vindo de Penafiel, deu entrada na Cadeia da Relação no dia 21 de Novembro de 1828. A 28 de Junho de 1830 foram-lhe assinados cinco dias para dizer de facto e direito. A 18 de Agosto foi condenado em dois anos de reclusão na Praça de Peniche (atendendo à prisão que havia sofrido), e em 50\$ rs. para as despesas da Alçada. A 19 de Janeiro de 1831, por via de embargos, foi-lhe comutado o local da reclusão pelo mesmo tempo na Praça de Miranda do Douro. Consta que a 30 de Junho de 1832 fora remetido para Alfandega da Fé, para cumprir aquela pena.

5. Sebastião Nunes Pinto, tamanqueiro, de Castelões de Cepeda. Vindo de Penafiel, deu entrada na Cadeia da Relação no dia 21 de Novembro de 1828. A 2 de Abril de 1832 foi removido para as cadeias de Lamego por ordem da Alçada.

6. Custódio Ferreira dos Santos, seareiro, de Baltar. Deu entrada na Cadeia da Relação no dia 18 de Junho de 1829. A 4 de Maio de 1831 foram-lhe assinados cinco dias para dizer de facto e direito. A 13 de Julho julgou-se-lhe expiada a culpa com o tempo de prisão que havia sofrido. Foi solto a 16 do mesmo mês e ano.

7. José Dias, soldado, de Aguiar de Sousa. Deu entrada na Cadeia da Relação no dia 13 de Agosto de 1830, vindo da Casa Pia do Porto. Não consta quando foi mandado dizer de facto e direito. A 7 de Dezembro de 1830 foi julgado sem crime de rebelião e mandado remeter ao governador das Armas do Porto (o que sucedeu no dia 16), para ser julgado por deserção.

8. Victorino de Paula, tambor de Infantaria 19, de Beire. Deu entrada na Cadeia da Relação no dia 6 de Novembro de 1830, vindo do Quartel de Santo Ovídio. Não consta quando foi mandado dizer de facto e direito. A 2 de Março de 1831 foi julgado sem culpa de Rebelião. Mandou-se remeter com o processo ao governador das Armas do Porto (o que aconteceu a 7 desse mês), para ser julgado por deserção no foro competente.

A estes oito indivíduos há que juntar ainda mais cinco que, embora

citados por cartas de Éditos das Alçada, surgem nas listas de ausentes. A não referência aos seus destinos significa que não chegaram a ser sentenciados pela Alçada. Eram eles: Manoel Ferreira Cabral, de Paredes (citado a 8 de Setembro de 1830); José Joaquim de Almeida, de Aguiar de Sousa (citado a 25 de Setembro de 1830); Sebastião Nunes Pinto Manuel Barbosa de Pinho, de Paredes (citado a 28 de Setembro de 1830); Manuel Barbosa de Pinho, de Castelões de Cepeda (citado a 28 de Setembro de 1830) e José Anastácio (filho de Custódio Moreira), de Aguiar de Sousa (citado a 6 de Dezembro de 1830).

O desembarque do exército de D. Pedro em Arnoia de Pampelido (8 de Julho de 1832) apressou o fim da Alçada, que se retirou do Porto levando consigo inúmera documentação. Deixou, porém, os livros com os registos das entradas e saídas nas diferentes prisões, bem como a indicação dos diversos destinos de cada um dos presos. A partir desses livros, Pedro da Fonseca Serrão Velozo elaborou as listas com os nomes das pessoas pronunciadas nas Devassas a que mandara proceder o governo miguelista. Outra importante fonte de informação para o autor foi o jornal *Correio do Porto*, onde se encontram os despachos da Alçada a respeito dos mesmos presos, porque o seu redactor, com raras excepções, publicou os extractos das sentenças e respectivos despachos. Pedro da Fonseca Serrão Velozo não faz, porém, menção dos que estiveram em prisões militares (Casa-Pia, Quartel de Santo Ovídio e Castelo de S. João da Foz), por não haver registo de entradas e saídas dos presos. Da Alçada também não constam numerosos indivíduos que integraram a Leal Divisão do Porto, já que os devassantes visaram sobretudo (mas não exclusivamente) os oficiais.

Fontes

Gazeta de Lisboa.

VELOZO, Pedro da Fonseca Serrão – *Collecção de Listas que contem nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas Devassas, e Summarios, a que mandou proceder o Governo Usurpador depois da heroica contra-revolução, que arreventou a mui nobre, e leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828, nas quaes se faz menção do destino, que a Alçada, creada pelo mesmo Governo para as julgar, deu a cada uma dellas.* Porto, 1833.

Bibliografia

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – “A ‘causa’ de D. Maria II (1826-1834)”, in *Análise Social*, vol. XXXIX (172). Lisboa, 2004.
- CASCÃO, Rui – “A revolta de Maio de 1828 na comarca de Coimbra: contribuição para uma sociologia da revolução liberal”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 7. Coimbra, 1985.
- DÍAS, Pedro A. – *Subsídios para a História Política do Porto (1823-1829)*. Porto, 1896.
- MATOS, Lílina Sofia Micaelo de – *A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)*. Lisboa, 2018 (policopiado).
- MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, 6.ª ed., Lisboa, 1925.
- MELO, Ernesto de – *Chamôrros e Carcundas* (episódios das lutas liberais). Penafiel, 1929.
- PASSOS, Carlos de – *D. Pedro IV e D. Miguel I: 1826-1834*. Porto, 1936.
- VALENTE, Vasco Pulido – *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa, 1997.

¹¹ Era tabelião em S. João da Pesqueira, em 1837.

CAMÉLIAS

A AVENTURA EVOLUTIVA DAS ERICALES

António Luís Crespi, Carlos A. B. Barros Castro, Professores Universitários

Criar um universo adaptado à nossa perspetiva foi determinante para chegarmos ao estado atual da civilização. Esse percurso não foi nossa exclusividade, como podemos constatar ao falarmos sobre camélias, também conhecidas como cameleiras ou ainda japoneiras, pertencentes ao género *Thea*, descrito pelo bem conhecido Lineu na sua notável obra *Species Plantarum*.

Das muitas espécies deste género, utilizadas como produtoras de óleo, madeira, cosméticas ou obtenção de chá, destacam-se a *C.japonica*, *C.sasanqua*, *C.reticulata* e *C.chrysantha* pela utilização como ornamentais e associadas a alguma elegância/aristocracia, pelo que se vulgarizou em jardins brasonados, em particular no norte de Portugal.

Feita esta apresentação, procuremos um banco de onde possamos visualizar camélias. Centrar a atenção no que nos rodeia era algo que os nossos ancestrais faziam na perfeição, garantindo desse modo uma correta análise da paisagem e a sua sobrevivência. Essa necessidade de reconhecer e analisar o espaço em que nos encontramos é algo que mantemos, adaptado, claro está, às necessidades atuais, como seja o trânsito que nos rodeia.

Já estão a ver o exemplar de camélia? Trata-se de um representante da família *Theaceae* (Teáceas), e se ao lado tivermos um exemplar de dióspiro, podemos pensar quão semelhantes podem ser, sobretudo na flor, em especial com aquela que vulgarmente conhecemos como camélia-selvagem, *Camellia sasanqua* Thunb. Se houver algum rododendro ou azálea, melhor ainda e, já agora, acrescentemos às nossas personagens umas urzes, criando um inusitado e imprevisto *bouquet*.

Curiosos com esta incompreensível mistura? Pois acabamos por juntar o que a marcha do tempo distanciou e diferenciou. Sim, embora pareça impossível à nossa perspetiva analítica, essa mescla de plantas, muitas delas sem qualquer parecença (uma azálea, uma urze, um dióspiro e uma camélia), são integrantes de um dos clãs mais formidáveis de plantas com frutos (aquilo a que chamamos “angiospérmicas”).

No nosso imaginário costumamos associar a ideia de clã a essas famílias com origens remotas ainda por clarificar, embora as mudanças socioeconómicas impostas pela revolução francesa acabassem por diminuir a sua importância. Contudo, a ideia do clã é muito anterior aos humanos e, de facto, as plantas têm uma perspetiva neste sentido extremamente interessante. Como exemplo desta apaixonante aventura tribal temos o grupo que aqui apresentamos, o pictórico e arrojado clã das *Ericales*.

Para encontrarmos as origens deste curiosíssimo grupo, devemos recuar perto de 115 milhões de anos, à época *Aptiana* do período *Cretácico*. As formidáveis alterações florísticas que então ocorreram têm raízes mais profundas, que procedem pelo menos do *Oxfordiano* (no fim do período *Jurássico*) em que acontece um imprevisto da maior importância: o bioma tropical fragmenta-

-se entre os continentes americano, africano e o australiano-indiano. Esta rutura será determinante para exportar biomas tropicais, aquilo a que chamamos “germoplasma”, para outras latitudes como a Eurásia (este da Ásia), onde, de facto, tem início a aventura das angiospérmicas, entre as quais os ancestrais das *Ericales*. Tal como tudo o que assume uma enorme complexidade, este processo evolutivo foi tudo menos pacífico. Sim, a eficiência daquilo a que vulgar e genericamente conhecemos por evolução só ganha vivacidade quando as coisas correm realmente mal.

No decurso desta expedição a partir do hemisfério Sul, a temperatura média do planeta aumentou gradualmente muito mais do que o suportável. O contato da placa indiana com a Eurasiática acabou por ser violento e a gigantesca placa Africana tentou por todos os meios juntar-se à Eurasiática ocidental. Em simultâneo, um calor cada vez mais sufocante e uma humidade ambiental que o regime de correntes marinhas e aéreas fará circular pelo planeta.

A paisagem vegetal é obrigada a uma completa reorganização, alterando a disposição dos biomas terrestres e, portanto, das paisagens vegetais e da fauna associada. Com estas condições ambientais tão extremadas de calor e humidade surge um padrão comportamental imprevisto e formidável: a formação das folhas brilhantes! Sim, folhas como as dos medronheiros (*Arbutus unedo* L.), do mesmo clã das *Ericales*, ou doutros, como o azereiro (*Prunus lusitanica* L.), o loureiro (*Laurus nobilis* L.), a murta (*Myrtus communis* L.), o folhado (*Viburnum tinus* L.) e muitos mais.

O brilho foi desenvolvido, criando uma camada de ceras para proteger das elevadas temperaturas. A esse fenómeno chamamos “esclerofilização”, neste caso tropical, pois existe uma outra que é temperada e que podemos observar de forma mais comum nas nossas latitudes. Por este motivo, quando percorremos a paisagem duriense, salta logo à nossa vista a presença daquelas plantas brilhantes, resquícios de um passado tropical.

A presença do que hoje é Península Ibérica, de um lado, e Turquia, doutro, obrigaria à sua fragmentação. Isto lançou a atual Península Arábica contra a Eurásia central, solevando-a subitamente para formar o atual planalto “Afegão-Turquistânico”. Um verdadeiro cataclismo a que as nossas destemidas *Ericales*, como muitos outros clãs angiospérmicos dessa época, tiveram de se adaptar.

Não pensem que uma aventura como esta é algo raro ou desconhecido. De facto, as coníferas, (gimnospérmicas que conhecemos por pinheiros, zimbros, ciprestes, etc.) são também de origem tropical, embora hoje não as encontremos nesses biomas. A principal diferença está em algo tão simples como isto: a história repete-se, mas os protagonistas são outros. Agora a trupe de artistas é formada por angiospérmicas que fomentam a imaginação e a criatividade, muito diverso das tradicionalistas

e conservadoras coníferas. A partir dos biomas tropicais, surge a imensa maioria daquilo a que chamamos clãs de plantas. Contudo, e muito longe dessa imagem quase que cinematográfica do ambiente tropical, hiper-húmido e com elevadas temperaturas, este é apenas um dos muitos regimes climáticos tropicais. Estes podem ir desde situações desérticas até de monção, igualmente muito diversos, com intervalos térmicos anuais não menos instáveis. O resultado é todo um tapete vegetal muitíssimo díspar. Por isso, a riqueza de combinações de formas e comportamentos que vão sendo desenvolvidos neste tipo de biomas é realmente avassaladora. Ora, o problema está aí: afinal tanta imaginação perturba!

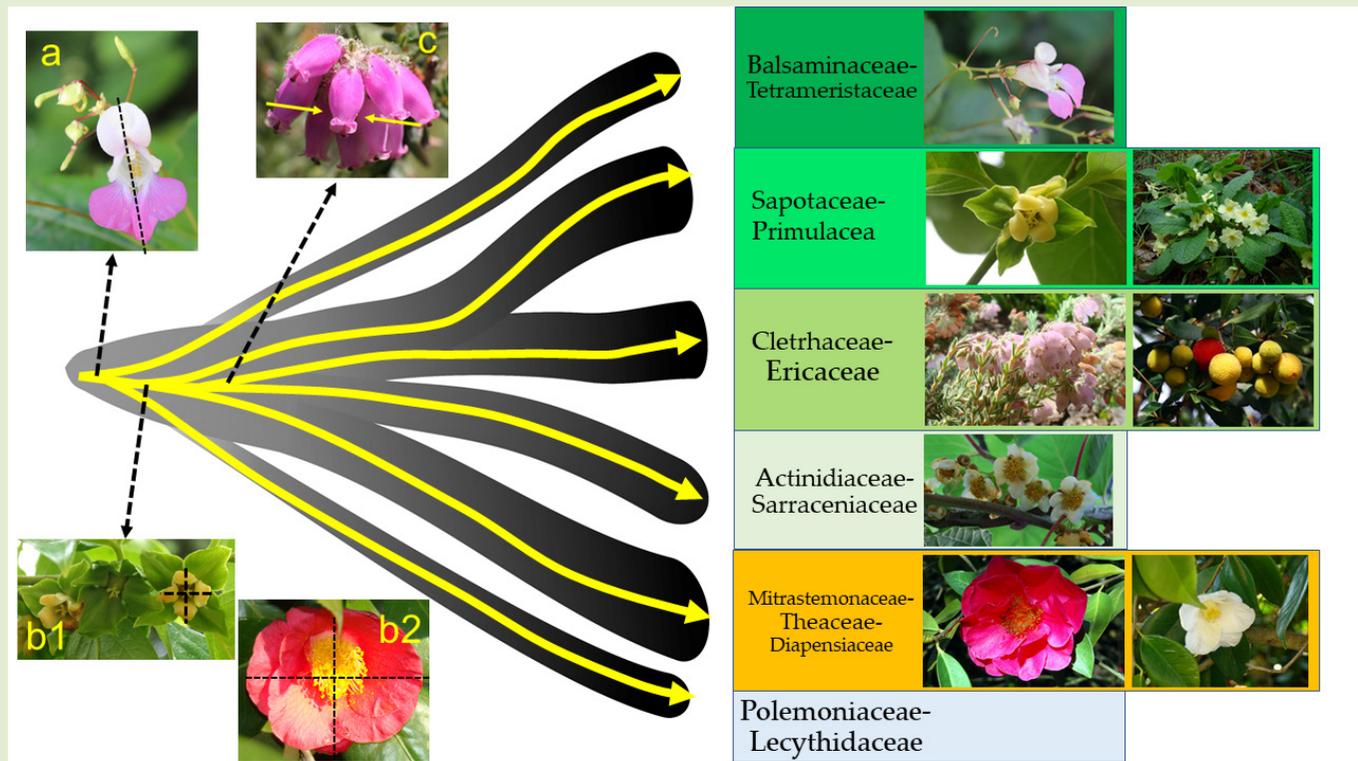
O cenário biológico gerado em situações tropicais é tão diverso que muitos têm de lutar por espaços vitais limitados e muito fragmentados. Esta conjuntura põe em risco muitas estratégias morfológicas e comportamentais, de modo que esse “abanão” foi imprescindível para enviar parte destes biótipos para fora da sua originária área de conforto.

De forma muito breve, esta seria a origem das Ericales: a expulsão do Paraíso, como muitos outros grupos de plantas, e o longo e sofrido êxodo. Quando falamos de expulsão de recintos paradisíacos, temos a ideia bíblica de ser apenas um casal a abandonar a vida regalada. As agitações que alteram a distribuição dos biosistemas surgem geralmente em períodos de tempo muito variáveis, embora sempre superiores a vários milhões de anos. Por este motivo, as plantas têm tempo mais do que suficiente para imaginar, projetar, experimentar e desenvolver. É essa a razão pela qual o que sai do Paraíso não é um mero casal, ou conjunto

exclusivo de formas, mas sim um conjunto diverso de membros, isto é, o tal clã.

Centremo-nos agora na parte do clã que inicia o seu percurso pela Eurásia. Na atualidade, o clã Ericales parece estar constituído por vinte e três famílias diferentes, mas não estão todas, pois algumas das primordiais desapareceram. Não esqueçam que estamos a falar de um espaço complexo, de certo modo incompreensível para nossa perspetiva analítica (tudo o que vemos não passa de uma visão antrópica da realidade). Para conhecer os membros deste clã seria preciso fazer um grande esforço, uma vez que deveríamos percorrer todo o planeta. Contudo, e uma vez que nos queremos centrar na Eurásia e nas camélias e familiares mais próximos, iniciemos o nosso percurso pelos subtropicalismos da Ásia oriental. Voltemos então ao banco imaginário de onde contemplamos as nossas camélias.

Reparem em duas características morfológicas muito visíveis: de um lado a flor, de outro as folhas. A flor é radiada, isto é, simétrica porque podemos estabelecer um número incontável de eixos de simetria, como é o caso (mais ou menos, pois estamos a falar de estruturas vivas). Ao mesmo tempo, as peças involucrais, sépalas e pétalas, não parecem ter uma união, estão livres uma da outra. Também na flor encontramos uma outra característica evidente, referimo-nos à quantidade de estames que se reúnem no centro dessas flores. No caso das folhas estas são inteiras, isto é, não apresentam qualquer tipo de recorte das suas margens (não são dentadas ou serradas, ou não têm lóbulos). Esses mesmos limbos foliares apresentam também uma forma muito “comum”, o



Esquema evolutivo das Ericales desde o período Albano-Aptiano (Cretácico, 120 milhões de anos). Neste intervalo de tempo ocorreu uma enorme diversificação floral: desde flores com simetrias bilaterais, aqui representadas pelo género *Impatiens* (a); até às de simetria radiada, exemplos do diospiro -*Diospyros kaki* L.f. (b1)- e da Camélia - *Camellia* spp. (b2)-; ou com a união das pétalas, formando flores urceoladas como as das urzes -*Erica* spp. (c)-. Esta fitodiversidade floral, fez com que

as Ericales estejam presentes em todo o planeta, sendo que na nossa flora esteja representada por duas famílias silvestres, *Primulaceae* e *Ericaceae*, as restantes são cultivadas: *Balsaminaceae*, *Ebenaceae* (grupo *Sapotaceae-Primulaceae*), *Actinidiaceae* e *Theaceae* (adaptado de Angiosperm Phylogeny Group, <http://www.mobot.org/MOBOT/research/APweb/>).

elíptico-oblongo, que costumamos desenhar quando queremos representar uma folha qualquer. Tendo estas características presentes estou convencido de que pensaram, já desde o início, como foi possível as camélias formarem parte do mesmo clã que as urzes, as torgas ou os medronheiros.

Aqui todos parecem ludibriar, como se estivéssemos a assistir a um desses filmes em que mistério e intriga fazem com que os protagonistas escondam a verdade, utilizando uma aparência que não corresponde à realidade. Mas, esperem... aí vem o inesperado ator que faltava. Aproxima-se silencioso, mas finalmente vai ter com a estrutura que a planta dispôs para que fosse lá ter - a flor. Trata-se de um pequeno pássaro, muito semelhante a um colibri, mas asiático (pássaro-sol, de "sunbird", passeriforme da família *Nectariniidae*). Enquanto estamos atentos a este inesperado visitante, numa outra flor surge outro visitante com intenções muito semelhantes. Este já não é um pássaro, mas algo semelhante a uma abelha. Passa ao lado de uma flor que já está a ser literalmente visitada por um pequeno coleóptero, de modo que opta por outra mesmo ao lado. Bom, afinal a nossa camélia parece mais uma estação de serviço para todos os que consigam voar e procurem alimento.

Surpreendidos? Então façam agora uso do telemóvel, acedam à internet e procurem por Ericales. Reparem apenas nas fotografias de flores simétricas, do estilo da camélia. Acham que as florinhas da *Ternstroemia gymnanthera* ("Cleyera") vão receber os simpáticos pássaros-sol? Ou que algum dos passarinhos visitariam as florzinhas das torgas? Não, aqui estacionam mais insetos semelhantes a abelhas, embora a morfologia seja basicamente igual à das camélias.

Deixem que adivinhe uma questão que deve estar a rondar, especialmente entre os que criam camélias. Acaso essa diversidade floral também inclui a multiplicidade de pétalas e a sua diversidade de cores? Sim, mas da forma que menos podiam imaginar: explorando as potencialidades da mutação e da ajuda viral. No caso do contributo mutagénico, estaríamos perante um processo de duplicação alélica, que facilitaria a duplicação do número de pétalas. Já o contributo dos vírus seria responsável por essa disparidade de coloração das flores. Para que isto possa ocorrer, é necessária uma vontade enorme para

explorar capacidades, pois doutra forma não seria possível chegar a tal patamar de diversidade. Já não só adaptam formas florais a polinizadores, como também reclamam outros indivíduos, como os vírus, para aumentar o leque de possibilidades. Ou até vão mais além e aproveitam transformações dos seus próprios genomas (aquilo que conhecemos como ácidos desoxirribonucleicos, ADN). Já reparam na magia criada por este formidável clã de plantas? Este tipo de flor desenvolvida pelas camélias é uma plataforma de experimentação, base de um conjunto riquíssimo de formas. Desta forma, as Ericales escolheram os seus polinizadores e alteraram as suas flores: vírus, insetos, pássaros e humanos foram protagonistas. Como resultado, uma explosão de imaginação que é opalco para os gigantescos desafios evolutivos das angiospérmicas, como podemos constatar ao observarmos a sua diversidade: desde as de flor miniatura (< 6 cm) às muito grandes (>12cm), das singelas (5 a 8 pétalas), peónias e anémonas às dobradas, brancas, amarelas, vermelhas e até azuladas ou ainda salpicadas e mesmo perfumadas, listadas ou matizadas. As camélias são a referência de um percurso evolutivo extremamente diversificado

Bibliografia

- CHARTIER, M., von BALTHAZAR, M., SONTAG, S., LÖFSTRAND, S., PALME, T., JABBOUR, F., SAUQUET, H., & SCHÖNENBERGER, J. (2021). *Global patterns and a latitudinal gradient of flower disparity: perspectives from the angiosperm order Ericales*. *New Phytologist*, 230(2), 821-831.
- LIU, H., WU, L., ZHENG, L., CAO, M., & LI, R. (2019). Characterization of three new viruses of the family Betaflexiviridae associated with camellia ringspot disease. *Virus research*, 272, 197668.
- PERACCHIO, C., FORGIA, M., CHIAPELLO, M., VALLINO, M., TURINA, M., & CIUFFO, M. (2020). A complex virome including two distinct emaraviruses associated with virus-like symptoms in *Camellia japonica*. *Virus Research*, 286, 197964.
- SCHÖNENBERGER, J., ANDERBERG, A. A., & SYTSMA, K. J. (2005). Molecular phylogenetics and patterns of floral evolution in the Ericales. *International Journal of Plant Sciences*, 166(2), 265-288.
- SCHÖNENBERGER, J., von BALTHAZAR, M., & SYTSMA, K. J. (2010). Diversity and evolution of floral structure among early diverging lineages in the Ericales. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 365(1539), 437-448.
- VALVERDE, R. A., SABANADZOVIC, S., & HAMMOND, J. (2012). Viruses that enhance the aesthetics of some ornamental plants: beauty or beast?. *Plant disease*, 96(5), 600-611.

EDUARDO DE SEQUEIRA

UM NATURALISTA EM PAREDES! - PARTE 1

Ângelo César Neto, Presidente da Assembleia Geral da APRISOF

“Eram desta freguesia [Bitarães] do lugar da Carreira, os pais do falecido escritor Eduardo de Sequeira, naturalista, que aqui vinha muitas vezes, e que deixou varias obras, de merecimento e mencionadamente As Abêlhas, o mais completo tratado de apicultura mobilista que ha em portuguez”¹

Após a primeira leitura da página 296 da Monografia de Paredes, de José do Barreiro, surgiu a curiosidade de conhecer a obra desta personalidade a que daremos destaque neste texto e toda a sua atividade jornalística, de compreender a sua importância histórica, a sua atualidade e, quiçá, a sua potencial ligação a Paredes. Pesquisando as suas origens, descobriu-se que Eduardo de Sequeira, ou por vezes assinando Eduardo Sequeira, terá nascido no Porto, a 3 de dezembro de 1861, e falecido a 30 de novembro de 1914. José do Barreiro refere como data da sua morte o dia 28 de novembro de 1914.

“O Primeiro de Janeiro do dia seguinte, diz que Eduardo de Sequeira, na véspera, estando ás 9 horas da tarde, á porta da Casa Laporte, na Praça da Liberdade a conversar com uns amigos, caiu fulminado por uma congestão [...]”²

“Quando a morte vem assim rápida e fulminante, sente-se o assombro inexplicável de ver cair no abismo insondável da eternidade um ser que parecia ter ainda diante de si longos anos de vida e que em um momento desaparece, deixando imersos na mais profunda dôr aquelles que lhe eram queridos pelos laços de família, os amigos e até os que eram simples conhecidos». Assim principia a notícia do fallecimento de Eduardo Sequeira, inserida no «Commercio do Porto», número de 29 de novembro.”³

A atividade profissional intensiva de Eduardo Henrique Vieira Coelho de Sequeira terá sido muito rica, muito eclética, com um potencial grande legado em diversas áreas, assumindo-se como naturalista, jornalista, botânico, herpetologista, publicista, etc... nos seus 52 anos de vida.

“Eduardo Sequeira não era propriamente um cientista; era um amador apaixonado da natureza, um vulgarizador das ciências naturais nas suas aplicações práticas. Uma horticultura, a floricultura e apicultura eram os seus estudos prediletos. Sobre estes e outros muitos pressupostos agrícolas publicaram muitos

artigos e brochuras que aproveitaram grandemente á nossa agricultura e á ilustração popular.”⁴

Muitas das suas obras têm um valor acrescentado nos nossos dias, basta pesquisar pelos alfarrabistas de Portugal e não só, para perceber o valor por que se comercializam algumas das suas obras de referência, principalmente as primeiras edições, tais como: “As Abelhas”, “Lendas dos Vegetaes”, “Á Beira-Mar”, “Portugal Artístico”, etc. Há obras que pela sua importância atual foram *fac-similadas* ou mesmo disponibilizadas como *ebook* na internet por bases de referência, a título de exemplo: “gutemberg.org”, como acontece com a “Lenda dos Vegetaes” (1892) e “Á Beira-Mar” (1889) pelo Museu Digital da Indústria Conserveira - Conservas de Portugal - “Can The Can”.

Mas o seu estudo e a sua curiosidade levaram o autor a abordar temáticas e a fazer registos de cariz etnográfico, a saber: “As Abelhas: Tratado de apicultura mobilista” (1895); “Os Répteis em Portugal” (1886); “A Fauna dos Lusíadas” (1887); “Guia dos Naturalistas, colecionador, preparador e conservador” (1882 e 1888); “Ninhos e Ovos” (1888); “Á Beira-Mar” (1889); “Notavel transplantação de uma palmeira” (1890); “Esboço biographico de Adolpho Frederico Moller” (1891); “Lenda dos Vegetais” (1892); “As Abelhas” (1895); “La Culture des Rosiers en Portugal” (1897); “Os Chrysanthemos” (1898); “Que fazer dos nossos filhos” (1899); “Notas hortícolas-agrícolas” (1900); “Guia Ilustrado do Porto” (1902); “Plantas uteis e medicinais” (1903); “Portugal Artístico” (1905); “Teias de Aranha” (1905); e “Botânica Recreativa” ou também designado “Botânica Infantil” (1910).

Seria muito pertinente dedicar uma exposição ou mesmo um pequeno espaço museológico Eduardo Sequeira, aumentar o espólio do nosso arquivo municipal (ver fig. 2) e rede de bibliotecas relacionado com ele e aos seus mais próximos, dando a conhecer a totalidade das suas edições e divulgando todas as suas incursões pelas numerosas publicações periódicas, que dirigiu ou colaborou. Algumas delas tiveram um relevante impacto na sociedade portuguesa da época e noutros tempos também, tais como: Brotéria (1902 até à atualidade); Gazeta das Aldeias; “Portugal Artístico”, sendo diretor desta publicação quinzenal ilustrada de Ciência, Arte e Literatura - Porto; Jornal do Porto; Província (Revista); Jornal da Manhã; Comércio Português; Vida Moderna; Jornal da Horticultura Prática; Arquivo Rural; Nova Alvorada; Portugal Agrícola; Lavrador; Guia do Forasteiro no Porto e Província do Minho; Anais das Bibliotecas, arquivo e museus municipais (Lisboa); O Domingo Ilustrado; Feira da Ladra; Ilustração Portuguesa; O Occidente; Revista Municipal de Lisboa; Resumen de Agricultura (Barcelona); Bulletin d'Agriculture

¹ Barreiro, José - *Monografia de Paredes* - Edição *fac-similada* - Associada às conferências no âmbito do Programa para assinalar o Bicentenário do Nascimento de José Guilherme Pacheco 1921-2021., Julho de 2021, Paredes, p.296.

² *idem, ibidem.*

³ *Brotéria* - *Vulgarização Científica*, Volume 13, 1 de Janeiro de 1915, p. 62.

⁴ *idem, ibidem.*

de Gand . Eduardo Sequeira também teria por hábito manter correspondência com outras personalidades da época, tais como Teófilo Braga, M. Oliveira Passos, J.S. Tavares, por exemplo. Muito desse espólio de epistolografia encontra-se disperso e urge reunir e estudar.

Muitas das suas obras primaram pela qualidade e quantidade das gravuras e litografias que abrilhantaram as suas edições.

Era muito profícuo orientar as pesquisas dos nossos jovens estudantes ou investigadores para nomes da nossa cultura da região, permitindo conhecer um pouco melhor as suas origens e, quem, sabe encontrar algum espólio guardado, ainda pouco explorado.



Último retrato de Eduardo Sequeira



Figura 2 - Oferta de exemplar de Eduardo Sequeira à Biblioteca e Arquivo Municipal de Paredes, em nome da APRISOF, maio de 2020

“A sua rica livraria vendeu-se em leilão no dia 26 e seguintes de abril de 1915 e o catálogo dela contem 4.621 números.”⁵

Haverá muito para descobrir, até porque “era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Luigi de Camoens (de Nápoles) e da Associação de Jornalistas e Homens de Letras (do Porto).”⁶

“Foi vogal da comissão de festas do centenário do Infante D. Henrique, secretário da comissão de homenagem a Almeida Garrett, um dos sócios fundadores da Sociedade de Instrução, do Pôrto, e colaborou assiduamente no *Boletim* dessa sociedade, etc.”⁷ Foi casado com Joaquina Pereira de Osório Sequeira, não tendo filhos. A sua esposa terá sido escritora também, sob o pseudónimo de Sofia Sousa, e que deverá ser alvo da nossa atenção a breve prazo, assim como o aprofundamento da investigação desta personalidade maior da nossa cultura da Área Metropolitana do Porto e Nacional.

“Desde cerca de 30 anos era guarda-livros da firma Robertson e Brothers exportadora de vinhos em Gaya; quer dizer que vivia honradamente do seu trabalho. Passava grande parte do dia no seu escriptório. Depois de jantar em família, em logar do teatro, cinema e outras diversões onde se malbarata o dinheiro, o tempo e não raro a própria consciência, Eduardo Sequeira descansava em companhia dos livros nos seus entretenimentos literários e na composição de artigos. De ordinário não se deitava antes Eduardo Sequeira descansava em companhia dos livros nos seus entretenimentos literários e na composição de artigos. De ordinário não se deitava antes das 2 horas da madrugada, como ela própria me confessou na sua última carta de 20 de novembro.”⁸

Bibliografia

BARREIRO, José - *Monografia de Paredes* - Edição fca-simulada - Associada às conferências no âmbito do Programa para assinalar o Bicentenário do Nascimento de José Guilherme Pacheco 1921-2021, Julho de 2021, Paredes.
BROTÉRIA - *Vulgarização Científica*, Volume 13, 1º de janeiro de 1915.
COSTA, Vieira da - *Por montes e vales* - (Cartas a Eduardo Sequeira) IV e V, *Voz Pública*, 1905.

Webgrafia

<https://in-libris.com/products/portugal-artistico-eduardo-sequeira>
<https://jesuitonlinelibrary.bc.edu/>
<https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=10342>
<https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/viewer?id=10342&FileID=160252&recordType=Description>
<https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/viewer?id=3174&FileID=130794&recordType=Description>
<https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=3174&detailsType=Description>
<https://www.broteria.org/pt/home>
<https://www.canthecan.net/category/publicacoes-e-estudos/>
<https://www.castroesilva.com/store/sku/1711JR032/as-abelhas>
https://www.homemdoslivros.com/search/label/*EDUARDO%20SEQUEIRA
<https://www.gutenberg.org/files/27412/27412-h/27412-h.htm>

⁵ *Monografia de Paredes*, p. 297.

⁶ *Brotéria* - *Vulgarização Científica*, Volume 13, 1 de Janeiro de 1915, p. 63.

⁷ *Monografia de Paredes*, p. 296.

⁸ *idem, ibidem*.

FRANCISCO MOREIRA DAS NEVES E O LEAL CONSELHEIRO INFANTIL

António Aresta, Professor de Filosofia na Escola Secundária de Paredes

I

Francisco Moreira das Neves [18.11.1906-31.03.1992], natural da freguesia de Gandra, no concelho de Paredes, foi uma personalidade culturalmente marcante¹ no regime do Estado Novo e um escritor com uma muito grande e polifacetada obra ensaística e literária. A sua instrução primária² foi terminada em Paços de Ferreira, no ano de 1918. Seguiram-se os estudos na cidade do Porto, no Seminário de Nossa Senhora da Conceição e no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, concluindo o Curso Teológico em 1928. Ordenado sacerdote pelo Bispo do Porto, D. António Castro Meireles³ [1885-1942], a sua missa nova foi celebrada no dia 26 de maio de 1929 na Igreja de S. Miguel de Gandra. A vida pastoral de Francisco Moreira das Neves inicia-se em Milhundos [Penafiel], seguindo-se S. Miguel de Gandra [Paredes] e Mosteiró [Vila do Conde].

Começa a colaborar com muita assiduidade na imprensa, com artigos sobre literatura, história, religião e com poesias e, em 1934, é destacado para Lisboa para assumir a chefia da redacção do jornal *Novidades*, órgão oficioso do episcopado, desde 1923 até ao seu encerramento em 1974. Os quarenta anos de jornalismo⁴ que então começaram foram intensos, comprometidos e atentos, com as problemáticas religiosas a entrelaçarem-se com as dimensões ideológicas e culturais, mantendo sempre Francisco Moreira das Neves uma iniludível fidelidade aos valores do Estado Novo. Na

¹ Está por fazer um roteiro bibliográfico sobre a obra de Monsenhor Francisco Moreira das Neves, incluindo os artigos dispersos em jornais, revistas e colaboração em volumes colectivos. Para uma visão de conjunto, são particularmente importantes estes títulos: *Padre Moreira das Neves, Cinquenta Anos de Jornalismo, 1934-1984*, ed. Rádio Renascença, 1984, e *Actas do Centenário do Nascimento de Monsenhor Moreira das Neves (1906-2006)*, ed. Câmara Municipal de Paredes, 2008. Ver, ainda, o artigo de Margarida Meireles, "Monsenhor Francisco Moreira das Neves", *Revista Orpheu Paredes*, Nº 2, dezembro, 1979, pp. 17-19. Pelo seu simbolismo, retenho este parágrafo: "De quando em quando, fazia preleções sobre problemas morais. Se citava o Nome de Deus, ordenava que alguém fosse ver, à porta de entrada, se estava lá a República. Como a resposta era negativa, dizia: -- Então podemos continuar...", p. 18.

² Escreveu um comovido texto de homenagem ao seu professor de instrução primária, "Professor Nogueira da Rocha, lembranças de um discípulo agradecido", publicado no *Boletim Cultural [da Câmara Municipal de Paredes]*, Nº 2, dezembro, 1979, pp. 17-19. Pelo seu simbolismo, retenho este parágrafo: "De quando em quando, fazia preleções sobre problemas morais. Se citava o Nome de Deus, ordenava que alguém fosse ver, à porta de entrada, se estava lá a República. Como a resposta era negativa, dizia: -- Então podemos continuar...", p. 18.

³ Era sobrinho de Adriano Moreira de Castro, da Casa da Castrália, em Louredo, benemérito da Instrução Pública e antigo presidente da Câmara Municipal de Paredes.

⁴ Fará deste princípio um valor primordial: "Quem não respeita a Palavra acabará, logicamente, por não respeitar a Verdade", *Jornal Novidades*, Ano II, Nº 41, 26.03.1939.

Emissora Nacional e na Rádio Renascença fez palestras literárias e dinamizou programas infanto-juvenis em parceria com Adolfo Simões Müller e Artur Bivar. Foi o director nacional da Obra dos Leprosos e um dos fundadores da Obra do Ardina. Encabeçou várias cruzadas cívicas e culturais, entre as quais se destacam a valorização dos Moinhos de Vento, a revitalização das Alminhas nos caminhos e nas ruas ou a restauração dos Cruzeiros da Independência⁵. Repartiu ainda o seu tempo por muitas outras actividades: Director dos Serviços Religiosos na Companhia Colonial de Navegação, membro da Comissão de Exame e de Classificação de Espectáculos e consultor da editora Bertrand. A sua obra literária é vastíssima e multimoda e dela retenho apenas os seguintes títulos: *Sonho Azul*, 1931; *Leal Conselheiro Infantil*, 1940; *Mendigo de Deus*, 1940; *Inquietação e Presença: Miguel*



Sé e Melo e o Movimento Modernista, 1942; *Guerra Junqueiro, o Homem e a Morte*, 1942; *O Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa*, 1948; *O Anjo das Três Loucuras, Sílvia Cardoso*, 1953; *A Tarde e o Céu*, 1954; *Vida de Jesus*, 1955; *Nossa Senhora Mãe de Cristo*, 1957; *Monólogo de um Soldado Húngaro*, 1957; *O Vencedor de Aljubarrota e os Vencidos da Vida*, 1960; *O Cardeal Cerejeira e o Tempo Presente*, 1963; *Grupos Proféticos e Contestação*, 1970; *Na morte do Presidente Salazar. Oração Fúnebre no Mosteiro dos Jerónimos*, 1970; *Para um Retrato de Salazar*, 1971; *Os Moinhos na Arqueologia e na Bíblia*, 1973; *O Positivismo de Teófilo Braga*, 1975; *Camilo Tal Qual*, 1978; *Santa Maria nos Poetas Portugueses do Século XVI*, 1979; *Legendas Latinas em Trovas Portuguesas*,

⁵ "Olho para o Passado. Olho para o Presente. E digo a mim próprio: uma cruz basta, para dizer, na História, quem é Portugal", *Jornal Novidades* de 31.12.1939 e republicado na *Revista dos Centenários*, Nº 14, 29.02.1940. Este texto ganhou o 1º Prémio do Concurso de Artigos sobre as Comemorações de 1940 publicados na imprensa portuguesa.

1981 ; *Caminho do Sangue*, 1982 ; *Santo Agostinho, artista da palavra*, 1986 ; *Florinhas de D. Frei Bartolomeu*, 1987 ; *O Padre Américo*, 1987 ; *Camilo e Gomes de Amorim*, 1990 ; *Mendigo de Deus – poemas do sofrimento e da graça*, 1992.

Dedica à sua terra natal diversos estudos e deles destaca estes quatro: *Hino do Concelho de Paredes* [versos de Moreira das Neves e música de Vergílio Pereira], 1940; *Terra Verde – Cancioneiro do Concelho de Paredes que para o Povo escreveu o Padre Moreira das Neves*, 1971; *De como foi em Paredes que José Leite de Vasconcelos iniciou a sua maravilhosa carreira de etnógrafo*, 1978; *Os Santos Padroeiros das Freguesias do Concelho de Paredes*, 1980.

Inúmeras poesias e textos de Monsenhor Francisco Moreira das Neves estiveram incluídos em manuais escolares e em selectas⁶ de língua portuguesa, sendo, por conseguinte, um autor reconhecido no mundo escolar e académico. Concedeu desde sempre muita importância à transmissão dos valores, conforme se nota nesta poesia⁷, datada de 1931: “Filho: Sê franco e puro, forte e bom. / Ama a Deus, ama a Pátria, ama o luar. / Não entregues jamais o coração / a que te possa, um dia, atraíçoar”.

Fernando Namora⁸ [1919-1989], médico e um dos grandes escritores portugueses da contemporaneidade, escreveu estas palavras certas que importa resgatar do esquecimento: “Há no Pe. Moreira das Neves uma árdua militância cultural, mas toda ela voltada para o investimento em valores de uma matriz ‘exemplar’. Como homem das letras em nada se desviou da rota que se impôs, e nunca deu sinais de qualquer ambiguidade. Fez opções e por elas se bateu com argúcia e ardor generoso”.

O seu nome está inscrito na toponímia dos concelhos de Paredes e de Cascais, que dessa forma homenagearam a sua vida e o seu



⁶ A título de exemplo: PORTUGAL MAIOR. Livro de Leituras Portuguesas para o 1º ano dos cursos gerais do ensino secundário [António Reis Góis, Antonino Henriques, Maria de Lurdes Viegas], ed. Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, s/d; LEITURAS [Beatriz Mendes Paula e Maria Alice Gouveia], ed. Livraria Arnado Lda, Coimbra, s/d; PORTUGAL GIGANTE. Narrativas Históricas para o Ciclo Preparatório, o Curso Complementar de Aprendizagem e o Ensino de Aperfeiçoamento [Fernando de Pamplona], Livraria Didáctica, Lisboa, s/d, 9ª edição; O MUNDO PORTUGUÊS. Livro de Leitura para o Ensino Técnico Profissional [José Monteiro Cardoso e José de Oliveira Boléo], Livraria Cruz, Braga, 1959, 4ª edição.

⁷ Moreira das Neves, *Sonho Azul. Sonetos*, ed. do Autor, Porto, 1931, p. 135.

⁸ Citado por Margarida Meireles, “Monsenhor Francisco Moreira das Neves”, *Revista Orpheu Paredes*, Nº 2, 2020.

legado de intelectual católico. Está sepultado no Cemitério de Gandra e a sua campa ostenta os seguintes versos, da sua autoria: “Aqui jaz quem nunca foi / milionário nem herói / mas quis ser em alegria / apenas, em dor e amor / cantor de Nosso Senhor / Poeta da Eucaristia”.

II

Parece-me oportuno contextualizar e sinalizar, de uma forma sucinta, o *Leal Conselheiro*⁹, da autoria de El-Rei Dom Duarte¹⁰ [1391-1438], um dos grandes Príncipes de Aviz, da conhecida Ínclita Geração, cujo cognome é justamente o *Eloquente*. O *Leal Conselheiro* foi provavelmente terminado no último ano da sua vida e é um importante tratado de ética e de moral, amplificando, *urbi et orbi*, entre outros, este axioma, “assim o saber e as virtudes com trabalho se aprendem, guardam e seguem”¹¹, mas estranhamente esquecido ou perdido até o Abade Correia da Serra¹² ter descoberto o manuscrito que se encontrava guardado na Biblioteca Régia de Paris, sendo editado apenas em 1842, isto é, mais de 400 anos depois. Não há uma explicação plausível para um tão longo apagamento silencioso, até porque era um livro escrito pela mão do Rei e não por um qualquer literato, cronista ou mestre escola. A outra obra de El-Rei Dom Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*, parece ser, na opinião de Rogério Fernandes, um pequeno manual de instrução militar destinado à nobreza, no contexto das preocupações pedagógicas e culturais com a educação senhorial.

Mas será, porventura o Capítulo LXX do *Leal Conselheiro*, intitulado “Dos pecados da boca”¹³, que terá decisivamente inspirado Francisco Moreira das Neves e que, pela sua importância, transcrevo: “Os pecados da boca são estes: acostumado juramento, perjúrio, blasfémia, o nome de Deus sem reverência tomar, a verdade contradizer, murmurar contra Deus, dizer as horas sem reverência, detraer, mentira dizer, vitupério, maldição, comunicação, impugnação de verdade conhecida, impugnação de verdade fraternal, seminação de discórdia, traição, falso testemunho, mau conselho, escarnimento, condição de obrar, subverter bons feitos, em nas igrejas falar, a ira o homem provocar, repreender o homem naquilo que ele faz, falamento vão, falar palavra ociosa e supérflua, jactância de palavras, defendimento dos pecados, brados, risos e escarnecer, torpemente falar, palavras desonestas dizer, cantar cantigas segrais em no canto divino, mais estudar em quebrantar a voz que devotamente cantar, e murmurar, dizer palavras que não pertençam a bons costumes, vogar pela causa injusta e o mal aprovar”.

⁹ Sigo estas duas edições: Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998; Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, edição e notas de João Manuel Ferreira da Fonseca, publicação da Junta de Freguesia de Viseu, 2020.

¹⁰ Veja-se a excelente biografia escrita por Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requiem por um Rei Triste*, Círculo de Leitores, 2005.

¹¹ Cito pela edição de João Manuel Ferreira da Fonseca, *idem*, p. 31.

¹² José Francisco Correia da Serra [1750-1823], diplomata, filósofo, cientista e um dos fundadores da Academia das Ciências de Lisboa. Foi amigo do Presidente dos Estados Unidos da América, Thomas Jefferson.

¹³ *Idem, idem*, p. 195.

Este parágrafo é notável porque encerra em si mesmo um pequeno tesouro de conhecimentos e de sabedoria sobre a vida em sociedade: da subtil arte de argumentar até à psicologia da natureza humana, passando pelo exigente exercício do poder, pela finura antropológica colocada no emergente sentimento de saudade, pelas relações entre o sagrado e o profano, pelo civismo ou pela solidariedade e fraternidade entre todos e cada um. A maestria pedagógica, especulativa e política de El-Rei Dom Duarte está aqui muito bem demonstrada e aberta à posteridade.

III

O *Leal Conselheiro Infantil*, com o longo subtítulo, “o qual fizeram Padre Moreira das Neves, Armando Leça, João Carlos e o Povo, para as Crianças Portuguesas, em lembrança do Ano Áureo de 1940, VIII Centenário da Independência, III da Restauração da Pátria”, foi publicado por Domingos Barreira Editor, no Porto, em 1940. Moreira das Neves é o autor principal, Armando Leça¹⁴ ocupa-se das composições musicais e João Carlos, o artista plástico que fez uns primorosos desenhos. Num contexto similar dirá que “um livro tem de ser um acto rasgado de sinceridade”¹⁵, o que realmente parece ser o caso.

Abre com uma citação de El-Rei Dom Duarte, *E Filhajo por Huú ABC de Lealdade*, posicionando-se claramente como um livro promotor de valores éticos, morais, religiosos, culturais, políticos e de um acrisolado nacionalismo, em linha com a doutrinação do Estado Novo. Foi publicado em plena segunda guerra mundial, no auge das comemorações dos 700 anos da Independência e dos 300 anos da Restauração, tudo datas simbólicas que o antigo regime aproveitou para reforçar a educação cívica e política dos cidadãos, olhando especialmente para a juventude escolar.

O livro está dividido em três partes. Na primeira parte [prólogo e exercícios de fonética], enuncia-se com clareza: “as modas e os jogos de roda, coreográficas ou corais, principalmente as da própria localidade ou as mais conhecidas: ensiná-las às crianças é aporuguesá-las”¹⁶. A segunda parte intitula-se “O Verbo Cantar”¹⁷ e apresenta 30 modas novas e modas velhas, modas de roda e monódicas, modas coreográficas e coros regionais a duas vozes, representativas do Douro-Litoral, da Beira-Baixa, da Foz do Leça, da Beira-Alta, das Terras de Penedono, da Variante de Ovar, da Variante de Guimarães, dos Arrabaldes de Coimbra, do Concelho de Vila Nova de Gaia, da Variante de Cedovim (Foz Côa), de Riba Cávado, da Serra da Lapa (Beira-Alta), de Cabeceiras de Basto,

da Variante de Amares, da Terra de Lafões, do Baixo Alentejo, do Minho Litoral e do Alto Douro. Encontramos aqui a canção “Mocidade, Avante!”¹⁸, com a letra do padre Moreira das Neves e a música de Armando Leça: “Mocidade, luta e canta! / Caminha, vive em esperança! / Quando a Pátria se levanta, / Também Deus com ela avança! // Côro: Já passou a hora incerta, / É de fogo o nosso instante. / Mocidade, alerta! alerta! / Mocidade, avante! avante! // Através das nossas veias / Gira o sangue em turbilhão. / Castelo heróico de ameias / Seja o nosso coração. // Somos a hoste escolhida / Para a vitória final. / Portugal da nossa vida, / Confia em nós, Portugal!”. A terceira parte alberga o “Verbo Dizer”, onde se alinham 40 poesias do padre Moreira das Neves, esfuziantes de portugalidade e de fervor religioso, como aqui se deixa transparecer¹⁹: “Uniram-se a Espada e a Cruz, / Ambas radiantes de glória, / No mistério que reluz / Nas profundezas da História. // Portugal surgiu, então, / Na sua fé sem abalo, / Jesus Cristo a dar-lhe a mão, / Nossa Senhora a embalá-lo...”.

No *Leal Conselheiro Infantil* faz-se a pedagogia de um patriotismo angélico que blindava o espírito às mudanças políticas e sociais, acompanhado de um fechamento a tudo quanto era novo, diferente ou provocador²⁰: “Eu sou o Mestre, porque sou o Cristo. / Quem não me segue não encontra o Fim... / Estudar-me é rezar, rezar é isto: / Vir ter comigo, p’ra ficar em Mim”. O patriotismo era considerado um valor axial²¹, “Mas Portugal, quando sofre, / Não sofre para morrer. / Do sangue dos seus martírios / Sai a luz da sua glória”, mas porventura inibidor dos lances mais ousados que, no limite, poderiam conduzir à mudança do regime político. A mensagem de António de Oliveira Salazar²² para os novos tempos era muito clara na sua aparente simplicidade: “Os homens que se habituam a cumprir sempre e só o seu dever pouco se lhes dá do lugar que ocupam: interessa-lhes muito desempenhá-lo bem”. As Bases da Reforma do Ensino Primário²³, apresentadas pelo Ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, em 1938, continham este preceito que haveria de ser transversal a todos os comportamentos, exercer as virtudes morais e cívicas, dentro de um vivo amor a Portugal”. Ora o *Leal Conselheiro Infantil* lança, assim, as sementes para a modelação educativa e cultural de um cidadão crente e temente a Deus, com um apurado sentido de obediência, respeitador das hierarquias e visceralmente patriota nas atitudes e nos valores²⁴: “Não tenhas nunca desejos / que vão além da tua altura. // Para a alma andar contente / e ser feliz, // É melhor ser como os regatos da lenda: / dar de beber às pedras, / na humildade, e não subir aos montes / senão para medir mais facilmente / a nossa pequenez”.

O *Leal Conselheiro Infantil* nunca quis ser uma propedêutica para um pensamento livre e mobilizador de saberes vários e isso configura um equívoco terrível. Sabemos desde Kant, que o postulava na “Crítica da Razão Prática”, que a lei moral exprime

¹⁴ É o pseudónimo de Armando Lopes [1891-1977], professor efectivo do Liceu Rodrigues de Freitas, a partir de 1928/1929, importante compositor, etnomusicólogo e autor de, entre outros, *Da Música Portuguesa*, 1922; *Solfejo Entoado para Uso dos Liceus e Colégios*, 1933; *Música Popular Portuguesa*, 1947 ou *Leça dos Mareantes*, 1957. Era o Pai de Óscar Lopes e de Mécia de Sena.

¹⁵ Escreveu este pensamento no pórtico do seu livro, *Guerra Junqueiro, o Homem e a Morte*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1942.

¹⁶ *Leal Conselheiro Infantil*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1940, p.9.

¹⁷ O Ministério da Educação Nacional, através do Decreto-Lei Nº 27 603, de 29 de Março de 1937, postulava o seguinte: “A memória da criança deverá ser enriquecida com cânticos regionais, patrióticos e religiosos, tendentes à unidade moral portuguesa, pois é no canto que a alma colectiva encontra a sua expressão mais alta e vibrante”.

¹⁸ *Leal Conselheiro Infantil*, *idem*, p. 53.

¹⁹ *Idem, idem*, p.57.

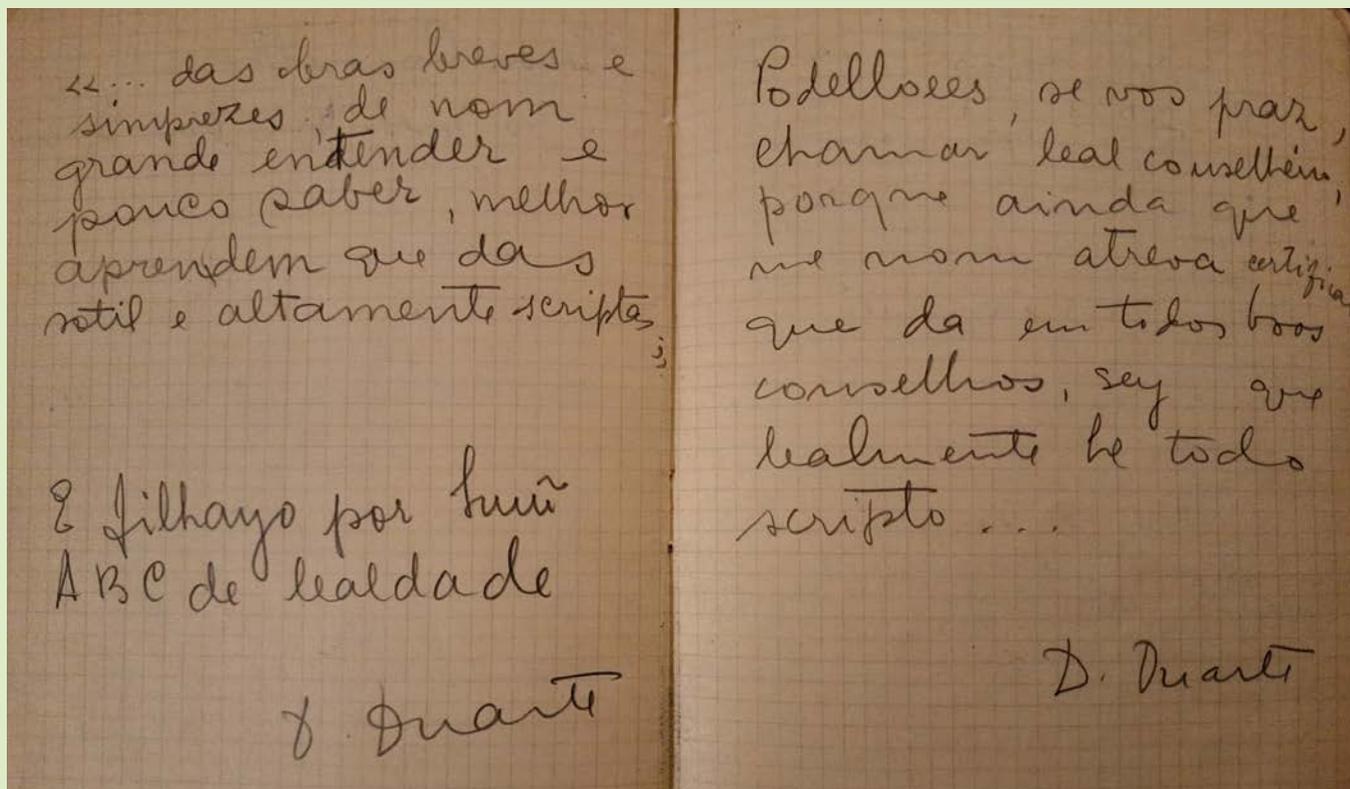
²⁰ *Idem, idem*, p. 84.

²¹ *Idem, idem*, p. 143.

²² “Ditadura Administrativa e Revolução Política”, discurso proferido na Sala do Risco, em 28 de Maio de 1930, in *Discursos* [1928-1934], Coimbra Editora, 3ª edição, 1939, p. 66.

²³ Lei Nº 1969, de 20 de maio de 1938.

²⁴ *Leal Conselheiro Infantil*, *idem*, p. 138.



Apontamento no caderno pessoal de Francisco Moreira das Neves
(Biblioteca Municipal de Paredes - Fundo da Biblioteca de Monsenhor Francisco Moreira das Neves)

a liberdade. E Bergson²⁵ dizia com clareza, “um ser não se sente obrigado se não for livre, e cada obrigação, tomada à parte, implica a liberdade”. Sem a vivência das liberdades, a formação das ideias estava fortemente condicionada, ficando como meros estandartes esvoaçantes os conceitos de deus-pátria-família, uma trilogia de virtudes abstractas para a conduta humana individual. O domínio dos conhecimentos essenciais [ler, escrever e contar], adicionado ao respeito pelos outros constituía a prioridade nuclear para todos os jovens.

É curioso notar que neste mesmo ano de 1940, uma outra personalidade natural de Paredes, o padre Joaquim Alves Correia, estava envolvido numa acesa polémica com Raul Proença, uma figura cimeira da *Seara Nova*, sobre a essência e a vivência das liberdades. E Raul Proença escreve o seguinte²⁶: “para mim, verdadeiro Mestre é só aquele que nos ensina a ser livres, que nos liberta de toda a estreiteza, de todo o jugo, de toda a sujeição, de toda a tutela, que não nos ensina a pôr as mãos e a prostrar-nos, mas a levantar-nos, que não nos quer inspirar o respeito por nenhuma espécie de servidão”. Ora o *Leal Conselheiro Infantil* é a antítese perfeita destas ideias, consideradas subversivas e perigosas para a ordem estabelecida.

No *Leal Conselheiro Infantil*, Francisco Moreira das Neves acomoda uma filosofia da educação de apaziguamento, de conformidade e de indiferença perante a raiz dos problemas e

da conflitualidade que lhe está intrínseca, como se nota neste poema²⁷: “Os pobrezinhos! / Bemdito seja o sol que os alumia! / Bemdito seja o pão que os alimenta! / Bem dita seja a água que os sacia! / Bem dita seja a paz que os inebria! / Bem dita seja a esperança que os alenta! / Bemdito seja, para sempre, o Senhor Deus!”.

O *Leal Conselheiro Infantil* faz a apologia de um mundo sem fragilidade ontológica²⁸: “Eu creio em Deus / que fez o sol e as flores, / que fez a vida e a alegria, / que fez as almas e as pátrias!”, inscrevendo a dimensão religiosa na sua vocação originária de religar as pessoas em torno da realidade e de leituras interpretativas sobre o sentido e o valor da vida. Francisco Moreira das Neves junta à dimensão pessoal e social da religião uma valoração da história de Portugal resgatada segundo o sentimento religioso, onde a ideia de Deus abre todas as possibilidades estimuladoras de confiança, de esperança e de transfiguração. A condição humana, infantilizada e menorizada, essa, acomoda-se a um percurso impressionado pela fé e pelo exercício de alienação de uma realidade trágica em permanente devir.

Este catecismo de vera doutrinação cívica, cultural e política encerra com a “Marcha da Mocidade Portuguesa”, com “A Portuguesa [Hino Nacional]” e com o “Hino da Restauração [1º de Dezembro de 1640]”.

²⁵ *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*, in Henri Bergson, *Oeuvres*, Presses Universitaires de France, 6ª édition, 2001, p. 981.

²⁶ “Algumas Palavras sobre as Palavras de Crítica do Sr. P. Alves Correia”, *Seara Nova*, Nº 652, 10 de fevereiro de 1940, p. 284.

²⁷ *Leal Conselheiro Infantil*, *idem*, pp. 132-133.

²⁸ *Leal Conselheiro Infantil*, *idem*, p. 146.

VERGÍLIO PEREIRA

UM PERCURSO ETNOMUSICAL

Luís António Ribeiro, Professor de Filosofia na Escola Secundária de Paredes

Nascido em Vilela, a 7 de outubro de 1900, começou por aprender os rudimentos musicais com seu pai, António Gaspar Pereira, um dos fundadores da Banda Musical de Vilela. Paralelamente ao curso do Magistério Primário, V. Pereira forma-se em música, tendo frequentado o Conservatório de Música do Porto e a Academia Mozart, obtendo nesta a carteira de Chefe de Orquestra. Ao regressar ao Concelho de Paredes, em 1924 ¹, enquanto docente do Ensino Primário, funda e dirige o “Orfeão Castro Araújo” (1924-1942), formado exclusivamente por amadores, desde trabalhadores rurais e artífices, até operários fabris, na sua maioria sem quaisquer conhecimentos musicais. Ao longo de vários anos fundou e dirigiu vários grupos corais ², obtendo



grande visibilidade através de um deles em particular, o grupo coral “As Pequenas Cantoras de Portugal”, mais conhecido como “Pequenas Cantoras do Postigo do Sol”, constituído por alunas do “Recolhimento de Nossa Senhora e S. José”, instituição benemerita da cidade do Porto. Em 1941, Vergílio Pereira é convidado por esta mesma instituição (sob o patrocínio da Junta de Província do Douro Litoral) para formar um grupo coral com as suas internas, essencialmente raparigas de meios socioeconómicos muito desfavorecidos. Este grupo coral realizou cerca de 250 concertos, em Portugal e no estrangeiro, obtendo grande sucesso nas audições públicas realizadas e rasgados elogios por parte da crítica especializada. Este projeto, no entanto, termina de forma algo inesperada, em setembro de 1953, por razões que se prenderam mais com a vida pessoal das cantoras do que da vontade ou decisão do próprio maestro.

A par de toda esta atividade coral e orfeónica, Vergílio Pereira é convidado, em 1947, a integrar, enquanto investigador, a Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral, com o objetivo de iniciar uma criteriosa recolha etnográfica do património musical na área geográfica afeta a esta Junta. Através de uma bolsa conferida por aquela comissão, procede “(...) ao levantamento extensivo de música vocal polifónica no Concelho de Cinfães, território eleito, segundo o investigador, por não possuir nenhum rancho folclórico” (PESTANA, 2008, pp.36). A preocupação com a eventual permeabilidade dos ranchos folclóricos a formas estéticas externas à região, potencialmente deturpadoras das características mais genuínas dos cantares locais, foi a razão que o levou a tomar essa escolha ³. Vergílio Pereira inicia, nesse verão de 1947, uma recolha de cantares genuinamente locais na Serra de Montemuro, em particular na freguesia da Gralheira e áreas limítrofes. Desta pesquisa resultará a identificação e catalogação de um conjunto variado de *espécies* musicais que, pela sua raridade e especificidade, são consideradas como sendo tipificadoras da identidade da região. Ao todo recolhe 301 canções populares, desde ‘Cantigas dos Reis’ ou ‘Cantigas da Quaresma’ a ‘Cantigas de Trabalho’ e ‘Cantigas de Embalar’. Entre

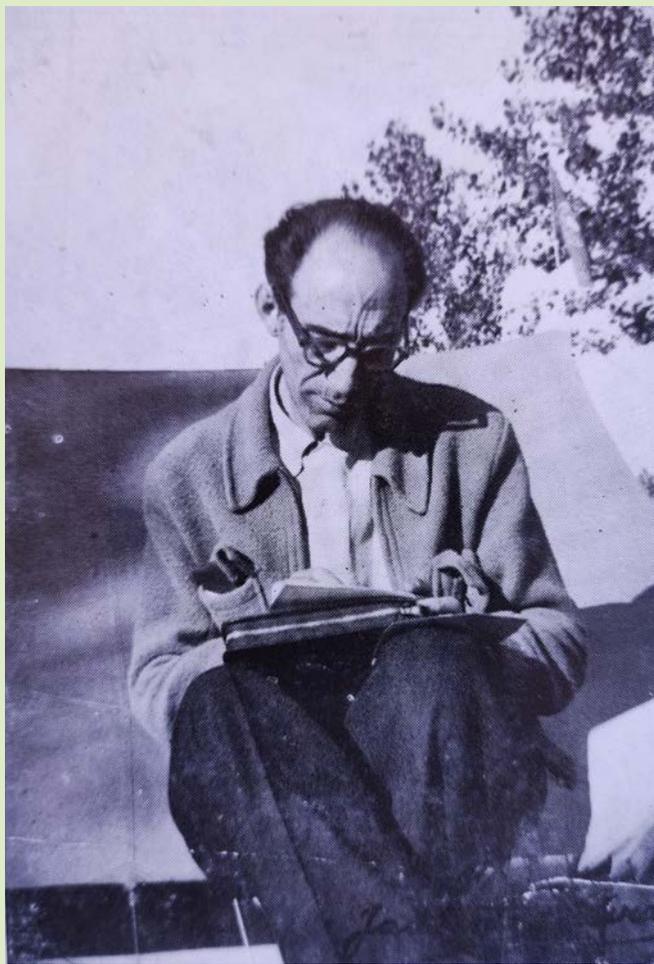
³ Na época, a divulgação através da Rádio de estilos musicais inseridos no contexto do ‘teatro revisteiro’ contaminava cada vez mais a manutenção das formas arcaicas dos cantares locais. Nas ‘*Atas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos* (III, Porto, 1960), numa comunicação intitulada ‘Os coros populares arcaicos e o panorama músico-etnográfico do Douro Litoral’, Vergílio Pereira alerta para a necessidade da existência de um organismo oficial que exercesse atenta vigilância sobre os ranchos folclóricos, para que estes não adulterassem a verdade do folclore musical regional.

¹ Para a freguesia de Lordelo.

² “Coral Polifónico do Porto” (1936-1946), “Orfeão do Porto” (1951-1958), “Orfeão da Covilhã” e “Coro Etnográfico da Covilhã” (1958-1965).

estas 'espécies' musicais encontram-se 108 cantas e 6 cramóis ⁴, que irão ser posteriormente editados, em 1950, no "Cancioneiro de Cinfães". De acordo com o etnógrafo e musicólogo Rebelo Bonito, estes *cramóis* e *cantas* (cantos polifónicos a três e duas vozes, respetivamente) eram cantados nos serões caseiros, na sacha do milho e "(...) pelo fim do dia, a caminho de casa, usando-se com alguns o *ritual* das cantas tal como descrito no "Cancioneiro de Cinfães": de frente para o vale, em atitude ereta, cabeças unidas, mãos formando concha junto à boca para que a harmonia ecoe longa e fortemente pelos refegos da montanha" (BONITO, 1948, pp. 46-47). A importância desta recolha realizada em Cinfães fez com que, em 1948, a mesma comissão atribuisse a V. Pereira nova bolsa, desta vez para um levantamento extensivo das tradições musicais populares no Concelho de Resende ⁵, o que conduziu à posterior catalogação e edição, no 'Cancioneiro de Resende' (1957), de 123 *espécies* musicais que, segundo classificação de Rebelo Bonito, se dividem em vários géneros ⁶, tais como: "cantigas de trabalho", "cantigas de embalar", "cânticos da natividade", entre outros. A terceira recolha musical extensiva, realizada pelo maestro entre 1953 e 1955, realizou-se no Concelho de Arouca. Aqui recolheu 531 *espécies* musicais, também elas diversamente catalogadas e contextualizadas, sendo posteriormente editadas no 'Cancioneiro de Arouca' (1959). Esta recolha teve uma particularidade que a distingue das anteriores: pela primeira vez recorre-se ao registo sonoro e não apenas à transcrição, para recolha de informação no terreno.

Uma característica comum a estes três cancioneiros é a de documentarem "(...) sobretudo práticas polifónicas femininas" (PESTANA, 2008, pp.38), ressaltando o significado do papel das mulheres nas atividades agrícolas. As transcrições musicais efetuadas por Vergílio Pereira transformaram-se num cânone a partir do qual os grupos folclóricos deveriam construir todas as suas representações. É por esta época, 1957, que lhe é conferido o *Grau de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública*, por reconhecido mérito do seu labor, quer pelas recolhas etnográficas efetuadas, quer pela sua atividade enquanto compositor, maestro e divulgador do canto coral. Em 1958, V. Pereira dá início à recolha, no Concelho de Stº Tirso ⁷, de "(...) 84 registos sonoros e 84 transcrições musicais, que permanecem inéditos no Museu Nacional de Etnologia (PESTANA, 2008, pp.39), privilegiando-se também aqui o universo feminino, já que a maioria das informantes continuam a ser mulheres. Esta recolha nunca chegou a ser editada pelo facto de as Juntas de Província, enquanto entidades administrativas do território,



terem sido extintas em 1959 ⁸. Outras recolhas, menos exaustivas, mas também relevantes, foram as que realizou, a expensas pessoais, nas aldeias comunitárias do Gerês em 1952 e 1956 (sobretudo na freguesia de S. João do Campo - Terras de Bouro) e em Miranda do Douro, na localidade de Sendim, em setembro de 1957. Daqui resultaram algumas publicações dignas de registo, entre as quais os *Corais Geresianos, subsídios para o cancioneiro raiano*, de 1957 ⁹ e os *Corais mirandeses - Novos Subsídios para o Cancioneiro Raiano*, de 1959. Entre 1961 e 1963, através do patrocínio da secção de Etnomusicologia da Fundação Calouste Gulbenkian, inicia a recolha de tradições musicais populares da Beira Baixa, em Concelhos como os do Fundão, Guarda e Covilhã ¹⁰. Esta recolha foi postumamente

⁴ *Cantas*: género vocal a duas vozes em movimento paralelo, cantado por mulheres, executado sobretudo ao fim da tarde, depois dos trabalhos agrícolas.

Cramóis: designação local de práticas a três vozes, à distância de 3ª e de 5ª, que resolvem num acorde de 4ª e 6ª (segunda inversão de acorde de tónica), cantada por coro misto no qual as vozes masculinas apenas realizam as vozes de baixo e as femininas as três vozes" (PESTANA, 2008, nota de rodapé 10 e 11, pp. 51)

⁵ "Quando a J.P.D.L. patrocinou a edição do "Cancioneiro de Resende", em 1957, (...) já V. Pereira completara o levantamento do "Concelho de Arouca" (1953-1955), tendo este sido apenas editado em 1959" (PESTANA, 2008, pp.38)

⁶ Tal como já tinha sucedido no "Cancioneiro de Cinfães".

⁷ Na mesma altura também realizou recolhas nos concelhos de Baião e de Felgueiras.

⁸ Neste caso, os registos sonoros também desapareceram, sobrevivendo apenas um registo guardado pelo próprio maestro. (1965).

⁹ Para Vergílio Pereira "Os coros populares arcaicos que agora se publicam e que forma recolhidos sem qualquer auxílio de ordem material, ficarão, no entanto, a afirmar uma vez mais a riqueza do nosso ignorado folclore" (PEREIRA, 1959, «*Corais Mirandeses*», pp. 49)

¹⁰ Obra editada postumamente pelo orfeão da Covilhã (1992- Organização de José Alberto Sardinha), da qual V. Pereira foi fundador, tendo sido também Diretor do Conservatório Regional da mesma cidade.

editada pelo Orfeão da Covilhã, em 1992. Morre em 1965, deixando uma obra de valor inestimável no panorama da etnomusicologia portuguesa. Após ter caído num incompreensível e prolongado esquecimento, o seu legado tem vindo a ser objeto de estudo por parte de etnomusicólogos portugueses, entre os quais Maria do Rosário Pestana, numa tentativa de recuperar e revalorizar a pesquisa etnográfica por

ele efetuada¹¹, retirando-o da obscuridade onde se encontrava mergulhado. Num artigo publicado em 1965, na Revista de Etnografia, o amigo e musicólogo Rebelo Bonito realça a paixão de Vergílio Pereira pela etnografia musical e lamenta a sua morte, afirmando que esta representa uma "(...) sensível diminuição dos valores nacionais numa especialidade cujos cultores tanto escasseiam."¹²

Fotos publicadas no *Boletim Municipal da Câmara Municipal de Paredes*, nº 3, 1980

Bibliografia

ALVES, Vera Marques (1997) - «Os etnógrafos locais e o secretariado da propaganda nacional: um estudo de caso». *Etnográfica*, nº 1 (2): 237-257
 ALVES, Vera Marques. (2007) - «A poesia dos simples: arte popular e Nação no estado Novo». *Etnográfica*, 11 (1): 63-69.
 ALVES, Vera Marques (2013) - *Arte Popular e Nação no Estado Novo - A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
 BONITO, P. Rebelo. PEREIRA, Vergílio (1948) - «As cantas e os cramóis do cancionero de Cinfães, como formas arcaicas da etnografia musical». Porto: Ed. *Boletim do Douro Litoral*, 1, IIIª Série. 21-33
 LIMA, A. C. Pires de (1947) - «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, O Cancioneiro de Cinfães». Porto: Ed. Junta de Província do Douro Litoral, C.E.H. (Série A), 4º Vol. 3-20
 PEREIRA, Benjamim 2009 (1965) - *Bibliografia Analítica da Etnografia portuguesa*. Lisboa: I.M.C.
 PEREIRA, Vergílio (1950) - *Cancioneiro de Cinfães*. Porto: Ed. Junta de Província do Douro Litoral, C.E.H. (Série A), VIII.
 PEREIRA, Vergílio (1957) - *Cancioneiro de Resende*. Porto: Ed. Junta de Província do Douro Litoral, C.E.H., XV.
 PEREIRA, Vergílio (1957) - «Corais Geresianos - Subsídios para o cancionero raiano». Separata patrocinada pela Junta de Turismo do Gerês, Porto: Separata do D.L. - *Boletim da Comissão de Etnografia e História*, Nº III/IV - 8ª Série. 185-202
 PEREIRA, Vergílio (1959) - *Cancioneiro de Arouca*. Porto: Ed. Junta da Província do Douro Litoral, C.E.H., XVIII.
 PEREIRA, Vergílio (1959) - «Corais mirandeses - Novos subsídios para o cancionero raiano». Porto: *Douro-Litoral*, 9ª Série, I, 5-33

PEREIRA, Vergílio (1960) - «Os coros populares arcaicos e o panorama músico - etnográfico do Douro - Litoral». Porto: A.C.E.E.L.V., III.
 PESTANA, Maria do Rosário (2008) - «A Música na Construção do Douro Litoral: Coleção, Estudo e Divulgação de Práticas Polifónicas de Música e tradição Oral em Portugal (1947 - 1959)», Baiona: Etno - Folk - *Revista Galega de Etnomusicología*. Ano IV, Vol. 1 - nº 12. 31-54
 PESTANA, Maria do Rosário (2009) - «O Museu de Etnografia e História do Douro Litoral: Etnografia e Museologia na Construção do Douro Litoral». Porto: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol.49 (1-4), Ed. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 79-92
 PESTANA, Maria do Rosário (2010) - «Um ritual de regeneração e transcendência: o canto orfeónico nas primeiras décadas do século XX», in «e-cadernos ces», reves.org (<http://eces.reves.org/480>). 93-107
 PESTANA, Maria do Rosário (2011) - «De Anjos a Mulheres: O Coro Feminino Pequenas Cantoras do Postigo do Sol - Um Estudo de Caso». U.N. Lisboa: Ed. Colibri, Faces de Eva, nº 25. 89-110
 PESTANA, Maria do Rosário (2011) - «Dar Luz aos textos, silenciar vozes "des" - conhecimento e distanciamento em processos de construção da "música portuguesa" (1939-59)», in «*Arte e Filosofia*», 68: 68-81
 ROSMANINHO, Nuno (2008) - «António Ferro e a Propaganda Nacional Anti moderna», in «*Estados Autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*». Coimbra: Pombalina, I.U.C. 289-299
 SARDO, Susana (2009) - «*Música Popular e Diferenças Regionais*». Lisboa: U. Católica - Coleção Portugal Inter Cultural, Vol. I. 408-476

¹¹ O etnólogo António Castillo de Lucas afirma que a obra de Vergílio Pereira é "(...)una obra exemplar para todos los folkloristas por la enseñanza para la investigación en general, y por el tesoro de canciones y melodias para los especializados en el folclore musical."(LUCAS, *Revista de Etnografia*, Vol.III, Tomo 1, M.E.H, Ed. Junta Distrital do porto, julho, 1964, pp243).

¹² BONITO, Rebelo, *Revista de Etnografia*, M.E.H., Ed. Junta Distrital do Porto, Vol. V, Tomo 2, nº10, outubro, 1965, pp.489.

PROF. TOMÁS DE BARROS

UM PERCURSO PLURAL

Luís Ângelo Fernandes, Professor, programador cultural da Câmara Municipal de Lousada e investigador da História local

Pedagogo, escritor, jornalista, autarca, dirigente associativo: o itinerário de Tomás Augusto Pinto de Barros, nascido a 23/2/1892 em Ferreira (Paços de Ferreira) e falecido em Nevogilde (Lousada) a 30/12/1948, confirma a pluralidade cívica e cultural de uma personalidade notável, legando uma obra de elevada dimensão.

Filho natural de Josefina Pinto de Barros, teve o casamento da mãe com o professor Joaquim da Costa Machado a consolidação de um ambiente familiar incentivador ao estudo e ao ensino. O padrastr, professor em Nevogilde e possuidor de várias propriedades, era figura muito conceituada na região (FERNANDES, 2019, 36).

Do casal, radicado em Lagoas (Nevogilde), onde no rés-do-chão funcionava o posto escolar, nasceram quatro filhos, todos professores primários: Adolfo (falecido em 1977, proprietário da editora Educação Nacional), Eurico (1903-1932, Juiz da Paz), Amâncio (1906-1957, delegado escolar em Lousada e sócio-gerente da editora do irmão) e José (1905-1998, que exerceu em Lordelo, delegado escolar de Paredes e diretor do jornal *Educação Nacional*). Curiosamente, todos tinham Augusto no segundo nome, certamente por influência materna, pois a avó Rosalina também era Augusta, como três dos seus nove irmãos (FERNANDES, 2018, 29-30).

A forte ligação entre os membros do agregado ficou bem expressa no projeto da Editora Educação Nacional, na qual Tomás de Barros publicou a totalidade das suas obras e dirigiu o jornal homónimo. Também o prematuro falecimento de Eurico, professor em Mouriz (Paredes), abalou imenso a família, com Tomás de Barros a redigir no funeral uma mensagem pungente.

Partiu para Coimbra em dezembro de 1914, onde, em apenas um ano, no Liceu José Falcão, cumpriu os três anos do curso geral dos liceus. Era a recuperação de um atraso aparentemente inexplicável, pois já tinha 22 anos de idade. No entanto, subsiste na tradição oral da família a explicação de ter tido uma paralisia, eventualmente consequência de meningite, que não só o terá impedido de prosseguir estudos em idade normal, como pela deficiência com que ficou numa das pernas, não foi admitido nos liceus do Porto (FERNANDES, 2018, 31-32).

A opção por Coimbra também poderá ter sido influenciada por Marnoco e Sousa, cuja madrastra era avó materna do jovem Tomás. Natural de Sousela (Lousada) e com habitação em Covas, no mesmo concelho, onde regularmente se deslocava – e onde foi sepultado –, era muito próximo do seu círculo familiar. Ilustre lente, diretor da Biblioteca Joanina, Presidente da Câmara de Coimbra e Ministro da Marinha e do Ultramar, granjeou imenso prestígio nos meios políticos e académicos, ainda hoje evocado no estudo do Direito e da Economia Social (FERNANDES, 2018, 29-32).

O Liceu José Falcão, situado no Colégio de São Bento, teve frequência, ao longo dos anos, de figuras de grande importância da



Tomás de Barros exerceu em Louredo e Beire. Arquivo Municipal de Lousada.



Escola de Louredo em 1939. Arquivo Municipal de Paredes.

vida nacional, como o escritor Almada Negreiros e os Presidentes da República António José de Almeida, Bernardino Machado e Manuel Teixeira Gomes, distinguido em 1906 pela Direção-Geral da Instrução Pública, devido à qualidade de ensino, num panorama nacional pouco animador (NÓVOA E SANTA-CLARA, 2003, 235). No corpo docente estavam sete professores da universidade, incluindo o reitor, António Garcia de Vasconcelos, futuro primeiro diretor da Faculdade de Letras de Coimbra (NÓVOA E SANTA-CLARA, 2003, 235).

O clima político de mudança após a Implantação da República muito terá influenciado Tomás de Barros, sobretudo no seu pensamento pedagógico e na vida profissional. Começou a discutir-se um novo paradigma educativo, pois o modelo vigente produzia “fadiga intelectual e psíquica nos alunos, transformando-os em aparelhos recetores, amortecendo-lhes a natural viveza e espírito de iniciativa que convém desenvolver” (NÓVOA E SANTA-CLARA, 2003, 235). Sobretudo, procurava-se estimular o desenvolvimento de um espírito livre, crítico e científico, devidamente acompanhado da formação de professores. No ano letivo 1915/16 era frequentado por cerca de 800 alunos de ambos os sexos (NÓVOA E SANTA-CLARA, 2003, 234).

Na mesma cidade, enveredou depois pelo Magistério Primário, imitando a saída profissional do padrastr e dos quatro meios-irmãos. Ingressou na Escola Normal Primária, anexa à Universidade, onde concluiu o curso em 1919, ficando habilitado para a docência quando já tinha 27 anos e aceitando a primeira colocação, em setembro desse ano, na escola móvel de Boim (Lousada), em sala da residência paroquial.

O início profissional acontece precisamente quando da entrada em vigor da grande reforma do ensino primário, incrementada pelo ministro e filósofo Leonardo Coimbra, enquanto em 1923 era apresentada uma reorganização do sistema educativo pelo ministro João Camoesas, conhecida por “Reforma Camoesas”.

Apesar dos contributos importantes do filósofo e pedagogo António Sérgio, nunca foi concretizada devido à instabilidade política, mas teve o mérito de ser a primeira tentativa de uma lei de bases do sistema educativo.

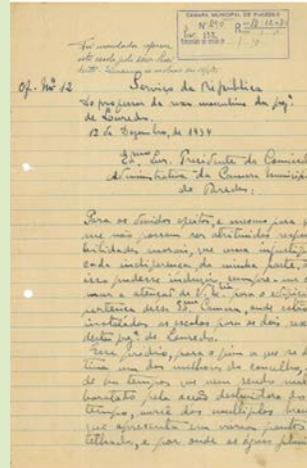
A instauração da Ditadura, com o golpe de 28 de maio de 1926, “construiu uma administração pública fortemente condicionadora das liberdades cívicas e dos direitos fundamentais, estruturando-se segundo modelos fortemente hierarquizados e centralizados”, em que o controlo “do poder político sobre o funcionalismo público foi absoluto” (CORREIA, 2007, 16). Com 70% da população ainda analfabeta em 1930, é neste ano que se inicia uma verdadeira contrarreforma que caracterizou o modelo salazarista: diminuição do tempo de escolaridade obrigatória, exaltação dos valores da pátria, da religião e da família, cumprimento de obrigações morais e cívicas, fundação da Mocidade Portuguesa, condicionamento do casamento das professoras primárias e criação de “postos de ensino”, com professores sem qualquer tipo de habilitações académicas, designados por “regentes escolares” (CORREIA, 2007, 17).

Transitou, sucessivamente, para Sousela (1926-1929), Louredo (1929-1938) e Beire, quando da inauguração do novo edifício escolar. A 28/7/1936 havia sido dirigido ao ministro um abaixo-assinado de chefes de família e outros de maior idade, referindo que o número de crianças em idade escolar era cerca de 130, das quais três partes ficavam sem instrução elementar por não poderem ser admitidas na escola mista por excesso de lotação, pelo que solicitavam a urgente necessidade de criação doutro lugar do sexo masculino (Secretariado Geral, A União, 1936, 692). Uma das signatárias era a Prof.^a Carlota Delfina de Barros, com quem Tomás de Barros viria depois a trabalhar naquele núcleo. Devido à deficiência numa perna, provavelmente a esquerda, sem, no entanto, recorrer a bengala ou a qualquer outro acessório, deslocava-se a cavalo e posteriormente de bicicleta, e ainda hoje há quem evoque trazer sempre chocolates para distribuir às crianças, uma raridade numa época de pobreza.

Na impossibilidade de acesso a documentos comprovativos do seu desempenho docente, subsistem, todavia, testemunhos orais da sua competência e capacidade retórica de quem o conheceu ou dele ouviu falar, como o antigo aluno Manuel Pinto Cardoso, residente em Beire, que, em depoimento recolhido antes de falecer, a 24/4/2014, garantia tratar-se de um pedagogo muito competente e de elevada eloquência.

Ficou para a História como autor de uma vasta obra didática para o ensino primário, publicada desde 1939, obtendo elevada projeção em Portugal e nas colónias, com elevadas tiragens e múltiplas edições, nomeadamente *História de Portugal, Ciências Naturais e Gramática Portuguesa*, para além de muitos manuais de apoio à aprendizagem da Matemática, exercícios de redação e ortografia e cadernos de preparação para exame, alguns em coautoria com José Lobo (1914-2006), igualmente professor primário natural de Gondalães,, num total de 22 títulos, em apenas seis anos. É “hoje consensual a opinião de que iniciou, em Portugal, uma nova era no campo da didática”, numa “vocação quase sacerdotal” (MAGALHÃES, 2017, 3).

Simultaneamente, a partir de 1945, foi diretor do semanário *Jornal de Lousada*, de matriz republicana, e do semanário pedagógico *Educação Nacional*, substituindo o fundador, António Figueirinhas, publicando trabalhos de reconhecido mérito nas áreas pedagógica e didática e “levando atempadamente ao professor do mais afastado lugarejo aquilo que de seu interesse houvesse sido



Carta solicitando reparação da escola de Louredo. Arquivo Municipal de Paredes.



Um manual para várias gerações

publicado no então *Diário do Governo*” (MAGALHÃES, 2017: 3). Se o mandato na presidência da Junta de Freguesia de Nevogilde foi interrompido pelo golpe militar de 28 de Maio, levando-o a redigir “enérgico e veemente protesto” pela “violência contra as regalias populares” (Livro das Actas da Junta de Nevogilde, fls. 33v.º-34), exerceu também os cargos de presidente da Comissão Venatória de Lousada e do Futebol Clube Lagoense. Neste, em 1935, dinamizou importantes iniciativas de tiro aos pratos, ciclismo e, sobretudo, de futebol, conseguindo a inédita proeza de garantir a presença das equipas principais do FC Porto, então campeão nacional, e do Vitória de Guimarães em torneios com imensa mobilização popular (FERNANDES, 2028, 80-83). Proprietário da Casa da Ponte, em Nevogilde, que adquiriu em 1945, ali residiu a sua filha, Maria da Glória Martins (fruto de relação íntima com Maria da Felicidade Pinto, do lugar da Caselha), casada com Manuel da Silva Brás, médico dentista, cujo único filho, Tomás Augusto, faleceu em acidente aéreo em 1974, extinguindo-se, assim, a linha genealógica. Nos 130 anos do seu nascimento, não deixa de ser lamentável que uma figura desta dimensão esteja atualmente ignorada, pelo que resgatar a sua memória constitui um dever comparável à grandeza da sua ação.

Bibliografia

- CORREIA, Luís Grosso (2010). *Centenário da República: O ensino primário na primeira república – O homem vale, sobretudo, pela educação que possui*. In <http://www.searanova.publ.pt> Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163> Consulta a 11/9/2022.
- FERNANDES, Luís Ângelo Fernandes (Coord.) (2018). *Professor Tomás de Barros (1892-1948)*. Lousada: Escola Básica de Campo (Nevogilde, Lousada), Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste.
- FERNANDES, Luís Ângelo Fernandes (2019). *Uma História da Educação em Lousada*. Lousada: Município de Lousada.
- Livro das Actas das Sessões da Junta de Freguesia de Nevogilde*, Lousada. De 27 de janeiro de 1923 a 22 de dezembro de 1935.
- MAGALHÃES, António (2017). Tomás de Barros nasceu há 125 anos. *Correio de Azeméis*. 28 de fevereiro de 2017. Oliveira de Azeméis: Afonso M. S. da Costa.
- NÓVOA, António (Dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa.
- NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Ana Teresa. (Coord.) (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Asa.
- Secretariado Geral. *A União*. Agosto de 1936. Lisboa: Centro Católico Português.

ALGUMAS ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA DOS MOREIRAS, DA CASA DA LOUSA, EM GANDRA

José Leão, Investigador Genealógico

O conhecimento da origem da Casa da Lousa, em Gandra, está documentado desde o século XVI e o estudo genealógico dos Moreiras, seus primitivos proprietários, remonta ao século XVII, tendo vindo a ser desenvolvido e actualizado por diversos investigadores até aos nossos dias. Assim, de acordo com o título desta comunicação, apenas pretendemos acrescentar novas achegas à história desta família, de raízes seculares, oriunda do concelho de Paredes.

Ainda no século XVII, Alão de Morais, no Tomo VI, Volume II, da sua "Pedatura Lusitana" (1690), sob o título Moreira Meireles, faz um resumido registo desta família, onde diz "que tomaram o apelido Moreira, que é uma aldeia junto a Baltar, donde são oriundos". De facto, a Casa da Lousa está situada no muito antigo lugar de Moreira, da freguesia de Gandra.

Mas é do século XVIII e do ano de 1730 que vem o grande estudo sobre os Moreiras da Gandra, através do nobiliário manuscrito intitulado "Árvore da Antiga e Nobre Família dos Moreiras", da autoria de um dos seus descendentes, o Padre Henrique Moreira da Cunha, da Casa da Roçada, em Parada de Todeia, cujo original encontra-se depositado na Biblioteca Pública Municipal de Penafiel, devido a doação do infatigável colecionador e notável investigador que foi Abílio de Miranda.

Quase no dealbar do século XIX, outro descendente dos Moreiras, o Padre António José Moreira Ferraz, da Casa de Moreira, em Cete, dedica-lhes uma extensa parte do seu "Livro Chronologico", iniciado em 6 de Janeiro de 1799, onde, além da sua própria família, estuda as principais Casas de Cete e da região de Aguiar de Sousa a que estava ligado.

Da mesma época, também Felgueiras Gaio, no seu "Nobiliário das Famílias de Portugal", no parágrafo 27, título de Moreiras, investiga a origem histórica e procede ao desenvolvimento genealógico reportado desde o século XV até ao início do XIX.



Figura 1 - A primitiva entrada principal da Casa da Lousa na actualidade

Estes dois últimos autores, além de terem sido contemporâneos, eram nortenhos e naturais de localidades não muito distantes: António José Moreira era nato e residente em Cete, onde escreveu a sua obra antes de se deslocar para o Brasil onde veio a falecer; quanto a Felgueiras Gaio, reputado genealogista, viveu e faleceu em Barcelos, a cuja Misericórdia veio a deixar o original do seu extenso Nobiliário, que se conserva na sede da instituição e de que se executaram já três edições tipográficas.

Da análise dos textos destes dois investigadores no que concerne à Casa da Lousa, conclui-se que ambos conheceram a primeira obra publicada, o "Tomo" do Padre Henrique Moreira de Leão. Ambos a citam e procedem mesmo a transcrições do original, que, em muitos ramos, se quedaram na data de 1730, embora noutros tenham desenvolvido investigação própria, que publicaram em aditamentos reportados até à altura da edição dos seus próprios escritos.

Curiosamente, encontramos linhas colaterais tratadas por um dos genealogistas, mas ignoradas pelo outro, e vice-versa, parecendo até que se teriam conhecido e concertado quanto à repartição dos itens que vieram a tratar.

AS ORIGENS

Henrique Moreira da Cunha e depois os seus seguidores fazem remontar a origem desta família a Afonso Furtado, primeiro Capitão-mor do Mar, em tempos de D. João I, e a sua mulher, D. Maria Gonçalves Moreira, pais de outro Afonso Furtado, segundo Capitão-mor do Mar, que do seu segundo casamento com D. Beatriz Gonçalves Laraguta, senhora de Olaço, no Reino de Valência, teve muitos filhos e entre eles Gaspar Gonçalves Moreira, casado com Brites Duarte, senhora da Casa da Lousa.

Felgueiras Gaio, respeitando a mesma fonte, ressalva, contudo, ter "por suspeitosa" esta origem, por não a ter achado nos títulos de "Mendonças Furtados", que até então tinha visto. Aceitando que assim seria, contudo também nos inclinamos para uma suspeita, mas por outra razão, esta de ordem cronológica: é a de que tendo o primeiro Afonso Furtado vivido no tempo de D. João I, como poderia o filho que teria existido na segunda metade do século XV ter sido o pai de Gaspar Gonçalves Moreira, que seguramente nasceu no século XVI, pois veio a falecer em 1588?

Já sobre a posse da Casa da Lousa, os citados linhagistas coincidem na convicção de que esta veio à Família por herança de Beatriz Duarte, natural do dito lugar de Moreira, e filha de João Vasques da Granja e de sua mulher, Guiomar Rodrigues de Morais.

Gaspar Gonçalves de Moreira e sua mulher, Brites Duarte, viveram na Casa da Lousa, onde vieram a falecer, ele a 2 de Fevereiro de

1588 e ela a 26 de Outubro de 1590. Do seu casamento nasceram cinco filhos: Gervásio, Domingos, Gaspar, Miguel e Amaro, e duas filhas: Maria e Antónia, os quais constituem entre si o primeiro ramo desta frondosa árvore há mais de 500 anos enraizada em terras de Sousa.

I – O primeiro filho, Gervásio Gaspar Moreira casou com Isabel Pires, filha segunda de pais nobres, senhores da Quinta da Ponte da Cepeda, em Castelões de Cepeda e foram pais de um filho, Ildefonso de S. Bernardo, religioso beneditino eleito, em 1605, Abade do Mosteiro de Arnoia, onde faleceu, e de cinco filhas: Maria, Joana, Brites, Águeda e Isabel.

Maria Gaspar Moreira, a mais velha, casou na Quinta da Madalena, na freguesia do mesmo nome, com Pantalião Gaspar, natural da Quinta de Sequeiras, em Lousada, sendo pais de Manuel Moreira, Capitão da Ordenança da Honra de Louredo, do Dr. Damião Moreira de Meireles, que segue, de dois filhos padres e de mais sete filhas, a maioria delas casadas e com tão larga geração, quer na Madalena, quer nas freguesias limítrofes, que nos é impossível aqui vir a desenvolver.

O Dr. Damião Moreira de Meireles formou-se na Universidade de Coimbra e foi, entre outros cargos, Provedor e Corregedor de Guimarães e da Comarca do Porto, casou com D. Maria Monteiro, filha do Capitão Manuel Afonso, natural da Quinta da Quintã, na freguesia da Árvore, então Comarca da Maia, e de sua mulher, D. Mónica Monteiro. Deles foi filho herdeiro Manuel de Meireles Monteiro Moreira, cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador e guarda-mor do Senado da Câmara do Porto, sucessor nas quintas da Madalena e na da Quintã. Casou com D. Luísa Moreira Teixeira, sua prima em 3º grau, filha do Capitão Constantino Moreira Luís e de sua mulher D. Joana Teixeira, senhora das Torres da Reboleira, no Porto, a qual como filha mais velha levou em dote os morgados de seu pai, sendo de um deles cabeça a Capela-mor da Igreja da Misericórdia de Penafiel e a Casa de Louredo e a Quinta de Vila Pouca.

O filho varão, José Monteiro Moreira, sucedeu na Casa de Louredo e em todos os morgados de seus pais, bem como no Padroado da Igreja da Misericórdia de Penafiel. Casou na Rua Nova, da freguesia de S. Nicolau, no Porto, com D. Josefa Joana Salazar, com dote de 50 e tantos contos de reis e uma das melhores casas da dita rua, filha única de Francisco Dias, familiar do Sto. Ofício e de sua mulher, Genoveva Maria de Santa Rosa. Já viúvo de sua mulher, falecida na Casa de Louredo, em 1728, José Monteiro Moreira, sob o seu risco, mandou construir uns “sumptuosos e magníficos palácios na Praça Nova, do Porto, que constam de galeria, claustro e jardim, feitos em 6 anos, com todo o primor da Arte”, onde passou a residir na companhia de seu filho, Manuel Eleutério Monteiro Moreira Salazar. Porém, não foram habitados por muitos anos estes palácios, pois o filho pouco sobreviveu ao pai e, tendo casado com uma filha do Cativo da Rua Nova do Porto, homem de negócio, teve uma filha que morreu nova, pelo que vieram a ser herdados por sua irmã, D. Antónia Narcisa Moreira Salazar, casada com o fidalgo da Casa da Azenha, em Guimarães, Tomás António Leite Pereira de Almada.

O filho herdeiro destes últimos, Inácio Leite Monteiro Moreira de Almada, veio a vendê-los, em 1800, à Companhia das Vinhas do Alto Douro, a qual um ano depois os vendeu à Câmara Municipal do Porto, que neles esteve instalada durante todo o século XIX, sendo palco de relevantes acontecimentos, com destaque para os ocorridos em 31 de Janeiro de 1891 e em 5 de Outubro de 1910,



Figura 2 - Palácio dos Morgados de Louredo, que vieram a ser os Paços do Concelho do Porto, até à sua demolição no início do século XX

datas em que foi proclamada a República da varanda principal do edifício. Verdadeiro *ex-libris* do Porto romântico das últimas décadas da Monarquia, vieram estes palácios a ser demolidos nos alvares da República, para dar lugar à abertura da Avenida dos Aliados, restando apenas do enquadramento daquela Praça Nova ou de D. Pedro IV a estátua equestre daquele monarca que, apesar, de diversas vicissitudes, continua estoicamente no seu primitivo lugar.

Do casamento de Inácio Leite Pereira de Almada com D. Catarina Malheiro, de Guimarães, nasceu D. Grácia Xavier Leite de Almada, senhora da casa de seus pais, casada com Martinho Correia de Castro e Morais, que foi feito o 1º Visconde da Azenha. Estes foram pais de Bernardo Correia Morais e Castro, 2º Visconde da Azenha, com descendência elevada a Condes do mesmo título, de D. Catarina Correia Leite, casada com José António Oliveira Leite, o controverso Conde de Basto, ministro de D. Miguel, s.g.; e de D. Carlota Joaquina Correia de Morais e Almada, casada com Vicente Machado, senhor da Casa de Pindela, de quem descenderam os Viscondes de Pindela, os Condes de Arnosos e os últimos Duques de Palmela, entre outras ilustres famílias.

Das filhas de Gervásio Gaspar Moreira e de sua mulher, Isabel Pires, atrás referidas, sucintamente diremos que a segunda filha, Joana Moreira, casou a 15 de Outubro de 1592 com o Capitão Adão Luís, senhor da Casa do Marnel, em Bitarães, e foi mãe, entre outros, do Capitão Constantino Moreira Luís, que assentou praça como soldado no tempo da Guerra da Restauração e ascendeu a Capitão de Infantaria no ano de 1641, que, como já atrás referimos, foi casado com D. Joana Teixeira, senhora das Torres da Reboleira, no Porto, e foram pais, além da já citada D. Luísa Moreira Teixeira, também de D. Joana Maria Teixeira, sucessora na Casa do Marnel e casada com seu primo, Dr. António Pinheiro da Silva Freire, magistrado que chegou a Desembargador da Casa da Suplicação e dos Agravos, c.g. extinta. A terceira filha, Ângela Moreira, sucedeu na Casa da Ponte da Cepeda e casou com Gaspar Pinto da Fonseca, filho do padre Cristóvão Pinto da Fonseca, abade de Guilhufe, e deles veio a ser bisneta Dona Joana Maria de Mendonça Barbosa, que sucedeu na Quinta de Cepeda e casou com João Carlos da Rocha Moreira, seu primo em 5º grau de consanguinidade, natural da freguesia de Besteiros, que trouxe em dote a Quinta da Vidigueira, c.g. extinta. A última filha, chamada Isabel Gaspar Moreira casou na Casa de Vilela, na freguesia da Madalena, com António da Rocha, de quem foi filha herdeira Maria da Rocha, casada com João Teixeira, de Mouriz, do qual nasceu o Corregedor João da Rocha, casado no Porto com D. Teresa Maria de Brito Aranha, pais

de Francisco da Rocha Aranha, casado com D. Sebastiana Teresa de Moraes Barreto, sua parente, filha de Bento Barreto de Moraes, senhor da Quinta do Pinheiro, em Cete, e de sua mulher, Brites de Meireles Freire, com geração, que sucedeu na posse da referida quinta, até à sua venda já no dealbar do século XX.

II – O segundo filho de Gaspar Gonçalves Moreira da Casa da Lousa, chamado Domingos Gaspar Moreira, foi casar à Casa de Redemoinhos, na freguesia de Covas, concelho de Lousada, com Águeda Freire de Meireles, senhora desta casa. Deste casamento houveram cinco filhos e três filhas, casadas e com numerosa descendência. Os filhos mais velhos seguiram a carreira religiosa, e foi o mais novo, Domingos de Meireles Freire, Capitão de Ordenanças, que veio a suceder na casa de seus pais. Doseu segundo casamento, com Leonor Neto, foi filho herdeiro outro Domingos de Meireles Freire, também Capitão de Ordenanças, casado com Ana Bernardes da Fonseca, filha de Gonçalo da Fonseca Coutinho e de sua mulher, Maria Bernardes da Fonseca, senhores da Quinta de Paredes, na freguesia de S. Miguel de Paredes (Penafiel) e deles nasceu a filha única, D. Josefa Bernardes de Meireles. Senhora da casa de seus pais, D. Josefa veio a casar com Manuel Teles de Meneses, senhor da Quinta de Rio Falcão, na freguesia de Figueira, no mesmo concelho de Lousada. Deles foi filho o Dr. José Teles de Meneses, importante figura da Magistratura no período pombalino, o qual, aposentado como Desembargador da Casa da Suplicação, veio a falecer em 1778. Do seu casamento com D. Ana Joaquina Pereira Pinto de Magalhães e Lacerda, da Casa do Arco, em Vila Real, nasceu D. Josefa Teles de Meneses que veio a ser mulher de seu primo, Miguel Vaz Pereira Pinto, da Casa de Vila Garcia, em Amarante, deles descendendo os Viscondes de Vila Garcia e de Montalegre, de que provieram as famílias Bacelar e Ataíde Pavão que mantiveram a posse da Casa de Redemoinhos até à actualidade.



Figura 3 - Quinta da Aveleda, em Penafiel, a que se ligaram os Moreiras da Gandra no início do século XVII

Deste ramo descendem muitas e ilustres casas dos concelhos de Lousada, Paredes e Penafiel, com especial destaque para a Quinta da Aveleda, através do casamento da terceira filha dos acima citados Domingos Gaspar Moreira e sua mulher, Águeda Freire, chamada Ana Moreira casada com Gonçalo Barbosa, senhor desta tão antiga casa. Deles nasceram quatro filhos, três dos quais abraçaram a vida religiosa, e o quarto, Gonçalo de Meireles Freire, foi doutor e lente da Universidade de Coimbra, com uma brilhante carreira na Magistratura, em que ocupou o cargo de Desembargador do Paço e, por fim, de Chanceler-Mor do Reino. Este foi o instituidor do Morgado da Aveleda, para o qual deixou 30 mil cruzados, tendo falecido em Lisboa e foi sepultado na Igreja

de S. Vicente de Fora. Sucedeu-lhe sua irmã, Catarina de Meireles, casada com António Pais, da Quinta de Sobrego, na freguesia de Irivo (Penafiel), dos quais foi filha Maria de Meireles, que do seu casamento com seu primo, Miguel Moreira Freire, senhor da Casa Nova, em Parada de Todeia, teve António de Meireles Freire, Fidalgo da Casa Real por alvará de 4 de Dezembro de 1691, que morreu solteiro, e a D. Mariana de Meireles Freire, herdeira, casada com Manuel Guedes de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, da Casa de Gradiz, na Comarca de Pinhal, em cuja descendência se encontram os actuais proprietários e administradores desta emblemática Quinta.

III – O terceiro filho de Gaspar Gonçalves Moreira, chamado também Gaspar Moreira, foi casar à antiga Casa da Vila, em Urrô (Penafiel), com Grácia Rodrigues, filha de João Rodrigues e de sua mulher Maria de Novais, de quem teve uma filha de nome Maria. Maria Moreira sucedeu na Casa da Vila e veio a casar com o Capitão Simão Velho Freire, Cavaleiro da Casa d'Elrei, de quem teve o filho Manuel e quatro filhas: Doroteia, Maria, Úrsula e Antónia. Manuel Velho, o sucessor, teve dois filhos do seu casamento com D. Maria de Vasconcelos, da Quinta do Rodo, em Cete, mas como estes morreram menores, a Casa da Vila veio a ser herdada por Doroteia Freire de Almeida, casada com Cosme da Fonseca, da família dos FONSECAS Coutinhos, da antiga Casa de S. Miguel de Paredes, já aqui referida.

A filha herdeira destes últimos, D. Maria da Fonseca, foi mulher do Capitão António Leão da Fonseca, senhor da Quinta da Lagea, em Parada de Todeia, e por este casamento ficaram unidas as duas quintas, que vieram a ser herdadas pela sua filha, Doroteia de Barbosa Freire, casada com o Dr. Jacinto de Sousa e Silva, Desembargador da Relação de Braga e senhor da Quinta da Lama, em Mouriz, propriedade que veio a ser acrescentada aos bens da família.

A detenção deste vasto património ainda se manteve na posse da descendência por mais três gerações, até ao último herdeiro, Francisco de Paula e Melo, natural de Aveiro e casado com D. Maria Pinto de Vilhena Ferreira Pereira, de quem se veio a divorciar, vivendo por fim, ela em casa de seus pais e ele preso na Cadeia da Relação do Porto, por alguns crimes indecorosos, vindo tudo o que restava da herança a ser demolido e penhorado por dívidas, no ano de 1799.

Além do ramo primogénito da Casa da Vila que acabamos de descrever, outros houve que mereceriam um registo desenvolvido, mas de que apenas deixaremos uma pequena referência neste texto. Entre os ramos colaterais, uma menção para o dos Morgados do Beco, na freguesia de Rans (Penafiel), que, segundo o Padre Henrique Moreira da Cunha, "era um dos morgados antiquíssimos, pois, quando os nossos primeiros monarcas coutaram as terras pertencentes à Quinta e Solar de Barbosa e lhe confirmaram o Apelido, só a Quinta do Beco ficou isenta de pagar foro aos Senhores do dito solar e Honra de Barbosa, por ser nessa altura já vinculada em Morgado".

A ligação da Casa da Vila com este Morgado deu-se com o casamento de Úrsula de Almeida, filha de Maria Moreira e do Capitão Simão Velho, com o Morgado Francisco de Leão.

A eles sucedeu o filho, Simão da Fonseca Leão, casado com D. Valéria da Conceição, de quem nasceu uma filha, D. Felícia da Fonseca Leão, herdeira da Quinta e Morgado do Beco, que veio a casar com o Dr. António José de Brito Freire de Andrade, da Rua de S. João Novo, no Porto, o qual exerceu o lugar de Juiz do Foro da

cidade de Penafiel, durante 14 anos. Deste casamento nasceram seis filhos e três filhas.

O filho mais velho, José de Brito de Leão Andrade e Vasconcelos, embarcou para o Brasil, onde veio a ser nomeado Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, cujo hábito alcançou pelos serviços prestados por seu pai. A ele pertencia suceder no Morgado hereditário por sua mãe, o que não veio a acontecer pelas novas leis que viriam a abolir os morgadios.

Assim, a sucessão acabou por recair no filho segundo, Félix António de Brito Leão, que assentou praça como soldado de Infantaria das Tropas Vivas do Porto, no principal Regimento, a fim de não perder a quinta, parte do Morgadio.

Os demais quatro filhos acima assinalados embarcaram para o Brasil e as três senhoras viveram solteiras na Quinta do Beco, onde vieram a falecer.

IV – O quarto filho de Gaspar Gonçalves Moreira, chamado Miguel Moreira, veio a suceder na Casa da Lousa e casou com Domingas Paes, da Quinta de Freimonde, em Fonte Arcada, de quem teve um filho, Gaspar e uma filha, Ana.

O filho Gaspar Moreira, baptizado a 29 de Março de 1590, sucedeu na Casa da Lousa e veio a casar a 21 de Maio de 1606, com Grácia Antónia Barbosa, filha do Capitão António Braz e de sua mulher, Beatriz Tomé Barbosa, senhores da Casa das Figueiras, em Baltar, de quem teve uma filha que morreu menor, após o falecimento prematuro do próprio pai.

A filha, Ana Moreira, baptizada a 27 de Agosto de 1595, veio a casar, a 7 de Junho de 1609, com António Barbosa, Capitão da Honra de Baltar e irmão de Grácia Antónia Barbosa. Não teve filhos deste casamento, pelo que, por falecimento do dito Capitão, voltou viúva para a Casa da Lousa, que veio a herdar, e casou segunda vez, a 7 de Fevereiro de 1611, com Francisco Freire, natural da freguesia de Casais (Penafiel), de quem teve dois filhos, Gaspar e Miguel, e uma filha chamada Maria.

O filho Gaspar Moreira Freire foi casar à Quinta de Complentes, na freguesia de Magrelos, no antigo concelho de Benviver, com Maria Barbosa da Silva, filha do Capitão Gaspar Barbosa, da Casa das Figueiras, em Baltar, e de sua primeira mulher, Anastácia da Silva, senhora dessa quinta. Deste matrimónio nasceram três filhos:

- Manuel Moreira, que morreu sendo estudante da Universidade de Coimbra; - Miguel Moreira Freire, herdeiro da Quinta da Casa Nova, em Parada de Todeia (que pertenceu a Francisco Leão da Fonseca Barbosa, pai de Susana de Araújo, segunda mulher do Capitão Gaspar Barbosa), e que, como já referimos, tendo casado com sua prima, Maria de Meireles, sobrinha herdeira do Dr. Gonçalo de Meireles Freire, instituidor do Morgado da Aveleda, passaram os seus bens a integrar o património desta importante casa, onde se conservaram até meados do século XIX;

- Dr. António Pinheiro da Silva Freire, ilustre Magistrado, com uma brilhante carreira com mais de 18 anos, em que foi Desembargador da Relação do Porto, Desembargador da Suplicação e, por fim, dos Agravos e Apelação, casado, como já referimos, com sua prima, D. Joana Moreira Teixeira, herdeira da Casa do Marnel, em Bitarães, filha do Capitão Constantino Moreira Luís e de sua mulher D. Joana Teixeira, de quem deixou quatro filhos e quatro filhas, que seguiram a vida religiosa ou morreram solteiros.

Após o resumo do desenvolvimento da geração de Gaspar Moreira Freire, voltamos aos seus irmãos, Miguel e Maria.

- Miguel Moreira herdou a Casa da Lousa e veio a casar com Maria de Beça, irmã do Padre Gonçalo de Beça, abade de Gandra, deste

casamento nascendo dois filhos, Gaspar e Manuel, e uma filha, Mariana.

O filho Gaspar Moreira sucedeu na Casa da Lousa e casou com Mariana Moreira, natural de Gondalães, que para esta casa trouxe em dote uma quinta sita na sua freguesia. Tiveram um filho de nome António Moreira, que sucedeu na Casa da Lousa e mais pertenças e casou com Custódia Clara Coelho Ferraz, da Quinta de Lama, em Mouriz, de quem teve duas filhas chamadas ambas Custódias.

A primeira filha D. Custódia sucedeu na Casa da Lousa e casou com Alexandre Luís, da freguesia de Abragão, de quem ficou viúva em 1799; a segunda filha, também D. Custódia, sucedeu na Quinta da Lama e casou com António José de Barros, Tenente de Infantaria Auxiliar, natural da Quinta de Casal de Frade, também em Mouriz, com geração em que ficou a propriedade e representação das Casas da Lousa e Quinta da Lama.

O filho de Miguel Moreira e de Maria de Beça, chamado Manuel Moreira, não tomou estado e viveu com sua irmã, Mariana de Bessa Freire, a qual casou na freguesia de Pedorido, com seu primo, José Moreira, familiar do Santo Ofício e senhor da Casa da Póvoa, que herdou de seus pais, Domingos Moreira e Margarida Pais. Deste casamento nasceram cinco filhos e uma filha. Dos filhos, foi o quinto, chamado Domingos Moreira, que sucedeu em todas as quintas de seus pais. A filha, D. Maria Josefa Moreira de Bessa, foi casar à freguesia de Lagares, com Manuel Leite de Melo, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e senhor da Quinta da Granja, que herdou de seus pais, Sebastião de Macedo e sua mulher Inês Leite, sem descendência deste casamento.

V – O quinto filho de Gaspar Gonçalves Moreira, o padre Amaro Moreira, formou-se na Universidade de Coimbra, leu no Desembargo do Paço, foi Ouvidor de Cantanhede, tutor e curador de D. Pedro de Meneses, Conde de Cantanhede.



Figura 4 - Pintura que simboliza o Abade Amaro Moreira. Obra atribuída ao pintor Alberto Nunes (1890). (Museu da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel)

Ordenado sacerdote, foi apresentado na Igreja de Mondim e depois em Ermelo, na Comarca de Vila Real, onde foi abade durante 27 anos, benefício de grande rendimento, da apresentação da Casa de Cantanhede.

Grande letrado, o Dr. Amaro Moreira foi principalmente um homem de grande caridade, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Penafiel a grande beneficiária da sua benemerência, consignando-lhe em testamento muitos bens de grande rendimento para a realização de diversas obras pias, casando órfãs, amparando viúvas e socorrendo os pobres e os enfermos.

Alargando o âmbito da sua acção benemerita para o plano material, mandou edificar à sua custa a igreja da instituição, de que foi lançada a primeira

pedra a 12 de Maio de 1622, e dotou a Capela-mor para que ficasse reservada para os seus administradores, onde tinham o seu jazigo e cadeira de espaldar. Para tal, nomeou por ser testamenteiro e administrador da Misericórdia o seu sobrinho, o Dr. Amaro de Meireles Freire, a quem deixou as Casas de Sobrado, na freguesia de Louredo, com a condição deste, por ser clérigo, vir a nomear por sua morte, um filho ou filha do Capitão Adão Luís e de sua mulher, Joana Moreira. Ainda por testamento, deixou determinado que na sua descendência se manteria o cargo de administrador e para tal lhes deixava a Quinta de S. Cristóvão, em Louredo, para que a fossem herdando em forma de morgado, de que a Capela-mor da igreja da Misericórdia seria a cabeça. Assim veio a acontecer e foi na descendência do Capitão Constantino Moreira Luís, como já atrás nos havíamos referido, que se veio a constituir e prolongar o célebre Morgadio de Louredo.

O seu testamento, datado de 11 de Janeiro de 1646, que se conserva no arquivo da Misericórdia de Penafiel, constitui um documento muito curioso e de grande valia, não só para o conhecimento da personalidade do testador, como para o estudo sociológico da época.

Amaro Moreira foi o mais ilustre dos irmãos da primeira geração dos Moreiras da Gandra, foi mesmo o esteio desta família, a quem sempre acompanhou, ajudou e contemplou testamentariamente. A sua acção social e caritativa foi notável para a época, no entanto a sua figura continua pouco conhecida e pouco estudada. Alguma nebulosidade envolve a origem da sua avultada riqueza material. De onde lhe terá advindo tal fortuna?

Não foi certamente proveniente da herança paterna, e muito menos seria dos proventos da sua paróquia, perdida lá na Serra do Alvão.

Como já foi aventado e ele mesmo reconhece no seu testamento, teria sido, sim dos proventos da extração de minérios, tão abundantes naquelas serrarias, principalmente o volfrâmio, que já naquela época seria vendido para ser utilizado na fabricação de armamento tão necessário nesses tempos de guerras travadas com a Espanha.

Amaro Moreira morreu em Ermelo, em 1646, tendo o seu corpo sido conduzido para Penafiel, com acompanhamento desde a Lixa, dos irmãos da Misericórdia, vindo a ser sepultado na Capela-mor da igreja por si mandada erguer.

Não sei se o seu nome figurará na toponímia de Paredes ou de Penafiel. Receio que tal não tenha ainda acontecido, pelo que, caso não esteja enganado, aproveito para sugerir que seja atribuída uma placa de homenagem bem merecida à memória deste grande benfeitor seiscentista.

VI – A primeira filha de Gaspar Gonçalves Moreira, chamada Maria Gaspar Moreira, foi casar à Quinta de Lagares, na freguesia do mesmo nome, com Gonçalo Rodrigues, homem principal, de quem teve 5 filhos: Domingos, Gaspar, António, João e Manuel, e duas filhas: Maria e Ana.

O filho Domingos foi sacerdote e durante 40 anos vigário de Bairros, no concelho de Paiva.

O filho Gaspar Moreira Aguiar foi Alferes na Honra de Baltar, onde casou com Porcina Barbosa, da Casa das Figueiras, na mesma freguesia, sendo pai do Dr. Bento Moreira, que veio a ser cônego e vigário geral da diocese de Leiria, de Maria Moreira, casada com Manuel Gonçalves, do Lugar de Pereira, em Baltar, c.g., e de Grácia Moreira, casada com João Carneiro, do Lugar de Fagilde, também em Baltar.

O filho António Moreira faleceu sendo estudante, e o filho João



Figura 5 - Igreja da Misericórdia de Penafiel



Figura 6 - Capela-Mor e interior da Igreja da Misericórdia de Penafiel

Moreira foi abade de Valpedre durante 37 anos.

O último filho de Maria Gaspar Moreira, chamado Manuel Moreira de Meireles, sucedeu na Casa de Lagares e casou com Beatriz Ferraz da Mota, da freguesia de Abragão, deles sendo filha Ângela Ferraz, que casou três vezes e de nenhum dos seus maridos teve filhos, pelo que se extinguiu a geração da Casa de Lagares.

A primeira filha de Maria Gaspar Moreira, chamada Maria Rodrigues, foi casar ao lugar de Sta. Comba, da freguesia de Sobreira, com Gonçalo Rocha, c. g. e a segunda filha, Ana Moreira, casou com Gonçalo Fernandes, da Quinta da Igreja, em Peroselo (Penafiel), também com numerosa descendência.

VII – A segunda e última filha de Gaspar Gonçalves Moreira, chamada Ana Moreira, foi casar à antiga Casa de Lever, na freguesia de Lever, concelho da Feira, com Pedro Gonçalves, de cujo matrimónio tiveram um filho de nome Gaspar e três filhas chamadas Maria, Antónia e Madalena.

O filho de Antónia Moreira, chamado Gaspar Moreira, sucedeu na casa de seus pais, e casou com Catarina Coelho Barbosa, irmã de Gonçalo Barbosa, da Casa da Aveleda, já atrás referido, e tiveram do seu casamento oito filhos e seis filhas.

O primeiro filho de Gaspar Moreira, chamado Francisco Moreira, sucedeu na Casa de Lever e casou com Inês Aranha, natural de Gondalães, de quem teve um filho chamado Cosme Aranha Moreira, que veio a casar com Maria das Neves, da freguesia de Crestuma e na descendência destes se manteve a posse da Quinta de Lever até aos nossos dias.

A filha de Antónia Moreira, chamada Maria Moreira, foi casar à Quinta da Póvoa, na freguesia de Pedorido, concelho de Paiva, com Joaquim Gonçalves, de quem teve três filhos e quatro filhas.

O filho Domingos Moreira sucedeu na Casa da Póvoa e também na Quinta da Gasalha, na freguesia de Lagares, casou com Margarida Pais e teve do matrimónio os filhos José e João e as filhas Maria e Isabel.

O filho chamado José Moreira foi familiar do Santo Ofício, sucedeu nas quintas de seu pai e casou com sua prima, Mariana de Beça Freire, de quem teve cinco filhos e uma filha.

A filha de José Moreira chamada D. Maria Josefa Moreira de Beça casou na Quinta da Granja, na freguesia de Lagares, com Manuel Leite de Melo, Cavaleiro professo na Ordem da Cristo, filho de Sebastião de Macedo e de sua mulher, Inês Leite.

A primeira filha de Domingos Moreira, chamada Maria Moreira, foi casar ao Lugar de Ordins, da freguesia de Valpedre, com Domingos Braz e foram pais de Manuel Moreira Neto, sucessor de seus pais,

casado com Maria Vieira, do Lugar de Lagares, com geração de que descende a família Moreira Aranha Furtado de Mendonça, ainda hoje detentora da posse de algumas destas antigas quintas.

A segunda filha de Domingos Moreira, chamada Isabel Moreira, casou com Manuel Barbosa de Andrade, senhor da Quinta do Pisão, em Cete, sendo pais de D. Maria Micaela da Andrade Barbosa, a qual veio a casar com Bernardo Luís de Miranda Salgado, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, senhor da Casa do Talhinho, também no Lugar de Várzea, em Cete, com descendência que manteve a propriedade destas Casas até à actualidade.

Voltando à segunda geração deste ramo, a filha de Antónia Moreira e de seu marido, Pedro Gonçalves, da Casa de Lever, chamada Antónia Moreira, casou na Casa de Cimo de Vila, freguesia de Sobreira, com Gaspar António, de quem teve cinco filhos, sendo o primeiro Inácio Moreira, que veio a casar, a 12 de agosto de 1646, com Maria da Cunha, filha de António de Oliveira e de sua mulher, Maria da Cunha da Casa de Fundevila, no Lugar de Casconha, da mesma freguesia.

Um filho destes últimos, Domingos Moreira da Cunha, veio a casar, a 1 de Maio de 1678, com Catarina da Rocha de Sena, filha de Beatriz de Leão, senhora da Casa da Roçada, e de seu marido, Tomé da Rocha, da Casa de S. Martinho, ambas em Parada de Todeia.

De Domingos Moreira da Cunha e de sua mulher, Catarina Rocha, herdeira da Casa da Roçada, nasceram seis filhos, dos quais se destacou o Padre Henrique Moreira da Cunha, nascido a 9 de maio de 1695, grande orador, professor de teologia no seminário de S. José das Taipas e no convento de S. Domingos, no Porto, autor da célebre citada “Árvore da Antiga e Nobre Família dos Moreiras”.

Uma irmã deste último, Maria Moreira da Cunha Leão, casou com Manuel de Brito e Sousa, senhor da Casa da Quebrada, em Mouriz, e por este casamento ficaram unidas estas duas casas até meados do século XIX, na posse da família Barbosa Leão, durante quatro gerações.

Por fim, a última filha de Antónia Moreira e de seu marido, Pedro Gonçalves, da Quinta de Lever, chamada Madalena Moreira, foi casar à Quinta de Astromil, na freguesia do mesmo nome, com Matias Dias, homem principal de quem teve três filhos e sete filhas. O filho mais velho, Bastião Dias, sucedeu na mesma quinta de seus pais e casou com Maria André, com numerosa descendência em

Astromil e Rebordosa; o filho Miguel Moreira casou com Isabel Antónia, da Quinta da Susaneira, em Paço de Sousa c.g.; e o filho João Moreira ordenou-se sacerdote do hábito de S. Pedro.

A filha de Madalena Moreira e de seu marido, Matias Dias, chamada Catarina Moreira, casou com Gonçalo André, da Quinta do Bairro, em Rebordosa, c.g.; a filha Antónia Moreira casou com Manuel António Barbosa, da Casa de Fundo, em Parada de Todeia c.g.; e a filha Isabel Moreira veio casar à Casa da Moreira, em Cete, com Pedro Moreira (doutros Moreiras), filho de Baltasar Moreira e de sua mulher, Luísa Nogueira Faião, e deles descendem a família da Casa de Moreira (hoje extinta), e ainda as famílias Coelho Ferraz, da Casa do Verdeal, em Cete; Barbosa Leão, da Casa do Fundo, em Parada; e Avides Moreira, da Casa do Casal, em Fonte Arcada, além de outros ramos colaterais.

Muito mais poderia escrever sobre esta família com muitos membros ilustres, alguns elevados à nobreza, e com muitos outros apenas simples mortais, proprietários de casas que ainda hoje se conservam erguidas neste concelho e nos limítrofes, algumas de bela traça nobre e outras de arquitectura rural. Na impossibilidade de poder desenvolver todos os seus ramos e muito menos de mencionar a maioria dos seus membros, embora todos me mereçam o mesmo respeito, deixo estas achegas que poderão ajudar à realização de uma mais aprofundada investigação, desde as primeiras gerações até à actualidade, da qual poderá vir a resultar um volumoso livro.

De raiz vincadamente telúrica, de pequenos e grandes proprietários rurais, detentores de morgadios e de grandes casas de lavoura, ou de simples casais e de pequenas courelas, os Moreiras da Gandra atravessaram transversalmente a sociedade. Emergiram deles figuras ilustres, com destaque no Clero, seja secular ou das ordens religiosas (e destas, especialmente, a de S. Bento), como na Magistratura, no Exército, na Universidade, nas Letras e na Política, como também, com igual valor, na Agricultura, no Comércio, na Indústria, etc., sem esquecer o contributo prestado à emigração brasileira nos séculos XVIII e XIX. Aqui fica a minha homenagem à saga com cerca de 500 anos de existência, que os Moreiras iniciaram, desenvolveram e escreveram nos anais históricos deste concelho de Paredes.

D. ANTÓNIO BARBOSA LEÃO

Pe. Afonso da Cunha Duarte, Sacerdote, Investigador e Diretor do Arquivo Diocesano do Algarve

Grande Bispo Missionário de Angola e Congo e reformador das Dioceses do Algarve e do Porto.

Naturalidade – Paredes (S. Martinho da Parada), 17.10.1860 – Porto, 21.06.1929).

Filiação – Manuel Barbosa e Maria Barbosa Leão.

Presbítero – 1.08.1886 e missa nova a 6 de agosto.

Cargos – Professor de Francês, História e Geografia no Colégio da Formiga do Dr. José Rodrigues Correia, Ermesinde (1 ano). Professor e Perfeito no Seminário dos Carvalhos (1.10.1887 a 1890). Pároco de S. Tiago de Lustosa, Lousado (12.06.1890 a 1904). Como Bispo preocupou-se com a formação do clero e adquiriu a Quinta do Vilar onde se instalou o Seminário.

Bispo – Bispo de Angola e Congo (15.02.1906). Estiveram presentes na sagração D. António José de Sousa Barroso, D. António Aires de Gouveia, Francisco Vieira e Brito, José Alves Correia da Silva. Bispo do Algarve (7.11.1907), confirmado (19.12.1907), posse da Diocese do Algarve por procuração (19.03.1908) e entrada solene (3.04.1908). Bispo do Porto (Bula de Bento XV, 16.07.1919), posse por procuração (28.08.1919).

Como D. António Mendes Belo, bispo de Angola e Congo, foi transferido para o Algarve, António Barbosa Leão é nomeado bispo de Angola e Congo.

Condecorações – O Governo conferiu-lhe a Grão Cruz da Conceição pelos serviços prestado no Ultramar e a Grã-Cruz da Ordem Pontifícia do Santo Sepulcro (1925).

Títulos – Do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Grã-Cruz da mesma ordem, Par do Reino e sócio honorário do Ateneu Comercial (1927).

Publicações – *Saudação Pastoral*, 10.04.1908, Typografia E. Seraphim, Faro. *Carta Pastoral*, Quaresma de 1909, Typographia E. Seraphim, Faro. *Carta Pastoral*, Quaresma de 1911, Typographia Seraphim, Faro. *Carta Pastoral*, 1916, Typographia “União”, Faro. Na I Exposição Bibliográfica e de Artes Plásticas da Casa do Algarve, na Sociedade Nacional de Belas Artes, novembro, 1946, inaugurada pelo Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona, o catálogo apresenta, com o número 71, Exortação ao clero do Algarve pelo seu Bispo, Faro, 1915. Publicou várias pastorais e circulares sobre a conjuntura política: União Católica e o Centro Católico Português (Atitude da Direção Superior do Partido Monárquico e de parte da sua imprensa na eleição de 28 de abril (13.06.1918), *Exortação* (dirigida aos seus diocesanos sobre a sustentação do clero (11.08.1911). Determinações e instruções sobre vários serviços eclesiais (1915), (fotos 102-1; 102-2; 102-3; 102-4; 102-5; 102-6; 102-7).

Observações – Irmão de Agostinho Barbosa Leão (9.01.1918), foi ourives até aos 20 anos, estudou no Colégio do Carmo de Penafiel e depois transitou para o Seminário do Porto. Grande pregador, acompanhou D. António José de Sousa Barroso nas visitas pastorais a Paredes, Penafiel, Lousada e Felgueiras.

Em Luanda organizou o Seminário, cursos de intérpretes (línguas



indígenas) para a catequese e fundou escolas. Transferiu o Seminário para Luanda, que ficou organizado como liceu para poder aproveitar a todos. Instala no paço os alunos e as aulas e rodeia-se de pessoal habilitado para o ensino. Abriu em Luanda uma escola para meninas a fim de se promoverem e encontrarem mais tarde um trabalho. Regulou o exercício da jurisprudência episcopal.

Chegou ao Algarve no dia 2 de abril, no comboio das 22.30 horas. Desde Tunes acompanharam o Bispo o Cabido e muitos párocos e foi imponente a receção na gare de Faro. A frente da estação estava iluminada, os sinos repicaram e três filarmónicas (Faro, Namarras e do Regimento de Tavira) tocaram. Organizou-se um cortejo em “marche aux flambeaux” até à Sé, onde entrou solenemente no dia seguinte. O cortejo partiu da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, às 13.00 horas, e dirigiu-se para a Sé Catedral. Incorporaram-se as confrarias, irmandades, as crianças das escolas e as autoridades locais. As janelas estavam engalanadas e houve feriado nas escolas e na função pública. No fim da entrada solene, o Cabido ofereceu um bodo a 500 pobres no recinto do Seminário. O Presidente da Câmara de Faro, José Vitorino de Sande e Lemos, fez o discurso de boas vindas (*AMF Atas*, 9.04.1908, fol. 104, *O Algarve*, n.º 1, de 29.03.1908, n.º 1, n.º 2, de 5.04.1908 e n.º 5, de 26.04.1908). A Câmara Municipal de Faro gastou 30.220 reis na receção ao Bispo. No ano seguinte, foi a Roma em visita *ad sacra limina* e regressou a Faro no dia 9 de junho de 1909. O cortejo saiu da Igreja da Misericórdia para a Sé Catedral e incorporaram-se, como era «estilo do Reino», os clérigos, os cónegos e a vereação da cidade

(AMF Atas, 30.01.1908, fol. 94. 9.04.1908, fol. 104. 17.07.1909, fol. 156). Primeira visitação na nova diocese (Sé e S. Pedro (5.07.1908) e a segunda foi a Tavira (15.07.1908).

Instalada a República, proíbe a formação das Cultuais na Diocese, por intermédio de uma circular (24.12.1911). No Tribunal da Relação de Lisboa foi distribuído, em sessão de 7.04.1912, o processo em que o bispo do Algarve agrava do despacho que o pronunciou com admissão de fiança arbitrada em 1.000\$000 réis, por ter-se insurgido contra as leis da República. No dia 18 de maio de 1912 foi julgado por não ter solicitado o beneplácito para expedir uma circular. (*O Distrito de Faro*, n.º m1878, de 18.04.1912; n.º 1883, de 23.05.1912).

Afonso Costa condena-o ao desterro para fora da Diocese (Decreto de 6.01.1912), mas protesta num documento de 16 páginas e vai para a sua terra natal. O Centro Republicano Democrático de Faro, de Afonso Costa, presidido pelo Dr. João Pedro de Sousa, em assembleia geral, resolveu enviar um telegrama de felicitações ao Ministro da Justiça «pela firmeza e altivez com que defende a lei da República e muito especialmente pelo decreto que expulsou do distrito o bispo do Algarve (*Ecos do Sul*, n.º 3, de 20.01.1912). Com *unguibus et rostro* os republicanos algarvios atiram-se ao Bispo do Algarve e até sugerem que as igrejas sejam adaptadas a escolas (*Alma Algarvia*, n.º 13, de 4.06.1911. n.º 18, de 9.07.1911. n.º 101, de 9.02.1913).

«Em toda a província do Algarve se vai passando um facto tão extraordinário, que não pode deixar de ser estudado, examinado e reconhecido pelo observador atento da história contemporânea e especialmente pela imprensa local, referimo-nos à chegada e ainda curta permanência do Sr. D. António Barbosa Leão, nesta cidade de Faro. Esta permanência é apenas de dias, pois não conta ainda um mês, E, no entanto, todas as classes sociais, todo o povo tem uma tão simpática estima pelo seu Bispo, dedica já tão entranhado afeto ao seu Prelado, que parece realmente conhecê-lo da há muitos anos. Este facto é extraordinário. As simpatias radicam-se por longos tratos; as dedicações geram-se em prolongados benefícios recebidos e em aturados conhecimentos verificados. E ninguém conhecia aqui o novo Bispo do Algarve, como que não tinha história. (...) O facto merece estudo».

Bispo austero e disciplinador, começou a restauração da Diocese do Algarve, mas teve uma missão difícil para esclarecer e orientar o clero e os cristãos para se viver em República. Procura que o clero lhe seja fiel e evita desvios e impede que o clero se intrometa na política. Quem não obedeceu às suas orientações foi punido e os que se arrependeram tiveram de se retratar publicamente. Evitou assim o caos na Diocese. Defendeu o clero das calúnias, procurou atualizar o clero e formar leigos, orientou a diocese para responder à nova situação política, lutou pelos direitos dos padres ajudadores ou coadjutores que andavam de terra em terra e viviam de rendimentos mesquinhos.

Como não são bem expressos nas Constituições Diocesanas e em outros documentos dimanados da autoridade eclesiástica os deveres e obrigações dos ajudadores, bem como, em alguns pontos, as suas relações com os párocos e jurisdição, que podem exercer, por isso julgamos conveniente determinar o seguinte:

1.º Os ajudadores, além dos serviços a que estão obrigados pelo facto da sua nomeação, por costume, ou por qualquer combinação especial, ficam com o encargo de fazer homília à missa, seja qual for a hora e local em que celebrem, e do ensino do catecismo, sendo este trabalho feito, quanto possível, de acordo com os párocos e

até juntamente com eles, quando assim combinem e convenha. 2.º Não poderão os ajudadores sair das paróquias sem se entenderem com os párocos, de que são auxiliares e cooperadores. Quando haja dúvidas ou divergências a este respeito, a nós se recorrerá, na certeza de que aos ajudadores serão dadas as mesmas garantias que aos párocos dão as Constituições Diocesanas. Também os párocos, em regra, não devem ausentar-se da paróquia sem o darem a saber aos ajudadores.

3.º Quanto ao registo paroquial, prestarão os ajudadores aos párocos o possível e razoável auxílio, não só porque é uma obrigação paroquial, mas também para se habilitarem pela prática a um trabalho de tanta importância e responsabilidade. O auxílio que houverem de prestar correrá sempre sob a inspeção e vigilância dos párocos, a quem pertence a principal responsabilidade neste ramo de serviço.

4.º Os párocos colados podem exercer em toda a diocese o ministério do púlpito, independentemente de licença nossa; os ajudadores, porém, assim como os encomendados, sem licença nossa só podem exercer este ministério nas paróquias em que prestam serviço, ou de que estão encarregados.

5.º Podem os ajudadores, desde a sua nomeação, se não mandarmos o contrário, confessar pessoas de ambos os sexos, cada um na paróquia para onde lhe foi passada carta; fora dela, enquanto não tiverem completado quarenta anos de idade, sem licença nossa só poderão confessar homens, exceto no tempo quaresmal, ou em ocasião de grande aglomeração de fiéis; mas, nestes dois casos, sempre a arbítrio do pároco que precisar dos seus serviços.

6.º Não será renovada a carta de ajudador sem informação do pároco da freguesia que o mesmo ajudador haja servido no ano imediatamente anterior; não será passada carta de encomendação, sem informação do pároco da freguesia que o presbítero a nomear haja servido no ano anterior, se tiver ajudador, e não será renovada a carta de encomendado, sem informação do vigário da vara em cujo distrito eclesiástico tenha servido. Estas informações serão pedidas pela secretaria do bispado, ou pelo modo que julgarmos mais conveniente. (Pastoral 11.02.1909)

Esteve presente nas festas de maio em Sesimbra e os jornais *Portugal*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *Alma Nacional* fizeram a cobertura do acontecimento. Mas o jornal *O Século* e *Alma Nacional* (distribuído abundantemente pelo Algarve, por intermédio de Tomás da Fonseca, levantou várias calúnias contra o bispo que foi acusado de fulminar a democracia, de pretender afastar as crianças das escolas e até de trair a pátria. (*O Distrito de Faro*, n.º 1781, de 9.06.1909; n.º 1782, de 16.06.1909; *Província do Algarve*, n.º 876, de 28.05.1910). Durante várias semanas deturpou a passagem do Evangelho sobre a Anunciação. Jornal anticlerical, em 1912 inseriu uma «Carta de Faro» e trata o bispo por «D. Espanta Leão, vulgo O portuguêsinho Valente» (n.º 168, de 3.10.1912).

O jornal *O Algarve* faz referência à situação religiosa do Algarve que D. António encontrou. «Como é sabido, não correm propícios os tempos para desvanecimentos por causas religiosas. O Algarve, como em geral todas as demais províncias do paiz, atravessa uma crise de falta de crenças e piedosos costumes; quasi que se abriu aqui a banca rota da religião christã, que o povo conhece mais por uma roitineira tradição obliterada, do que pelo ensinamento ou estudo aprofundado e reflectido. O povo, se não impugna o credo, também não cumpre rigorosamente o decálogo. É christão de nome.» (*O Algarve*, n.º 5, de 26.04.1908).

Antes de partir voluntariamente para o desterro, D. António analisou a situação económica da Diocese. O Cónego Dr. José de Barros Bentes foi nomeado Governador da Diocese e o Pe. Marcelino Franco foi designado administrador dos bens da Diocese. Como os recursos com que se provia a sustentação da Casa Episcopal, Seminário, Catedral e o clero desapareceram a favor do Estado. D. António viu-se obrigado a promover, ainda antes do seu exílio, uma subscrição dentro e fora do país, recebendo algumas valiosas ofertas de algumas pessoas para as necessidades mais urgentes. (*AHDA Chancelaria*, Livro A – Registo Provisório de capitais e conta de receita e despesa a cargo da Diocese do Algarve, 1911).

A tipografia da Diocese foi “vendida” aos padres Marcelino Franco e Manuel Cruz Semedo por 425.000 rs. para não ser tomada pelo Estado.

Enviou uma Circular ao clero para dar mais umas instruções:

Estando já no desterro, agradeceu a todos aqueles que deram

Il.mo e Rev.mo Sr. Ampliando as instruções que demos em o Nosso ofício de 4 de outubro, cumpre-nos declarar:

1.º que nenhum sacerdote, pároco ou não, nem qualquer fiel católico podem fazer parte das associações culturais ou contribuir diretamente ou indiretamente para a sua formação no sentido do decreto com força de lei de 20 de abril do ano corrente, sob pena de serem havidos como cismáticos, incorrendo, portanto, na pena de excomunhão “speciali modo” reservadas ao Papa, cominada na “Bula Apostolicæ Sedis”;

2.º que qualquer sacerdote que, com prejuízo dos direitos do legítimo pároco e desprezo da autoridade eclesiástica, ouse intrometer-se no regímen religioso também nas penas infligidas contra os que usurpam jurisdição eclesiástica, cominadas na “Bula Apostolicæ Sedis”;

3.º que o sacerdote que se ache nestas lamentáveis circunstâncias não pode celebrar o Santo Sacrifício da Missa nem realizar outros atos de culto, nem os fiéis dele podem receber os Sacramentos nem assistir à Missa que ele celebre, sem grave culpa;

4.º que nenhum católico, sacerdote ou leigo, pode comunicar com tais associações culturais contribuindo por meio delas para o culto ou para tal fim.

Aos Rev.os Párocos muito recomendamos que tornem conhecida dos seus fregueses esta doutrina, sobretudo onde se dê o caso de haver quem pense na formação das ditas culturais, o que esperamos para serem dadas as providências competentes.

Faro 24 de dezembro de 1911.

António, Bispo do Algarve

inúmeras provas de estima e de consideração. «Não me foi possível, antes de retirar, agradecer a todos, como desejava, nem manifestar quanto estou penhorado para com o clero e fiéis da minha diocese, pelo modo como todos me tem tratado desde que tive a honra de assumir o governo de tão illustre Bispo» (Carta de 28.03.1912, in *O Algarve*, n.º 202, de 2.04.1919).

Na sua terra natal, S. Martinho de Parada, freguesia de Cete, concelho de Paredes, na capela da residência e na paróquia conferiu Ordens Menores aos seminaristas do Algarve (*AHDA, Matrícula de Ordenandos*, 1901-1973, s. 12-13, *Novidades*, 22.06.1927).

Regressa ao Algarve (11.01.1914) e é recebido apoteoticamente e lança-se à obra da reconstrução da Diocese. Na Sé, «D. António Barbosa Leão subiu ao púlpito, fazendo uma prática muito correcta, dentro da ordem e da legalidade, desenvolvendo principalmente a tese de que a Igreja Católica terá de permanecer na inteireza e

fecundidade da sua doutrina sem que a amesquinhem períodos passageiros de injustificadas contrariedades» (*O Algarve*, n.º 304, de 18.01.1914).

Organizou e dirigiu a Comissão Nacional de Assistência Religiosa em Campanha (1914) e pediu ao Presidente da República uma amnistia para os presos e exilados políticos, sendo um dos bispos organizadores do Centro Católico.

Co-fundador do Asilo de Santa Isabel para órfãos do Algarve, recebeu 14 meninas dos 2 aos 10 anos, num edifício da Ordem Terceira de S. Francisco. O grande dinamizador foi o Prior da Sé (1919). Para atenuar os efeitos da epidemia que assolou o Algarve e o pelo país, D. António Mendes Belo organizou um grupo de senhoras para socorrer visitar, socorrer e tratar dos enfermos mais pobres. Mas a presidente da comissão, D. Isabel Cúmano de Bivar, verificou que ficaram muitas crianças «sem amparo e sem protecção, por lhes terem morrido os pais e outras pessoas de família». Surgiu então a ideia de se recolher algumas daquelas crianças numa casa onde pudessem ter alimento, agasalho e ensino». E assim aconteceu. Como não tinha instalações, D. António pediu à Ordem Terceira de S. Francisco umas dependências da Igreja de S. Francisco (26.11.1918). Os Irmãos (sessão de 28.11.1918) colocaram à disposição a antiga secretaria e casa contígua, a parte superior do claustro e ainda o antigo cemitério. Porém, era necessário realizar obras de conservação e de adaptação, sendo pedidas diversas ajudas, entre as quais ao Presidente da República, Sidónio Pais, que deu um subsídio de 800\$00. Realizadas as obras, abriu o asilo para as crianças abandonadas nestas instalações provisórias. Como apareceram benfeitores que se prontificaram a oferecer o terreno e dinheiro para uma nova construção, pensou-se construir um novo edifício para as crianças abandonadas de Faro e do Algarve. O custo do novo asilo custaria entre 8 a 10 mil escudos.

A publicação referente ao Centro Católico foi determinante para que o Papa Bento XV escrevesse aos bispos portugueses (18.12.1919) uma célebre carta sobre a plena liberdade da Igreja e o exercício dos seus sagrados direitos. Enaltece o Centro Católico Português e aponta cinco normas de voto. Até 1918 «pouco ou nada» se tinha feito. Em março, o bispo conseguiu reunir algumas forças vivas e fundou vários centros e até um centro (provisório) distrital.

No Congresso Diocesano, de 10 de fevereiro de 1921, em Faro, Dr. Sousa Martins, advogado em Olhão, falou sobre o desenvolvimento do Centro Católico, o Cónego José de Sousa Guerreiro, de Albufeira, «O Centro Católico e as obras sociais», o Pe. Santos Silva, de Loulé, «O Centro Católico e a imprensa» e o Pe. Baptista, de Paderne, «O Centro Católico e a piedade».

Só na terceira Legislação, em 28 de abril de 1918, o Centro algarvio conseguiu um senador, o Dr. Domingos Pinto Coelho.

Reorganizou o Seminário de S. José, as obras católicas, a catequese, criou o Recreatório João de Deus. No dia 8 de dezembro de 1909, no seminário, teve lugar a estreia da Philharmonica João de Deus ou Banda do Recreatório de João de Deus. Tinha 27 elementos com indumentária vistosa. O regente e ensaiador era o Beneficiado João Bernardo Mascarenhas e o contramestre Manuel Custódio Passos. Tinha alguns músicos adultos no 1.º clarinete, 1.º trombone e 1.º cornetim (*Boletim do Algarve*, 15.01.1910. 1.02.1910. 1.01.1911). «Os rapazes, muito bem vestidos e com garbo, apresentaram-se colhendo muitos aplausos. Visitaram as autoridades e as redacções dos jornais e seguiram para a Conceição, onde se celebrou uma festa com a assistência do Reverendíssimo Prelado

da Diocese, em visita pastoral. Também ali os noveis philarmonicos foram recebidos com muitas demonstrações da satisfação publica. Na realidade é para louvar a instituição que veio assim oferecer uma aplicação útil e proveitosa dos intervalos de vagar que ficam aos noveis operarios, nas suas occupações de cada dia. Também no Seminario têm continuado o ensino de leitura e escripta às classes adultas e indigentes, sendo grande a frequência. Temos, pois, muito que louvar estas iniciativas de aperfeiçoamento de indivíduos para quem os poucos meios eram impedimento de adquiri-lo. Muito agradecemos a visita que nos foi feita pela nova philarmonica». (*O Algarve*, n.º 90, de 12.12.1909; n.º 91, de 19.12.1909; n.º 145, de 1.01.1911; n.º 194, de 10.12.1911). Não durou muito tempo porque a fúria revolucionária lhe tirou os recursos materiais e a casa que era a sede do recreatório, que na mesma possuía um pequeno teatro, com o competente palco e pano de boca mandados fazer pelo Bispo.

No Seminário inaugurou a Academia Científico-Literária para os alunos e professores mostrarem os trabalhos científicos e literários que produzissem (22.12.1910).

Ficou célebre a resposta ao Ministro da Justiça a uma circular que enviou sobre o comportamento do clero algarvio, pois não pede privilégios, mas que ao menos não falte a proteção do direito comum (4.07.1911).

D. António Barbosa Leão, em 1914, crismou 4.000 pessoas em São Brás de Alportel, mas nem todos os crismandos eram são-brasenses. O jornal *OSulfez* o seguinte comentário: «não deixamos de reconhecer a fôrça que a Igreja representa e com a qual nunca podemos deixar de contar» (*O Sul*, n.º 132, de 25.10.1914). (*AHDA Chancelaria*, Liv 348, 125v). D. António proibiu as procissões da Semana Santa em Faro por não haver ambiente (*O Algarve*, n.º 104, de 20.03.1910).

Dando continuidade a esta ação pastoral, D. António Barbosa Leão foi o bispo missionário do Algarve, consolidou e desenvolveu a ação de D. António Mendes Belo. Era um Bispo intransigente na defesa da Igreja e dos costumes, mas sempre com capacidade de compreensão e de indulgência. Reuniu mensalmente o clero, por vigararias, em ações de formação, para que a Diocese tivesse um clero zeloso, digno, ilustrado, culto e disciplinado. Tornou obrigatória a homilia ao domingo e o ensino da catequese e, trimestralmente, cada pároco tinha de fazer um relatório acerca das atividades paroquiais. Difundiu a catequese pelos sítios e apoiou os párocos na criação de escolas noturnas, já iniciadas pelo seu antecessor. Fomentou a entreatada no seio do clero para responder às necessidades de cada paróquia. Informou o clero da situação política reinante e de todas as ações que tomou para resolver os imensos problemas que surgiram com a República.

Implantou na Diocese a Congregação da Doutrina Cristã e, em 1910, deu um prazo de seis meses para os párocos organizarem o conselho paroquial da catequese. Foi o primeiro bispo que preparou catequistas para a ação evangelizadora e que introduziu o audiovisual na catequese (as paróquias ainda não tinham electricidade), como a projeção de slides e postais ilustrados com frases alusivas à lição da catequese e criou movimentos e obras para difundir a Palavra de Deus e a imprensa católica.

Fundou a Obra de S. Francisco de Sales cuja finalidade era «auxiliar o clero, especialmente o parochial, na conservação e defesa da fé, e reanimar a vida cristã». (Carta Pastoral, Quaresma, 1910).

Editou o *Boletim do Algarve*, ligado à obra de S. Francisco de Sales, que ficou sendo o órgão oficial da Diocese: «Tendo Nós organizado

o funcionamento das Catecheses e aprovado a Obra de S. Francisco de Sales, para as auxiliar, tornava-se necessária uma publicação periódica, que fosse o seu órgão e tornasse conhecido o movimento da vida christã, na Diocese. Para preencher esta lacuna aparece, sob a direcção do Rev.mo Conego Marcellino Antonio Matia Franco, o - *Boletim do Algarve* - cuja publicação auctorisamos, declarando-o órgão oficial da Diocese. Embora destinada especialmente a popularizar a sciencia catholica, nelle serão publicadas as Determinções Pontificias, as Pastoraes, Provisões e outros Documentos emanados da Nossa Secretaria e da Camara Ecclesiastica; e desde que sejam publicados Documentos por Nós assignados e com a Nossa auctorisação devem ser considerados officiaes para todos os efeitos» (Provisão de 12.01.1910).

Também fundou e difundiu obras de piedade, caridade e ação social, apoiando várias devoções para atingir o coração dos algarvios. Deu relevo às associações do Sagrado Coração de Jesus, Filhas de Maria, N.ª S.ª de Lurdes, N.ª S.ª de Fátima, aos movimentos da Juventude Católica, Conferências de S. Vicente de Paulo (30.067.1906), Senhoras da Caridade, S. Francisco de Sales e Pão de Santo António, Liga de Acção Social e Cruzada do Rosário. Introduziu e renovou devoções populares como o mês de Maria, do Rosário e das Almas, dando relevo à festa da eucaristia, sobretudo à primeira comunhão e profissão de fé, à primeira sexta-feira de cada mês, às exposições do Santíssimo Sacramento, às procissões dos oragos das freguesias e ao tríduo de preparação. Muitas vezes esta preparação era feita pelo próprio Bispo, que não descurou a devoção do terço (dos benditos) que se difundiu pelas paróquias. Aproveitou as novenas do Espírito Santo, Senhora da Glória, Menino Jesus para espalhar a Palavra de Deus, indo às paróquias organizar os vários movimentos e crismava multidões.

Pio X, tendo em vista as circunstâncias, as exigências do comércio e da indústria, reduziu o número das festas de preceito: Domingos, Natal, Circuncisão, Epifania Ascensão, Imaculada Conceição, Assunção, Apóstolos S. Pedro e S. Paulo e Todos os Santos.

Nas cidades, vilas e nas freguesias mais populosos (v. g. Albufeira, Aljezur, Estoi, Faro, Fuzeta, Lagos, Loulé, Odiáxere, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Tavira, Vila Real de Santo António) organizou casas de trabalho, dirigidas por senhoras, para a confeção de empreitas, bordados, enxovais, paramentos e trabalhos manuais, para promover e dar emprego à juventude feminina e angariar também fundos para a catequese e obras paroquiais. Uma das casas mais dinâmicas foi a de S. José, de Loulé. As Senhoras da Caridade também socorriam os mais pobres ao lado das Conferências de S. Vicente de Paulo.

Desejava que o culto fosse imponente e procurou organizar em cada paróquia um grupo coral e difundiu a música sacra com as filarmónicas a abrilhantarem as procissões e as missas a grande instrumental. A Quaresma foi revitalizada com pregação, procissões e canto das almas. As cerimónias da Semana Santa eram realizadas em quase todas as paróquias, mas o clero alternava anualmente com as paróquias vizinhas para que se celebrasse o Mistério da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo na maioria das paróquias.

Não se esqueceu dos pobres e por onde passava deixava sempre uma avultada esmola para os mais indigentes. Apoiou em cada paróquia o bodo aos pobres nos dias mais significativos da liturgia cristã, pelo Natal, Ano Bom, Dia de Reis, Páscoa da Ressurreição, Pentecostes e nas festas dos oragos.

Em apoio da ação catequética, fundou a *Folha do Domingo*

(19.07.1914). O programa desta modesta publicação podemos resumi-lo em meia dúzia de linhas: a explicação do Evangelho do domingo, o desenvolvimento gradual, em pequenos artigos, da doutrina do Catecismo, a demonstração da santidade da moral cristã, feita à luz da razão e com eloquência esmagadora dos exemplos, que a vida dos santos nos apresenta em páginas duma leitura edificante e salutar, a propaganda de obras de ensino, piedade, caridade e ação católica, tendentes simultaneamente à santificação individual e ao auxílio do próximo carecido de luz, de pão ou de consolo. Tudo isto acrescido duma nota breve, mas completa do movimento religioso das freguesias, a que o boletim se refere, do horário dos atos do culto, do anúncio das festividades, etc.. tudo isto, repetimos constitui o programa, que nos propomos realizar.

A Igreja em várias épocas foi o fiel da balança da união política, o baluarte da ordem ética e social e fomentou o patriotismo. Quando se instaurou a República, esta teve uma ação singular no Algarve, pois combateu sem tréguas e sem escrúpulos a Igreja. Quando foi publicada a Lei da Separação, houve festejos, foguetes, morteiros, vivas e morras, abrindo-se a torneira do palavreado para se combater a religião e os cristãos, para se enaltecer a intolerância e o sectarismo contra a liberdade. Como diz o filósofo Jorge Sorel, o anticlericalismo «estava destinado a manifestar-se cada vez mais com a contracção espasmódica da ínfima cultura».

Quando o Bispo visitava uma paróquia, no adro da igreja havia tumultos para o bispo não se fazer ouvir, ou organizava-se um mercado ou feira, mas uma parte do povo era ignorante e raramente reagia ou protestava. Os que se diziam “cristãos” aplaudiam e batiam palmas quando um prior era preso por caciques locais, quando se assaltavam ou se incendiavam igrejas e residências paroquiais. No meio da opressão, da perseguição, do insulto, da grosseria, do ódio, da calúnia e da propaganda antirreligiosa, prevaleceu o mutismo dos cristãos. Mas nos funerais aparecia sempre algum ilustre algarvio para pegar nas borlas e o ridículo aconteceu. A Igreja respondeu pela evangelização, pela catequese. As igrejas e os sacerdotes foram privados dos seus rendimentos, mas a Igreja organizou-se e impediu que os livres-pensadores tentassem integrar a Igreja no Estado. No meio de tantas privações, reconstruíram-se igrejas e executaram-se obras de conservação (Lagoa, Ferragudo, Salir, Silves, S. Lourenço, Almancil, São Brás de Alportel) e os pobres tiveram sempre um lugar especial no seio da Igreja. Nesta altura a Igreja sofreu perseguição feroz, mas rejuvenesceu.

A igreja do Azinhal foi incendiada (1915) e ficaram só as paredes em ruínas, sendo uma dependência da residência paroquial convertida em capela. Ao domingo a catequese e a missa eram na capela, mas as obras de reconstrução começaram a 3 de novembro de 1915 e, no ano seguinte, as obras para a construção do novo cemitério. Várias igrejas estiveram encerradas, como em Mexilhoeira Grande, onde o pároco teve que se ausentar devido aos conflitos e passados 19 meses reabriu ao culto. Houve missa celebrada pelo pároco de Alvor e participaram cerca de 800 pessoas, em julho de 1914. Em S. Marcos da Serra a igreja também esteve encerrada por causa dos desacatos e reabriu ao público em setembro de 1923. Também em Nossa Senhora da Rocha a capela esteve interdita por causa dos desacatos praticados, mas reabriu em janeiro de 1924. Odeleite ficou sem pároco residente desde 1911 e em Alcoutim, em 1922, ainda não havia missa dominical. Os roubos eram frequentes e as autoridades nada fizeram para

castigar os delinquentes, como em Alvor, Fuzeta, Lagos, Lagoa, São Brás de Alportel. Na Fuzeta, a Junta retirou da igreja o que lhe fazia falta para as festas, varas e bancos, não dando satisfação a ninguém (1911). Em Moncarapacho a Junta de Paróquia, auxiliada pelo regedor e com a autorização do administrador do concelho, encerrou a igreja paroquial e as capelas da freguesia, o povo ficou privado do exercício do culto. Cerca de 10 mil pessoas, em 1917, protestaram perante o Governo Civil e este foi obrigado a reabrir a igreja paroquial e as capelas da freguesia. Entretanto muitos sacerdotes tiveram que se ausentar e algumas paróquias ficaram abandonadas.

Durante seis anos, praticamente o culto exterior foi proibido, mas a Igreja não entrou em conflito e na polémica de caserna. (Os festejos dos Santos Populares, até 1916, quase desapareceram. Havia apenas a festa litúrgica dentro das igrejas). Raras foram as procissões que se realizaram. O Dia de Ano Bom, em honra do Menino Deus, era festejado com pompa em várias freguesias, mas, em Santa Bárbara de Nexe, apesar de toda a opressão, o prior até conseguia organizar a procissão. O mesmo aconteceu com a procissão da Senhora da Piedade, em Loulé, e a procissão da Ressurreição, em São Brás de Alportel. Mas a célebre procissão do Triunfo, em Tavira, só em 1917 saiu à rua com o esplendor de “antigamente”, o mesmo acontecendo com a procissão de Nossa Senhora das Dores, em Faro, que se realizava desde 1773, com os sete andores ou passos das Sete Dores de Maria.

A partir de 1916 começaram a sair à rua algumas procissões, embora ainda houvesse vários conflitos. Porém em Vila Real de Santo António até os bombeiros fizeram a guarda de honra na procissão de Nossa Senhora da Encarnação (1917). Em Alcoutim, Albufeira, Lagoa, Monchique, Paderne, Portimão, Santa Bárbara de Nexe, S. Pedro (Faro), Silves e Vila Real de Santo António, as autoridades locais não toleravam procissões e foi difícil aos párocos conter a multidão de fiéis para realizar as procissões dentro das igrejas. Por vezes, a procissão fazia-se à roda do adro, mas na maioria das freguesias, estas recomeçaram a percorrer as ruas das aldeias com o maior respeito e decoro. Foram raros os locais (Faro, Vila Real de Santo António, Santa Bárbara de Nexe) em que houve atitudes impróprias durante uma procissão. A afamada procissão de S. Sebastião, em Faro, saía da ermida para a Sé, onde era aguardada pelo Cabido. Era de noite e “triunfalmente” o santo era aclamado por grandes multidões em que predominava o elemento marítimo. À luz de archotes e tochas, eram levantados durante o percurso entusiásticos vivas e no dia seguinte regressava à sua capela. Como se introduziram abusos, foi realizada de dia, de tarde, incorporando-se o Cabido no regresso. Nos últimos anos da monarquia, a procissão entrava na Sé e voltava logo à sua capela, mas com a implantação da República deixou de se fazer a festa. Só em 1924 é que o Cabido se encarregou de retomar a celebração da festa de S. Sebastião, o mesmo acontecendo em Silves, Tavira, Monchique e Alferce.

O jornal da Diocese esteve atento a todas estas dificuldades, nunca entrou na verborreia estéril e caceteira, mas deu sempre resposta clara. Em artigos pequenos e claros expôs a doutrina da Igreja, por intermédio do conto, da estória, de diálogos vivos e oportunos do momento presente, foi expondo a doutrina da Igreja e torneou a questão religiosa. Entre os vários colaboradores, ficarão na história do jornalismo algarvio o Cónego Lorena, que escreveu sobre temas históricos e litúrgicos, o Cónego Guerreiro, especialista em transmitir uma mensagem por intermédio de

diálogos populares, e o Pe. Santos Silva (foi diretor do jornal de outubro de 1922 a 1937 e silenciou *O Moca e o Diário do Algarve*) pela sua vasta cultura e dialética contundente. O jornal nunca acusou frontalmente ninguém, apenas expôs a doutrina da Igreja em pequenos textos, com vários subtítulos, de forma clara e acessível (e também apologética), onde transparece o Evangelho e a catequese no momento oportuno. Não ignorou a crítica política da situação reinante e a dicotomia dos que se diziam cristãos. Perante o mutismo e o encolher de ombros de muitos, enalteceu todos aqueles que espontaneamente, apesar das ameaças e opressões, viviam a fé. As notícias sobre as paróquias são um espelho da vitalidade da Igreja e também um incentivo para novas iniciativas, sobretudo nas paróquias de menor dimensão. Deu também a conhecer o Centro Católico do qual D. António Barbosa Leão foi um grande obreiro. Num momento exaltado de anticlericalismo, a Diocese participou com candidatos próprios nas eleições por intermédio do Centro Católico. Colaborou e difundiu o Congresso, em 1915, onde se analisou a vida pastoral da Diocese, as dificuldades e soluções mais oportunas para o momento presente. Ainda hoje é obrigatória a consulta deste jornal numa hemeroteca para se conhecer a “diferença” no jornalismo reinante no Algarve e a técnica jornalística utilizada que deita pela borda fora algum pseudojornalismo paroquial que ainda hoje vegeta por aí.

A República fomentou a nova devoção à “árvore” para substituir ou deslocar as festas religiosas. Logo as paróquias agarraram a ideia e a “Árvore de Natal” foi aproveitada nas festas das crianças e nos bodos aos pobres e, em breve, foi absorvida pela Igreja. Era ornamentada com luzes, gulodices, roupas, fruta e era um encanto para as crianças da catequese e para os pobres. Em 1916 a “Árvore de Natal” estava já difundida não só nas cidades e vilas, mas também nas mais humildes paróquias do interior algarvio.

D. António Barbosa Leão procurou dinamizar a Igreja do Algarve. Entrou em contacto com vários bispos e aproveitou várias iniciativas que vieram do Brasil, França, Alemanha e Espanha e que implementou no Algarve. O projeto de restauração católica, com a ajuda de outras dioceses, deu uma nova vida à Diocese, manteve a pureza da doutrina, a observância da disciplina eclesiástica e a vida sacramental.

Por outro lado, no cadinho da análise, verifica-se que o clero deu mais incremento às devoções, rituais e procissões imponentes do que ao anúncio do Evangelho, apesar de toda a dinâmica do Bispo. Porém, o jornal diocesano, *Folha do Domingo*, para além da denúncia dos atropelos republicanos e da divulgação das atividades paroquiais, cumpriu a sua missão: Evangelizou.

Entre vários relatos na imprensa algarvia, selecionamos O Algarve que descreve a recepção deste bispo em Faro: Homenagens festivas ao novo Prelado. Foi imponente a manifestação da recepção preparada na gare de Faro ao novo Prelado, que foi esperado na noite do dia 3. A aglomeração de pessoas era tal, que no recinto da não havia um espaço vazio, nem no largo da estação, nem na parte da avenida D. Amélia, próximo d'aquelle recinto. Toda a frente da cidade que olha para o lado por onde havia de passar S. Ex.^a estava illuminada.

Ao ouvir-se o silvo da locomotiva, os sinos das diversas igrejas repicaram e as três filarmónicas, convidadas para o cortejo, tocaram o hymno nacional.

Acompanhado do cabido e de todos os parochos das freguesias da diocese, que desde Tunes vinham com S. Ex.^a, apoz os rápidos comprimentos, foi organizado o cortejo, em Marche au

flambeuux, até á igreja da Sé, onde S. Ex.^a fez as suas orações antes de recolher ao Paço episcopal.

Na sexta feira, à uma hora da tarde, desde a Igreja o Carmo até á Sé, desfilou o cortejo para a entrada solemne de S. Ex.^a na sua Cathedral.

O préstito foi organizado com o esplendor próprio da solemnidade e n'elle se incorporaram autoridades, clero, confrarias, corporações e escolas, fechando-o a Camara Municipal com o seu estandarte e a força publica.

Nas janelas do transitio pendiam ricas colgaduras e debruçavam-se damas com seus vistosos trajos de gala.

O templo da Sé encheu-se rapidamente e n'elle se fizeram ouvir os canticos que o rito manda entoar durante as cerimónias de obediencia, que o clero menor tem de prestar ao seu prelado em tal acto.

N'esta ocasião S. Ex.^a subindo ao púlpito, n'um discurso de forma correcta e primorosa, acentuou as suas gratidões pela carinhosa recepção e convidou os seus diocesanos a acompanhá-lo na tarefa de paz e d'amor que incumbe a sua missão.

Na tarde foi distribuído um bôdo a quinhentos pobres, que o nosso amigo o sr. dr. Nogueira, presidente do cabido, havia esmolado em romaria piedosa por entre os habitantes d'esta cidade, para que aquelles desprotegidos da sorte tivessem uma refeição de fartura em dia tão festivo.

Previamente e na ocasião de se apear no portal da egreja do Carmo, do trem do sr. Conde do Cabo de Santa Maria, em que o digno Prelado viera, acompanhado do sr. General Lemos, por este lhe foi lida uma allocução que cae reproduzida n'outro lugar.

À cerimonia da distribuição que foi feita no claustro do Seminário, lindamente ornamentado, assistira, os convidados e muitas outras pessoas.

O seminarista José Agostinho Vaz dirigiu uma allocução de boas vindas ao seu Prelado, revelando notável aptidão. Também agradou muito uma composição poética do seminarista João Gaspar Rodrigues no mesmo intuito da saudação.

Depois o Sr. Dr. Nogueira fez um d'aquelles seus improvisos tão coloridos e sentimentaes como é costume ouvir-se da sua palavra eloquente.

Respondendo e agradecendo novamente todos os actos da carinhosa recepção que lhe faziam, o Sr. Bispo teve frases de terno reconhecimento que a todos captivou, seguindo-se a distribuição do bôdo.

Em todos os actos estiveram as três philarmonicas, a de Faro os Namarraes e a banda regimental de Tavira.

A administração concedeu feriado ás escolas n'aquelle dia, e nas repartições publicas houve tolerancia de ponto.

O serviço policial, à chegada do Prelado, foi péssimo, merecendo as maiores censuras por parte de todos. Não admira que assim fosse sabendo-se quem está superintendendo na policia.

Não se pode ter habilidade para tudo!

Eis a allocução da Câmara:

Esteve presente na inauguração do Jardim de Estoi do Visconde

Ill.mo Rev.mo Sr.

Agglomerado em torno de Vossa Excellencia Reverendissima, n'este templo de Nossa Senhora do Carmo, que recorda a freguesia da mesma invocação, que Vossa Excelencia entre outros melhoramentos, criou n'uma das nossas queridas terras d'além mar, está um povo, essencialmente religioso, pacifico, bem morigerado, que cheio do maior jubilo corre

a receber o seu Prelado, e a prestar-lhe as homenagens, que lhe são devidas na elevação categoria, em que se acha; não o faz por fanatismo, nem por affectada reverencia, apresenta-se com ar nobre e com a consciência de que cumpre um dever que as leis sociaes, que muito respeita, lhe impõem; e desempenha-o com a maior satisfação, porque bem preza as eximias virtudes e distincto saber, que ornaram a pessoa de Vossa Excelencia, digno ornamento da distincta serie dos Illustres Prelados tem Têm presidido a Igreja algarviense. É este p pensamento de todos este povo que a Camara Municipal desta cidade se ufana de representar, á qual cabe a honra de ser quem, em seu nome transmite a Vossa Excellencia Reverendissima cordeaes expressões de muita estima e devido respeito e as bem merecidas felicitações por ter sido Vossa Excellencia elevado á mais distincta dignidade de Príncipe da Igreja: confiamos em que Vossa Excellencia Reverendissima se dignará acolher benevolo os nossos sentimentos de verdadeira e sincera dedicação.

Faro, e Paços do Concelho, 3 d'Abril de 1908.
José Victorino de Sande Lemos

de Estoi, nos dias 1 e 2 de maio de 1909, participou na missa solene e procissão em que regou o Pe. Pedro Manuel Nogueira. Esteve em Roma, na Visita *ad Sacra Limina*, no dia 16 de maio de 1909, passando na ida por Lurdes, França e quando chegou a Faro no dia 10 de maio de 1909, teve uma grande receção. No dia 30 de agosto de 1909 esteve numa festa no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na distribuição dos prémios aos melhores alunos. O notário e poeta Dr. Rodrigues Davim dedicou-lhe este poema:

No dia 24 de dezembro de 1914, D. António Barbosa Leão celebrou

1. Vindes ao nosso lar? Como estremece / o nosso coração, o nosso olhar! / A vossa bênção é o sol que aquece / o tugúrio do pobre e doira a messe / de que / de que a Virtude é o grão a germinar. 2. Da Caridade humilíssimas obreiras, / é o nosso emblema a redentora Cruz, / de alívio para todas as caseiras, / pra toda a treva - de almejada luz. 3. Gema na terra a mais ferina dor, / ou se contorça a mais intensa mágoa, / pra casa espinho temos uma flor, / pra toda a sede uma gotinha d'água. 4. A imaculada e casta flor da Infância / recebe o doce orvalho da instrução / nesta escondida em perfumada estância, / e a Luz afoga a treva da Ignorância / no seu formoso e pródigo clarão. 5. Sede bem-vindo, pois, ao nosso lar / onde a Virtude - a santa flor dos Céus / tem o seu branco e luminoso altar: / Esp'rança e Fé, Senhor, pra vos saudar / e Caridade pra servir a Deus» (O Algarve, n.º 76, de 5.09.1909)

missa na Igreja de S. Pedro, Faro, sendo depois de 1910, a primeira vez que tal ato foi celebrado na cidade (O Algarve, n.º 352, de 20.12.1914). No ano seguinte, já houve a Procissão de Sexta-Feira Santa, que saiu da Igreja da Santa Casa da Misericórdia com a participação do Bispo D. António (O Algarve, n.º 367, de 4.04.1915). Durante a pneumónica, para os pobres sem alimentação, remédios e assistência, promoveu uma reunião para se obter recursos e detetar as necessidades dos mais carenciados.

A 28.08.1919 tomou posse da Diocese do Porto e foi nomeado Governador da Diocese de Faro o Cónego Marcelino António Maria Franco (O Algarve, n.º 16, de 7.09.1919; n.º 18, de 28.09.1919. O Debate, n.º 73, 29.08.1919. Folha do Domingo, n.º 280. de

31.09.1919).

O jornal *Novidades* (22.06.1927) aquando da sua morte anotou: . A Diocese do Algarve prestou homenagem sentida à memória do

«Cae na arena um lutador com marca de gigante. Perde Portugal um dos seus maiores Prelados de todos os tempos. Sobee ao seio de Deus um dos mais gentis espíritos de sacerdote e de português»

seu antigo prelado na altura do seu falecimento, realizou solenes exéquias na Sé de Faro.

«De inteligência penetrante servida por uma vontade vigorosa e inquebrantável, alma de apóstolo. Organizador indefeso, D. António Barbosa Leão era o lutador para os transees imprevisos e um grande paladino da liberdade da Igreja» 11 de junho de 1929.

Bibliografia

- (AHDA Chancelaria, Bispos, cx. «D. António Barbosa Leão». Copiador, n.º 4, fol. 125v.
O Século, n.º 9184, de 18.07.1907.
O Distrito de Faro, n.º 16665, de 19.03.1908; n.º 16668, de 9.04.1908.
O Algarve, n.º 1, de 29.03.1908; n.º 2, de 5.04.1908; n.º 5, de 26.04.1908; n.º 34, de 15.11.1908.
O Heraldo, n.º 1339, de 22.03.1908; n.º 1341, de 5.04.1908; n.º 1342, de 12.04.1908; n.º 25, de 3.07.1912; n.º 26, de 6.07.1912; n.º 28, de 13.07.1912.
Algarve, n.º 2, de 5.05.1908; n.º 5, de 26.04.1908.
Boletim do Algarve, n.º 15, de 15.08.1911; n.º 16, de 1.09.1911; n.º 23, de 15.12.1911; n.º 1, de 15.01.1912; n.º 3, de 15.01.1912; n.º 4, de 1.03.1912.
Folha do Domingo, n.º 181, de 20.01.1918; n.º 240, de 6.04.1919; n.º 280, de 27.08.1919; n.º 750, de 30.06.1929; n.º 753, de 21.07.1929. n.º 759, de 21.06.1929. n.º 2371, de 16.10.1960.
Correio do Sul, n.º 644, de 23.06.1929. A Ordem, n.º 13, de 16.02.1916).
O Sul, n.º 31, de 20.10.1912.
A União, junho 1929, n.º 216, pp. 11-12. Novidades n.º 10.340, 1929.
Correio Olhanense, n.º 69, de 18.09.1949.
O Ocidente, vol. XXIX, p. 193, com fotografia.
Portugal em África, vol. XIII-XIX, (com fotografia).

SEM TÍTULO

Tiago Sousa, Poeta
Henrique Silva, Ilustração

hoje é o dia em que volto a ti, Poesia
eterna dialéctica, sombria como eu
grande dança da vivência de um ventre que já foi meu
mas que agora já não sinto



Sem Título
Grafite e pastel sobre papel, 2022

A LUZ

Zeferino Silva, Professor
Avelino A. Fernandes, Ilustração

A luz é silêncio subtil
a caminhar com as pessoas, e a ouvir.

As coisas, às vezes, são labirinto:
desafiam-nos a atenção
e puxam-nos para dentro delas.

O silêncio é um tabernáculo
casa luz do viajante.

Ninguém viaja sozinho:
o silêncio também é companhia
e todos têm a sua luz.

As árvores têm flores
e a luz, ao passar, é uma espécie de lira.

A criança no colo da mãe
sorri tranquila e em silêncio
na paz atenta de quem a olha.

Quem nos ouve não se anuncia.



Ternura
Acrílico sobre Tela, 2022

SEM TÍTULO

Nuno F. Silva, Poeta
Vanda Meireles, Ilustração



Olhar Penetrante (pormenor)
Técnica Mista, 2022

Já não sei onde termina a noite,
mas desconfio que seja quando
a luz começa a queimar
nas entranhas.

E se torna urgente
voltar a fechar os olhos

O SORRISO COMO SUBSTANTIVO

Nassalete Miranda, Jornalista e Diretora do jornal *Artes Entre As Letras*

Fernanda Felícia, Ilustração

O sorriso chegou: enigmático, misterioso, silencioso.

Era já noite.

O rosto chegou mais tarde, ainda mais noite. Fechado, solene, talvez pensativo,
talvez ausente, talvez presente. Sereno.

Juntos: o sorriso e o rosto abrem-se numa narrativa visual de espantar.

É preciso entrar. É preciso ir ao encontro do interior e permanecer.

Até de manhã!

Até amanhã!

É preciso partir à descoberta da luz sem bússula, sem mapa, sem orientação.

O sorriso não tem lado esquerdo.

Não tem lado direito.

Não tem princípio nem fim.

O rosto não o prende.

Não há grades para o sorriso.

É livre. É desejado.

É rebelde na sua nudez.

Heróico na sua mudez.

Olho o sorriso e o rosto, assim, em união identitária de um ser terreno, granítico.

De um coração enrugado.

De um ser alado, longínquo.

De um marinheiro de alma lavada.

De uma existência inexistente.

De um sonho perseguido.

Perdido.

Ou apenas não encontrado.

In: "Sorrisos de Pedra", de José Efe - 2020



Good Girl (pormenor)

Técnica Mista sobre Tela, 2022

ELA ESPERA POR VÓS!

Orlando Castro, Jornalista

Maria Rosas, Ilustração



Um dia, com ou sem pai,
com ou sem avô,
a minha terra estará
à vossa espera.
Nessa altura,
mesmo sem saberem
o sítio exacto onde deixei
o cordão umbilical,
vão respirar o silêncio,
beber o infinito
e dormir embalados pela certeza
de que, afinal,
o pai e avô tinham razão
quando choravam de saudade.
Terão um olho
no canto da lágrima.
E a terra quente subirá
para beijar essa lágrima.
Nascerá então uma flor.
Uma flor sem nome
(talvez se chame Luana),
uma daquelas flores
que só alguns vêem,
que só alguns sentem,
que só alguns amam.

Série Raízes
Técnica mista sobre tela. 2020
Obra doada ao Município

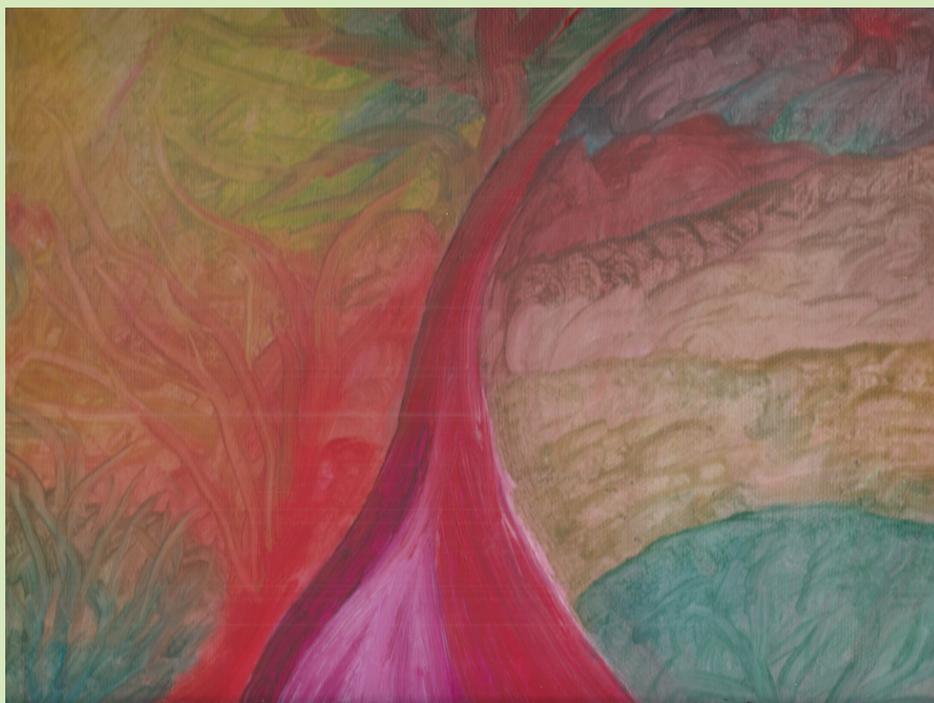
RETRATOS

Isabel Alves Pereira, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Ingleses e Alemães, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Poema e Ilustração)

Deparo-me com retratos de um passado tão distante
Olhares sérios em caras sisudas de outros tempos
Semblantes assustados pela máquina intrusa
Que os desnuda e expõe ao mundo inquietante
Usurpador de íntimos sentimentos

Já noutros retratos mais recentes
Em rostos de tempos mais modernos
Os lábios distendem-se em sorrisos inocentes
De lábios cerrados
bocas voltadas para o mundo
Mais fraternas
Sem demonstrações exageradas

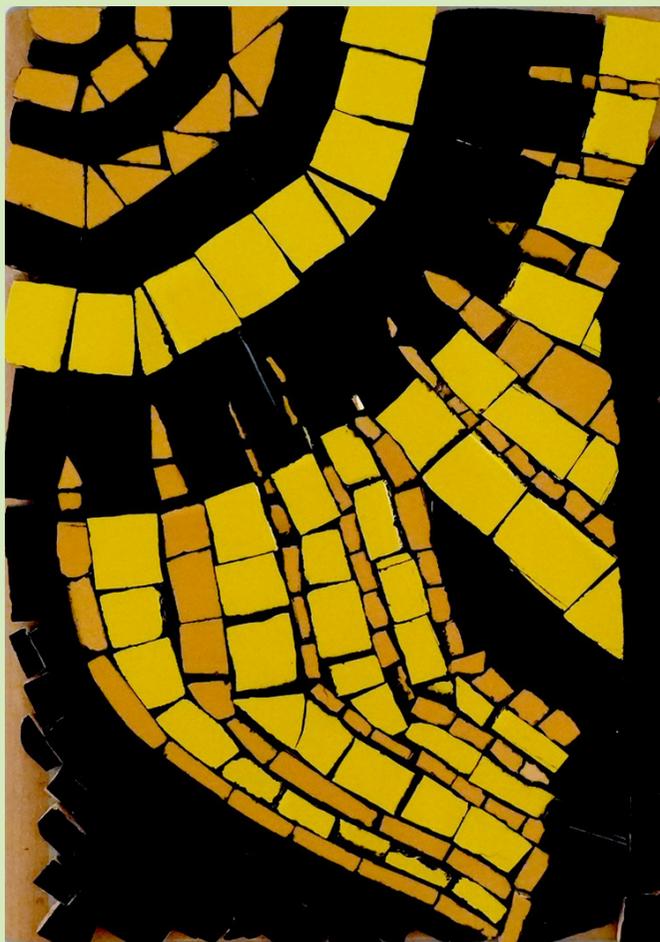
Chegaram os retratos do presente
Risos abertos, caretas e carrancas
Dentes à vista, línguas atrevidas
Caras alegres, risonhas, divertidas
Máscaras treinadas num mundo inconstante.



Sem Título
Óleo sobre tela. 2018

ALEGRA-TE

Serafim Ferreira, Reformado
Carla Pinho, Ilustração



Pedços de Sol
Técnica Mista, 2022

Alegra-te,
alegra-te quando...
te reinventares numa pedra,
numa árvore,
numa flor que brota da terra.

Alegra-te,
alegra-te quando...
fores um raio de sol,
a espuma do mar,
um inseto ou uma larva.

Alegra-te,
alegra-te quando...
os teus passos forem
...os da Natureza
e a Natureza fores Tu.

Alegra-te,
alegra-te quando...
fores sopro do vento e não
...sopro de vida.

Alegra-te,
alegra-te quando...
o conhecimento de Ti,
for além da matéria.

VIDAS, VÁRIAS!

Hugo Vasconcelos, Poeta
Odília Rocha, Ilustração

Corrias...
Os silêncios te empurram,
Para os gomos coloridos de um cata-vento.
Saltavas...
Como deambulam as andorinhas na manhã,
De uma Primavera no estio.
Sorrias...
Na plenitude de um troço de vida,
De pétalas jorradadas no ribeiro.
Voltavas...
No frio sentido,
Ao largo de uma lareira em chamas.
Partias...
Para a memória fingida,
De um tempo presente.
Deixavas...
Que teu corpo fosse o húmus,
Da natureza despida.
Hoje...
És escrita sentida,
De uma rua deserta.
Amanhã...
És floresta viva e colorida,
De um Cipreste alto e esguio.



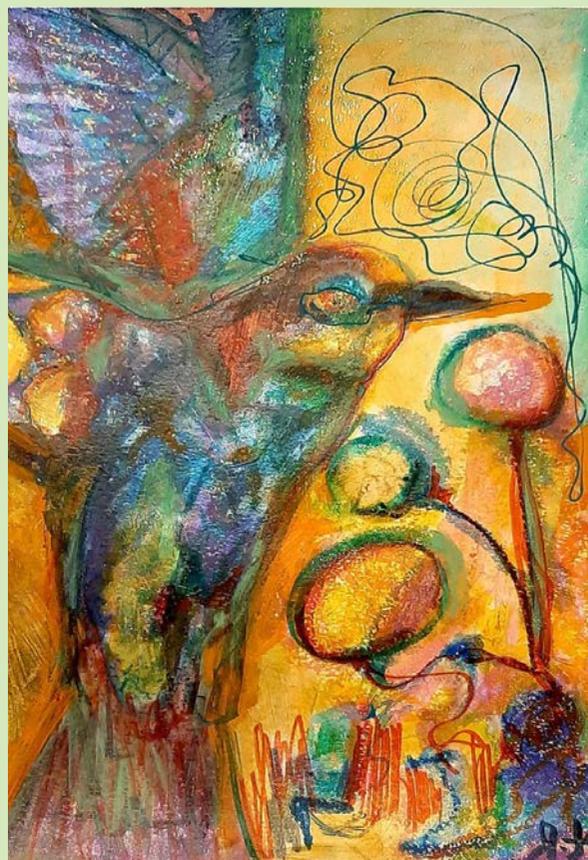
O Relógio da Estação
Acrílico sobre Tela, 2022

LUGARES

Kravechenko, Poeta

A.fe, Ilustração

são como línguas d'água precipitando-se
sombra entre mãos de beleza e pincéis de artista recriando
a voz do mundo
jato regurgitado das entranhas do ser
voz silenciosa das palavras que a alma usa
morenando o tempo
uma erva daninha que sobe pela conjuntura e uma flor
abrindo o sol da esperança
pedras que ficam sem registo de tempo e sem matemática de luas
latitudes de encontro no desenho das estradas zodiacais ou carta que se
envia às entranhas de um rio (viagem entre margens ou simples volúpias) desenhando
longitudes globais
são como troncos enrugados e feridos, flores
sobem a idade da partida em cada chamada que o telefone não devolve ao tempo útil
um valado cortado pelo sulco que refresca raízes, perspectivas
encontros de iris em sincronia precisa
lugares são como ondas de mar sem rasto nem via
no velado entre cortinas do que é estar
pó!



A Ave é a Flor
Técnica Mista, 2022

CHUVA

Olívia Clara Pena, Poeta
Walter Almeida, Ilustração

Amanheci a caminhar na chuva
delicada e persistente
antevendo o convite
entre os pingos e a folhagem

A água lambe-me os lábios
e desce-me pelo corpo
qual seiva elaborada
fecunda
e casta

Tu gostas da chuva, eu sei,
nesta dor moída
dos silêncios
entre os nossos passos
dos vazios cheios de nós

Ao longe um vale
de castanheiros,
gigantes mirrados
errantes solitários,
Sentamo-nos no seu corpo
de viço
laborioso e sábio
e silêncios

Num tempo
em que amávamos a viagem dos caracóis
e em que, sofregamente, tocavas a sineta de casa, em anunciação,
tempo de vertigem nos teus acordes
tempo de costura lenta das minhas ridículas palavras d' amor
e sempre
principiantes absolutos

E estes silêncios de gume
silêncios de fogo
silêncios de faca.



Chuva
Recorte e colagem sobre papel

AFRODITE

Aires Montenegro
Fernanda de Queýroz, Ilustração

O sangue que brotou de Úrano
Quando por Crono mutilado
Caiu no mar e fecundou as ondas,
Fez-se berço da semente navegada
Deposta concha sobre a areia breve.

Em finos véus e transparentes,
Moldado o teu corpo em divina espuma,
Saíste desse berço, qual fenícia Astarte,
Lasciva deusa dos amores perdidos,
Mãe da paixão louca que enlouquece.

Contigo renasceu a primavera
No gesto singular das plantas fecundadas
Quando amaste Adónis nos jardins
Onde a cada dia floresce
O enxerto da romã e da papoila.

Ao teu carro atrelarás o cisne e a pomba
Onde tu e eu passearemos,
Percorrendo da praia a areia fina
Sem temer em ti, deusa fatal,
A perpétua cintura dos desejos.



Sem Título
Aquarela, 2022

ÍCARO

Gonçalo Meneses Ribeiro, Advogado
Humberto Nelson, Ilustração

Será possível fugir ao amor?
Tão inversamente proporcional à liberdade,
Quanto a trela que me puxa pelo seu caminho,
E, na verdade, penso não ser mais do que labirinto,
Prisão que vivo achando que me fará chegar a ti
Que hoje me fio não ter maneira de dela sair.

Constantemente me perguntam onde me inspiro
Para que consiga escrever o melhor de mim,
Nunca tenho tempo para debates infrutíferos,
Como posso responder eu que nada sei sobre ser poeta?
Ainda para mais, sem paciência para cortejos da treta,
Sem alguma vez ter pensado aquilo que escrevo...
A minha arte é somente transcreever o que o coração vive,
Exercício recreativo aparentemente tão racional e livre,
E, no fundo, é a mais manifesta imagem do encarceramento,
Em que vivo oprimido numa prisão, sou eu o espadachim
Que não duela, tem medo de sangue, não puxa do florete,
Por saber que no dia em que lutar será o seu fim,
Que pode criatura que mal almeja ensinar sobre escrever?

E, no entanto, dispensei perguntas sobre porque escrevo assim,
Exaspero-me realmente quando me criticam porque escrevo assado,
Até valendo o mesmo para aqueles que falam bem de mim,
(Não há vez que me descrevam sem referência ao do lado)
Resta sempre uma pobre injustiça quando comparado.

E realce-se já!
Não é patética sobranceira de mal-amado!
Ou megalomania desenfreada de alucinado,
Não há em mim qualquer convicção de ser mais que alguém;
Aliás, tenho por certeza que existirão no mundo poetas
Seguramente tão desprezíveis e medíocres quanto eu,
Poetas presos na agonia asfíxiante de labirintos sem saída,
Poetas agarrados a versos reles, desamparados,
Rasgados no fundo de uma gaveta esquecida,
Caindo, em lágrimas desenfreadas, à sarjeta condenados.



Estudo para a floresta Líquida
Acrílico sobre papel, 2021
Obra doada ao Município

Mas se certeza eu tenho é que não há poeta no Mundo,
 Por muito desenfreadas que as suas lágrimas corram para a sarjeta,
 Por muito reles, desamparados, rasgados e mais do que rasgados
 Estejam os seus versos esquecidos bem no fundo da gaveta,
 Por muito desprezível e medíocre que se diga o poeta,
 Que conheça as minhas dores como eu,
 Qua possa sobreviver depois de te ver
 E almejar esses lábios celestes sem os conhecer,
 Procurar os teus olhos tristes para os alegrar,
 Ver essa tua tão profunda graça roubar-lhe o ar...
 De modo que não se explica como poderá alguém
 Que a bem dizer pouco de poeta ele tem,
 Encher-se de tão grande medo para tão pouco peito,
 Sentir tamanha a vergonha por querer tudo perfeito,
 Porém, no fim, quando tudo acaba direito
 Quase sempre é quando peço por defeito.

Tenho descoberto que tenho talento para sonhar demais
 Sonho demais que a paz,
 Sonho demais que a igualdade,
 Sonho demais que um qualquer clichê barato de misses internacionais
 Sonho demais que eu, e daí a saudade
 Dos tempos em que apenas sonhava a verdade.

Nem sei se era sonho, mas quis voar,
 Desprendi as asas em meu redor,
 Conheci o céu aberto nessa boca tua,
 O teu corpo de sol abraçou a minha noite escura,
 Por cinco segundos era o rei no infinito do teu universo.
 Talvez só depois (no regresso) lembrei do risco de ser teu amigo,
 Das malditas leis de Newton, eu que pensava que a gravidade
 Por ser para coisas concretas e bem resolvidas não era perigo
 Para um coração tão vazio de amor e sem felicidade.
 Foi aí que soube que Murphy sabe muito mais de amor
 Do que um qualquer teórico de cabelo branco encaracolado,
 Percebi-o no pior momento, é sempre o certo para ele acabar,
 A tua brasa incandescente deslumbrava dores que só eu tenho,
 A tua faísca efervescente fazia borbulhar o meu coração de etanol...
 Eu voava, (e o que voava perto do Sol),
 Porém, estremei com a sublime sumptuosidade do teu tamanho,
 Eu que voava, (e o quanto voava perto do Sol),
 Observei as asas estremecerem, pensei que expectantes,
 Na verdade, eram os meus sonhos derretendo, delirantes...
 Eu era um poeta vivo e de rompante,
 Assim que te toquei,
 Nesse mesmo instante,
 Quando abracei o astro maior
 Que Febo tornou gigante,
 Não sei se era sonho, mas eu caí na razão,
 Odi profanum vulgus ecoando na escuridão.

Quando eu quis voar,
 Alertaram para os limites da minha ambição,
 Criticaram o arrojo, chamaram-me à terra!
 Disseram-me que se o amor não mata, ferra...
 Mas que sabe quem nunca voou nem ouviu a razão
 Que não conhece a infinita felicidade de cada regresso
 De cada noite que do teu corpo de sol caio no mar de Egeu,
 Eles que nunca foram poetas como eu
 Por cinco segundos reis do teu Universo.

TOSANTOS

Rui Guedes, Escritor

Tomás Guedes, Ilustração

Escavaram o templo
na pedra.
Lapidaram orações,
[interseções]
hesitantes, como grãos
de alcatrão projetado
contra as sobras do centeio
esquecido na berma do caminho.
Folhas cruas de azevinho,
debruadas a dourado
nas pegadas dos peregrinos.
Gente sem sombra nem chão.
Meninos
ladeiam o santuário
lapidando orações,
[projeções de sudário]
persignadas com
suor e carnis tentações.
E eis então que a rocha cedeu.
Esmoreceu
no grito atirado contra a pedra cinzelada.

Das aventuras dos Homens
sobra apenas um rumor.
O amor
é fraco quando se acabam
os Homens,
quando o centeio volta a crescer
e meninos bem-dizem premonições,
rasgando o véu num sacrifício portentoso.

E é na loucura
que me prometo.
Descalço,
pés crivados a dor,
imagem suja e gasta
carregada num andor.
O vento forçou a janela do quarto,
e a chuva encarregou-se do chão,
estendendo o seu fino lençol
sobre a esteira
onde brandimos os corpos
[a latejar, vigorosos].

À hora de partir
visitamos o templo,
escavado na pedra
como da primeira vez.
Pai, filho e um espírito
de tez
ocre cinzelado na montanha.



Tosantos
Mista (tinta da china e carvão), 2022

E é no assombro
que Lhe peço:
Abençoa, assim, o meu regresso,
sobejado em tímido nojo
[pé de erva daninha, bravio tojo].

E já não passam peregrinos.
A janela fechou-se,
e o fino lençol de água
caiu dobrado sobre uma esteira sem corpos.
Sobrou a mágoa
e uma folha crua de azevinho,
esquecida, debruada,
entre as pétalas do caminho.

Quando a noite finalmente caiu,
o círio avermelhado
incandesceu o horizonte.
A montanha permitiu
um último adeus à cidade,
sabendo-nos peregrinos
[sem destino, sem idade]
andejando a capricho do vento,
na doce aventura
de vê-lo brotado,
deste assombro de adobe
entranhado no tempo...

DESEJOS DE UMA VIDA DE RIQUEZA (RETIRADOS DO MANUAL DA AVAREZA)

DEITAR NO CHÃO SOBRE UMA MANTA DE TRAPÓS

Miguel Gomes, Texto

Norberto Valério, Fotografia

1. Deitar no chão

Tinha chegado num mês bom, segundo a tradição, oral e vocalizada no carinho de quem ama a sua terra, por ela iria até à guerra, não fosse o pacifismo a tendência amena de um povo que, em paz, se vive dia a dia, tal como a Deus apraz.

Saídos os resultados das colocações, a opção seguinte às prioridades, fossem quais fossem elas, atribuía o interior continental como seu destino final de uma caminhada iniciada há anos, no litoral.

A ausência da família poderia ser facilmente colmatada, como a quem para outras terras emigra, a tecnologia depressa nos aproxima de quem nunca de nós se separa. No entanto, sem saber o que aguardar, fazia desta pequena mudança de pouco mais duma centena de quilómetros (e o seu mar?) as ondas escarpadas num cordão marítimo sacudindo o vento em nortada e o calor numa espécie de alvorada, iniciada pela manhã de nevoeiro e, quando muito, terminando em caminhadas nos paredões snobes das avenidas paralelas ao avanço e recuo das ondas.

Findo o percurso escolar, afiançadas as amizades e lacradas outras, que nunca de tão pouco se serviu a relação entre quem de olhos em olhos se procura e, raramente, se encontra no olhar que não ao espelho, mas isto saberei apenas quando me for encontrar ali, encostado à oliveira, velho.

A vida tem o habitual despreparo de nos levar ao encontro do destino, por muito que fuçamos dele, no tanto de o desprezarmos como o virar da cara à luta de uma guerra jamais travada, avançada indo a desmobilização terrestre de um confronto hercúleo, imortal, abrandado pelo gotejar das notícias no jornal ou na cara emotiva e sensacionalista de um qualquer pivot papagaiando o medo, ao sabor de um superior degredo.

A última prioridade serviria, apenas, para preencher o formulário informático, vítima sendo o papel da pandémica aversão ao toque da mão na celulose, no afago ao chão, todas as anteriores contentavam a intenção e desejo familiar de prosseguimento de uma linhagem, abastada em certificados, mímica em afectos desejados e carente de existencialismos folgados, vulgo mal-educados.

A média, "médria" como jocosamente o pai lhe chegou a dizer, permitiria entrar folgadoamente nalgumas opções primárias, no entanto, ponderadas as casas decimais,

seria por acaso divino ou divinal assomo do destino na vida de quem sobrevive sem se saber montanha que, colocadas online as posições ordenadas por escrutínio sagrado, digital, no bezerro de ouro coberto ou não estivesse, por esta altura, o inferno aberto, lhe fosse ser atribuída posição na única opção seguida e validada no complexo sistema de codificação binário, como se por erro propositado, ao que chamamos deliberado, não seguisse ela o rumor soado ao íntimo quando, maravilhado, deitado no chão sobre uma manta de trapos comprada numa das muitas feiras de artesanato pululando na cidade, sonhava com a vida e o barulho do mar sussurrava o penedo descoberto pela maré vazava, falando com a Lua nas suas saudades de casa.



2. Manta de trapos

Do mal o menos, ainda que longe do augurado no despotismo e o orgulho de um riquismo conquistado ao subir de montanhas de dinheiro, ainda que não sendo sempre o primeiro, apascentava o ego de duas formas, primeiro com a falta de riqueza enobrecera a existência, vil, de muitos e muitos mil até chegar perto do milhão, não aquela que se apresenta perto da fronteira com a vizinha Espanha, mas o que se intercala com as golfadas de vida injectada no saldo bancário, depois, já com a posição alcançada numa distância social mantida pela marca das roupas, o estilo importado das revistas especializadas, o relógio inteligente sem saber dizer as horas como as ampulhetas que na gravidade se prostravam ao encontro das areias do tempo, a marca do veículo de edição limitada, limítrofe estaria a mansão edificada, gigante, onde habitava uma família de solidões abastadas.

Antes da tempestade, a bonança trouxera-lhe o império levantado a pulso e a noites dormidas ao assento do

cadeirão dos átrios de hotéis, arranhando sílabas em idiomas não dominados, lidando com tecnologias conquistadas, o arrojo típico de quem não tem medo de errar. E por aqui bastaria à narrativa celeste avançar, apesar do temor em fracassar, mas quisera-lhe mais dele o desejo além da vontade de desejar. E foi, assim, às mesas de cafés, em jantares onde se sentia amedrontado pelo gastronomicamente elaborado, os fatos à medida posteriormente e o primeiro batalhão conquistado, o negociado, a fábrica e, após as fábricas, os conselhos de administração, os doutores vindo mendigar à palma da mão, enquanto a senhora, reduzida ao esforço social de se fazer ver como quem não era, esperava os filhos no colégio privado, onde o valor pago garantia o sorriso esforçado de quem não gostava, nem por sombras, de ser subjugado.

O dinheiro falava mais alto num mundo onde se desconhecia a riqueza do silêncio.

Apesar da defesa do castelo assegurada, sobrava uma ameia por onde espreitavam, ainda, os de mesmo patamar ou, quiçá, superior, onde o ego frente ao perigo de uma equiparação se socorria daquilo que podia, rico lá ser ele poderia, mas nunca teria conquistado o brasonado diploma, parcialmente em latim escrito, digitalizado agora proscrito. E foi frente às ameaças invisíveis que o miravam ao espelho que decidiu, ainda lhe haviam de chamar xôr dôtor em vez do nome.

Era a ascensão perfeita, se de cofre cheio não se socorria quem podia, ao menos por título poderia ter o engalanado pobre, ainda que nada mais lhe sobre, ver a submissa sinonímia de lhe ostentarem antes do próprio nome, o comum, mas muito mais abrasonado doutor.

Findas as batalhas das tarefas ao longo de alguns semestres, ora sincrona ou assincronamente, com golpadas vertidas por peões ortografistas que varreram e ornamentaram as palavras em amálgamas inexplicáveis de uma vontade ferrenha de arrancar carvão de lenha, com rendilhadas formatações dos relatórios versando o que outros escreveram e, de novo urdidadas, se transformavam em ideias próprias de quem nunca por si ousou pensar. E, assim, chegara o dia de ser mais, poderia orgulhosamente desprezar o que sabido porque lhe facultaram a licença de ser bom apenas num domínio, longe de se saber, por assim pensar acordado, era ele pela ignorância dominado. A riqueza bem soldada aos alicerces no terreno movediço ou a vida vivida sem um compromisso, além do possuir, mais do que ter, a aparência caía bem não só à mulher de César, mas e principalmente a quem se quer ostentar, sem saber que a verdadeira riqueza está numa qualquer divindade, ao vir colher-nos como o debulhador ao milho, colocar antes do nosso nome de baptismo a palavra: filho. O título, assemelhando-se a um feudalismo contratualizado na necessidade de ter apenas direitos sobre o vassalo, permitia que o vissem não só como alguém subido a pulso e cujas mãos, apesar da recorrência estética e dos cuidados balsâmicos, mostravam a agrura de uma juventude campestre da qual, agora, vingava-se ao comprar, desterrar e desvirtuar quintas brasonadas em unidades de turismo para quem nunca saboreou o ameno lavrar da terra selvagem.

Possuía, agora sim, tudo. Saboreava o malte escocês numa garrafa cujo rótulo só compreendia o valor dado pela sua compra, aquecendo-lhe as entranhas enquanto o recuperador de calor imitava a lareira, as pellets crepitavam num estalido sem personalidade e a esposa, meticulosamente sentada na poltrona ao lado da televisão, percorria com os dedos o visor do smartphone, vendo as mais recentes tendências de vestuário, calçado e acessórios, nas virtuais aplicações vendilheiras daquilo que ninguém precisava.

A sonolência ébria amornada do whiskey trazia-lhe a memória da inauguração da rua com o seu nome. Alimento para um ego com fome. A placa verde, o edil camarário, os aduladores e bajuladores encostavam-se aos aplausos e havia, ainda, quem se aproximasse na ânsia necessitária de um trabalho.

A toponímia, o nome antecedido pelo solitário e vago, mas orgulhoso Dr., pareciam indicar a chegada a um destino desejado, a continuação do legado o orgulho que, acreditava, sentiria o sorumbático e contemplativo filho que, deitado no chão sobre uma manta de trapos comprada numa das muitas feiras de artesanato pululando na cidade.



3. Riqueza

Imaginava o orgulho de um qualquer messias quando ao jocoso rir dos doutores:

– Que faz o teu pai oh dos céus herdeiro?

ele lhes respondeu:

– É carpinteiro.



O MEU PAÍS

PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Donzília Martins, Escritora

Elisa Leal, Fotografia



Começo esta pequena dissertação que podia ser subtítulo com uma frase do nosso grande escritor Eça de Queirós: “A arte oferece-nos a única possibilidade de realizar o mais legítimo desejo de vida que é não ser apagada de todo pela morte”.

Assim é.

Ontem, vinte e cinco de maio 2022, tive a honra de visitar um desses lugares com história inscrita na pedra, um desses pedaços de chão que são arte e memória no tempo. “O rio mais famoso do mundo é o que passa à minha porta” - disse o poeta. As pedras e as cascatas que correm em Lordelo, no rio Ferreira, são mais importantes que as cataratas do Niágara. As nossas fazem mover os moinhos que dão pão, luz, vida, alma e aquecem a paisagem. São camadas de cristal que se quebram nas fragas gastas, envolvidas de verde no seio da montanha. Depois mergulham num túnel de vegetação exuberante para mais adiante se abrirem à nova luz, admirando a bela e secular ponte romana sob a qual se deitam a descansar. Esta aninha-as sozinha e triste a olhar os moinhos. Ali é o paraíso! Parada no meio da ponte, olho fascinada a arte que a natureza pintou para o meu olhar. Património natural que o verde desenhou em paletas de luz e sombra, mas também arte imortal que o homem ancestral de há muitos séculos ali colocou para apagar das pedras e da história a morte.

Caminhei atrás nos anos e na história. Ali nasceu, naquele lugar paradisíaco, a grande cidade de Lordelo. Foi aquele idílico cenário que vincou os passos cansados dos homens

e dos equídeos a subir a íngreme encosta que ladeia o rio para levar a farinha moída para terras distantes.

Foi da frondosa floresta que saiu a madeira para fabricar as cadeiras que as mulheres, fortificadas pelas agruras da vida, carregavam à cabeça desta bela região para outras zonas do país e que mais tarde deram origem a outra indústria mais envolvente, o mobiliário, conhecido no mundo inteiro.

Tudo isto é arte e vida e imortalidade (não ser apagada para além da morte).

O meu país património da humanidade! Pode não ser universal, mas é o mais sublime aos olhos que o olham e amam, acendendo no meu olhar vincos da cândida alma, que vibra e sente a beleza destas cataratas caindo aos meus pés em jorros de luz e cântico, como que escondidas nas asas do tempo.

Rodeia-as o silêncio! Mergulham nas pedras, vibram e contam mil histórias de fadas e sonhos de encantar. Fascinação aquele bucólico lugar. Esquece-se o tempo e apetece ficar. Só hoje o conheci e fiquei maravilhada, porque cresci!

Foi nos arquivos da Câmara Municipal de Paredes, que, desfolhando os livros de atas num período de cem anos, até ao 25 de abril, descobri maravilhas destes espaços. Porém, não me lembro de ter visto registado este encantador lugar com a ponte secular romana com dois arcos gastos pelo tempo, que servia o burgo medieval, nem os moinhos que davam pão e história. Vi sim, e desse trabalho resultou, da minha autoria, o primeiro



livro editado pela Cooperativa A Lord, “O Mercado Feira de Lordelo- Subsídios para a sua História”. Dessa investigação se soube que o primeiro mercado nasceu em Lordelo e não em Paredes. É interessante esse caminho que vale a pena seguir.

De realçar, também no registo de ontem, outro património importado de França por emigrantes que levavam a saudade, mas traziam os usos e costumes, como um novo renascimento, o Jogo da Petanca que já vai ganhando nome internacional e será mais um marco que irá das leis da morte se libertando.

É igualmente importante que, como o jogo da Petanca, também se desvendem e limpem e deem vida aos arcos escondidos pelas silvas e quase mato, aos dois lindos arcos da ponte romana que parecem dormir o sono da eternidade. Ali respira-se paz, harmonia, ar puro, beleza idílica, um bem-estar indescritível, à luz de uma tarde de sol de maio a pintar de oiro e prata aquele bucólico lugar. A cascata cai como lágrimas do tempo. Abre-se o olhar e as pedras falam. Ouvem-se no silêncio, as pegadas dos equídeos a subir a ladeira da calçada romana. Fragas, pedras gastas pelas enxurradas que lavam e fazem mover moinhos de água. Paramos a respiração para ouvir os silêncios, o cantar da cascata e dos pássaros, numa girandola de água e som da mó, e do cair da saudade pelos nossos ancestrais. Abramos a ponte, desbravemos o caminho de silvas e mato para podermos passar para a outra margem.



Escondida nas rugas do tempo, olho mais uma vez as pedras. Sento-me nelas e toco-lhes com paixão. Peço ao amigo para registar o momento. Ele clica para que viva a luz da tarde que vai descendo.

Revivo e sonho nos pensamentos e palavras nascidas naquele estranho lugar e deito um olhar naquele chão sagrado onde pousa o vento e a natureza brava canta.

Quatro horas da tarde. O sol incendeia o verde e a catarata de prata a iluminar os olhos. O planalto desce para beijar o lugar sagrado onde estamos. Custa despedir o olhar deste paraíso, quiçá desconhecido, porque não se amam as pedras.

Quedo-me mais uma vez. Apetece agarrar a água, o sol, o verde, os arcos da ponte, a farinha do moinho. A esta não resisto! Cheira a farinha moída e molho nela os dedos para a saborear. Sabe a pão, a tempo de vida e a saudade.

Voo. Paro noutro lugar, noutros caminhos, outro riacho, outro verde transmontano, outro moinho onde viveram os meus avós paternos. Para que não seja apagado pela morte, registei esse reino maravilhoso no meu 14º livro, “Dorin, o Sonho de Maria”. Maria era a minha avó que cuidava do moinho, ajudava o moleiro a carregar os sacos de farinha e de cara caiada de neve puxava a rédea do burro e a vida dura serra acima.

Regresso. Desço do sonho. Mantenho agora as minhas mãos abertas à beleza do telúrico lugar e deixo que nasçam regatos no lago dos meus olhos.

MENSAGEM

Henedina Barbosa, Escritora

Luís Ferreira, Ilustração

Mensagem número um:

Há muitos séculos que os meus pares são considerados um dos objetos mais significativos do mobiliário, inclusive símbolo de estatuto social e referência histórica.

Preenchemos de encanto e formosura qualquer espaço da casa, mesmo sendo singelas.

Enche-me de orgulho ver-me como insígnia do Concelho de Paredes, só sendo Única Cidade Muy Nobre, com excelentes Paredenses a liderar, anunciando e promovendo mobiliário pelo mundo.

As minhas parentes Egípcias são as mais velhinhas, de um esplendor inexcelsível, "feitas de ébano, marfim, esculpidas em madeira dourada."

Mais tarde viajaram de Portugal para o Brasil, sendo motivo de espanto e admiração. Fabricavam-nos almofadadas, com ou sem espaldar, para dar apoio à coluna e cabeça, com ou sem apoio de braços, assento e espaldar de couro, de veludo ou de tecido completando o conforto.

Amigas com brasão, pintadas, pés e espaldares torneados ou com talha minuciosa, com motivos diversos, incluindo figuras de animais...

Éramos confeccionadas por artesãos: marceneiros, torneiros, entalhadores, que nos personalizavam e transformavam em peças admiráveis, ocupando lugar de relevo onde quer que fossem colocadas, independentemente da função.

Elas

Acorrentadas às cadeiras

Elas levam os pés

Ou os pés as levam ligeiras

Cheias de folgado, ainda

Cantam ou trauteiam para espantar o medo

Encharcados nas poças d'água

Os socos iam mais à frente

Ou um pouco mais atrás

Com cuidado, porque a amizade foi andando

E só ficou a lua por entre nuvens espessas

As cadeiras não podem tropeçar, nem molhar-se

Cada Cadeirante que se cuide

Há uma ténue linha entre a amizade e o compromisso,

Ninguém tem nada a ver com isso.

Dirão espantando o desespero:

- Pernoito neste barracão, já me conhece o dono e o cão.



Sem Título

Grafite sobre papel, 2022

Mensagem número dois:

Dia e noite misteriosamente, invisível encorajo as Cadeirantes, que no seu fadário transportam as minhas semelhantes por todo o concelho de PAREDES e cidades envolventes, como Penafiel, Amarante, Porto etc. De Cristelo, Rebordosa, Lordelo e outras freguesias de admirável Concelho, onde marceneiros, torneiros, estofadores, entalhadores, verdadeiros artesãos dão vida inexplicavelmente bela a parte de um tronco de árvore.

Penas que tens de ti
 De ti tens penas
 Do dedo pequenino dos pés doridos
 Ao cabelo desgrenhado, que também dói. E os braços?!
 - Sabias que a Tijaquina vai casar outra vez?
 - Viúva, sozinha, sem filhos ou netos, só a solidão por companhia. Precisa de alegria.
 - Vamos aproveitar o muro para descansar um pouco?
 O sol iluminava os campos de milho.
 - Tusó tens três cadeiras, mas eu conto quatro acolhoadas, com entalhes e torneados requintados.
 - Já chega de moleza.
 Toca de arranjar o lenço atado atrás e depois a rodilha.
 - Ó Maria, ajudas-me com a rodilha?
 Colocar as cadeiras, bem atadas, em equilíbrio e retomar a caminhada. Lá pelo anoitecer chegarão ao destino.
 Para as Cadeirantes acostumadas 5Km fazem-se em 40/45 minutos, em tempo seco, mas as novas precisam de mais tempo. De Cristelo a Baltar, de Baltar a Rebordosa...
 Pelo concelho do mobiliário ou fora dele
 Cadeirante extenuada
 Extingue-se no pó da estrada
 A fé inspira por entre cansaço extremo, ofegante
 Sob tempestade, frio lancinante
 Ou quente, sufocante
 Parecendo fresca e airosa
 Nunca a população Paredense
 Sentiu tarefa tão penosa
 De fazer nascer o sol à cabeça
 Pela beleza que contém
 Nos entrelaçados magistras
 Que brincam entre a rodilha e a cabeleira
 Sobe e desce outeiro, ela, a cadeira
 Tagarela com a companheira
 Vai para o Porto
 Terão de pernoitar numa pensão de arroz com feijão.
 Seguem as cadeiras de torno e entalhador
 Detalhes a primor
 Rainha, Mulher condecorada
 Transporta o trono pela estrada
 Do centro, ao sul e ao norte
 Sabe que Rebordosa se distancia da Pampilhosa.

Última mensagem:

Eu e os meus pares, no século 21, temos arquitetos, designers e uma consciência em crescendo do quanto é importante preservar a natureza, de preferência eliminando definitivamente o derrube de árvores. Eu sugiro que, se se tem de derrubar uma árvore, devem plantar-se duas.
 Uma árvore demora décadas a ficar adulta.
 Optar por madeira de reflorestamento em que o seu crescimento é rápido, entre 7/8 anos, como o eucalipto...
 Pode utilizar-se em casas pré-fabricadas e em diferentes móveis, mas com os devidos cuidados, porque é uma árvore que propaga o fogo muito facilmente.
 Optar, cada vez mais, pela reciclagem de subprodutos como o papel.
 Aproveitamento de materiais de modo ecológico, tingimento com pigmentos naturais e não poluentes.
 Os meus pares vivem um período com pouca dignidade: cadeiras de plástico que baloiçam, giram, embalam, reclinam, dobram e matam- eletrocutam.
 Desafiar Designers para construir companheiras de material reciclável parece-me imprescindível e quem pensa em cadeiras pensa noutros móveis, inovando o mobiliário do meu querido Concelho de Paredes.

FUTUROS

André Barros, Estudante

César de Barros Amorim (Mutes), Ilustração



Desfile dos Alienados
Marcador sobre madeira, 2021
Obra doada ao Município

Já te questionaste sobre o teu ser? Sobre a tua essência? Tens dúvidas sobre a tua natureza? E se não fosses como és? O que serias? Talvez a resposta seja a questão, a questão de muitas questões e que, por algum motivo, ou não, ainda seja uma questão. Questão essa que é debatida entre tantas culturas e sociedades, por que todos a colocam e as soluções são sempre sombras a perseguir alguém. Somos uma linguagem que não coincide com as práticas, partilhamos sempre uma filosofia e ideais, mas colocar em prática é sempre mais complicado! Porquê? Não sei, mas a questão é essa mesmo, uma questão de várias questões e que não nos leva a uma resposta. É a realidade uma sociedade pobre de espírito!

E os amores que já vivemos? Ou os que ainda não vivemos? Ainda temos os amores que vivemos sozinhos, esses são os que mais nos marcam e doem mais. Talvez não seja a pessoa certa para falar do amor, desse amor onde tudo acaba bem, mas o amor cria-nos expectativas e sensações nunca antes vividas e depois acaba num rio largo e comprido. Se o amor faz tão bem, por que há tantas pessoas a chorar por falta de amor, ou por o terem perdido? É incrível como sempre que falamos de amor é pelo lado negativo, pois falar dele com alguma carga positiva torna-se mais difícil. Talvez seja esse o nosso

defeito, defeito comum em toda a nossa sociedade, defeito que não queria ter, mas que de alguma forma acaba por ser insistente e num ciclo. O amor é a repetição de sentimentos e com várias camadas e nunca devíamos pensar que a nossa felicidade depende de alguém, porque de facto não depende de ninguém, depende só de nós.

Dizem isto os adultos, porque, quer queiram ou não, serei sempre um mero adolescente a viver a vida e a sentir como um e tento aproveitar cada momento que posso. Isso faz com que tenha outras vivências e experiências, mas os adultos dizem que é tudo uma fase; eu acredito que sim, que de alguma forma irá preparar-me para o futuro, mas não sei se estou pronto para enfrentar um futuro doloroso.

Mãe, lembra-te de quando vinhas dormir comigo? De quando abraçavas teu menino como só tu o sabias fazer? Quando me protegeste contras todas as crianças que me faziam mal? Volta a proteger-me destas pessoas, desta sociedade e deste mundo, que são demasiado cruéis para mim e, por vezes, tenho medo do futuro. É que sei que mais tarde ou mais cedo tornar-me-ei num deles e isso assusta-me, por saber que irei transformar-me em algo que nunca quis ser.

DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

3

A Revista Cultural Orpheu Paredes (2023) traz um destacável, Dicionário das Figuras Históricas de Paredes (3).

Colabore, nos próximos números, com mais verbetes: arquivo@cm-paredes.pt

Às vezes, penso que sou uma abelha...
voo no momento em que a luz faz das
tardes páginas de praias (...)

AMANTE DAS LEITURAS